

seminário internacional  
cultura escrita  
no mundo moderno

anais



Belo Horizonte | Ouro Preto  
2 a 6 de setembro de 2019



Guiomar de Grammont  
José Newton Coelho Meneses  
Márcia Almada  
(organizadores)

Seminário Internacional  
Cultura Escrita no Mundo Moderno

Anais

1ª Edição

ISBN: 978-85-54944-36-0

Belo Horizonte/ Ouro Preto  
2 a 6 de Setembro de 2019  
Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Federal de Ouro Preto

Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno  
Universidade Federal de Minas Gerais/ Universidade Federal de Ouro Preto

**Comissão Organizadora**

Guiomar de Grammont  
José Newton Coelho Meneses  
Márcia Almada  
Denise Aparecida Sousa Duarte  
Soraia Oliveira de Vasconcelos Botelho  
Ygor Gabriel Alves de Souza

**Comissão Científica**

Guiomar de Grammont (UFOP)  
José Newton Coelho Meneses (UFMG)  
Leila Mezan Algranti (UNICAMP)  
Márcia Almada (UFMG)  
Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)

**Diagramação e arte**

Ygor Gabriel Alves de Souza

---

S471a

Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno (1. : 2019 : Belo Horizonte/Ouro Preto).

Anais do I Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno [recurso eletrônico]. – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

1 recurso online ( 275. p.): pdf.

Anais organizados por: Guiomar de Grammont, José Newton Coelho Meneses e Márcia Almada.

ISBN: 978-85-54944-36-0.

1. Comunicação escrita – História. 2. Manuscritos – História.  
I. Grammont, Guiomar de. II. Meneses, José Newton Coelho.  
III. Almada, Márcia. IV. Título.

CDD:411.09

---

## Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida  
Reitora

Alessandro Fernandes Moreira  
Vice-Reitor

Bruno Pinheiro Wanderley  
Reis Diretor | FAFICH

Thais Porlan de Oliveira  
Vice-diretora | FAFICH

Mauro Lúcio Leitão Condé  
Coordenador | Programa  
de Pós-graduação em  
História

Cristiano Gurgel Bickel  
Diretor | EBA

Adolfo Cifuentes  
Vice-Diretor | EBA

Mônica Medeiros Ribeiro  
Coordenadora | Programa  
de Pós-Graduação em Artes

## Universidade Federal de Ouro Preto

Cláudia Aparecida Marlière de Lima  
Reitora

Hermínio Arias Nalini  
Vice-Reitor

Luciano Campos da Silva  
Diretor | ICHS

Helena Miranda Mollo  
Vice-Diretora | ICHS

### Realização



elementos  
materiais da  
cultura e  
patrimônio

### Apoio financeiro



# Sumário

Apresentação ..... 9

## *Imprimir e Circular*

**Caroline Garcia Mendes** - Escrever e publicar sobre a guerra da Restauração: a “Campanha de Portugal” em Lisboa e Madrid no ano de 1663 .....13

**Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho** - Francia interessada con Portugal: a diplomacia da Restauração e a publicística de Antonio Moniz de Carvalho ..... 20

**Yllan de Mattos** - Contra a Inquisição: autoria, anonimato e polifonia no livro Notícias recônditas do procedimento das Inquisições (1681-1750) ..... 27

## *Papel. Papéis*

**Marina Furtado Gonçalves** - Adaptação do Protocolo IDAP para a análise material de documentos avulsos da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro ..... 36

**Ozana Hannesch; Fabiano Cataldo de Azevedo; Maria Cláudia Santiago; Ana Cristina de Oliveira Garcia** - O estudo da materialidade na caracterização de documentos históricos: um aspecto da abordagem realizada pela Conservação ..... 44

**Régis Quintão** - Papéis para a boa administração das receitas e despesas da Real Extração dos Diamantes ..... 55

## *Apresentar e representar o outro*

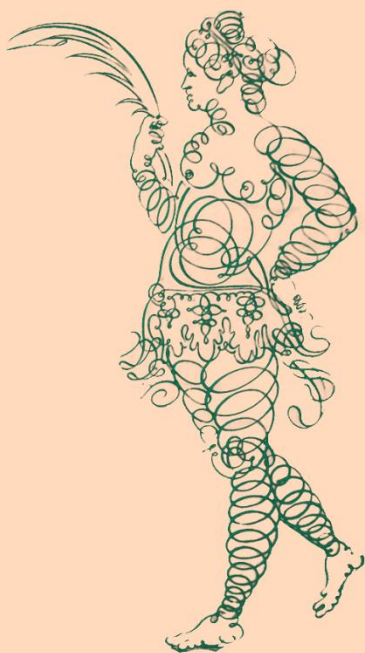
**Livia Bernardes Roberge** - Representações radicais: construção e disputa de identidades nos panfletos Diggers (1649-1652) .....61

**Verônica Calsoni Lima** - Guerras panfletárias: Sir Roger L’Estrange e as polêmicas impressas na Inglaterra do período da Restauração ..... 69

## *Colecionar livros e palavras*

**Diná Marques Pereira Araújo; Fabrício José Nascimento da Silveira** - O Livro Raro na Biblioteconomia Brasileira: influências, impactos e delimitações dos discursos da Bibliofilia nas práticas profissionais e institucionais .. 80

**Luiz Carlos Villalta** - Identidades coletivas e produção, circulação e usos de representações históricas: do final do Antigo Regime à emergência do Império Constitucional no Brasil (c. 1788-1823) ..... 88



# Sumário

**Márcia Almada** - Durar no tempo e atualizar sentidos: livros iluminados medievais em bibliotecas modernas ..... 96

## *Impressos úteis*

**Cláudio DeNípoti** - A tradução de O pastor fiel, de Giovanni Guarini e os percursos do livro em Portugal no final do século XVIII ..... 104

**René Lommez Gomes** - O manual de tintas e vernizes de João Stooter, “com anotações dele aumentado”: estudo das notas interlineares e marginalias manuscritas sobre um livro impresso ..... 111

## *Saber sobre a escrita setecentista*

**Christiane Benones de Oliveira** - Sistema de abreviaturas em documentos manuscritos e tipográficos portugueses: análise diacrônica ..... 118

**Marcus Vinícius Pereira das Dores** - A escrita colonial mineira por meio do Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904) ..... 124

## *Escrita como pertencimento*

**Daniel Saraiva** - “Asinei de meu sinal”: a escrita plebéia no Portugal dos séculos XVI e XVII ..... 129

**Maria Aparecida de Menezes Borrego** - A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa ..... 135

## *A mão e a cópia. Produção de Manuscritos*

**Evânia França Soares** - Segredos registrados, a escrita nos processos inquisitoriais ..... 141

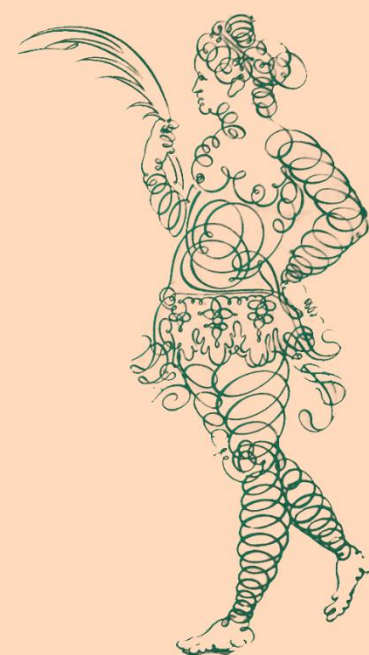
**Gabriela Azevedo** - Sobre as mais de vinte cópias do Tratado descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa ..... 148

**Natalia Casagrande Salvador** - Vestígios do percurso de um fundo setecentista: um estudo para além do textual ..... 154

## *Viver o escrito*

**Francis Albert Cotta** - Escrita e aplicação dos regulamentos militares do Conde de Lippe no Império Português: representações, apropriações e práticas de leitura (Brasil e Portugal - século XVIII) ..... 159

**Thiago Enes** - O rei de papel e um governo informal: alcances e limites da cultura escrita nas franjas dos impérios ibéricos ..... 167



# Sumário

*Vanessa Cerqueira Teixeira* - A devoção mercedária entre o escrito e o vivido: os livros de compromisso e as dinâmicas confrariais nas Minas Setecentistas .....173

*Escrita como preservação da memória*

*Denise Aparecida Sousa Duarte* - Os testamentos de Vila Rica na primeira metade do século XVIII: memória e materialidade..... 181

*Acervos da cultura escrita: desafios da preservação*

*Adriana Gómez Llorente* - Sentido y Evolución de la Conservación y Restauración de libros en México.....188

*Flávia Carolina de Oliveira Andrade* - Desenvolvimento de políticas institucionais de preservação de acervos em suporte papel: o caso do Arquivo Público Mineiro .....193

*Thais Helena de Almeida* - Memórias dos profissionais da preservação no acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional do Brasil: 1880 a 1980.....199

*Escrita exposta*

*Álvaro de Araujo Antunes* - Forma e conteúdo: a cultura do escrito no pasquim afixado em Calambau, freguesia de Mariana, no ano de 1798.....208

*Luciano Figueiredo* - “O povo do Calambau, notícias vos quero dar”: Rebeldias, inconfidências e pasquins na América portuguesa.....212

*Tarcísio de Souza Gaspar* - Oralidade nas revoltas mineiras do século XVIII e na Inconfidência Mineira: a rebeldia para além do escrito .....218

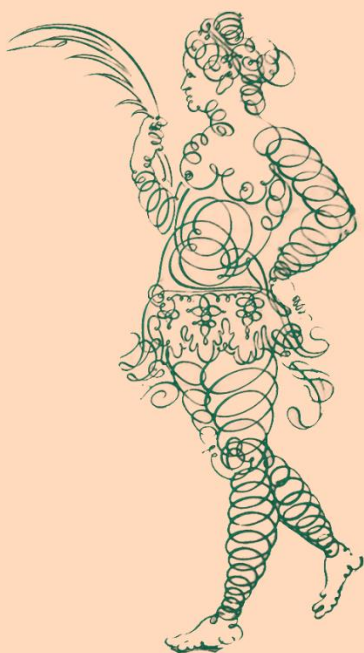
*Pôster*

*Ana Paula Silva Santana* - A representação do feminino nas obras O Verdadeiro Método de estudar de Luiz António Verney e Discursos Político-Moraes de Feliciano Joaquim de Souza Nunes .....225

*Augusto Godinho Vespucci* - As Invenções da Modernidade em Johannes Stradanus (Séc. XVI).....229

*Bárbara Andrade de Oliveira Alves; Marina Furtado Gonçalves* - A preservação dos manuscritos em tinta ferrogálica nos arquivos estaduais brasileiros .....234

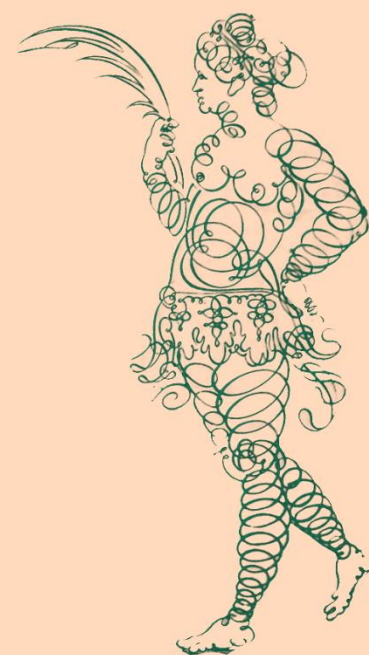
*Daiane de Souza Alves* - Cultura escrita e administração fazendária: os escritos de Manoel Jacinto Nogueira da Gama .....241





# Sumário

<i>Jean Gomes de Souza</i> - Estudo comparativo dos testemunhos da Noticia Primeira Practica de João Antonio Cabral Camello dada ao padre matemático Diogo Soares: a transmissão de um texto em quatro séculos (XVIII-XXI) .....	243
<i>Júlia de Cássia Silva Cassão</i> - Cultura escrita e o contrato dos diamantes: um estudo sobre o discurso das ilicitudes) .....	250
<i>Mariane Soares Torres</i> - Memórias da escravidão na cidade de Santos: um estudo filológico de manuscrito oitocentista .....	257
<i>Marina Furtado Gonçalves</i> - Estudo de técnicas e materiais empregados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica.....	262
<i>Natália Cristina Santos Ribeiro</i> - Diagnósticos históricos do governo colonial: Estudo da obra de José João Teixeira Coelho Minas Gerais – Século XVIII.....	269
<i>Patricia Vaz de Mello Lavall; Márcia Almada</i> - Técnica de restauração como processo histórico: Laminação com acetato de celulose.....	271





# Apresentação

Entre os dias 2 e 6 de setembro de 2019 realizou-se o Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O evento foi promovido pelos grupos de pesquisa Elementos Materiais da Cultura e Patrimônio (CNPq, Brasil) e pelo *Groupe de Recherches Interdisciplinaires sur l'Histoire du Littéraire* (GRIHL, França), motivado pelo lançamento do dossiê Cultura Escrita no Mundo Moderno da Revista *Varia História*, volume 35, número 68, de maio-agosto de 2019.

A produção escrita ocidental moderna foi o eixo central das reflexões, desdobrada nos discursos, práticas, representações, processos de produção, circulação, uso e preservação, incluindo os aspectos técnicos e materiais que revelam as relações sociais e os agentes envolvidos.

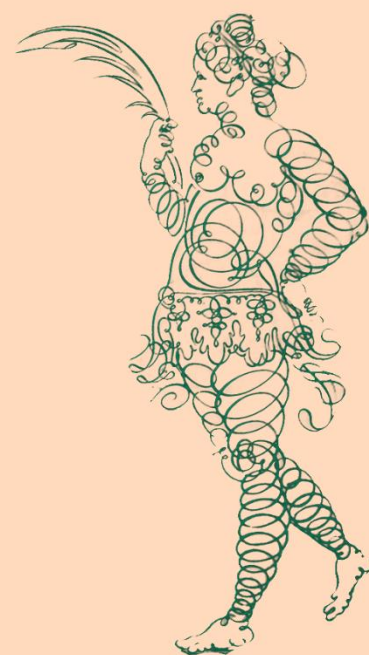
O recorte temporal das pesquisas apresentadas inseriu-se no que chamamos era moderna, ou seja, o período compreendido entre o desenvolvimento da tecnologia da imprensa por tipos móveis e a consolidação das mudanças nas relações com o escrito que possibilitaram a propagação de outras formas de produção, o que ocorreu entre meados do século XV até fins do século XVIII, incluindo diversas fases do desenvolvimento tecnológico, científico, social e econômico.

O evento contou com 12 mesas, totalizando 36 comunicações. Os autores dos dossiês e uma professora convidada<sup>1</sup> proferiram as sete palestras e as três conferências. Houve também sessão de pôsteres (contando com 14 trabalhos) e duas oficinas técnicas de restauração de documentos gráficos.

As comunicações foram organizadas em torno de três eixos principais definidos para o evento, a saber: “práticas e representações”, “processos de produção, circulação e uso” e “guarda e preservação”.

---

<sup>1</sup> As conferências ficaram a cargo de Roger Chartier e Guillermo Wilde e as palestras foram proferidas por Ana Paula Torres Megiani, Fabian Vega, Guadalupe Rodríguez Domínguez e Júnia Ferreira Furtado. A oficina técnica foi ministrada por Adriana Gomez Llorente.



No tema das práticas e representações, foram discutidos os estudos sobre o uso da escrita como forma de apresentar ou representar determinado grupo ou classe diante de uma dada realidade social, tais como a crítica feita através de sátiras ou a disputa identitária por meio da palavra escrita e impressa. A crítica social se faz por intermédio de mensagens, cifradas ou abertas, de circulação restrita ou exposta a céu aberto a quem interessar possa.

Outra função clássica da escrita é reforçar ou criar laços de pertencimento à sociedade atendendo ao uso adequado e socialmente aceito desta tecnologia, amplamente usada na administração colonial para regular as ações e os pensamentos dos súditos. O uso alargado das diversas formas de comunicação escrita, seja de forma hológrafa ou por intermédio de mediadores, indica que o circuito burocrático dos textos era uma das formas de pertencimento social.

Se, por um lado, esse trânsito era ação pertinente aos diversos grupos, nem sempre o escrito correspondia ao vivido e diversos estudos historiográficos têm confirmado essa assertiva. Fazendo o cotejamento das normas com as práticas sociais, tenta-se alcançar de que forma a realidade escrita se mostrava realidade vivida. As experiências se difundem por meio de relatos sociais, autobiografias ou histórias familiares, construídas como um modo deliberado de delegar a memória ao futuro. O texto percorre espaços e atravessa tempos e, por isso, é usado como uma das formas mais seguras de transmissão de uma mensagem.

No tema da produção, circulação e uso dos manuscritos e impressos, foram apresentadas e discutidas as maneiras pelas quais a produção editorial pode servir a determinadas causas sociais e políticas, sendo a mensagem veiculada de forma direta, através do texto, ou de forma subliminar, com o uso de recursos visuais, tipográficos e editoriais que insinuam, mas não ostentam, ideias ali contidas. Os projetos editoriais se revelam tanto na escolha dos títulos a serem publicados quanto nas diversas maneiras de impressão. Formas sutis de escrita, escolha de vocabulário, traduções aculturadas de ideias, alterações nas reedições de obras, assim como inscrições marginais feitas pelos próprios autores devem ser consideradas na apreciação de um texto.

Como as ideias apenas circulam na medida em que se materializam em alguma das formas possíveis de comunicação – oral, visual ou escrita – os materiais e as tecnologias são ingredientes que não podem ser rejeitados neste campo de estudo. A qualidade do papel, das tintas e da encadernação são escolhas corriqueiras no mundo dos escrivães e dos tipógrafos. Esses elementos materiais revelam informações sobre os diversos momentos da biografia do escrito.

De tudo o que foi produzido pelo homem, apenas uma pequena parcela foi preservada. Guardar é uma ação por vezes deliberada, por vezes ocasional, mas nunca isenta da responsabilidade política da escolha. A seleção atende à função de governança, de civilidade, de diplomacia, de sociabilidade, mesmo que seja motivada por questões individuais. Colecionam-se escritos e objetos para representar e transmitir ideias e valores. A tarefa exige grande capacitação. Quando se perde a dimensão dessa responsabilidade, os vários e diversos processos de deterioração acontecem.

Os debates travados nos quatro dias de Seminário foram extremamente enriquecedores para os estudos na área, contribuindo para o aprofundamento desse campo do conhecimento. Os diálogos que se estabeleceram geraram, sem dúvida, a evidência de novas abordagens metodológicas, historiográficas e monográficas desses temas, tendo como objeto de análise os impressos, os manuscritos e a relação entre as duas tecnologias da escrita.

A comissão científica do evento se fundou na relação indissolúvel entre material e mental. Os 40 trabalhos aqui publicados<sup>2</sup> apresentam parte desses profícuos diálogos interdisciplinares e intercâmbio de saberes, métodos e tecnologias, suscitando novos problemas e questões que tendem a ampliar as pesquisas e conhecimentos no campo das investigações sobre a *Cultura Escrita no Mundo Moderno*.

Guiomar de Grammont, José Newton Coelho Meneses, Márcia Almada  
*Editores*

---

<sup>2</sup> É de responsabilidade dos autores o inteiro teor do conteúdo dos textos, assim como a adequação às normas ortográficas da língua portuguesa e às normas editoriais da ABNT.



**Escrever e publicar sobre a guerra da Restauração: a  
“Campanha de Portugal” em Lisboa e Madrid no ano de  
1663<sup>1</sup>**

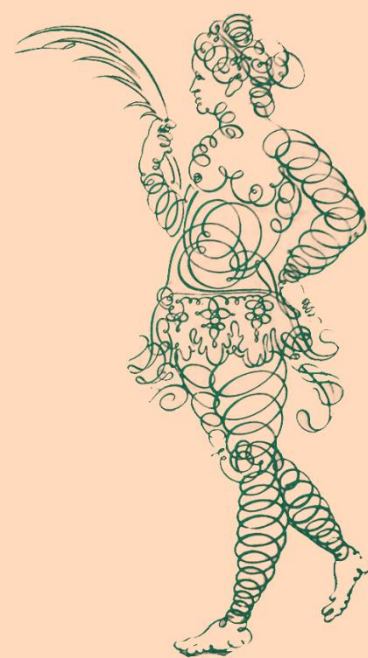
Caroline Garcia Mendes  
Doutora em História  
Universidade de São Paulo  
[carol.mendes@outlook.com](mailto:carol.mendes@outlook.com)

Os anos que se seguiram à Restauração Portuguesa que ocorreu em dezembro de 1640 foram de intensa produção impressa de notícias e relatos exaltando as atividades portuguesas e castelhanas na guerra. Enquanto Portugal produzia centenas de relações de sucesso e inclusive periódicos de notícias, sobretudo na primeira década do conflito, Castela preocupava-se em relatar outras frentes de batalhas em que estava inserida, como a insurreição catalã que havia se iniciado em meados do mesmo ano. Já na década de sessenta, há poucos anos do encerramento do conflito, é possível encontrar uma série de relações de sucesso produzidas em Madrid e rebatidas pelo *Mercurio Portuguez*, periódico de notícias impresso em Lisboa cuja preocupação era exclusivamente com as batalhas nas fronteiras. Foi nesse período que dois interessantes relatos foram produzidos nas duas capitais para discorrer sobre os acontecimentos de finais do ano de 1662 e meados de 1663. Esses dois documentos serão os objetos de nossa breve análise.

Ainda que a “discussão” se dê através do papel, os dois autores erigem um local onde seus argumentos são debatidos, aos quais o público leitor e também o que apenas ouvia sua leitura tinha acesso. Esse debate não era incomum e são frequentes as

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da tese de doutorado de título “Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII”, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutora em História Social. Esta pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP 2014/23614-7).



obras publicadas no intuito de responder a determinado autor sobre o direito ou não de Dom João IV como rei português e até sobre os direitos do próprio Felipe II ainda na época da união das duas Coroas. Essas obras tiveram seu auge nos anos que se seguiram à proclamação de Dom João IV e se preocupavam em responder qualquer manifesto publicado pelos defensores dos direitos da Monarquia<sup>2</sup>.

Jean-Frédéric Schaub, analisando outros escritos do mesmo período, argumenta ainda que a literatura letrada, longe de funcionar como um arcaísmo separado das realidades, representava um poderoso arsenal cultural<sup>3</sup>. Essa república letrada será a responsável pela publicação de textos como os que iremos analisar, imersos que estavam na situação política de seus reinos e visando também o reconhecimento diante de seus reis.

O primeiro desses documentos, denominado *Campaña de Portugal por la parte de Estremadura*, foi escrito por Dom Jerônimo de Mascarenhas, um português que permaneceu fiel a Dom Felipe IV, e descreve em mais de cem páginas as ofensivas castelhanas do ano de 1662<sup>4</sup>. Mascarenhas inicia seu relato discorrendo sobre a tomada de Arronches, praça portuguesa, ainda em meados de 1661, informando que os “amotinados” haviam publicado em seus manifestos “que uma das causas de faltar à obediência do Rei Nosso Senhor foi porque se pensava em Castela em estender esta contribuição aquele reino: discurso vão e inventado pelos inimigos da paz, e quietude pública da pátria”<sup>5</sup>. Não

---

<sup>2</sup> Ver sobre o tema: TORRALBA, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vols. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Coimbra, 1981; ARREDONDO, María Soledad. *Literatura y propaganda en tempo de Quevedo: Guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal*. Iberoamericana, Vervuert: Madrid, Frankfurt, 2011. Sobretudo o capítulo III *La guerra de papel*; CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1940 (acerca do livro de Hernani Cidade e os problemas de uma obra considerada dotada de um “patriotismo intransigente” ver: ASENSIO, Eugenio. *España en la Épica portuguesa del tiempo de los Felipes (1580-1640)*. Al margen de un libro de Hernani Cidade. In: \_\_\_\_\_. *Estudios Portugueses*. Pares: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1974).

<sup>3</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du comte-duc d'Oliveres (1621-1640)*. Le conflit du jurisdictions comme exercice de la politique. Madrid : Casa de Velázquez, 2001. p. 126.

<sup>4</sup> Segundo o historiador Fernando Bouza, Dom Jerônimo de Mascarenhas era o segundo filho do marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil e que acabou morrendo preso devido às desconfianças sobre sua lealdade. Fugindo para Madrid após a Restauração, Jerônimo Mascarenhas foi agraciado com diferentes mercês por Felipe IV ao longo dos anos, terminando seus dias como Bispo de Segóvia. Além disso, foi um homem das letras que escreveu várias obras e reuniu uma grande coleção de manuscritos e impressos, parte dela conservada na Biblioteca Nacional de Madrid. Sobre os fidalgos que permaneceram fiéis à Monarquia Hispânica, ver: BOUZA, Fernando. Entre dos reinos, una patria rebelde: fidalgos portugueses en la monarquía hispánica después de 1640. In: *Estudis: Revista de Historia Moderna*, No. 20, 1994. p. 83-104. Sobre a Coleção Mascarenhas, ver: MEGIANI, Ana Paula Torres. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVII. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 17. n. 1, 2009. p. 155-171; a família Mascarenhas, bem como alguma bibliografia sobre o tema, é abordada também em: VALLADARES, Rafael. De ignorancia y lealtad. Portugueses en Madrid, 1640-1670. In: \_\_\_\_\_. *‘Por toda la tierra’*. España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700). Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, 2016.

<sup>5</sup> MASCARENHAS, Dom Gerónimo. *Campaña de Portugal por la parte de Estremadura*. El año de 1662. Exectvada por el Serenissimo Señor Don Ivan de Avstria, Gran Prior de Castilla de la Orden de San Ivan, del Consejo de Estado de Su Magestad, Governador, y Capitan General de los Payses Baxos, Governador de las Armas marítimas, y Capitan General del Exercito de la recuperacion de Portugal. Impreso por Diego



só a obra de Mascarenhas, mas a grande maioria das publicações castelhanas nunca generalizava nem desqualificava o povo português como rebelde: são sempre um grupo de pessoas enganado pelos Braganças, ora por manifestos mentirosos, ora por pura ingenuidade. Quando são esclarecidos das reais intenções de Felipe IV e seu filho, a descrição dos documentos é de que em poucas horas se renderiam e o receberiam com alegria.

Antes de entrar propriamente nas campanhas militares, Mascarenhas trata ainda do casamento de Dona Catarina de Bragança com o rei inglês, afirmando ironicamente que buscavam a Inglaterra para “se prevenirem de armas auxiliares, e como a contenda era com as católicas, chamaram à favor das suas as heréticas”, discorrendo ainda sobre o suposto desespero dos portugueses por sua Coroa ter entregue os templos católicos em Tanger aos protestantes – praça que foi cedida aos ingleses como parte do dote da princesa – “para as cerimônias de suas seitas abomináveis”<sup>6</sup>. O descontentamento da Monarquia Católica com a importante aliança conseguida pela Coroa de Bragança, contudo, não era suficiente para encontrar unanimidade entre os censores, e o bispo foi questionado em uma diligência secreta no Conselho de Estado sobre a inconveniência de suas palavras contra os ingleses. Felizmente para Mascarenhas, o próprio rei sequer respondeu à consulta do Conselho, mas autorizou o autor a continuar com sua publicação<sup>7</sup>.

---

Días de la Carrera, Impresor del Reino, 1663. f. 8. Para facilitar a leitura e devido ao espaço reduzido para a publicação, preferimos manter apenas a versão em português dos trechos citados.

<sup>6</sup> *Ibidem*. f. 8-9.

<sup>7</sup> O escritor Antonio de Solís, apesar de aprovar a obra de Mascarenhas com palavras elogiosas, elaborou uma diligência secreta contra a publicação das *Campanhas de Portugal*, enumerando diversos reparos relativos aqueles escritos. Entre outros pontos, citando o trecho que utilizamos no texto sobre as armas “heréticas” inglesas, o autor argumenta que “ainda que estas sejam verdades cristãs e constantes em nossa santa fé, não é o caso de enfraquecer com vitupérios a religião (ainda que falsa) daqueles com que se professa amizade”. Sabendo da tal diligência, o próprio Mascarenhas enviou um memorial ao rei Felipe IV, em que escreve: “coloco agora o livro acabado nas reais mãos de V. Mgd, com a declaração que imprimir mil e quinhentas cópias, e estou pronto para entregá-las à pessoa que V. Mgd for servido, para que se possa queimar a impressão de uma vez, se se encontrar algum impedimento neste livro (...) Mas não deixo de representar a V. Mgd que é parte da felicidade dos reis que homens da minha qualidade, da minha graduação e do meu zelo, se dediquem a escrever seus sucessos, porque com estas qualidades ganha o crédito comum, não somente entre os vassallos, mas também entre as nações”. Como dissemos, apesar de nunca responder à consulta do Conselho, o rei anotou no próprio memorial enviado por Mascarenhas sua resposta, dizendo que “este livro poderá correr na conformidade que está, e me encontro com inteira satisfação de vosso zelo de meu serviço (...)”. Através do memorial de Mascarenhas, soubemos também que o autor imprimiu 1500 exemplares de seu relato sobre a campanha de 1662 na Estremadura. Estes documentos foram transcritos integralmente no artigo esclarecedor de CID, Jesús-Antonio. Castellanos y portugueses en la historiografía de Felipe IV. Antonio de Solís contra Jerónimo de Mascareñas (1662-1663). In: ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa (ed.) *Literatura portuguesa y literatura española. influencias y relaciones*. Universitat de València, Departament de Filologia Espanyola: València, 1999. p. 155-174. Fermín de los Reyes Gómez também trata dos problemas enfrentados por Mascarenhas ao publicar sua obra, afirmando que o material teria sido recolhido a mando do Conselho. A partir do texto de Jesús-Antonio Cid, não sabemos se isso de fato ocorreu. Ver: REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América. Legislación y Censura (siglos XV-XVIII)* vol.1. Madrid: Editorial Arco/Libros, 2000. p. 338-9.

Mascarenhas passa então a descrever os movimentos dos exércitos dos dois reinos, afirmando que, após o recuo dos soldados castelhanos em um encontro com os portugueses, o comandante “inimigo” Dom Antonio de Meneses teria enviado as notícias da vitória para a duquesa de Bragança, tendo durado “a alegria desta nova no enganado povo de Lisboa dois ou três dias, que bastaram, para que se imprimisse relação da vitória. Estas chegaram rapidamente à Castela pela parte da Galícia, que parece que seus autores correram para introduzi-las pela Estremadura, onde tudo passava ao contrário”<sup>8</sup>. Nesse momento o autor deixa explícita sua tentativa de desacreditar os papéis de notícias portugueses, já que foram impressos às pressas e davam a vitória aos soldados dos Braganças mas, na Estremadura “tudo passava o contrário”.

As páginas seguintes são uma sequência de dias enumerados descrevendo cada movimento, inclusive com as horas em que ocorriam, costume comum das relações que traziam informações da guerra com o intuito de trazer a ideia de verdade aos relatos, com a descrição detalhada. Apenas na folha 87 finalmente Mascarenhas descreve a tomada de Jurumenha no dia de Corpus Christi (08 de junho), concluindo na folha 128 que

Estes são os progressos das armas de sua majestade, governadas pelo Sereníssimo senhor D. Juan de Áustria, a quem dedica a fama, repetidos aplausos, e gloriosas memórias, que revertem em honra e glória da Monarquia Espanhola, bem, e utilidade do Reino de Portugal, vendo-se reduzidos à obediência de seu rei, e senhor natural, por meio do valor e disposição de sua Alteza Sereníssima<sup>9</sup>.

O texto termina assim, enaltecendo Dom Juan José de Áustria, filho bastardo de Felipe IV, por ter “reduzido à obediência” a praça portuguesa. Pelos trechos que apresentamos, podemos ver que, para além de ser lido em Madrid e ser bem visto pelo monarca pelo serviço prestado ao escrever uma obra como essa, o texto certamente foi elaborado para chegar do outro lado da fronteira e ser conhecido pela população portuguesa, para que esta aceitasse seu “senhor natural”. A publicística da Casa de Bragança, porém, respondeu prontamente.

Em outubro de 1663 já circulava em Lisboa a *Campanha de Portugal pella província do Alentejo na primavera do anno de 1663*, escrita por António Alvares da Cunha e impressa por

---

<sup>8</sup> MASCARENHAS, Dom Gerónimo. *Campana de Portugal por la parte de Estremadvra...* f. 37. Mascarenhas nomeia o comandante apenas como Dom Antonio de Meneses, mesmo que este já possuísse título de marquês pelos serviços prestados a Dom João IV. Mascarenhas escreve apenas “que se intitula Marque de Marialva”. Chamá-lo por esse título em sua obra corroboraria a nomeação de Dom João IV enquanto rei de Portugal, o que certamente não era o intuito de Mascarenhas. *Ibidem*. f. 27.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 128.

Henrique Valente de Oliveira <sup>10</sup>. Depois de esclarecer que finalmente Felipe IV voltava suas forças para a retomada de Portugal “em vinte anos de separação destas Coroas”, António Alvares da Cunha explica que o rei “tratou de ocupar todas as forças de sua Monarchia nesta vnica guerra”. Retornando também à questão da praça de Arronches, como fez Jerônimo de Mascarenhas, Cunha explica que após sua tomada ficaram, “vfanos com esta presa os inimigos (se pode valer muyto o que custou taõ pouco) começarão a fortificar a Praça, & a dar a entender ao mundo que tinham aberto hua porta no coração da Provincia, para invadila, ficando sem opposição o caminho ao Tejo, como confirma o referido autor” <sup>11</sup>. Aqui podemos apontar duas questões recorrentes na publicística dos dois lados da fronteira: a preocupação com a divulgação de notícias – “dar a entender ao mundo” – e o menosprezo das vitórias inimigas – pois como “se pode valer muyto o que custou taõ pouco”, se referindo à facilidade em tomar uma praça tão pouco protegida <sup>12</sup>. Sobre terem aberto uma entrada para o Tejo e, assim, para a tomada de Lisboa a partir de Arronches, Cunha é bastante irônico: “lembrando que de Arronches ao Tejo vão 15 legoas de áspera & estéril campanha, (...) mas quem se esqueceo tanto da pátria na obrigação, não he muito esquecerse della na Geografia” <sup>13</sup>. Aqui, o autor ironiza uma vez mais Mascarenhas, que havia “esquecido da pátria”, já que o bispo havia passado para o lado castelhano.

Quanto à tomada de Jurumenha, descrita em pormenores por Mascarenhas na publicação anteriormente analisada, Cunha se refere apenas que ocorreu “com pouca resistência” e que após a retirada de ambos os exércitos devido já à ação rigorosa do tempo – o calor na região fazia com que os enfrentamentos não ocorressem no período do verão – “se seguio publicarem os castelhanos tinham conseguido a nossa conquista, pois tinham para a entrada duas importantes portas já abertas”. A ironia de Cunha continua, desmerecendo as conquistas por serem duas praças “hua fraca, & outra taõ pequena” e de pouca consideração. Discorrendo em seguida sobre as campanhas do ano de 1663 e a perda de Évora, Cunha descreve a formação dos exércitos e cita Afonso Furtado de Mendonça,

---

<sup>10</sup> Sobre António Alvares da Cunha, ver: SANTOS, Clarinda Maria Rocha dos. *O académico Ambicioso*. D. António Alvares da Cunha e o aparecimento das academias em Portugal. Dissertação de doutoramento. FLUP Faculdade de Letras do Porto. Instituto de Estudos Ibéricos. Dezembro, 2012.

<sup>11</sup> Mascarenhas havia sido descrito na página anterior como “Castelhano por inclinação, ainda que Portuguez por natureza”. CUNHA, Antonio *Alvares. Campanha de Portugal: pella provincia do Alentejo Na Primavera do Anno de 1663*. Governando as Armas daquela Prouincia Dom Sancho Manoel Conde de Villa Flor. Offerecida a Magestade de ElRey D. Affonso VJ Nosso Senhor. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira. Impressor delRey N.S. Anno de 1663. f. 2.

<sup>12</sup> Em outro momento Cunha afirma que a tomada de Arronches se “fez a facilidade da praça, & não a conueniencia da Conquista”. *Ibidem*. f. 6.

<sup>13</sup> *Ibidem*, f. 4.

governador da praça de Estremoz que se junta ao exército do novo comandante português, Conde de Vila Flor, pois entendia que era “seu valor maior na gloria o ser soldado entre os perigos, que Capitão donde os não hauia”<sup>14</sup>. Enaltecer os comandantes portugueses que combatiam o inimigo também era função dos papéis publicados em Lisboa, e António Alvares da Cunha não seria diferente. Sobre a tomada de Évora, o autor minimiza mais uma vez os feitos do lado castelhano, escrevendo que “vendo o pouo seu evidente perigo, fomentados por alguns afeiçoados ao outro partido, cessarão as armas, & tornarão às capitulações (...)”<sup>15</sup>. Não seria, assim, mérito do inimigo tomar a praça, mas a preocupação com a população do local que fez com que os portugueses se rendessem. Interessa ainda comentar a réplica do autor referente à aliança com os “hereges” de que tratou o bispo em sua publicação, momento em que Cunha responde de maneira veemente que se Deus castiga os pecados de razão de Estado, como o alegado Autor nos ameaça com a entrega de Tangere, que leuou em dote a Serenissima Rainha da Grão Bretanha, ó quanto experimentão danhos, & quanto tem que temer de ruinas os Castelhanos nos governos presentes, & passados! (...) que mais foi ocuparem os Ingrezes Tangere, que largasse Tunes aos Mouros? Não há diferença dos templos de Lutero ás mesquitas de Mafoma<sup>16</sup>.

Aparentemente o autor não consegue defender o governo português quanto à decisão de deixar uma praça importante no norte da África para um reino declaradamente não-católico, mas culpa a razão de Estado pela aliança. A maneira encontrada é acusar os castelhanos de também terem realizado o mesmo ao abandonar uma cidade, dessa vez em prol dos muçulmanos. E conclui que não há diferença entre os templos protestantes e as mesquitas, já que são ambos não-católicos. Nas páginas seguintes Cunha, assim como Mascarenhas, preocupa-se em descrever os exércitos dos dois reinos e as movimentações dos soldados no mês de junho, o que culminaria na vitória portuguesa até à entrega de Évora no fim do mesmo mês.

Assim como a maioria dos documentos com os quais trabalhamos no decorrer de nossa tese de doutorado, as *Campanhas de Portugal* também são descrições de acontecimentos bélicos, mas dessa vez cada uma tem mais de uma centena de páginas: são descrições detalhadas sobre notícias da guerra que não deixavam também de provocar o outro lado, ora afirmando que os portugueses estavam buscando ajuda com hereges, ora enaltecendo o papel do oficial enviado por Dom João IV em detrimento do comandante inimigo. A polêmica, portanto, continua ainda na década de 1660 onde, diferente dos

---

<sup>14</sup> *Ibidem.* f. 26.

<sup>15</sup> *Ibidem.* f. 26-7.

<sup>16</sup> *Ibidem.* f. 31.

primeiros anos, em que foram poucos os embates bélicos entre as duas Coroas, ocorreram várias batalhas no sul da Península. Além de comunicar as notícias em relações de sucessos cujas páginas muitas vezes eram em pouca quantidade, traziam à luz longas descrições dos encontros, imbuídas da polêmica característica do período em análise.



## **Francia interessada con Portugal: a diplomacia da Restauração e a publicística de Antonio Moniz de Carvalho**

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho  
Doutor em História e Civilizações  
École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris  
[muriquid@gmail.com](mailto:muriquid@gmail.com)

O terreno diplomático foi um dos mais importantes e vulneráveis de todos os flancos políticos abertos pela Restauração da monarquia portuguesa em 1640, após sessenta anos de ausência de representações próprias no continente europeu. Ao longo das décadas anteriores, marcadas pela expansão da Guerra dos Trinta Anos, a publicação de livros e panfletos se afirmou como um aspecto significativo para a condução política e diplomática daqueles mesmos conflitos, incluindo-se aí a multiplicação de folhas de notícias impressas em várias partes da Europa. Cada vez mais, agentes diplomáticos de diferentes origens e em diferentes conjunturas procuravam se valer ativamente deste contexto de discussão pública sobre a atualidade europeia, intervindo sobre a produção e a circulação de periódicos e outras publicações, dos mais variados gêneros e formatos. Tais atividades, que visavam em princípio apoiar os objetivos das embaixadas em questão, demonstram o quanto seus membros reconheciam a necessidade ou a utilidade de se interessar pela opinião de uma parte da população para além dos homens políticos implicados nas negociações, e de se dirigir a este público para favorecer o sucesso de suas missões.

No caso da diplomacia da Restauração portuguesa, a interrogação sobre o papel desempenhado por suas iniciativas editoriais aparece como um caminho estimulante para compreender a atuação de suas delegações de forma mais integrada ao ambiente político, social e cultural com que seus membros se relacionavam. Em território estrangeiro, as intenções e as ideias trazidas pelos enviados de Portugal deviam se confrontar à conjuntura e às práticas políticas locais, que determinavam largamente os meios de ação disponíveis e seu grau de eficácia. A reconstituição, quando possível, da gênese dos livros e de outros impressos produzidos sob os auspícios das delegações portuguesas tem revelado uma significativa autonomia dos diplomatas e outros agentes a eles associados na construção de suas estratégias de publicação, assim como uma vontade recorrente de adaptação e de diálogo com o cenário editorial e político em que pretendiam intervir. Neste sentido, as obras publicadas na França por Antonio Moniz de Carvalho são exemplares, e ímpares ao

mesmo tempo. No período de 1642 a 1649, que compreende as duas embaixadas do conde da Vidigueira Vasco Luís da Gama em Paris, Moniz escreveu dois livros em que trata diretamente de assuntos centrais para as negociações em curso.

Secretário da embaixada que chegou à França em maio de 1642, foi já conhecendo as tensões e disputas políticas daquela corte que ele escreveu e publicou, em abril de 1644, o livro *Francia interessada con Portugal en la separación de Castilla*<sup>1</sup>, de que trataremos prioritariamente nesta comunicação. O contexto era ainda o da transição política agravada com a morte do rei Luís XIII, em maio de 43, alguns meses após a morte do cardeal de Richelieu. Se este cenário representava o risco de uma mudança de governo que redirecionasse a política militar e diplomática francesa, em detrimento talvez do apoio a Portugal, o mesmo receio era sentido pelos grupos políticos franceses que defendiam a estratégia de manutenção da ofensiva contra a Espanha. Antonio Moniz redigiu a obra em espanhol, idioma que a embaixada utilizava nas audiências e nos memoriais endereçados ao governo francês e que, ao mesmo tempo, não era inusitado no horizonte editorial da França do Seiscentos, graças principalmente ao sucesso da literatura do Século de Ouro hispânico, e a uma ampla divulgação da língua castelhana nos meios letrados do reino<sup>2</sup>. O jurista português, por sua parte, esperava certamente uma grande circulação daquele texto, tendo sua publicação sido encomendada a Michel Blageart, um prestigioso impressor da capital<sup>3</sup>. Examinemos então a construção do seu discurso, e a forma como o autor o orienta não apenas para convencer seus leitores do interesse da separação de Portugal da monarquia hispânica, mas também e sobretudo para fomentar ações políticas salutares à diplomacia portuguesa.

A edição conta primeiramente com uma bela estampa em frontispício, na qual os escudos bourbônicos da França e de Navarra e o escudo do reino português literalmente apertam as mãos. Uma imagem simples mas eficaz abre o livro, em que a monarquia francesa, por sua aliança com Portugal, aparece como portadora da justiça e garantidora da verdade, bem como do cumprimento da profecia divina que anunciava a regeneração do

---

<sup>1</sup> MONIZ DE CARVALHO, Antonio. *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla. Con noticias de los intereses comunes de los Principes, y Estados de Europa. A la Magestad Christianissima de Doña Ana de Austria, Reyna Regente de Francia, y de Navarra*. Paris: Michel Blageart, 1644.

<sup>2</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric. *La France espagnole. Les racines hispaniques de l'absolutisme français*. Paris: Seuil, 2003, p. 107-123.

<sup>3</sup> Primeiro impressor da *Gazette*, antes que Théophraste Renaudot montasse sua própria oficina de impressão, Michel Blageart publicou nos anos 1630 e 1640 edições de Sêneca, de Montaigne, do cardeal de Ossat, do próprio Richelieu, e dezenas de outras obras literárias e cortesãs, políticas e religiosas, bem como algumas folhas noticiosas e decretos do conselho de Estado e do parlamento de Paris. Cf. MELLOTT, Jean-Dominique, QUEVAL, Elisabeth e MONAQUE, Antoine. *Répertoire d'imprimeurs/libraires (vers 1500-vers 1810)*. Paris: Bibliothèque nationale de France, 2004.

trono português. Dedicando a obra a “*Doña Ana de Austria*”, viúva de Luís XIII e irmã de Filipe IV, Antonio Moniz começa evocando dissimuladamente a existência de suspeitas a respeito da reaproximação espanhola a que sua regência poderia conduzir o reino, quando diz que não havia necessidade de representar a ela os interesses da França, pois não havia quem mais os conhecesse<sup>4</sup>. Era porém necessário, ele se explica, publicar este livro e consagrá-lo à rainha, para mostrar ao mundo que sua generosidade com Portugal era uma parte fundamental do cumprimento de seu papel de guardião do reino durante a menoridade de Luís XIV. Na sequência, a mensagem era bastante clara: apoiando e protegendo Portugal a regente poderia demonstrar que, apesar do sangue austríaco e do corpo espanhol, valorizava acima de tudo sua alma francesa<sup>5</sup>. Por fim, explicando o título da obra, o secretário separa a França de sua rainha: o rei português está de posse legítima de seu reino, e é aliado do rei francês; a França está interessada, e a rainha é virtuosa e prudente. Ele deixa então a conclusão a seus leitores, aptos a deduzir seu pensamento: seria prova de prudência, e de virtude, que a rainha fizesse cumprir o interesse da França, e manter ou mesmo reforçar o seu apoio a D. João IV.

No primeiro capítulo do livro, a primeira de sete demonstrações, o secretário analisa a história do último século como a da ascensão do poder da casa de Áustria, que após a conquista de Portugal por Filipe II passara a ter os meios para alcançar a monarquia universal. A França, tendo se tornado o único obstáculo possível à ambição castelhana, foi constituindo para tanto um corpo misto de alianças, socorrendo e ajudando os príncipes alemães e italianos oprimidos pelos Habsburgo, e finalmente procurando que Portugal fosse restituído a seu legítimo herdeiro<sup>6</sup>. Ele disserta em seguida sobre as riquezas de Portugal, sobre os seus valores morais e religiosos, sobre a consistência de sua estrutura política ultramarina, e sobre os talentos e virtudes de seus naturais: todos estes recursos, em gentes, armas e rendas, faltavam agora ao rei castelhano, e assistiam a França. Em uma retrospectiva dos quase dez anos passados da guerra franco-espanhola, o autor faz sobressair o ponto de virada representado pela aclamação do Bragança, de que a França tirou grande vantagem, ao ponto de conseguir colocar Filipe IV na defensiva. Mesmo após

---

<sup>4</sup> MONIZ DE CARVALHO, Antonio. *Op. cit.*, s/n.: “*Señora, bien conosco, que no ay necesidad de hazer a vuestra Magestad Christianissima demonstraciones, ó memoria de los intereses de Francia, pues no puede aver persona en el mundo, que más los entienda, porque no ay alguna, que más los ame*”.

<sup>5</sup> *Ibid.* s/n.: “*si la Cesarea Casa de Austria con lo más sublimado de su sangre, concurriendo las venas de Portugal, pudo formar en vuestra Magestad un cuerpo de España, vuestra Magestad elevandosse en si misma, ha depuesto el cuerpo, y la sangre, y quedò sola una alma de Francia; igualando a una Reyna Blanca, tambien de España, madre de Luis el Santo, otra que ha sido espòsa de Luis el Justo*”.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 6.: “*finalmente deseando, y procurando con affectuosissimo extremo, que Portugal bolviessse a su natural, y legitimo heredero, y cessassen tan preversos, y arriesgados dessignios en daño de la libertad publica de Europa*”.



precisar que não pretendia ofender o brio dos franceses, minorando o papel desempenhado pelo heroísmo de suas tropas, Moniz constata que, sem a secessão portuguesa, nem aquele brio nem este heroísmo teriam sido suficientes para garantir suas recentes vitórias contra a monarquia Católica. O mais importante, entretanto, é que ele expõe esta correlação enquanto parte da estratégia francesa. Com a separação de Portugal, continua o autor, faltam a Castela os portugueses, agora seus maiores e mais próximos inimigos, sobra-lhe a diversão de suas forças, e fica a França mais triunfante, tornando-se o seu rei o árbitro universal de toda a Europa. Sua demonstração tinha começado fazendo eco à denúncia francesa sobre as pretensões universais dos Habsburgo; encaminhava agora a sua conclusão nutrindo as esperanças da monarquia dos Bourbon, bem em sua linguagem, de tornar-se árbitra daquela Europa política, defensora de uma liberdade pública que se via ameaçada desde os tempos de Filipe II.

Mas em tempos de inquietude quanto aos rumos da postura militar e diplomática da França, fazia-se necessário ainda afirmar tais expectativas como o legado de Luís XIII, que procurou sempre, com grandes despesas e inclusive com o sangue de muitos franceses, enfraquecer o poder da casa de Áustria. Eis a razão de Estado geral, anunciada no título da demonstração, que toda vez que não era seguida trazia sérios danos à estabilidade e à perpetuação da coroa francesa, e que aquele rei havia seguido quando recebeu de braços e coração abertos a justiça da restituição do trono português, a ponto de recomendar aos seus ministros, segundo o autor, que zelassem por Portugal com o mesmo cuidado que pelo bem e interesse da França<sup>7</sup>. Seu discurso, através já da construção de uma memória sobre a centralidade da questão portuguesa no patrimônio diplomático do rei falecido, buscava incorporar a causa restauracionista às reivindicações daqueles que defendiam a manutenção da política dos tempos de Richelieu.

Como conclusão desta primeira demonstração, Moniz de Carvalho menciona que Filipe II, em seu testamento, havia recomendado a seus herdeiros que nunca separassem a coroa de Portugal da de Castela, pois ela convinha ao aumento de seus Estados. Os leitores franceses podiam notar a referência indireta ao testamento de Luís XIII, anulado pelo parlamento de Paris no ano anterior, a pedido da rainha, a fim de obter amplos poderes enquanto regente. Na ausência de um testamento como o de Filipe II, agora era a França que pedia a Ana de Áustria para que zelasse pela separação de Portugal do domínio do rei da Espanha, seu irmão<sup>8</sup>. O texto faz ressoar a ideia de que se a rainha não o fizesse, era

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 24.

<sup>8</sup> Ibid., p. 24r-24v: “*oy Francia interessada en lo contrario, pide a su Augusto Rey Luis XIV y a su Christianissima Reyna Regente, que traten de la perpetuidad, y conservacion de Portugal separado, diciendo tambien, que asi conviene a la quietud, y*

porque entendia como próprios os bens da casa de Áustria, e como alheios os interesses da França. Sob um elogio da política de assistência à insurreição portuguesa, se depreende deste livro uma espécie de advertência ao governo da regente e do cardeal Mazarino, sugerindo que uma tal acusação, ali dissimulada, poderia ser utilizada por opositores no caso da tomada de decisões que viessem a minar o apoio diplomático a Portugal.

Nos capítulos seguintes, o secretário examina sob diferentes pontos de vista a importância de uma união luso-francesa firme e indissolúvel, como que oferecendo a aqueles possíveis opositores todos os argumentos para denunciar o abandono de D. João IV como uma traição dos interesses da França. Ele analisa as alianças que então possuía a monarquia borbônica, de onde infere que a aliança portuguesa era a mais favorável e a mais confiável entre elas, e destaca em seguida a utilidade de uma tal amizade para a superação francesa de suas fragilidades no domínio marítimo, tanto tecnológicas quanto comerciais. Voltando à terra, apresenta as despesas e a dispersão das forças dos Habsburgo provocadas tanto pela guerra defensiva de Portugal quanto por suas recentes manobras ofensivas, advogando claramente em defesa do esforço de guerra português. E enfim, nas duas últimas demonstrações, Moniz ressalta o papel da Restauração no avanço das negociações de Westfália, expondo em conclusão as razões pelas quais a manutenção do poder do rei português parecia indispensável à concretização de uma verdadeira paz, ou seja, de um acordo capaz de neutralizar de uma vez por todas a ambição austríaca<sup>9</sup>.

A origem desta apreensão a respeito da solidez do apoio francês, Moniz de Carvalho nos permite perceber, é precisamente o desenvolvimento das tratativas de paz. Com efeito, as cartas remetidas a Paris pelos enviados portugueses presentes em Münster e Osnabrück expunham que o risco do abandono francês da causa portuguesa em nome da paz geral era cada dia mais palpável<sup>10</sup>. Todo este período de publicações pró-Portugal na França, até 1648, foi atravessado por estas tensões, inclusive pela presença de uma série de panfletos em favor dos Habsburgo, que se apresentavam como parte e produto dos debates na Westfália, e nos quais a delegação francesa era criticada por se servir do caso português para criar entraves ao esforço comum dos outros plenipotenciários e impedir o

---

*augmento de sus Estados: hablava el Señor Rey Felipe II en su testamento, solo con los herederos de su Corona, más no con la Christianissima Reyna Regente su nieta, madre del heredero de Francia, porque se vé muy claro, que es más proximo el interez del hijo, que el del hermano, toca más lo que toca en el proprio, que en el ageno*”.

<sup>9</sup> Ibid., p. 25-105.

<sup>10</sup> PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 18-32.

fim da guerra<sup>11</sup>. Ora, fazendo chegar tais alegações à França, os responsáveis por estes panfletos passavam a agir no mesmo terreno que os agentes e escritores a serviço de D. João, procurando refutar a interpretação por eles veiculada sobre o lugar ocupado pela rebelião portuguesa na conjuntura diplomática do momento, bem como suas considerações sobre as consequências daquela aliança para o futuro da monarquia francesa.

A partir de 1646, com o estatuto de residente em Paris, Moniz de Carvalho intervém ainda mais diretamente neste debate, e compõe um novo opúsculo, os *Esfuerzos de la razon para ser Portugal incluido en la paz general de la cristiandad*<sup>12</sup>, dedicado ao próprio Vasco Luís da Gama, que chegava como marquês de Niza para sua segunda embaixada na França, no início de 1647. A obra foi publicada no mesmo formato in-4º que a *Francia interesada*, mas com menor volume, impressor anônimo e apenas algumas xilogravuras decorativas, em um período mais sensível e comportando reflexões ainda mais incisivas. O autor declarava com frequência em suas cartas, aliás, que ela não tinha sido concebida para o público em geral. A questão era tão periclitante que aparecia mesmo em sua página de título, onde se diz que o livro tinha sido comunicado apenas aos ministros superiores dos conselhos de França e Portugal, e ela emerge também no texto da dedicatória. O residente insiste no caráter reservado da publicação, e sublinha que isso não estava em contradição com a escolha de a fazer imprimir, pois eram poucos os exemplares, e todos mantidos sob muita atenção como “prisioneiros de sua mão”, até que pudesse colocá-los aos pés do novo embaixador<sup>13</sup>. Podemos seriamente nos perguntar se suas palavras tinham por intenção tranquilizar esses ministros em relação ao texto que leriam, ou se pretendiam inquietá-los ainda mais.

Trata-se, em substância, de uma exposição das razões por que a rainha deveria instruir seus legados em Münster a defender de forma peremptória a impossibilidade de firmar a paz com a Espanha sem a inclusão de Portugal nos tratados. Prognosticando a extensão continental das forças que a continuidade da guerra luso-espanhola acabaria mobilizando em caso contrário<sup>14</sup>, e combatendo os discursos que repercutiam que o apoio francês a Portugal vinha impedindo a paz, Moniz sustenta que era a França quem merecia

---

<sup>11</sup> CARDIM, Pedro. “Portuguese Rebels” at Munster. The Diplomatie Self Fashioning in mid-17th Century European Politics. In: DUCHHARDT, Heinz (org.). *Der Westfälische Friede. Diplomatie, politische Zäsur, kulturelles Umfeld, Rezeptionsgeschichte*. Munique: Oldenbourg, 1998, pp. 293-333, p. 297-319.

<sup>12</sup> MONIZ DE CARVALHO, Antonio. *Esfuerzos de la razon para ser Portugal incluido en la paz general de la cristiandad. Conforme a las obligaciones, intereses, y empeños de Francia. Con memoria de lo representado con ellos, a la Magestad Christianissima de la Reyna Regente. Solo comunicados a los ministros superiores del Consejo de Francia, y Portugal*. Paris: s/l, 1647.

<sup>13</sup> Ibid.: “porque como son pocos los exemplares, i mucha la atencion, que tengo en ellos, son todos prisioneros de mi mano, hasta ponerlos a los pies de Vuestra Excelencia”.

<sup>14</sup> Ibid., p. 23-26.

os louvores da Cristandade, pois se prontificava a abandonar a guerra em um momento em que era a única a tirar proveito dela, e porque se recusava a baixar as armas enquanto não tivesse a certeza de uma pacificação que incluiria todos os reinos cristãos<sup>15</sup>. Neste ínterim, a reputação francesa é posicionada no topo da hierarquia das razões que deviam ser consideradas em se tratando da importância da aliança lusa, e um grande destaque é dado à descrição dos teatros em que a França havia publicamente demonstrado seu apoio a Portugal. Não seria justo acreditar que a rainha agora o abandonaria, um ato indecoroso após o empenho de dinheiro, soldados, e de sua palavra<sup>16</sup>. Por isso, a diplomacia francesa deveria defender que a paz da Cristandade seria irrealizável sem a paz em Portugal: sua independência era crucial para aplacar a soberba da monarquia Católica, única responsável pelo prolongamento da guerra, e a grande instigadora dos conflitos políticos que marcaram a história francesa dos cem anos precedentes. A conclusão do texto deixa assim subentender que se a coroa francesa não defendesse a inclusão de Portugal nos tratados de Westfália, ela estaria se deixando levar por considerações e interesses dos que não desejavam uma verdadeira paz, nem na Europa e nem dentro da própria França.

Uma vez mais, Antonio Moniz investe na estratégia de sugerir argumentos suscetíveis de serem recuperados pelos opositores ao governo da regente, com a intenção primeira de o incitar a responder com um apoio firme à causa lusitana. Uma estratégia cada vez mais arriscada, todavia, o que explica a sua insistência no caráter restrito da difusão de seu tratado. Para um ministro que lesse estes seus últimos *Esfuerzos de la razon*, suas explicações iniciais sobre a tiragem reduzida e a destinação exclusiva da publicação suscitariam antes de mais nada uma apreensão a respeito do conteúdo da obra, confirmada na sequência da leitura pela indiscrição de suas revelações e de seu discurso sobre o significado de um eventual desamparo do aliado português. Neste sentido, a presença de um livro impresso e a lembrança dos exemplares deixados à disposição do novo embaixador tomavam a forma de uma ameaça dissimulada. Ao longo de sua estadia na França, Moniz procurou virar em favor das iniciativas diplomáticas portuguesas o impacto político das discussões na sociedade francesa sobre a conjuntura europeia, e sobre o papel a atribuir a aquela nova monarquia insurgente. Para tanto, ele devia atuar no jogo sutil entre o domínio do segredo e o da publicização da política militar e diplomática, em uma porosidade que, naquelas décadas centrais do século XVII, estava no cerne do desenvolvimento da relação entre a cultura impressa e a escrita política.

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 57-64.

<sup>16</sup> Ibid., p. 2-3, 28-32, 41-56.

**Contra a Inquisição: autoria, anonimato e polifonia no livro *Notícias recônditas do procedimento das Inquisições (1681-1750)***

Yllan de Mattos  
Doutor em História  
Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[yllanmattos@yahoo.com.br](mailto:yllanmattos@yahoo.com.br)

O livro *Notícias recônditas e póstumas do procedimento das Inquisições de Portugal e Espanha com seus presos*<sup>1</sup> foi publicado na Inglaterra, tanto em inglês quanto em português, no primeiro quartel do século XVIII. A atribuição de anonimato está presente em todas as cinco edições (1708, 1709, 1713, 1720 e 1722) – embora nem sempre explícita. O anonimato estabelece, a um só tempo, a “função do autor” (e não sua ausência) e as conexões que expandem os traços de coerência com outras obras. Como apontou Foucault (2001), o autor é uma função que permite a organização do universo dos discursos. O autor emprega distinção ao texto, dando-lhe um caráter individual, já o conjunto dos seus textos torna-se uma obra, na qual se espera certa coerência. Entretanto, é possível perceber que o autor-anônimo também comporta uma função e oferece elementos discursivos ao texto.

A autoria anônima das *Notícias* poderia forjar uma conexão com outros textos também críticos à Inquisição, formando o que podemos chamar de *literatura anti-inquisitorial*<sup>2</sup>. Havia, nesse sentido, dois conjuntos possíveis de obras sugeridas pelo anonimato: (a) a unidade de suas edições impressas, com as respectivas traduções e adaptações, e suas cópias manuscritas; (b) a relação possível destas edições e cópias com outras obras e autores críticos ao Santo Ofício, tal como Charles Delon, Philip van Limbotch e Claude Pierre Goujet. O autor, embora anônimo e oculto, se fazia presente e, por isso, poderia ser qualquer um. Assim, o anonimato forjava uma identidade e, ao mesmo tempo, a suprimia.

No que tange às cópias manuscritas, a menção à autoria (quando há) recai sobre o padre Antônio Vieira (anotada por pena diversa ao copista), enquanto as edições impressas sugerem um autor anônimo (exceto as edições póstumas – a David Nieto, seu editor – de 1750 e 1821). Certamente, esta atribuição não faz parte das escolhas do “autor”, pois um

---

<sup>1</sup> FBN [Fundação Biblioteca Nacional]-Rio de Janeiro, *Obras Raras*, II-76,2,15. *Notícias recônditas y posthumas del procedimiento de las Inquisiciones de España y Portugal con sus presos*. Vila Franca: S/Ed, 1722.

<sup>2</sup> A ideia de uma *literatura anti-inquisitorial* foi principiada por quem profere essa comunicação (MATTOS, 2014, p. 44).

texto impresso é manipulado por diversas pessoas, como bem apontou Donald McKenzie<sup>3</sup>. Dificilmente pode-se atribuir uma única origem. Editores, impressores, compiladores, vendedores, entre outros, foram fundamentais para a compreensão do livro e de sua história. O texto, portanto, é sempre colaborativo. Analisar os elementos que conferem materialidade ao livro, como *capa, prefácios, índice* (entre outros), são fundamentais para a compressão da relação entre forma e sentido. É justamente nessas partes onde podemos encontrar a “mente do editor” conferindo especificidade ao livro. Nas palavras do historiador Roger Chartier: “diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e leem” (CHARTIER, 2002, p. 61). E o que dizem capas e prefácios das edições impressas das *Notícias*?

A primeira edição, *An account of the cruelties*, publicada em inglês no ano de 1708<sup>4</sup>, traz na capa a seguinte informação: “escrito por um dos secretários da Inquisição”. Vale perceber o destaque dado à palavra *Inquisição* (grafada duas vezes, sendo uma delas com bastante destaque e letras góticas) na capa, como forma de provocar a leitura/compra do livro. Este mesmo “uso comercial” compreendeu também a noção de anonimato. Uma obra contra a *inquisição* escrita por um *anônimo* secretário da Inquisição deveria atrair um público protestante, ibérico e judaico. No “prefácio ao leitor”, a atribuição ao tal secretário é confirmada e justificada, pois “são as pessoas que podem dar a melhor e mais exata conta dos procedimentos daquele Tribunal”. Logo depois, o editor/publicador explica que o conhecimento da verdade o libertou, levando-o a um conflito de consciência que não mais o permitia “suportar as bárbaras crueldades e os processos injustos”<sup>5</sup>. Há um jogo que atribui às *Notícias* serem resultado do sentimento de injustiça que teria inquietado a consciência do tal secretário-autor. Entretanto, tais apelos narrativos, intrigas e segredos recônditos abordados nos prefácios funcionam como uma forma de atrair o interesse de um leitor em potencial.

---

<sup>3</sup> A ideia de que um livro é resultado de relações entre diversos compositores e impressores trabalhando simultaneamente foi apresentada em 1969, na obra *Printers of the mind* (McKENZIE, 2002). Entretanto, a ideia da “materialidade do texto” foi delineada em *Bibliografia e a sociologia dos textos* (McKENZIE, 2018). É preciso, igualmente, compreender que um texto manuscrito também é manipulado por diferentes pessoas. No caso das *Notícias*, percebe-se a presença do copista e do(s) leitor(es) que, em alguns casos, anotaram suas impressões no texto. Como lembra Roger Chartier, livros, sejam manuscritos ou impressos, sempre são resultado de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões, técnicas e habilidades” (CHARTIER, 2014, p. 38).

<sup>4</sup> BL [British Library]-Londres. *An Account of the cruelties exercised by the Inquisition in Portugal to which is added: a Relation of the detention of Mr. Louis Ramè in the Prisons os the Inquisition in the Kingdoms of Mexico and Spain, and his happy Deliverance*. London: Printed for Burrough and F. Baker at the Sun and Moon, 1708.

<sup>5</sup> Idem. p. III-V.

Nossa hipótese é que o anonimato seria uma forma de estabelecer a autoria, pois representava a autoridade. A composição das *Notícias recônditas* observava a retórica como regra elementar da construção do discurso, sobretudo quanto ao uso do recurso da autoridade. Era essa a função da atribuição autoral ao tal “secretário da Inquisição em Portugal, que são quem podem dar melhor e mais exatamente conta dos procedimentos”. O prestígio que garantia a autoridade ao autor não era a fama de seu nome, mas a sua experiência no Tribunal e o seu verdadeiro sentimento de indignação contra suas “bárbaras crueldades e injusto proceder”. Isso conferia veracidade às notícias (informações, relatos) e conferia um sentimento de honestidade às críticas, mobilizando nos leitores – também críticos, ou mesmo inclinados a sê-lo – uma certa empatia de ideias e opiniões. Claro que, para isso, seus leitores teriam que validar a opinião do editor/publicador de que o autor do texto era a pessoa que pode “melhor e mais exatamente [dar] conta dos procedimentos” do Santo Ofício<sup>6</sup>.

As *Notícias recônditas* não tinham por finalidade discutir conceitos teóricos ou teologia. As informações eram práticas, retiradas do cotidiano do Tribunal e baseadas na vivência do tal secretário (autor imaginado) e na veracidade dos processos. Como está escrito na edição de 1722:

Pouco crédito, dirão, se deve dar ao referido, porque não há autores que escrevam sobre a matéria; porque ainda os presos que o experimentam, o não podem testemunhar, porque é crime para os tomarem para os cárceres, se relatarem qualquer destes segredos, e, assim, lhe o notificam quando saem, dando juramento de guardarem em tudo segredo, e assim só pelas confissões sacramentais se podem alcançar algumas verdadeiras notícias<sup>7</sup>.

À parte a infundada ausência de autores sobre a matéria, o texto das *Notícias recônditas* era narrado por uma autoridade capaz de conhecer os pormenores do processo inquisitorial. É assim que houve uma tradição de escritos contra a Inquisição, formada por uma série de impressos propagandísticos que continham cuidadosa descrição do processo inquisitorial, desde as prisões, perseguições até detalhes da ação dos juízes, embargos morais e jurídicos, apelos à misericórdia, mas também se sabia em minúcia o nome e sobrenome dos réus, seus castigos e argumentações mais fantásticas<sup>8</sup>. Tais conhecimentos, narrados com agudeza, conferiam autoridade ao texto, mesmo que seu autor “preferisse” o anonimato. A relação, portanto, era dialética: o anonimato permitia ao “autor” promover

---

<sup>6</sup> FBN-Rio de Janeiro, *Obras Raras*, II-76,2,15. *Notícias recônditas* (1720). *Op. cit.* Prólogo, sem paginação.

<sup>7</sup> Idem. p. 24.

<sup>8</sup> Veja os seguintes estudos: Nicolas Castrillo Benito (1991); Marcos Herráiz Pareja, Ignacio García Pinilla, Jonathan Nelson (2018).

a “verdade” sobre o procedimento das inquisições com seus presos e esta “conformidade” com a “verdade” fornecia autoridade para dizê-lo. A personagem-autora do secretário da Inquisição indignado e pronto para “descarregar a consciência” era perfeita.

Desde *Sanctae inquisitionis hispanicae artes*<sup>9</sup> (1567), muitos escritos somaram-se traçando forma e conteúdo à escrita contra o Santo Ofício. As *Notícias recônditas* compunham, já no século XVIII, esse conjunto agigantado de textos. Nesse sentido, a autoria anônima também possibilitou seu uso adaptado em outras edições de livros contrários à Inquisição – o que avulta a argumentação de que o anonimato teria conectado as *Notícias* a outras obras críticas. É o caso da *Addition à l’Histoire de l’Inquisition* que integra o terceiro volume das *Voyages de Mr. Dellon*, impressas em Colônia (Paris), em 1709 pelo publicador imaginário “herdeiros de Pierre Marteau”<sup>10</sup>. A obra também aparece adaptada nas duas edições (1761 e 1769) de *Authentic memoirs concerning the portuguese Inquisition*, impressas em Londres por W. Sandby, no *Fleet-Street*<sup>11</sup>. Os textos desses livros não fazem menção direta às *An account* (1708, 1709 e 1713), mas utilizam adaptações livres de partes do seu texto. Os editores destas (e outras) obras não hesitaram em incorporar partes generosas das *Notícias* em várias línguas. A apropriação do texto das *Notícias* demonstra que os editores/publicadores ingleses e franceses entendiam-no como parte de um conjunto identitário crítico à Inquisição que chamamos de *literatura anti-inquisitorial* – mesmo que, no geral, seus autores nunca tenham tido coesão ou, sequer, conhecimento uns dos outros.

Há um número diversificado de denúncias contra o procedimento inquisitorial nesses muitos escritos, entretanto os temas, a maneira de fazer (ainda que com uma escrita diferente em alguns casos) e a conclusão são incrivelmente semelhantes. Assim, percebe-se a construção de uma unidade literária e autoral dessas obras – mesmo que o tom das críticas variasse. A versão manuscrita que primeiro circulou em Portugal tem pontos diferentes das edições impressas. Ela é mais curta, não possui os preâmbulos e demais textos e acabou circunscrita a poucos interessados pelo assunto, sobretudo inquisidores e alguns letrados. Os manuscritos, como afirma Fernando Bouza (2001, p. 16), foram feitos para “correr” (ou circular) de “mão em mão” agilizando as opiniões em uma contenda.

---

<sup>9</sup> Para Nicolás Castrillo Benito (1991), este é o primeiro livro polêmico contra a Inquisição espanhola.

<sup>10</sup> BnF [Bibliothèque nationale de France]-Paris, *Département Arsenal*, 8-H-1294 (3). *Voyages de M. Dellon, avec sa Relation de l’Inquisition de Goa, augmentée de diverses pièces curieuses et l’Histoire des dieux qu’adorent les gentils des Indes, avec une addition considérable à l’histoire de l’Inquisition de Goa*. Colônia: “Les héritiers de Pierre Marteau”, 1709. Tomo III.

<sup>11</sup> BL-Londres. *Authentic Memoirs concerning the Portuguese Inquisition, never before published: with remarks on the infamous character given of the British nation, by a late apologist for that horrid tribunal*. London: W. Sandby, 1761.



Muitas vezes marcados pelo curto alcance e efemeridade (mas nem sempre), os manuscritos corriam mais velozes que o texto impresso, pois sua difusão não passava, *a priori*, pela aprovação de qualquer órgão censor, seu custo era deveras menor e permitia a constante revisão em cada cópia – ou mesmo uma emenda ou anotação furtiva ao original. Os manuscritos, todavia, encontraram circulação restrita a Roma de fins do século XVII e Portugal, já na virada para o século XVIII.

Livros, panfletos e/ou opúsculos compunham uma imagem literária do Santo Ofício que foi amplamente utilizada por diversos de seus críticos. Fato é que estes escritos ganhavam certa unidade dentro de uma diversidade de personagens que ocupavam lugares díspares ou mesmo tinham intenções diferentes com suas palavras. No conjunto, tais textos compõem o que chamamos de *literatura anti-inquisitorial*, embora a maior parte dos autores fosse crítico apenas do procedimento e dos estilos, sem a intenção de abolir o Tribunal. Ou seja, alguns autores – não todos, vale ressaltar – leram os escritos que os precederam (mesmo sem conhecerem uns aos outros), acumulando e produzindo escritos sucessivos que tiveram como ponto de chegada, em Portugal, as *Notícias recônditas sobre o modo de proceder a Inquisição com seus presos*, publicada em 1708 (inglês) e 1720 (português).

\* \* \*

O possível proprietário do manuscrito intitulado *Reflexões sobre o papel que se intitula Notícias recônditas sobre o modo com que procede o Santo Ofício*, por Antônio Vieira' anotou:

que por mais diligências que emprego, não consigo saber o nome do autor das Reflexões [...] e como estas obras eram póstumas quando vieram à[s] minhas mãos, no ano de 1700, devo advertir a meu curioso leitor que as autoridades que encontram-se anotadas depois dessa época, são do compilador, não dos autores destas obras<sup>12</sup>.

Como se pode perceber, a impressão do manuscrito não trouxe mais luz à busca da autoria. Na verdade, transformou o autor oculto em anônimo e este em um secretário da Inquisição. A busca por uma resposta objetiva de quem escreveu as *Notícias* nos levou, ao contrário, a diversas outras perguntas mais interessantes. João Adolfo Hansen (1993) afirmou certa vez que a autoria é uma subjetividade romântica na qual o livro seria unicamente um produto da “vontade do autor”. Da mesma forma, com o intuito de conhecer as “verdadeiras intenções do autor”, estudiosos vasculharam arquivos e bibliotecas atrás do manuscrito que originou certo livro. Há, nesse sentido, algum fetichismo no estabelecimento do autor e do original dos escritos, pois, conforme esta perspectiva, apenas através de tais suportes seria possível a análise da obra literária.

---

<sup>12</sup> BPE-Évora, *Reservados*. Cod. CVIII, 1-33, fl. 206. Original em Espanhol. Tradução nossa. Ao que parece, o bibliotecário, ao catalogar este manuscrito, não prestou atenção a esta advertência.

Descartado os três autores atribuídos<sup>13</sup> (Pedro Lupina Freire, Antônio Vieira e David Nieto), que resta?

O livro intitulado *Notícias recônditas* (e suas cópias manuscritas e edições impressas) apresentaram-se como ponto de chegada de diversos opúsculos e memoriais críticos ao Santo Ofício português. Seu texto (sobretudo quando ainda manuscrito) apoiou-se nos argumentos e, por vezes, estilos dos escritos que lhe antecederam. Em um certo sentido, é nada provável que tenha tido autor único, mas é perceptível a participação da “mente do editor” cuidando do texto impresso. “A história da autoria na época Moderna não pode ser escrita como se as várias ‘personalidades’ associadas a ela convergissem no escritor como sujeito” (SAUNDERS; HUNTER, 1991, p. 508-509). A comparação das edições deixa entrever isso. A construção acumulativa destas críticas foi forjada numa verdadeira batalha de pareceres e opiniões ainda na década de 1670. Embora restritos ao ambiente da lide, os manuscritos *corriam* mais dinâmicos, pois dispensavam o tempo de impressão e não passavam por nenhum tipo de censura. No meio dessa *batalha de papéis*, a agilidade e a circulação definiam muitas vezes a hegemonia na cena política. É resultado dessa lide o texto manuscrito intitulado *Manda-me a quem devo obedecer* e, doravante, o impresso *An account*, de 1708.

Para além desta polifonia textual, materialidade também nos fornece elementos para compreender o anonimato. A necessidade de atribuição de autoria das edições impressas estabeleceu, de uma só vez, o autor-anônimo secretário da Inquisição e o ano em que foi escrita: 1672. Ambas foram escolhas do editor/publicador (David Nieto). A escolha do anonimato seria uma forma de estabelecer a autoria através da representação da experiência e da autoridade do secretário. Forjava-se uma identidade com outros autores críticos e, ao mesmo tempo, suprimia-a, construindo dois conjuntos identitários possíveis de obras sugeridas pelo anonimato: a unidade das edições impressas, com suas traduções e adaptações, e das cópias manuscritas e a relação possível destas edições e cópias com outras obras e autores críticos ao Santo Ofício. Assim, a imagem do secretário da Inquisição ignoto, indignado e preparado para fazer justiça e “descarregar sua consciência” era perfeita. Autoridade, anonimato e polifonia imiscuíam-se a fim de estabelecer a autoria (e suas “funções”) das *Notícias recônditas*.

## Referências bibliográficas

---

<sup>13</sup> Para uma discussão sobre a impossibilidade de autoria destes indivíduos, ver MATTOS, 2019.

### a) Fontes Manuscritas

Archivio Segreto Vaticano [ASV-Vaticano]. *Fondo Carpegna*, n° 168; 169.

Biblioteca Nacional de Portugal [BNP-Lisboa], *Reservados*, Códice 1531, 1532; 2675.

Biblioteca Pública de Évora [BPE-Évora], Códice CXII / 1-23d; CVIII, 1-33.

Divisão Geral de Arquivos/Torre do Tombo [DGA/TT-Lisboa], *Conselho Geral do Santo Ofício*, Livros 205, 244; 262, 410; Maços 7; 21; *Armário Jesuítico*, Caixa 30, docs. 34; 87.

Fundação Biblioteca Nacional [FBN-Rio de Janeiro], *Manuscritos*, 3,1,6 n° 11; I-12, 4, 31 n° 6; I-15, 3, 4 n° VII; 5, 3, 6 n° 3;

### b) Fontes Impressas

*An Account of the cruelties exercised by the Inquisition in Portugal to which is added: a Relation of the detention of Mr. Louis Ramè in the Prisons of the Inquisition in the Kingdoms of Mexico and Spain, and his happy Deliverance.* London: Printed for Burrough and F. Baker at the Sun and Moon, 1708 (British Library).

*Authentic Memoirs concerning the Portuguese Inquisition, never before published: with remarks on the infamous character given of the British nation, by a late apologist for that horrid tribunal.* London: W. Sandby, 1761 (British Library).

GONZÁLEZ MONTANO, Reinaldo. *Artes de la Inquisición española.* Barcelona: Almuzara, 2010.

*Noticias reconditas y posthumas del procedimientos delas Inquisiciones de España y Portugal com sus presos.* Vila Franca: S/Ed, 1722 (FBN, *Obras Raras*, II-76,2,15).

*Relação exactissima instructiva, curioza, e noticioza, do procedimento das Inquições de Portugal.* Presentada ao Papa Ignocencio XI. Pello P. Antonio Vieyra D. F. M. da Companhia de Jesus. Tirada da pella experiencia do que passou na de Coimbra em tres annos que nella esteve preso. Juntos por um anônimo. Veneza: Na Oficina de João Moretin, 1750.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira.* Coordenadas e anotadas por João Lucio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971. Tomo II. p. 428-434. *Carta de Antônio Vieira ao padre Manuel Fernandes* (9 de setembro de 1673).

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre os judeus e a Inquisição do padre Antônio Vieira.* Edição coordenada por José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

*Voyages de M. Dellon, avec sa Relation de l'Inquisition de Goa, augmentée de diverses pièces curieuses et l'Histoire des dieux qu'adorent les gentils des Indes, avec une addition considérable à l'histoire de l'Inquisition de Goa.* Colônia: “Les héritiers de Pierre Marteau”, 1709. Tomo III (BnF, *Département Arsenal*, 8-H-1294).

### c) Bibliografia

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos-novos portugueses.* Lisboa: Clássica, 1989.

- BARTHES, Roland. 'A morte do autor' In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BOUZA, Fernando. *Corre o manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madri: Marcial Pons, 2001.
- CARVALHO, Augusto da Silva. As diferentes edições das "Notícias recônditas da Inquisição". *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa, vol. XVII, n. 67 e 68, 1944.
- CASTRILLO BENITO, Nicolas. *El 'Reginaldo Montano', pimer libro polemico contra la inquisición española*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científica, Centro de Estudios Inquisitoriales, 1991.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- \_\_\_\_\_. 'História intelectual do autor e da autoria' In: FAULHABER, P.; LOPES, J. S. L. *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- DEJEAN, Joan. 'Lafayette's Ellipses: The Privileges of Anonymity'. *PMLA*, vol. 99, n. 5 (Outubro de 1984).
- ENDELMAN, Todd M.. *The jems of Britain, 1656-2000*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2002.
- FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. *Una introducción a la historia del libro*. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- FOUCAULT, Michel. 'O que é um autor?' In: *Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001.
- HANSEN, João Adolfo. 'Autor'. In: JOBIM, José Luís. (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- HERRÁIZ PAREJA, Marcos; GARCÍA PINILLA, Ignacio; NELSON, Jonathan (Ed.). *Inquisitionis Hispanicae Arte: The Arts of the Spanish Inquisition. A critical edition of the Sanctae Inquisitionis Hispanicae Artes aliquot (1567), with a modern english translation*. Leiden/Boston: Brill, 2018.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- MATTOS, Yllan de. *A Inquisição contestada: críticos e críticas contra o Santo Ofício português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: Mauad-x/Faperj, 2014.
- \_\_\_\_\_. 'As Notícias recônditas e os escritos contra o Santo Ofício português na época Moderna (1670-1821)'. *Topoi*. Rio de Janeiro. 2019, vol.20, n.40, p .84-110.
- McKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018.

\_\_\_\_\_. *Making Meaning: "Printers of the mind" and "Other essays"*. Edited by Peter D. McDonald & Michael F. Suarez, S.J.. Amherst, Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

NORTH, Marcy. 'Ignoto in the Age of Print: the manipulation of anonymity in Early Modern England'. *Studies in Philology*, Vol. 91, n. 4 (outono, 1994).

SALOMON, Herman Prins. *Queimar Vieira em estátua: manuscritos inéditos do inquisidor Antônio Ribeiro de Abreu sobre o funcionamento da Inquisição, em resposta a Pe. Antônio Vieira*. Lisboa/Belmonte: Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste", 2014.

SAUNDERS, David; HUNTER, Ian. 'Lessons from the *Literatory*: how to historicise authorship'. *Critical Inquiry*, Vol. 17, n. 3 (Verão, 1991).



## **Adaptação do Protocolo IDAP para a análise material de documentos avulsos da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro**

Marina Furtado Gonçalves  
Doutoranda em História – História Social da Cultura  
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[marinaufmg@yahoo.com.br](mailto:marinaufmg@yahoo.com.br)

### **1. Introdução**

O estudo de um documento, percebido como objeto da cultura material, normalmente considera o seu conteúdo escrito, determinado por regras que fornecem informações visuais reconhecíveis para perceber, de imediato e sensorialmente, a época, a tipologia, as matérias e a significação. O registro e a trajetória dos textos deixam vestígios históricos de uso, podendo fornecer informações sobre função, tecnologia e condição social de fabricação (MENESES, 1998). As aparências visíveis fornecem as primeiras informações sobre o documento. Sendo indissociáveis, forma e conteúdo são trabalhados conjuntamente para melhor compreensão das posturas vigentes, em cada época, em relação aos registros escritos (ALMADA, 2010).

Porém, não apenas o conteúdo que é entintado nos documentos nos fornecem informações históricas, sociais, artísticas e culturais: o estudo do suporte – no caso, o papel – pode ajudar a desvelar questões que ultrapassam apenas o conteúdo escrito e pintado de um manuscrito. Na estrutura material do papel, principalmente àqueles de fabricação manual, há características que são testemunhos de métodos de produção inseridos no seu contexto histórico.

O papel, utilizado para textos manuscritos ou impressos até o início do século XIX, era fabricado a partir de trapos de tecido normalmente de algodão ou linho. A pasta obtida pela dispersão das fibras dos trapos era distribuída sobre moldes para a configuração das folhas. Durante o processo de produção era possível imprimir marcas d'água no papel, que são desenhos formados a partir do entrelace de fios na malha dos pontusais e vergaduras. A marca d'água tem sua origem no final do século XIII na cidade de Fabriano, na Itália, em que os produtores de papel começaram a usar uma marca que identificava sua proveniência (MACÍAS e MONTERO, 2004). A marca d'água, enquanto elemento fundamental para demonstrar a autenticidade de origem de um documento impresso, tem

a função de impedir a falsificação do documento (MACÍAS e MONTERO, 2004). Neste sentido, surgiu, no século XV, a primeira regulamentação por édito de Henrique III, relativa às marcas d'água, determinando o seu uso obrigatório e, conseqüentemente, a garantia de direitos dos fabricantes. Com esta regulamentação as marcas estabeleciam a identificação de origem e época do papel, determinando a autenticidade de documentos e denunciando outros como apócrifos (CARREIRA, 2012). No decorrer do século XVI os produtores de papel começaram a fazer uso também da contramarca, uma marca d'água secundária que continha as iniciais do fabricante. Com o tempo, a contramarca passou a incluir o nome do fabricante, ou da fábrica, ou ainda da localidade e ano de fabricação.

Outras propriedades do papel podem ser observadas a partir de características intrínsecas como o tipo de fibra utilizada, cargas e encolagem. A escolha do papel para um documento, principalmente aqueles que seriam adornados, se prendia em minúcias materiais como o corpo liso, a distribuição homogênea das fibras, a ausência de fibras em desprendimento que pudessem atrapalhar o correr da pena, ou pequenos furos na folha que fizessem a tinta passar ao verso.

Após confeccionados, os documentos apresentam usos diversos, dependendo da sua tipologia. Marcas podem ser impressas nos papéis, como dobras, vincos, depósito de materiais, além de anotações, supressões e correções do texto, resultado de práticas de leitura, uso e acondicionamento. Estas marcas, de maior ou menor percepção, estão normalmente associadas aos danos do suporte e, muitas vezes, são apagadas ou atenuadas durante um processo de conservação-restauração de documentos, levando consigo informações materiais importantes. Neste sentido, a manutenção destas evidências torna-se mais viável na medida em que se conhece sobre a materialidade do objeto, valorizando seu histórico de produção e uso, inserindo-o no tempo e espaço.

## **2. Análise Material de Documentos**

Não se conhece um protocolo para a análise documentos cujo suporte é o papel, em seu contexto histórico e de estado de conservação. A partir da metodologia proposta pela iniciativa Improved Damage Assessment of Parchment (IDAP), para objetos confeccionados em pergaminho, desenvolveu-se uma sequência de procedimentos para o estudo material de documentos em papel, resultando em uma coleção de dados qualitativos sobre aspectos inerentes à deterioração do suporte, auxiliando que a leitura do dano seja relacionada com os textos, os usos e a produção do objeto. O protocolo pressupõe a integração de três etapas de análise: 1. identificação macroscópica do estado de

conservação; 2.designação do padrão de dano; 3.análise microscópica dos principais mecanismos de deterioração.

A primeira análise que se deve considerar para a investigação é a observação sob luz visível, pois por meio de exames organolépticos, que são aqueles em que utilizam dos sentidos humanos, mais especificamente da visão, tato e olfato, consegue-se reunir as informações elementares do documento para um diagnóstico descritivo. Para obras em suporte celulósico a observação visual, auxiliada por lupas e instrumentos de medição, fornece dados a respeito do tipo de papel, marcas originais e de uso, tintas utilizadas, técnicas, manchas resultantes de processos de deterioração, vincos, dobras, características impressas sobre o suporte, entre outros. Com o uso do tato percebem-se características como a textura do papel, sua resistência mecânica e os relevos devido à aplicação de tintas e outros materiais. O olfato pode ser útil para determinar se o papel apresenta um estado avançado de hidrólise ácida e indicar a presença de micro-organismos. A partir da observação global do objeto é possível estabelecer um planejamento estratégico das investigações que serão feitas para evitar riscos, excessos de análises não justificáveis ou a ausência de dados indispensáveis para a caracterização físico-química dos objetos.

A documentação científica por imagem, seguida pelo tratamento sistemático dos arquivos digitais gerados, busca retratar as características do objeto auxiliando a caracterização do estado de conservação e servindo como uma ferramenta de comparação no futuro. As fontes de luz utilizadas podem servir para ressaltar detalhes do documento como a luz reversa, a luz ultravioleta e a luz rasante.

Conforme a segunda etapa do IDAP, é possível observar os vestígios e os danos do suporte. Tais sinais fornecem informações relevantes acerca da datação do objeto, local de produção, técnicas, materiais, destinação, entre outros. Já a terceira etapa aponta para a análise microscópica que pode ser feita, por exemplo, com o auxílio de lupas e microscópio ótico portátil. Assim, é possível observar as camadas de tinta depositadas sobre o papel, relacionar técnicas e caracterizar pontualmente os vestígios encontrados no objeto.

### **3. Metodologia**

Como escopo metodológico para aplicação das etapas sugeridas pelo IDAP, adaptadas para o papel, selecionou-se cinquenta documentos avulsos da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (CC-APM), acondicionados nas duas primeiras caixas da Coleção, cuja datação compreende os anos de 1750 a 1799.



Utilizou-se a tabela de inventário fornecida pela Diretoria de Documentos e Arquivos Permanentes (DAP) do APM como base para identificação dos documentos, acrescentando colunas que abarcaram informações como dimensões do fólio, características intrínsecas do suporte (tipo de papel, distribuição de fibras, presença de marcas d'água e contramarcas, corte dos fólhos, entre outros), presença de diversos tipos de manchas, marcas de uso e deterioração do suporte (dobras, sujidades, ondulação, rupturas etc.), caracterização da camada pictórica/inscrição (tipo de tinta, cor), deterioração da camada pictórica/inscrição (craquelês, graus de deterioração de tintas metaloácidas, perdas etc.). Ao final da tabela acrescentou-se um campo para a avaliação global do estado de conservação, em que se atribuiu um número de 1 a 4, conforme a escala do IDAP, sendo ela: 1-não danificado; 2-ligeiramente danificado; 3-danificado; 4-muito danificado.

Fez-se o uso de exames organolépticos, da documentação científica por imagem com fonte de luz direta e luz reversa, bem como a observação de detalhes com o auxílio de microscopia ótica portátil. As ferramentas como lupas, régua, trenas, balança de precisão, lanterna de luz ultravioleta e folha de luz foram amplamente utilizadas para que todas as informações da tabela elaborada fossem preenchidas. As informações coletadas, com o auxílio das técnicas e ferramentas disponíveis, foram organizadas em um quadro de análise e estudadas visando o entendimento global dos objetos, para que posteriormente pudessem ser feitas relações entre o suporte, conteúdo do documento, marcas de uso e estado de conservação.

#### **4. Experimentação da Metodologia**

A partir das análises materiais realizadas observou-se que há seis tipologias de documentos diferentes, sendo elas atestados, cartas, folhas de pagamento, listas, recibos e requerimentos. O suporte utilizado para todos os documentos é o papel de trapo, apresentado em 20 bifólios (tamanho médio de 31,7 x 42,5 cm), 3 fólhos (tamanho médio de 31,6 x 21,3 cm) e 27 papéis recortados (tamanho médio de 14,9 x 21,4 cm).

No que diz respeito à fabricação dos papéis, há apenas 14, dentre os 50, que não apresentam marca d'água ou contramarca. Os demais papéis possuem algum tipo de marca, inteira ou parcial (no caso dos documentos redigidos em papéis recortados). Observam-se 9 tipos de marcas d'água diferentes, sendo elas: cavalo empinando (4), brasão encimado por uma árvore (8), brasão com um laço ao centro (1), brasão com triângulos ao

centro (1), brasão ladeado por aves (2), homem montando um dragão (9), leão coroado (1), brasão com a inscrição “Libertas” ao centro (8) e o sol (2).

Todas as marcas d’água acompanham algum tipo de identificação por letras, provavelmente indicando os fabricantes. Nota-se que um mesmo padrão decorativo apresenta combinações de letras diferentes, como é o caso do brasão encimado por uma árvore, em que se vê as iniciais “V&KW” por duas vezes, “D&SW” também por duas vezes, “D&CB” por uma vez e “HCWZoonem” por três vezes. Há também diferenças na medida da distância entre os pontusais, sendo este outro indício de que se trata de fabricantes diferentes: “V&KW” (2,5 cm), “D&SW” (2,7 cm), “D&CB” (2,6 cm) e “HCWZoonem” (2,6 cm).

As contramarcas estão presentes em 15 dos papéis analisados. A palavra “AlMasso” acompanha, na porção direita do fólio, a marca d’água “GioroMagnani”. As iniciais “AGC” acompanham o cavalo empinando e as demais contramarcas apresentam uma forma mais completa das iniciais que estão juntas às marcas: BvK&ALW (V&KW), HCWend&Zoonen (HCWZoonem), D&CBlauw (D&CB), Dsebille&Wend (D&SW). Para a contramarca “Buttanshaw 1807”, a única com a referência temporal, acompanha a marca “JB”.

Todos papéis de maior gramatura apresentam a marca do brasão encimado por uma árvore. Estes papéis têm distribuição homogênea de fibras, superfície não friável e com boas propriedades mecânicas. Na avaliação global do estado de conservação esses papéis foram classificados no estágio 2, apresentando ataques pontuais de insetos xilófagos (4 papéis), baixa sujidade (8 papéis), pequenas manchas de umidade, sobretudo nas bordas e fundo de caderno (4 papéis) e ondulações junto aos cortes superior e inferior (4 papéis). Em comparação com os demais papéis, esses apresentam uma menor quantidade de danos e em graus mais baixos. Desta forma, podemos relacionar a qualidade da produção do suporte com a sua maior durabilidade frente aos fatores de deterioração.

Os papéis de melhor qualidade foram escolhidos para redigir cartas (6 documentos) e requerimentos (2 documentos), com diagramação ordenada e cuidado na execução da grafia. As cartas estão relacionadas ao comércio de bens e à circulação do ouro. Já os requerimentos tratam da arrematação do ofício de escrivão e tabelião.

A grande maioria dos documentos foram dobrados (30 papéis) e, para além da dobra central latitudinal dos bifólios, os vincos resultantes mostram um padrão de formatação in-quarto, sendo que, para alguns papéis, observa-se duas dobras longitudinais a mais. Os recibos, de tamanho reduzido, redigidos sobre papéis recortados, totalizam 23

documentos e quase não apresentam dobras. Apenas 4 recibos estão dobrados ao meio, seja no sentido latitudinal (2 recibos) quanto longitudinal (2 recibos). Desta forma, supõe-se que era preferível um formato menor para arquivamento dos documentos, bem como para o envio ao destinatário, uma vez que essa referência ocupava apenas o espaço definido pelas dobras.

Um problema de grande recorrência nos documentos analisados é o ataque de microrganismos, observado em diferentes graus em 34 papéis, deixando a superfície do suporte friável e favorecendo rupturas e perdas.

É interessante notar que não havia uma preocupação em redigir o documento observando a posição correta para visualização das marcas d'água. Apenas 15 documentos não apresentam a marca ou contramarca invertida no sentido latitudinal e/ou longitudinal. Porém, o maior aproveitamento da superfície do papel mostrou-se importante, uma vez que 42 documentos apresentaram inscrições na frente e verso. Tanto a distribuição da mancha gráfica quanto o cuidado de recortar o bifólio em tamanhos menores para os recibos, por exemplo, refletem a valorização do suporte “papel” enquanto objeto de complexa produção e distribuição no período contemplado pelo recorte temporal desta pesquisa.

A tinta utilizada sobre os papéis pode ser visualmente caracterizada como tinta ferrogálica, material este compatível com o período histórico, uma vez que foi amplamente utilizado até a primeira metade do século XX. A identificação dos quatro estágios de deterioração da tinta, descritos pela bibliografia de referência (NEEVEL E REISSLAND, 1997), podem ser observados nos documentos, sobretudo a fluorescência de halos nas áreas da tinta quando iluminadas com radiação ultravioleta com comprimento de onda igual a 365nm e a leve migração da tinta para o verso do papel (34 ocorrências). As tintas apresentam-se em dois tons de negro e três tons de castanho, sendo que os dois documentos que caracterizam o quarto e último estágio de deterioração da tinta ferrogálica – rompimento do suporte – possuem a coloração castanha escura.

## **5. Considerações Finais**

A metodologia proposta pelo protocolo IDAP serviu de base teórica para o desenvolvimento de uma tabela de análise material a ser aplicada para documentos avulsos selecionados da Coleção Casa dos Contos do APM, destacando características intrínsecas do papel, vestígios de uso, bem como a avaliação do estado de conservação dos documentos. As informações coletadas, com o auxílio das técnicas e ferramentas

disponíveis, foram analisadas visando o entendimento global dos objetos, para que posteriormente relações entre o suporte, conteúdo do documento, marcas de uso e estado de conservação pudessem ser feitas.

A grande parte dos avulsos apresentaram marcas d'água ou contramarcas, o que faz referências aos fabricantes de papel, sendo que apenas dois bifólios não possuíam qualquer tipo de identificação desta natureza. Os demais papéis sem estas marcas de produção apresentavam cortes dos fólios e as marcas poderiam estar indicadas no bifólio original. Uma breve pesquisa quanto à origem das marcas encontradas apontam para moinhos holandeses (D&CBlauw, HCWend&Zoonen), italianos (GioroMagnani) e ingleses (JB-Buttanshaw 1807), indicando que grande parte do papel – quem sabe todo – consumido no Brasil na segunda metade do século XVIII é de origem europeia.

O uso de padrões decorativos iguais nas marcas d'água é recorrente para fabricantes diferentes, bem como a distância entre os fios metálicos verticais que compunham a trama do molde do papel. A distribuição homogênea das fibras sobre o molde é resultado do gestual humano, o que favorece uma melhor condição para a escrita. Os papéis de maior qualidade e gramatura foram utilizados para a redação de documentos cujas tipologias eram de superior relevância em relação aos demais analisados. Desta forma, observa-se uma preocupação com a escolha dos papéis por parte de quem confeccionou o documento.

O estado de conservação geral do corpus documental selecionado concentrou-se nos níveis 3 e 4, conforme metodologia adaptada, sendo que o fator de deterioração que mais chamou a atenção foi o ataque de microrganismos que se desenvolveram possivelmente devido ao acondicionamento inadequado antes de serem microfilmados no APM, uma vez que esta é uma característica que pode ser observada quando consultamos os microfilmes.

Por fim, entendeu-se que a tabela de análise material desenvolvida para este experimento pode ser aplicada para o contínuo estudo dos documentos avulsos da Coleção CC-APM, buscando conhecer as origens dos papéis utilizados, suas características materiais de produção e uso e o comportamento frente aos fatores de deterioração.

### **Referências bibliográficas**

ALMADA, Márcia. Na forma do estilo – normas da boa pena nos séculos XVII e XVIII em Portugal e Espanha. *Revista Documenta & Instrumenta*, 8 (2010), pp. 9-28.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Inventário da Coleção Casa dos Contos (documentos não encadernados) revisão de 2007. Disponível em

[/http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/CC](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/CC), acesso em 20/07/2017.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea em la alta edad moderna (siglos XV-XVII). Madrid: Síntesis, 1997, 159 p.

CARREIRA, Maria de São Luiz da. Marcas de água. Arquivo Histórico Parlamentar – Monarquia Constitucional 1821-1910. 2012. 601p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2012.

CORREIA, Inês Isabel Simões de Abreu dos Santos. Da evidência do manuseamento no suporte. In: Estudo arqueológico dos Códices Iluminados do Fundo Laurbanense. As intervenções de Conservação num Corpus medieval. 2015. 370f. Tese (Doutorado em História da Arte Medieval). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2015, p. 141-182.

MACÍAS, María Dolores D. M; MONTERO, Ana María H.. El estudio de la filigrana papelera como médio de datación de las encuadernaciones. Boletín de AABADOM. Júlio-Diciembre 2004. p. 37-43. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1127938>, acesso em 25/07/2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

NEEVEL, Johann G.; REISSLAND, Birgit. The ink corrosion project at the Netherlands Institute for Cultural Heritage: a review. In: Proceedings Workshop on Iron-gall Ink Corrosion, Amsterdam, 1997. p. 37-46.



## **O estudo da materialidade na caracterização de documentos históricos: um aspecto da abordagem realizada pela Conservação**

Ozana Hannesch  
Mestre em Museologia e Patrimônio  
Conservadora de Papel e Professora do Programa de Pós-Graduação em Preservação de  
Acervos de Ciência e Tecnologia  
Museu de Astronomia e Ciências Afins  
[ozana@mast.br](mailto:ozana@mast.br)

Fabiano Cataldo de Azevedo  
Doutor em História  
Professor da Graduação em Biblioteconomia  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
[fabiano.azevedo@unirio.br](mailto:fabiano.azevedo@unirio.br)

Maria Claudia Santiago  
Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde  
Chefe da Seção de Obras Raras/Biblioteca de Manguinhos e Técnica em Saúde Pública  
Fundação Oswaldo Cruz  
[maria.santiago@icict.fiocruz.br](mailto:maria.santiago@icict.fiocruz.br)

Ana Cristina de Oliveira Garcia  
Mestre em História  
Técnica em Conservação de Papel  
Museu de Astronomia e Ciências Afins  
[anacristina@mast.br](mailto:anacristina@mast.br)

### **Introdução**

O potencial de um documento ou obra gráfica em proporcionar meios de conhecer o passado e a cultura no qual foi produzido é reconhecido por inúmeros estudiosos que se debruçam sobre a história, a arte e a conservação do patrimônio cultural e pelos especialistas em diferentes áreas que envolvem seu uso e estudo. Enquanto objeto de comunicação, o patrimônio documental se constitui como informação inscrita em uma base material, cujo veículo que lhe dá corpo e meios de difusão e perenidade. Contudo, quando observada unilateralmente, essa matéria incorpora informações subjacentes, que estão além do seu conteúdo gráfico, abrangendo-o também como objeto.

No trabalho de conhecimento e interpretação dessa base material por diferentes profissionais, cada percepção/abordagem oferece uma face de articulação do documento

com seu contexto de produção (produtor, época, local, forma, vocabulário, etc). Assim, um olhar mais atento para os aspectos da materialidade, proporciona, não só para um pesquisador, mas para todos, informações e interpretações até então não suscitadas em algumas abordagens especializadas.

Uma das contribuições trazidas pelos profissionais que se dedicam a entender e refletir sobre nosso passado e presente e a conservar seus vestígios é de documentá-los, isto é, ‘retirar’ do objeto *tags* e informações que possam potencializar seu entendimento e utilização. Por meio da seleção, análise, processamento técnico e descrição das informações escritas se busca garantir a preservação, uso e disseminação do conteúdo intelectual representativo daqueles documentos considerados de valor, seja ele informativo, histórico, legal ou cultural.

Este trabalho expõe como os estudos de conservação, com atenção sobre a materialidade de um documento, representado pelo manuscrito *Formulário Médico*, podem oferecer um maior volume de informação sobre o aspecto das características materiais de acervos em suporte papel. O documento é um manuscrito sem autoria, hológrafo (escrito por um mesmo calígrafo), com data atribuída de 1703, e marcado com um carimbo de propriedade, indicando que o manuscrito pertenceu a Oliveira Catramby. Desde a primeira década do século XX este manuscrito se encontra registrado no acervo da Biblioteca de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O estudo foi realizado para compor um dos capítulos de livro em processo de publicação pela Editora da Fiocruz cuja proposta foi de transcrever todo o conteúdo do manuscrito e promover estudos históricos e materiais a partir de seu(s) conteúdo(s). O capítulo produzido para tratar da análise material deste manuscrito buscou identificar suas peculiaridades de conteúdo e de propriedade e seu estado de conservação, observados enquanto fontes de pesquisa. Trata especialmente de como as análises desenvolvidas pelo campo da conservação de documentos gráficos podem trazer luz para o entendimento da produção, uso e percursos deste manuscrito, compondo parte do trabalho de valorização da obra e propiciando subsídios para sua preservação.

### **Materialidade e representação: documentando o patrimônio documental**

O valor de patrimônio documental é o mais amplo grau de representação com que um documento pode ser identificado, pois dele podemos extrair que se agregam os elementos históricos, tecnológicos, artísticos, estilísticos e/ou formais de um objeto cultural. Em seu artigo *Escribir a corazón abierto*, Bouza (2019) põe foco na emoção, intenção

e expressão como elementos de motivação da escrita dos séculos XVI e XVII, tratando a escrita de próprio punho, manuscrita, como criadora de sentido desses sentimentos. O autor descreve especialmente as dimensões expressivas de manuscritos epistolares, e como esses mesmos testemunhos responderam às formas de representação que, apoiadas tanto na experiência herdada como na experiência acumulada das práticas, eram supra-individuais e usavam a escrita das cartas como um instrumento de reconhecimento mútuo, por parte dos príncipes ou dos imitadores de um *ethos* coletivo (BOUZA, 2019, p. 509).

O propósito deste trabalho não está em analisar tal abordagem, mas traz aspectos correntes e, por vezes, desconsiderados por alguns especialistas: a atenção para as características materiais de constituição, forma e estado de conservação dos documentos. Tais elementos promovem aspectos particulares aos escritos e, porque não dizer também, às impressões, não apenas como recursos de evidência, autenticidade, mas de "resistência" ou permanência no tempo. E, quando pelo aspecto de se constituírem prova de propriedade institucional, têm o papel de servir como artifício de segurança.

A conservação de documentos gráficos e obras impressas respondeu, pragmaticamente, à necessidade de acesso e uso dos acervos, e se explicitou na proteção e guarda de documentos em arcas, cofres, caixas e armários. Do mesmo modo, a adoção de distintos materiais e formas de cobertura de volumes avulsos ou encadernados foi uma ação recorrente para a proteção e preservação. Por outro lado, houve casos de uso de correntes para prender livros nas bibliotecas, a fim de que não fossem roubados. No que se refere à garantia de preservação, instituições e proprietários fizeram uso de pós ou outros produtos repelentes de insetos, como procedimento adotado para evitar perdas e danos aos suportes e, conseqüentemente, da informação. A produção de cópias e transcrições também foi descrita como método de recuperar e reaver acervos e coleções danificadas, tendo ainda como outra finalidade, disseminar os conteúdos a um maior número de pessoas e locais.

Todas essas práticas foram seguidas em diferentes períodos e locais ao longo de nossa história, de modo a promover a longevidade daqueles documentos considerados importantes por seu valor legal, histórico, informativo, artístico, entre outros. Como afirma Núñez Contreras

Todo documento possui uma estrutura constituída pela matéria mediante a qual a representação se faz percebida (pedra, pergaminho, etc.), pelo meio que se adota para fixar nessa matéria a representação (signos gráficos) e pelo conteúdo mesmo do documento. Os elementos que compõem a estrutura do documento seriam, pois, a matéria, o meio e o



conteúdo<sup>[1]</sup> (1981, p. 32 *apud* GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUÍPEREZ, 2003, p. 29 – tradução dos autores).

Não é difícil perceber, portanto, que os estudos sobre a materialidade de um documento podem contribuir na identificação do autor, local e data de produção, e também na compreensão do seu conteúdo intelectual, contexto de criação, uso e circulação. Os responsáveis por acervos documentais cuidam, todos os dias em suas rotinas, de documentar e descrever essas informações de origem, de conteúdo e, às vezes, de circulação, por meio dos diferentes processos técnicos e da gestão do acesso e uso dos documentos e obras. Paleógrafos, filólogos, estudiosos de diplomática, também se voltam aos estudos de análise de conteúdo, forma e materialidade, para esclarecer e estabelecer contextos e questões propostos aos e pelo patrimônio documental.

Do mesmo modo, nas suas rotinas de trabalho, os profissionais do campo da conservação recolhem informações e têm a tarefa de conhecer as origens, produção e circulação do acervo ou de um documento e os locais de sua consulta, exposição e guarda, a fim de analisar e compreender seu estado de degradação e propor intervenções adequadas e mais ajustadas às necessidades de conservação ou restauração identificadas.

Embora as práticas de conservação tenham existido desde que se constituíram os primeiros arquivos e coleções, as práticas de restauração não foram totalmente ausentes, tendo sua inserção por razões de necessidade de acesso e de uso do patrimônio documental. E, especialmente no que se refere à sua adoção de documentação e diagnóstico, ainda no século XIX, restauradores passam a incorporar na sua atividade profissional preocupações quanto à identificação e compreensão dos materiais constituintes e estrutura, entre outros elementos. O propósito era alcançar maior controle nas intervenções e respeitar a integridade dos documentos e obras, com o intuito de realizar a intervenção mimética<sup>[2]</sup>.

O final do século XIX e o século XX marcam a mudança e consolidação de uma postura da área de Conservação apoiada em princípios que preconizam a necessidade de documentação meticulosa, precisa e exaustiva da obra sobre a qual se irá intervir. Esta condição ganha uma faceta ampliada a partir da segunda metade do século XX, no

---

<sup>1</sup> No original: “Todo documento posee una estructura constituida tanto por la materia mediante la cual la representación se hace perceptible (piedra, pergamino, etc.), como por el medio que se adopta para fijar en esa materia la representación (signos gráficos) y por el contenido mismo del documento. Los elementos que componen la estructura documental serían, pues, materia, medio y contenido”.

<sup>2</sup> Este termo refere-se ao tipo de tratamento que queria fazer alcançar o mais possível a imagem original, seja por retoque, imitação ou disfarce, fazendo com que o observador não pudesse verificar que o dano teria havido.

momento em que se imprime o uso das técnicas analíticas trazidas pela incorporação da química, física e outras áreas das chamadas ciências duras nos estudos e identificação dos materiais constituintes e dos ambientes que envolvem os acervos e no conhecimento sobre as reações causadoras de danos e sobre as classificações de estado de conservação dos documentos. Esse foi o momento do estabelecimento dos primeiros laboratórios de conservação e restauração em substituição aos antigos ateliers, e também em que era exigida do conservador-restaurador uma postura de neutralidade e o reconhecimento de um trabalho em equipe multidisciplinar, dentro dos padrões orientadores indicados por instituições internacionais.

A incorporação dessas recomendações foi gradual e sentida diferentemente nos diversos países e localidades, ao longo da segunda metade do século XX. Assim, a experiência artesanal e artística, se juntou às capacitações técnico-científicas trazidas pelo amadurecimento da disciplina Conservação, de modo a assegurar a compreensão dos documentos e obras não apenas no seu caráter material, formal e conceitual, mas também nos seus contextos de criação, circulação e uso. Especialmente na segunda metade do século XX e nessas duas primeiras décadas do século XXI, o princípio fundado por Cesari Brandi em 1963<sup>3</sup>, de que “cada caso é um caso”, ganhou contornos mais claros e consolidados. Por meio dos exames organolépticos, incluindo a olho nu ou com instrumentos de aumento, do registro fotográfico e dos testes analíticos complementares como microscopia eletrônica, espectroscopias com radiação infravermelha ou ultravioleta, fluorescência raios X, entre outros, é possível conhecer as características físico-químicas de suportes e escritas, os modos de fabricação, a aparência e estado de conservação, que influem nas decisões de preservação.

Para os profissionais do campo da Conservação, a compreensão dessa materialidade se reflete em dados bastante específicos para o trabalho: permite perceber a resistência potencial dos documentos aos processos de degradação a que foram submetidos, caracterizando estes últimos. Do mesmo modo, permite avaliar, delimitar e buscar maior controle sobre as alterações e soluções que serão dadas às situações que envolvem a conservação e restauro de um documento/obra ou do seu conjunto, o acervo, sendo esse também um dos objetivos diretos do registro e das análises realizados. Fazem isso em resposta aos princípios de atuação que regem a manutenção da autenticidade, integridade e historicidade do patrimônio documental, do respeito aos valores que foram

---

<sup>3</sup> Refere-se a primeira edição do livro: Teoria da Restauração, como descrito pelo autor na Nota à Segunda Edição, de 1977 (BRANDI, 2004, p. 19).

atribuídos, e contribuindo para esse reconhecimento, por seu papel informativo, social, histórico, técnico-científico e cultural. Como considera Garcia Aguilar (2011), um códice ou um livro impresso podem ser fontes não apenas pelo conteúdo, mas por sua materialidade, ou seja, esses documentos como objetos, sendo importante considerar a multiplicidade de informações que rondam documentos dessa natureza.

### **Conhecimento material e análise em conservação: o *Formulário Médico***

O manuscrito analisado é uma obra com receitas médicas, com data atribuída de 1703, produzido em papel de trapo (suporte) e tinta metaloácida (escrita), com delineamentos de margem e linhas em grafite e delineamentos de borda em tinta de coloração vermelha. Tem o título de *Formulário Médico* e uma inscrição de que foi encontrado em uma “arca na Igreja de São Francisco de Curitiba em 1703”. No documento são encontrados carimbos e assinatura de propriedade, colocados posteriormente a sua produção.

A obra foi submetida a um processo de restauração e reencadernação, relata-se em 2000. Contudo, o registro desses procedimentos não foi localizado, o que ocasionou uma análise restrita das características identificadas e observadas, embora não tenha impedido o alcance de resultados obtidos pelo estudo atual. Foi possível identificar, por exemplo, que aquela não tivesse sido a única intervenção realizada no volume, pois uma anotação do Sr. Oliveira Catramby, de que uma folha “arruinada” por traça não pode ser reunida na continuação do caderno (FORMULÁRIO, [1703], f.3) sinaliza nesta direção. Tal inscrição possibilitou confirmar que o documento já havia sofrido algum reparo na época que o manuscrito estava sob a propriedade deste titular. Daquele período, o volume provavelmente ficou com folhas faltando e sem capa, assim permanecendo até a restauração realizada em 2000, quando o documento foi reencadernado, com a adição de capa em cartão espesso, forrado com tecido e com folhas de guarda em papel japonês. O manuscrito passou por reenfibragem em áreas com perdas de suporte por abrasão, desgaste e ataque de insetos. Como a obra não possuía autor, capa ou data, havia dúvidas de sua época de produção e origem.

A partir das observações iniciais e com essas premissas/pressupostos, foram realizadas análises mais detalhadas de caracterização e sobre a provável composição do papel e das tintas e da estrutura da encadernação. À luz da literatura e do diagnóstico técnico-científico da área da conservação, foram buscados indícios que levassem à

caracterização da época provável de sua produção. O exame foi realizado inicialmente realizado a olho nu e com instrumentos de aumento e fotografias.

Uma microscopia eletrônica, com ampliação de cinco vezes, possibilitou identificar que a fibra constituinte do papel era de puro algodão, o que confirmou a indicação inicial de que se tratava de um papel fabricado a partir de trapos. Os papéis de trapos configuram a maioria dos papéis fabricados do século XII até as décadas finais do século XIX, quando a madeira passa a ser incorporada ao processo para, depois, constituir-se matéria prima hegemônica para confecção da massa.

Além dessas características físicas, os papéis de trapo têm textura na superfície (pontusais e vergaturas) e, às vezes, imagens embutidas no papel (filigranas ou marcas d'água). Nas folhas de *Formulário Médico*, essas peculiaridades também puderam ser observadas por luz transmitida (contra luz). Esses tipos de marcas identificam folhas de papel que podem ter sido produzidas uma a uma, em bastidor, confirmando a produção de um papel artesanal. O posicionamento dos pontusais e vergaturas a uma distância de 28mm e 1mm, respectivamente, mostra que estas são medidas recorrentes de papel de trapo de fabricantes europeus antes da mecanização industrial. Por outro lado, processos de restauração, quando inadequadamente realizados (que interferem nessas marcas e características físicas superficiais), podem alterar as medidas de distanciamento das raias ou diminuir seu relevo como, por exemplo, os que ocorrem por pressão excessiva e contínua, em períodos em que as folhas estiveram úmidas. Isto deforma e desfigura essas marcas, sendo uma intervenção que deve ser abolida quando em documentos com tais características.

As marcas d'água identificadas no suporte foram os monogramas R e I (em oposição na folha), sendo possível afirmar que os bifólios tiveram origem em um mesmo papelero, e que foram utilizados dois bastidores distintos (devido à posição dos pontusais em relação à letra R). A busca dessas marcas no *Dictionnaire Historique des Marques du Papier* (BRIQUET, 1907) e no portal *Berstein – Memory of Paper*<sup>4</sup> (2017), não obteve resultados positivos, dificultando, assim, a identificação do fabricante ou país de origem do papel. A posição que as filigranas ocupam no suporte permite afirmar que o bastidor não deveria ser muito maior do que o tamanho da folha. Por outro lado, se observa que as bordas foram aparadas ou “cuteladas” para compor o volume encadernado. Isto pode ser notado pelo fato dos cortes superior, lateral e inferior serem lineares, assim como as folhas, que

---

<sup>4</sup> A ausência de termos bases de dados de determinados tipos de estudo no Brasil, por vezes limita nossa troca de expertise e de encontrarmos referência para outros trabalhos não só na conservação e restauração, mas também nas áreas que estudos paleográficos e diplomáticos, que envolvem documentos de arquivo e de biblioteca.

não apresentam rebarbas características do papel artesanal. Junto ao corte foi observada, por meio de uma lupa conta-fio com aumento de dez vezes, uma tênue linha de coloração avermelhada, que segue a borda de cada uma das folhas, sugerindo que eles possam ter sido tingidos ou que esta linha tenha servido de marcação para o aparo das folhas. A dimensão do bifólio mede aproximadamente 340 mm por 284 mm.

Após as análises com instrumentos de aumento e registro fotográfico, várias partes do documento passaram a ser examinadas com ensaios não destrutivos utilizando um espectrômetro com fluorescência de raio X, com o qual se pode observar os materiais constituintes do papel e das tintas e grafite.

No que se refere ao papel, identificamos elementos minerais como o cálcio, bário, ferro e vanádio e, em menores quantidades, outros como cobre, potássio, nióbio, níquel, chumbo, manganês, antimônio, mercúrio e zinco. Segundo Mango e Carvalho (2009), elucidar a ocorrência de concentrações muito pequenas de certos elementos exige profundas investigações e, no caso específico do *Formulário Médico*, se torna ainda mais difícil, devido às contaminações que podem ter ocorrido pelo tratamento de restauração e pelo uso ao longo de três séculos, especialmente por ser um documento de botica. O cálcio foi um dos produtos utilizados como carga na composição do papel. Por outro lado, a grande quantidade de cálcio que foi detectada pode ser atribuída também ao tratamento de restauração ocorrido em 2000, em que este elemento mineral é utilizado numa solução aquosa para neutralizar a acidez do papel e conferir-lhe certa alcalinidade, o que favorece a maior longevidade do papel frente ao envelhecimento.

A análise através de instrumentos científicos pode ajudar na datação e diferenciação de documentos antigos e modernos, visto que certos elementos e produtos podem ser mais bem identificados e conhecidos. Contudo, no que se refere ao adesivo utilizado como aglutinante na massa do papel, estes são materiais mais sensíveis, por serem de origem orgânica, semi-sintética ou sintética, e têm alguma solubilidade em água, o que torna a análise inexpressiva (por causa da contaminação das amostras) nos documentos que passaram por tratamento aquoso de restauração, como é o caso desta obra.

Assim, os exames analíticos em documentos gráficos apresentam resultados mais precisos quando realizados antes de tratamentos de conservação e restauração, sendo sua realização um princípio ético para sua execução. A simples higienização da superfície de um documento utilizando pós ou borracha, por exemplo, pode afetar os resultados do exame, se houver resíduos. Por outro lado, os resultados mais precisos das amostras

também somente serão alcançados se houver um preparo e descontaminação de impurezas adequadas.

Do mesmo modo, as tintas são substâncias de composição diversa, produzidas a partir de um pigmento mineral ou corante, somado a um aglutinante e um veículo (líquido). No caso do *Formulário Médico*, a primeira vista foi identificado que se tratava de uma tinta metaloácida, tendo como característica a oxidação. As tintas metaloácidas têm receitas variadas e seus pigmentos apresentam metais como ferro, cobre ou uma mistura de ambos. O aglutinante era geralmente goma arábica; e vários foram os veículos usados para o preparo da receita como água, vinho, vinagre ou urina. Para produzir a cor se adicionava uma fonte de tanino, como a noz de galha ou folhas de diferentes árvores. A mistura dos componentes, por sua vez, produz uma solução muito ácida, o qual promovia a reação. Assim, essas tintas podem provocar dois tipos de degradação do papel concomitantemente: a corrosão por oxidação e por hidrólise ácida. Saber se a tinta é cuprogálica (a base de sulfato de cobre) ou ferrogálica (a base sulfato de ferro) contribui para adoção de tratamentos específicos aos processos de controle da corrosão em longo prazo.

Por outro lado, os processos de esmaecimento dessas tintas ainda não foram completamente elucidados, mas sugerem que isto possa ocorrer quando a reação do sulfato de cobre ou de ferro não se processou adequadamente com o tanino ou quando os componentes não estão adequadamente balanceados. Nestes casos, a tinta pode perder sua cor lentamente (KRAEMER KOELLER, 1973). Este processo não é revertido com tratamentos de restauração, mas pode ser minimizado com medidas de conservação. Ao contrário, tratamentos aquosos podem acelerar tanto a metalização e corrosão das tintas, como aumentar a velocidade de esmaecimento.

Com o emprego das análises de fluorescência raio X, foi identificada uma grande presença de ferro e nenhuma de cobre, permitindo-nos afirmar que se trata de uma tinta ferrogálica. No próprio *Formulário Médico* há uma receita de tinta ferrogálica que pode ter sido utilizada para fabricação de anotações no manuscrito. Interessante se fez notar que a goma de caju substitui a goma arábica na receita descrita.

No que se refere à encadernação primeira, por meio de um modelo de bifólio produzido a partir das observações acima mencionadas e de outras avaliações que consideraram o conteúdo e elementos do texto (reclamos, numeração de folhas, índice incompleto e outros), foi possível identificar e estabelecer a composição dos cadernos. Sugere-se, assim, que a obra era dividida em três Tratados, com cinco cadernos, composto

de 12 bifólios (em torno), ao final dos quais era “juntado” um fólio. Deveria conter mais de 125 folhas, das 115 que hoje existem. A avaliação permitiu afirmar também que a encadernação realizada em 2000 considerou a anterior, que provavelmente considerou a primeira, pois não há outros furos de costura diferentes daqueles que são atualmente usados. Contudo, o tipo de costura primeira (desenho/forma) não foi possível precisar. Tal particularidade, se preservada, forneceria indícios também para uma possível identificação do período de produção da encadernação. Uma vez mais, as intervenções realizadas e a ausência dos registros impactaram na confirmação do período de produção da obra.

## **Conclusões**

Este trabalho só foi possível a partir da integração e interação entre diferentes profissionais que estudam os documentos que compõe o patrimônio documental por distintas abordagens. Sabemos que os meios de produção dos documentos mais contemporâneos trazem desafios maiores, pois o número de materiais, de meios e de processos utilizados no final do século XX e início do século XXI cresceu e variou enormemente e, muitas vezes, sua composição e forma estão protegidos por patentes industriais. Por este motivo, cada dia mais estudos interdisciplinares serão necessários para se compreender os vestígios do nosso passado não tão recentes e que se encontram em bases materiais ainda tradicionais.

A relação entre metadados, descrição e materialidade é importante no registro sobre o patrimônio a ser tratado, tanto na comprovação da inserção de um item em um acervo como na recuperação da informação referente ao item descrito. A análise material de conservação pode colaborar na atividade descritiva quando individualiza o documento e fornece informações sobre sua constituição e as interferências acumuladas no curso da sua existência. Pode ainda contribuir com informações nem sempre evidentes ou escritas/impressas quanto ao período de produção e à origem, que podem ser delimitadas ou sinalizadas mediante o diagnóstico técnico. Na avaliação realizada, pode-se identificar que o documento *Formulário Médico* possui características compatíveis à produção de manuscritos no século XVII ou anterior. Porém seriam necessários estudos mais aprofundados para haver precisão de datação, considerando também alguma restrição imposta ainda pela ausência de dados referentes à intervenção recentemente realizada (2000).

Contudo, uma importante aplicação do estudo aqui apresentado ocorreu na construção da candidatura do manuscrito *Formulário Médico* ao registro do Programa Memória do Mundo da Unesco, no qual este documento foi contemplado na edição de 2017, sendo um contributivo para a preservação da memória documental brasileira. Os estudos relacionados à materialidade do manuscrito foram substanciais para congregar informações relativas a sua história, autenticidade, integridade e raridade na composição da proposta de submissão.

Verifica-se, portanto, que os estudos da materialidade aplicados ao patrimônio documental possuem um alcance de atuação variado, podendo se associar desde às ações de preservação diretas e indiretas, às investigações históricas, à representação descritiva de documentos, até recuperação da informação, com potencial mediação na valorização e na garantia de propriedade de um documento.

### Referências bibliográficas

BOUZA, Fernando. Escribir a corazón abierto: Emoción, intención y expresión del ánimo en la escritura de los siglos XVI y XVII. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 507-534, maio/ago/2019.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRIQUET, C. M. **Les filigranes**: dictionnaire historique des marques du papier dès leurs apparition vers 1282 jusqu'en 1600. Avec 39 figures dans le texte et 16.112 fac-similes de filigranes. Paris: Alphonse Picard & fils, 1968. 836 p. 4v. Disponível em: <https://archive.org/details/BriquetLesFiligranes4/page/n6> . Acesso em: 30 ago. 2019.

FORMULÁRIO MÉDICO: manuscrito atribuído aos jesuítas e encontrado numa arca da igreja de São Francisco de Curitiba. 1703, 230p. Disponível em <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=279> . Acesso em: 30 ago. 2019.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUÍPEREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**, v. 13, n. 2, p.7-35. 2003.

GARCIA AGUILAR, Idalia. **Secretos del estante: elementos para descripción del libro antiguo**. México: UNAM. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.





## **Papéis para a boa administração das receitas e despesas da Real Extração dos Diamantes**

Régis Quintão  
Mestre em História  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[regis.quintao@gmail.com](mailto:regis.quintao@gmail.com)

Em meados do século XVIII, sob o governo josefino-pombalino, o Império Ultramarino português passou por intensas transformações socioeconômicas. Nesse contexto, os princípios de racionalização das práticas administrativas e fiscais tornaram-se patentes e deram origem a instituições que visavam intensificar o controle sobre as receitas e as despesas do reino e de suas possessões. Ao retomar o domínio sobre as riquezas minerais, nomeadamente os diamantes, criou-se, em 1771, a Real Extração. Com o novo monopólio, pretendia-se estabelecer um sistema cuja finalidade principal era aumentar a produção diamantífera, tentando, por outro lado, minimizar seus custos, além de combater fraudes e contrabandos.

A administração teve, porém, início em 1º de janeiro de 1772, e contava com duas sedes: em Lisboa, a Diretoria da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, e, em Minas Gerais, subordinada à referida Diretoria localizada no Reino, estava a Junta da Administração Diamantina, situada no Arraial do Tejuco, na Comarca do Serro do Frio. A partir de então, como destacamos em estudo anterior, os administradores passaram a importar tudo que fosse essencial ao trabalho diamantífero e à sobrevivência dos escravos e livres empregados na mineração. Dessa forma, compravam-se alguns tipos de alimentos, drogas de botica, tecidos, materiais para mineração e - o que nos interessa particularmente neste texto - materiais de escritório, tais como penas de escrever, tesouras, sinetes, pastas, bilhetes, papéis e livros encadernados (QUINTÃO, 2017).

Nesse sentido, o objetivo desta comunicação é analisar a aquisição e o consumo desses materiais, com destaque para os papéis e os livros. O propósito não é apenas descrever, identificar a origem e a qualidade destes produtos, mas, como propõe Marcelo Rede (1996; 2003; 2012), explicar seu uso, suas possibilidades e seus sentidos no escritório da administração e nos serviços de mineração do Distrito Diamantino na segunda metade do século XVIII. Em última instância, tentar interpretar aquela realidade social a partir dos objetos (MENESES, 2011). Para tanto, nosso ponto de partida é o códice 4087 intitulado *Livro de Registo de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro*

*respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, entre 1772 e 1789, pertencente ao fundo Erário Régio do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (BOSCHI; QUINTÃO, 2015; 2019). A partir das informações sobre as mercadorias importadas contidas neste documento, listamos quais eram os itens necessários para a escrita na Administração Diamantina.*

Para dar início aos trabalhos após a monopolização dos diamantes, imediatamente foram adquiridos os primeiros materiais de escritório. As primeiras compras vieram no Rio de Janeiro, onde a Real Extração contava com a ajuda de comissários, isto é, comerciantes encarregados pela compra e envio das remessas à administração do Tejuco. Dessa forma, logo em 1772, para a boa administração das receitas e despesas da Real Extração, foram adquiridos 1 *livro de caixa* com 200 folhas; 1 *livro de carregações* com 200 folhas; 1 *livro de despenseiros de papel imperial* com 400 folhas; 2 *livros de contas correntes*, um com 600 folhas e outro com 650; 2 *livros diário de razão*, um com 300 e outro com 500 folhas; 10 livros sem especificações, sendo 7 com 200 folhas e 3 com 50 folhas.

Nesses livros se registravam todas as informações sobre o custeio e a produção anual de diamantes. Para entendermos como funcionava este processo, é preciso lembrar que a Real Extração, além da diretoria geral em Lisboa, estava subordinada também ao Erário Régio. Esta instituição, segundo Luciano Figueiredo (2015, p. 14), foi justamente a responsável pela sistematização de um *novo método de escrituração, mais operacional e eficiente que a de partidas simples, prestação de contas usada pela Casa dos Contos, para permitir a avaliação de equilíbrio ou desequilíbrio entre débito e crédito; mais transparente também*. Tratava-se do método das *partidas dobradas*, no qual toda operação possuía registros de débito e de crédito. Com isso, por volta de 1761, *passa-se a escrever nos livros Diário (em que eram registrados os assentos) e Mestre (em que se escreviam as receitas e despesas a cargo dessa repartição), que pertenciam a cada uma das contadorias*.

Assim, o mesmo método de escrituração das partidas dobradas foi adotado pela Junta Diamantina, pois, como dito, um dos objetivos centrais das autoridades era intensificar o controle sobre as receitas e despesas da administração diamantífera. O registro nos livros de contas correntes, diários, mestres ou de razão era função do guarda-livros, oficial responsável pela contadoria da administração. Esses livros eram enviados anualmente à Lisboa, que, depois, eram cotejados com os balanços realizados periodicamente.

Na documentação pesquisada, constatamos que as autoridades da Real Extração utilizaram efetivamente os mencionados livros, não só porque aparecem entre os materiais

importados, mas também por estarem preservados e fazerem parte do mencionado fundo Erário Régio, preservado pelo Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Neles constam ainda registros de óbitos dos escravos próprios da administração, lançamento de jornais de escravos alugados, compra e venda de mercadorias e alimentos, pagamento de ordenado aos funcionários e de soldo à guarda diamantina, saque de letras, morte de animais que eram criados nos currais dos serviços, gastos com os doentes no hospital, planos anuais para a extração de diamantes no tempo de seca e de chuva e o principal: a entrada e saída de diamantes dos cofres da Intendência.

Além dos livros de natureza contábil, para o início da administração também foram compradas quantidades de materiais considerados caros no período, como o papel. Do Rio de Janeiro, em 1772, vieram 50 resmas de *papel bom*, 10 resmas de *papel de boa qualidade*, 5 resmas de *papel de França* e 37 resmas de *papel pequeno*. No entanto, passados os primeiros anos da administração diamantina, a importação de papel passou a ser feita exclusivamente de Lisboa, sob a justificativa de que seria mais barato. Entre 1774 e 1789, os seguintes tipos foram enviados ao Tejuco: *papel AP 1ª sorte*, 140 resmas; *papel AP 2ª sorte*, 20 resmas; *papel de embrulhar*, 38 resmas; *papel de França*, 12 resmas; *papel de França marca grande*, 18 resmas; *papel de França pequeno*, 8 resmas; *papel de Gênova*, 10 resmas; *papel de Holanda bastardo*, 4 resmas; *papel de Holanda marca grande*, 26 resmas; *papel de Luca 1ª sorte*, 60 resmas; *papel de Luca*, 138 resmas; *papel Imperial*, 1 resma; *papel pardo*, 2 resmas; *papel pardo marca grande nas cabeças*, 2 resmas; *papel pardo nas cabeças*, 4 resmas. De acordo com Márcia Almada (2012), no século XVII e princípios do XVIII, Portugal importava papel da Itália e da França, pois somente a partir de 1766 a indústria papelreira teria tomado impulso dos territórios lusos, ficando seu comércio e uso controlados por legislação específica. Apesar disso, como podemos observar nas remessas enviadas ao Distrito Diamantino, os portugueses continuaram a importar papel até pelo menos a última década século XVIII.

O papel era utilizado principalmente como suporte para correspondência. A comunicação mensal entre as principais instâncias administrativas - a administração do Tejuco, a diretoria em Lisboa e o Erário Régio - era obrigatória. A falta de comunicação e de notícias do estado da administração pelos funcionários muitas vezes era motivo de repreensão pelas autoridades superiores. De 1772 a 1805, por exemplo, é grande o volume de cartas trocadas entre as instituições citadas. Considerando-se apenas a correspondência entre as autoridades diretamente ligadas à Real Extração, o número ultrapassa a casa de milhares. Assim, a importância dada à comunicação administrativa evidencia um desejo

bastante comum no período, qual seja, o de controlar cada vez mais as rendas reais provenientes de espaços coloniais.

Não foi possível atribuir o uso exato dessa considerável quantidade de papel antes referida. Sabemos, porém, que no Distrito Diamantino funcionavam concomitantemente dezenas de lavras ou serviços de mineração, como eram chamados à época. Muitas vezes estabelecidos longe do centro administrativo, os serviços se constituíam como arraiais provisórios, onde escravos, oficiais mecânicos, feitores, pedestres, guardas e administradores subalternos viviam e trabalhavam até o esgotamento das lavras. Assim, de modo geral, além das fábricas de mineração, cada serviço contava com paióis, moinhos, currais, armazéns, oficinas, rancharias, chácaras, senzalas, capelas, boticas e pequenos escritórios. É possível inferir que alguns tipos de papéis fossem usados no dia a dia desses espaços, pois as noções de boa administração e de controle financeiro permeavam todos os setores da produção diamantífera. Precisavam ser registrados, a fim de prestar contas posteriormente, até mesmo o consumo, no hospital do Distrito, das drogas de boticas e de alimentos considerados caros como a galinha (QUINTÃO, 2017). Tudo que era escrito era melhor controlado.

Para registrar a escrita nos dispendiosos suportes, grande quantidade de penas foram compradas entre 1772 e 1774. Somando-se as remessas do Rio de Janeiro e de Lisboa, a Administração Diamantina adquiriu 3 mil penas de escrever, sendo 500 do tipo *meia (sic) secretária*, 1000 *ordinárias* e 1.500 penas de escrever comuns. Além de mais 16 centos de *penas de escrever de linha verde* também importados de Lisboa no início do monopólio. Apesar da enorme quantidade de penas, não encontramos qualquer menção à compra de tinta. Havia, porém, importação de elementos utilizados na composição da tinta ferrogálica, como *goma arábica* (1 arroba e 161 libras), *galha* (7 arrobas e 298 libras) e sulfato ferroso, chamado de *caparrosa* (5 arrobas e meio e 106 libras) ou *caparrosa verde* (10 libras). Assim, tudo indica que a tinta fosse produzida pelos próprios funcionários da administração.

Embora não seja objetivo deste estudo, é interessante relatar que, muito provavelmente, os homens responsáveis pelo lançamento e registro das informações concernentes à Real Extração eram habilidosos artífices da escrita. Observamos nos diversos códices pesquisados certo padrão ortográfico e gramático: praticamente a mesma letra em todos os livros, espaços entre frases, poucas abreviaturas e muita legibilidade na grafia, o que indica tratar-se de uma mão treinada.

Outros materiais foram comprados para uso do expediente da Real Extração: *sinetes de prata*, 3 unidades; *tesouras de escritório* de tamanhos diversos, 19 dúzias; *pastas de papelão*, 98 unidades. Também foram enviadas ao Tejuco 8 resmas dos famosos *bilhetes impressos encadernados* em livros, que funcionavam como uma espécie de moeda-papel no Distrito Diamantino. Segundo Joaquim Felício dos Santos (1976), eles eram usados quando a Administração não possuía fundos e precisava comprar mantimentos, pagar os alugueis de escravos, os jornais dos trabalhadores, ordenados de empregados ou qualquer outra despesa corrente. A Real Extração passava os bilhetes ou letras que eram pagos quando estivesse disponível a ajuda de custo fornecida pela Provedoria de Vila Rica. A operação funcionava da seguinte forma: *De cada quantia devida se faziam dois bilhetes idênticos: um, que se cortava pela tarja, que havia no meio da folha, e se entregava ao credor; o outro, que ficava no livro, servia de registro para a conferência que se devia fazer na ocasião do pagamento* (BESSA, 1981, p. 63).

Ao tentar explicar uso e os sentidos sociais dos papéis e dos livros contábeis naquele contexto histórico, fica patente não apenas a expressão da relevância do controle fiscal e da comunicação administrativa. A preocupação constante com a arrecadação das rendas reais e com a diminuição das despesas culminou na adoção das referidas práticas de controle a partir do registro em livros contábeis e na correspondência obrigatória. No entanto, para aquela sociedade, sem esse tipo de material - livros e papéis -, seria impossível administrar um monopólio como a Real Extração dos Diamantes. Por isso, estudar os objetos é profícuo. A partir deles podemos entender aspectos variados de determinadas sociedades, pois, como lembra Daniel Miller (2013), as coisas são indissociáveis da sociedade e elas dizem respeito à própria sociedade na qual circulam.

### Referências bibliográficas

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BESSA, Antônio Luiz de. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de república*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

\_\_\_\_\_. *Minas Gerais nos arquivos históricos de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, 2019.

FIGUEIREDO, Luciano. O Erário Régio: uma breve introdução. In: BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas*

*de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, 2015, p. 11-17.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação: dossiê elementos materiais da cultura e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 397-404, jul./dez. 2011.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

QUINTÃO, Régis Clemente. *Sob o “régio braço”*: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996.

\_\_\_\_\_. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 8-9, n. 1, p. 281-291, 2003.

\_\_\_\_\_. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012. p. 133-150.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.



**Representações radicais: construção e disputa de identidades nos panfletos  
Diggers (1649-1652)**

Lívia Bernardes Roberge  
Mestra em História  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[liv.roberge@gmail.com](mailto:liv.roberge@gmail.com)

Os *Diggers* (“cavadores”, em português) foram um dos vários grupos radicais que atuaram durante as Guerras dos Três Reinos<sup>1</sup> (1640-1660), contribuindo à interpretação historiográfica que desde a metade do século XX vem enfatizando o caráter multipolar desse conflito, em oposição à interpretação clássica de que este havia essencialmente se tratado de um conflito entre Coroa e Parlamento. Os *Diggers* ganharam notoriedade na historiografia principalmente por seu posicionamento contrário à política de cercamentos, o qual era fundamentado em pressupostos largamente teológicos, com uma interpretação de que a terra era um presente divino que deveria ser desfrutado por todos de forma igualitária.

Para promoverem sua perspectiva de propriedade coletiva da terra, o grupo organizou uma série de ocupações agrícolas em áreas cercadas que costumavam ser terrenos comunais. Além disso, eles eram cristão anticlericais e contrários à monarquia, defendiam a ausência de hierarquia entre os homens, e advogavam por uma prática religiosa centrada na ascensão da Razão (termo empregado por eles para referenciar Deus) no interior de cada pessoa, além de partilharem de anseios milenaristas, acreditando que estavam vivendo os últimos tempos antes do ressurgimento de Cristo nos corações dos indivíduos, retorno esse que era contemplado de forma mais metafórica do que física, tal como suas interpretações das Escrituras. O conhecimento das perspectivas e pautas

---

<sup>1</sup> A discussão a respeito da melhor nomenclatura a ser empregada para referenciar o período entre 1640 e 1660 na história da Inglaterra ainda hoje é um tópico de acalorado debate historiográfico. Enquanto alguns historiadores defendem que houve duas Revoluções na Inglaterra seiscentista – 1640-1660 e 1688-1689 –, outros partem do princípio de que não houve nenhuma revolução durante a primeira modernidade inglesa. Pensamos que a denominação Guerra dos Três Reinos é atualmente a mais adequada, não só por demarcar a totalidade de atores que tomaram parte nos conflitos e lhes denotar a devida relevância (Irlanda, Escócia e Inglaterra), evitando uma narrativa anglocêntrica da história das Ilhas Britânicas, mas também por abarcar a totalidade de períodos e eventos que se desenrolaram entre as décadas de 1640 e 1650, notadamente, as duas Guerras Civis Inglesas, a *Commonwealth*, o Protetorado, a Campanha de Cromwell na Irlanda, a Guerra com a Escócia, a Guerra dos Bispos, e, finalmente, a Restauração monárquica.

promovidas pelos *Diggers* nos é possível graças à publicação de uma série de panfletos<sup>2</sup> por parte do grupo, entre os anos de 1649 e 1652, onde eles expunham suas críticas, suas interpretações religiosas e suas opiniões sobre os rumos que a Inglaterra deveria seguir após a derrubada da monarquia.

Há, entretanto, um aspecto em particular que julgamos essencial à devida compreensão do grupo e sua atuação, que foi largamente ignorado pela historiografia que analisou especificamente os *Diggers*, até muito recentemente: a análise das lutas de representação relacionadas à construção da identidade *Digger*, uma questão que figurou de forma central em grande parte dos panfletos do grupo. Dentro do recorte que abarca das Guerras Civis Inglesas à restauração da monarquia Stuart (1640-1660), houve uma alta considerável da produção e circulação de impressos das mais variadas naturezas (RAYMOND, 2003: 164). A alta instabilidade política característica desse período de crise, associada aos frutos provenientes da Reforma Anglicana (responsável por aumentar o acesso ao texto bíblico, agora traduzido, e, conseqüentemente, impulsionando a ascensão de uma cultura escrita relativamente mais abrangente), estão entre os motivos que levaram às altas cargas de trabalho que assolaram as prensas inglesas nas décadas de 1640 e 1650 (BARNARD, 2001: 1).

Panfletos, periódicos, petições e *broadsides* se destacam como fontes impressas características do período, estando carregadas de potencialidades de estudo. Tomemos como exemplo os panfletos. Devido ao seu baixo custo de produção e à sua natureza efêmera bem como prática (em geral eram pequenos, leves, de fácil transporte), o panfleto era um impresso de ampla capacidade de circulação. Por conta dessas características, foi também um veículo literário mais acessível, por assim dizer, tanto no quesito de produção como de aquisição (RAYMOND, 2003). A circulação de informação através dos *nemsbooks* (periódicos) também passou por grande expansão e remodelação no período. Era possível obter versões sobre diversos acontecimentos partindo de perspectivas relativamente variadas, com grupos monarquistas, parlamentaristas, radicais e independentes publicando seus próprios periódicos. Além disso, o alcance desses impressos ultrapassava as barreiras do letramento, uma vez que eram fontes que carregavam fortes marcas de oralidade em sua estrutura escrita e em seus meios de divulgação, a prática de leitura dessa época englobava uma pessoa ler o impresso em voz alta para os demais.

---

<sup>2</sup> Grande parte dos panfletos *Diggers* dos quais se tem conhecimento estão preservados na coleção *Thomason Tracts* da Biblioteca Britânica. Há um panfleto cuja única cópia se encontra preservada na Biblioteca da Universidade de Worcester, e outro em mesma situação na Biblioteca Guildhall.



Atualmente, diversos estudiosos do século XVII defendem que tal profusão impressa fez com que existisse uma esfera pública na Inglaterra desse período, indo de encontro com as considerações popularizadas por Jürgen Habermas, que identificou o surgimento da esfera pública apenas a partir do século XVIII, também na Inglaterra (HABERMAS, 1984). Os teóricos que buscam evidenciar uma esfera pública no século XVII inglês não o fazem, contudo, através de um mero adiantamento do modelo de Habermas, autores como Peter Lake e Steve Pincus buscam evidenciar um tipo de esfera pública característica dos seiscentos, caracterizando-a como uma “esfera pública pós-Reforma”, de modo a acentuar suas particularidades e diferenças com relação àquela do setecentos, ao passo em que reforçam suas origens no advento da Reforma e da popularização da prensa (LAKE; PINCUS, 2006).

Indo por outra via, Alexandra Halasz baseia-se na evidenciação de que no século XVII é possível identificarmos a existência de um verdadeiro mercado da informação, que era movido por uma demanda por saber o que se passava em meio aos conflitos que assolavam a Inglaterra, ao mesmo tempo em que cada vez mais buscava-se partilhar com o “público” opiniões e relatos sobre os mais variados acontecimentos, partindo tanto de indivíduos, quanto de grupos (HALASZ, 1997). Para a autora, os impressos, em particular os panfletos, romperam com o monopólio discursivo da época, permitindo a circulação de ideias e posicionamentos que, por sua vez, partiam de sujeitos igualmente mais diversos (ibidem: 4). Dessa forma, um engajamento em um debate consideravelmente mais “público”, ainda que não à moda de Habermas, era possível.

Assim, perceber a opinião pública como um campo de disputa possuiu uma implicância direta na forma em que as atuações e estratégias políticas de grupos como o dos *Diggers* eram concebidas. Ao perceber a esfera pública como uma arena ativa de disputa, a forma desses grupos se apresentarem por meio dos impressos adquiriu necessariamente uma potencialidade política, cuja investigação é indispensável para a compreensão e caracterização adequada da atuação radical nesse contexto.

É emblemático para refletirmos sobre isso, por exemplo, o surgimento dos *Diggers* no cenário dessas disputas impressas. Ao ocuparem um terreno cercado na Colina de São Jorge em abril de 1649, os *Diggers* publicaram um panfleto onde explicitavam suas demandas e posicionamentos, bem como as motivações por trás da ocupação. Nesse panfleto, eles se apresentaram como os *True Levellers*<sup>3</sup> (“Os Verdadeiros Niveladores”), em uma provável provocação a outro grupo radical do período, os *Levellers* (Niveladores), cuja

---

<sup>3</sup> *The True Levellers Standard Advanced*, publicado em Londres e datado de 20 de abril de 1649.

atuação política no contexto precedia a dos *Diggers*. Por sua vez, a trajetória que levou os *True Levellers* a se auto representarem como *Diggers* é igualmente denunciadora do poder da esfera pública: numa tentativa de desvincular sua imagem da dos ocupantes da Colina de São Jorge, o periódico *Leveller* “*The Moderate*” chama o grupo em questão de *Diggers*, um termo associado ao trabalhador braçal da terra, em tom claramente pejorativo, considerando o grupo insignificante. A partir daí, os *Diggers* passaram a se apresentar enquanto tal em seus panfletos.

Os *Diggers* aderiram à representação “*Digger*” promovendo sua resignificação, ao passo em que rechaçaram a associação a outras representações, como *Ranters* e *Seekers*<sup>4</sup>, por exemplo, buscando denotar certo sentido à sua prática social, bem como à sua própria existência no mundo social. Pierre Bourdieu já havia alertado que, ainda que se trate de uma força invisível, o poder simbólico desempenha um papel fundamental na estruturação das sociedades e na denotação de sentido às práticas e ordenações sociais através da formulação de representações (BOURDIEU, 1989: 9-10). Nessa perspectiva, o imaginário, por sua vez, é simultaneamente estruturado e estrutura pelas/as relações sociais. A literatura e a mobilização de discursos são instrumentos simbólicos, utilizados na construção e disputa de representações, pertencentes a essa “estrutura estruturada” (ibidem: 16), cuja análise não se encontra em oposição ao “real”, ao “concreto”: esses elementos o estruturam.

As representações, portanto, são originárias das práticas e dos discursos que constroem as identidades – e, por extensão, a sociedade. Roger Chartier enfatiza que é através das representações que os sujeitos dão sentido ao mundo que os cerca, e que os choques entre representações produzidas pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade constroem a própria realidade (CHARTIER, 2002). Nesse entendimento, o objetivo das lutas de representação é o próprio ordenamento do mundo social. Portanto, o episódio da publicação do primeiro panfleto *Digger* em 1649, e a sucessão de disputas no que tange as representações desses grupos radicais, configura um excelente exemplo de como essas lutas travadas por meio do simbólico eram importantes para o desenvolvimento da atuação política desses grupos nesse contexto.

Essas lutas de representação travadas pelos *Diggers* tiveram uma dimensão para além da disputa inicial, bastante nítida, estabelecida com os *Levellers* em 1649. Ao longo do

---

<sup>4</sup> Alguns *newsbooks* como o *The Impartiall Intelligencer*, em sua edição de 18-25 de Abril de 1649, associaram os *Diggers* a outras seitas e grupos radicais da época, como os *Ranters*, frequentemente associados ao uso excessivo de álcool e à defesa da poligamia, e os *Seekers*, seita acusada de Antinomianismo (CURELLY, 2010: 55).

relativamente breve período de atuação do grupo (o último panfleto associado aos *Diggers* foi publicado em 1652), eles buscaram ativamente disputar representações que eram veiculadas sobre eles através da imprensa periódica do período: sabe-se que pelo menos onze *newsbooks*<sup>5</sup>, de perspectivas variadas, que iam do republicanismo ao apoio à causa monárquica, veicularam notícias e editoriais sobre o grupo que ocupou a Colina de São Jorge, de forma a desaprová-los (CURELLY, 2010). Nessas coberturas, esses *newsbooks* demonstravam receio de que as ideias colocadas em práticas pelo grupo se espalhassem para outras partes da Inglaterra, causando mais desordem pública, ao mesmo tempo em que buscavam deslegitimar e conferir irrelevância às ações daqueles sujeitos, alegando que não passavam de “[...] desmiolados, que estão cavando sua própria ruína”<sup>6</sup> (*England’s Moderate Messenger* 28 de Maio – 4 de Junho de 1649).

Por sua vez, os *Diggers* buscaram, através de seus panfletos, contra argumentar essas perspectivas negativas que eram veiculadas sobre eles, não só provendo explicações para suas ações e visões de mundo, mas também buscando construir uma identidade para si que tanto legitimasse seus posicionamentos, quando promovesse certa mobilização de opiniões e paixões por parte do público para com sua aparente situação de pobreza e desespero, enquanto humildes trabalhadores da terra. O título de um panfleto publicado por eles em junho de 1649 traz um indicativo do tipo de práticas e signos que eles buscaram acionar para construir uma dada identidade social através da qual buscaram ser percebidos nesse contexto: “Uma declaração do povo pobre e oprimido da Inglaterra, direcionada a todos dessa nação que chamam a si mesmos, ou são chamados de, Senhores Proprietários; [...]”<sup>7</sup> (WINSTANLEY et al, 1649. In: HILL, 2006: 97).

Evidenciamos que houve um amplo investimento por parte do grupo na construção de uma identidade de simples e pobres agricultores, quando, na realidade, as trajetórias individuais desses sujeitos foram muito mais diversificadas social e culturalmente<sup>8</sup>. Como consequência, isso nos leva a refletir sobre o capital simbólico que invocar tal representação de humildade poderia ter no contexto em que os *Diggers* estavam

---

<sup>5</sup> *A Modest Narrative of Intelligence, A Perfect Diurnall, England’s Moderate Messenger, A Perfect Summary of an Exact Diary of some Passages of Parliament, The Impartiall Intelligencer, Continued Heads of Several Passages in Parliament, The Moderate, The Kingdoms Faithfull and Impartial Scout, The Moderate Intelligencer, Mercurius Pragmaticus, Mercurius Pragmaticus for King Charles II, e Mercurius Britannicus.*

<sup>6</sup> No original: “[...] crack brains, which are digging out their own ruines”. Tradução da autora.

<sup>7</sup> No original: “A declaration from the poor oppressed people of England, directed to all that call themselves, or are called Lords of Manors, through this nation; [...]”. Tradução da autora.

<sup>8</sup> O próprio Gerrard Winstanley, por exemplo, não só teve acesso a uma educação formal (algo que por si só já o distanciaria de grande parte da população inglesa no século XVII), como teve uma trajetória profissional para bem além da semeadura de campos. Winstanley foi um comerciante em Londres, até vir a falência e, aí sim, ter se mudado para o campo e se voltado à agricultura (GURNEY, 2007).

publicando. Pensamos que isso está relacionado com a questão previamente mencionada referente à mobilização da “opinião pública”, e da ideia de se falar em nome de certa coletividade, do “povo”, como um utensílio que concedia legitimidade aos discursos veiculados (COAST, 2019).

Dessa forma, ao se auto representarem como esse “povo pobre e oprimido”, os *Diggers* estavam fazendo uso de uma estratégia retórica vigente na Inglaterra da primeira modernidade. Para compreendermos o uso dessa “retórica do sofrimento” (COAST, 2019: 73), é necessário que também nos voltemos às perspectivas sobre a pobreza que permeavam esse contexto, como por exemplo, a questão de que anglicanos e luteranos tinham a tendência de ver os pobres de forma idealizada, argumentando que os mais simples eram os que conseguiam captar melhor as verdades da Bíblia (ibidem: 74). Além disso, alegar ser um trabalhador pobre da terra, indiretamente fundamentava as opiniões desses sujeitos ao abordarem os impactos econômicos e sociais de políticas como a de cercamentos, por exemplo, por em teoria possuírem certa “especialidade” no assunto (idem).

Paralelo a isso, Laurent Currelly e Nigel Smith (2016) identificam que essas disputas em torno da fabricação de auto representações e identidades desempenharam um papel bastante central no desenvolvimento da política radical característica do período. Currelly e Smith defendem uma análise do fenômeno do radicalismo seiscentista que o perceba como uma fabricação essencialmente literária, que floresceu e se desenvolveu em grande parte graças ao profícuo cenário impresso que a Inglaterra vivia.

A partir disso, ressalta-se as contribuições de Nicholas McDowell, que ao investigar o que levou a historiografia a considerar determinados grupos que atuaram nesse contexto como “radicais” em detrimento de outros, propôs uma abordagem que se voltou aos textos, e não às categorias sociais, para pensar o radicalismo. Ao promover uma análise calcada no estudo da construção retórica desses textos, bem como na potencial heterodoxia das ideias neles veiculadas dentro daquele dado contexto, McDowell identificou o que ele denomina de “imaginação radical”, onde a questão da origem socioeconômica dos sujeitos nesses meios radicais, fosse para qualificar ou desqualificar uma narrativa e/ou posicionamento, se tratava de uma questão que envolve representação (MCDOWELL, 2003). A imaginação radical, tal como concebida por McDowell, conjugava as impressões e estereótipos que o público leitor tecia desses radicais, junto com a forma como esses últimos se apropriavam e ressignificavam muitas dessas interpretações através da escrita, projetando representações de si mesmos que disputavam a opinião e a

imaginação pública a respeito de suas reivindicações e trajetórias, numa tentativa não só de promoverem suas visões de mundo, mas também de dotarem suas práticas sociais de sentido (idem).

Priorizar a análise de questões relativas à construção das identidades e representações nos permite evidenciar as estratégias retóricas empreendidas pelos *Diggers*, bem como entender como mobilizavam essa imaginação radical concebida por McDowell, e de como buscar angariar a opinião pública era percebido como importante para a atuação política desenvolvida em meio às Guerras dos Três Reinos. Por fim, tal análise nos possibilita evidenciar a dimensão central que a construção das representações *Diggers* tiveram na atuação escrita do grupo, demonstrando como as disputas travadas através do campo do simbólico eram parte essencial para a consolidação de demandas “materiais”, à exemplo da defesa *Digger* da propriedade comum da terra.

### Referências bibliográficas

BARNARD, John. “London Publishing, 1640-1660: Crisis, Continuity and Innovation”. *Book History*, Baltimore, vol. 4, p. 1-16, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Algés: Difel, 2002.

COAST, David. “Speaking for the people in Early Modern England”. *Past and Present*, n. 244, 2019. pp. 51-88.

CURELLY, Laurent. “‘Our Digging upon that common is the talk of the whole land’: The story of the Surrey Diggers as told by Contemporary Newsbooks”. *XVII-XVIII. Revu de la société d'études anglo-américaines des XVIIe et XVIIIe siècles. Diffusion de l'écrit dans le monde anglophone*. 2010. pp. 47-62.

CURELLY, Laurent; SMITH, Nigel (ed.). **Radical Voices, Radical Ways**. Articulating and disseminating radicalism in seventeenth and eighteenth century Britain. Manchester: Manchester University Press, 2016.

*England's Moderate Messenger* 28 de Maio – 4 de Junho de 1649.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALASZ, Alexandra. **The marketplace of print**. Pamphlets and the public sphere in Early Modern England. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HILL, Christopher (ed.). **Winstanley: ‘The Law of Freedom’ and other writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LAKE, Peter; PINCUS, Steve. "Rethinking the Public Sphere in Early Modern England". *The Journal of British Studies*, v. 45, n. 2, 2006. pp. 270-292.

MCDOWELL, Nicholas. **The English Radical Imagination.** Culture, Religion and Revolution, 1630-1660. Oxford: Clarendon Press, 2003.



## **Guerras panfletárias: Sir Roger L'Estrange e as polêmicas impressas na Inglaterra do período da Restauração**

Verônica Calsoni Lima<sup>1</sup>

Mestre em História

Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social (Doutorado)

Universidade de São Paulo

[veronica.calsoni@gmail.com](mailto:veronica.calsoni@gmail.com)

Em 1660, a Inglaterra voltava ao regime monárquico, depois de ter vivido duas décadas de intensa agitação revolucionária. Entre 1640 e 1660, o país havia passado por duas guerras civis, destronado e executado um rei por alta-traição, decretado uma república, vivido sob um Protetorado, retomado a república por apenas alguns meses e, finalmente, coroado Carlos II, o filho do monarca anteriormente sentenciado. Tamanha turbulência levava os contemporâneos a acreditarem que viviam em uma sociedade que virava de ponta-cabeça, mas agora, com a restauração da monarquia, tentavam recobrar a ordem e a estabilidade. Por essa razão, Carlos II foi bem recebido por muitos de seus súditos, que acompanharam entusiasmadamente a sua chegada a Inglaterra e sua longa caminhada até Londres. Havia alguns outros, contudo, que protestaram contra a Restauração e ansiaram pela retomada do regime republicano de outrora. O governo, não obstante, esforçou-se para extinguir os ecos anti-regalistas, reforçando seus sistemas de controle de modo a perseguir e aprisionar seus oponentes, executar traidores, suprimir conspirações e levantes, e censurar textos sediciosos<sup>2</sup>.

No caso específico da imprensa, tema que mais nos interessa aqui, Carlos II adotou medidas bastante restritivas. Se desde 1642, com a eclosão das guerras civis e a falência de instituições como a High Commission e a Star Chamber, houve certo afrouxamento dos dispositivos de controle; o governo recém-estabelecido primou pelo rigor da censura. Vários decretos régios foram publicados para proibir a circulação de textos tidos como perigosos ou escandalosos, inúmeros mandatos de busca e apreensão de textos e

---

<sup>1</sup> Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

<sup>2</sup> KEEBLE, N. H. *The Restoration: England in the 1660s*. Cornwall, Blackwell, 2002. HARRIS, Tim. *London Crowds in the Reign of Charles II: Propaganda and Politics from the Restoration until the Exclusion Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. HARRIS, Tim. *Restoration: Charles and his Kingdoms, 1660-1685* (Kindle edition). London: Penguin, 2006. MARSHALL, Alan. *Intelligence and Espionage in the Reign of Charles II, 1660-1685*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

estacionários<sup>3</sup> eram emitidos quase que diariamente, e um novo Ato de Regulamentação da Imprensa<sup>4</sup> foi outorgado em 1662<sup>5</sup>.

As autoridades certamente acreditavam que a imprensa era potencialmente perigosa. Temendo a emergência de outro período de efervescência político-social (e, conseqüentemente, impressa) como ocorrera anteriormente, o governo rapidamente tentou restringir a produção e o comércio de textos. Espiões foram empregados para rastrear atividades sediciosas e a legislação prévia relativa à regulamentação da imprensa foi reforçada. Assim, demandava-se que os textos fossem licenciados antes de sua publicação, proibiam-se tópicos controversos e fixava-se o número de casas de impressão permitidas no reino, limitando-as às cidades de Londres, Oxford e Cambridge<sup>6</sup>.

Um dos maiores entusiastas do rigoroso sistema de censura foi Sir Roger L'Estrange (1616-1704). Tentando ganhar a simpatia de Carlos II, L'Estrange buscou promover sua figura como protetor da moral, da religião e do Estado. Embora pareça ter sido um súdito leal à coroa, ele não foi imediatamente bem quisto pelo rei. Durante os turbulentos anos da Revolução Inglesa, ele havia sido condenado à morte por espionagem enquanto fazia parte do exército realista, mas conseguiu evitar a punição com o exílio entre 1648 e 1653. Durante o Protetorado, foi perdoado por Oliver Cromwell, que garantiu a liberdade de L'Estrange mediante o pagamento de uma fiança e a promessa de não causar mal à Commonwealth. O perdão foi interpretado por Carlos II como uma possível associação ao regime cromwelliano. Por consequência, provar sua lealdade ao rei com ferozes ataques contra os inimigos da monarquia era uma tarefa imprescindível a L'Estrange. Não bastava proceder contra a sedição, era preciso mostrar que o fazia. Como prolífico panfleteiro e jornalista, L'Estrange lançou diversos textos listando suas ações contra a imprensa radical, fazendo denúncias e atualizando seus leitores a respeito dos procedimentos que eram tomados contra sujeitos tão perigosos que lançavam “(...) mais de um Milhão de *Panfletos Sediciosos*”<sup>7</sup> para atormentar a ordem<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> Estacionários eram os membros da corporação de ofícios ligada à regulamentação do mercado livreiro londrino desde meados do século XVI, a Companhia dos Estacionários (Stationers' Company).

<sup>4</sup> “Charles II, 1662: An Act for preventing the frequent Abuses in printing seditious treasonable and unlicensed Bookes and Pamphlets and for regulating of Printing and Printing Presses”. *Statutes of the Realm: Volume 5, 1628-80*. Disponível online em *British History Online*: <<http://www.british-history.ac.uk/statutes-realm/vol5/pp428-435>>, acessado em 30/05/2019.

<sup>5</sup> KEEBLE, N. H. *Op. cit.* HARRIS, Tim. *Op. cit.*, 1987. HARRIS, Tim. *Op. cit.*, 2006. MARSHALL, Alan. *Op. cit.*, 2003.

<sup>6</sup> HARRIS, Tim. *Op. cit.*, 2006. KEEBLE, N. H. *Op. cit.*

<sup>7</sup> “(...) above a Million of *Seditious Pamphlets*”. Tradução livre. L'ESTRANGE, Roger. *A Modest Plea Both for the Caveat, and The Author of It. With Some Notes Upon Mr. James Howell, and His Sober Inspections*. London, Printed Aug. 28. 1661. For Henry Brome at the Gun in Ivy lane. p.10.

<sup>8</sup> Para mais detalhes a respeito da biografia de Roger L'Estrange, ver: KITCHIN, George. *Sir Roger L'Estrange: a contribution to the history of the press in the seventeenth century*. New York: Augustus M. Kelley, 1971;



De fato, L'Estrange foi bem-sucedido em sua empreitada. Em 1662, ele conseguiu o cargo de censor, porém o executava sem receber vencimentos. No ano seguinte, demonstrando seus progressos com a prisão de impressores e livreiros envolvidos com a publicação de textos anti-regalistas, ele foi promovido a principal *Surveyor of the Press*, dessa vez com todos os privilégios relacionados ao título. Como censor, ele buscou e apreendeu obras sediciosas em casas de impressão e livrarias, e sugeriu medidas para o aperfeiçoamento do controle da imprensa. Sob o jugo de L'Estrange, os estacionários ingleses enfrentaram constrangimentos, tiveram suas casas frequentemente invadidas e examinadas, bem como seus materiais e textos confiscados quando existia a menor suspeita de sedição<sup>9</sup>. Alguns impressores e livreiros, inclusive, denunciaram o assédio que sofriam à Companhia dos Estacionários, às autoridades ou ao público mais amplo, por meio de livros, panfletos e escritos autobiográficos<sup>10</sup>.

Ao mesmo tempo em que censurava e suprimia os livros e panfletos que considerava perigosos, L'Estrange também se preocupava em responder a esses mesmos textos. É especificamente sobre esse aspecto que gostaríamos de discorrer nessa apresentação. Embora Sir Roger L'Estrange tenha sido uma importante figura no cenário da Inglaterra seiscentista, e sua trajetória tenha sido frequentemente referenciada em estudos sobre a Restauração, pouca atenção foi dada à articulação que ele fazia entre seus papéis de autor e censor. Nesse texto, discutiremos alguns desses casos, evidenciando, sobretudo, as imbricações entre a textualidade e a materialidade de suas obras, que eram elaboradas para perpetrar uma verdadeira guerra panfletária contra seus oponentes.

Nos primeiros anos da década de 1660, L'Estrange escreveu diversos trabalhos denunciando a literatura sediciosa e os seus produtores. Em 1661, seu *A Modest Plea* vociferou contra os radicais nas comunidades religiosas independentes e contra libelos cujo “(...) negócio é inflamar o Povo contra o *Governo* (...)”<sup>11</sup>. No panfleto, ele também denunciou alguns livreiros que perseguia ativamente, Livewell Chapman, Giles Calvert,

---

DUNAN-PAGE, Anne; LYNCH, Beth (eds.). *Roger L'Estrange and the Making of Restoration Culture*. London: Routledge, 2008. ; LOVE, Harold. “L'Estrange, Sir Roger (1616–1704), author and press censor.” *Oxford Dictionary of National Biography*. October 04, 2007. Oxford University Press. Disponível online em: <<https://www-oxforddnb-com/view/10.1093/ref:odnb/9780198614128.001.0001/odnb-9780198614128-e-16514>>, acessado em 26/05/2019.

<sup>9</sup> KEEBLE, N. H. *Op. cit.* DUNAN-PAGE, Anne; LYNCH, Beth (eds). *Op. cit.*

<sup>10</sup> SMITH, Francis. *An Account of the Injurious Proceedings of Sir George Jeffreys Knt. Late recorder of London, against Francis Smith, Bookseller...* London, Printed for Francis Smith, at the Elephant and Castle in Cornhill near the Royal Exchange. [1681]. DUNTON, John. *The life and errors of John Dunton late citizen of London; written by himself in solitude. With an idea of a new life; wherein is shewn how he'd think, speak, and act, might he live over his days again...* London: printed for S. Malthus, 1705.

<sup>11</sup> “(...) businesse is to enflame the People against the *Government* (...)”. Tradução livre. L'ESTRANGE, Roger. *Op. cit.*, 1661. p.9-10.

Thomas Brewster e Francis Tyton que, durante a Revolução, tinham se juntado à causa republicana. Alvos de suas denúncias públicas e das ações de L'Estrange na censura, não demorou para que esses e outros estacionários menos afeitos à monarquia terminassem nas cadeias. Em talvez uma de suas mais violentas obras contra a imprensa, *Considerations and Proposals in Order to the Regulation of the Press*, ele parece ter constituído o programa de ação seguido por Carlos II ao longo de seu reinado. O panfleto de 1663 era “(...) *um Discurso Deliberativo* sobre as *Formas de Regulamentação da Imprensa*; (...) e em *Parte*, um *Extrato* de certas *Passagens*, e *Posições Traiçoeiras*, e *Sediciosas*, que podem servir para Evidenciar a *Necessidade* dessa *Regulamentação*”<sup>12</sup>. Nele, L'Estrange advogava em favor de um aparelho de censura que estivesse desvinculado da Companhia de Estacionários, visto que a corporação, interessada no mercado, pouco fazia para refrear a circulação de obras perniciosas. O autor reforçava seu posicionamento, fornecendo aos leitores onze páginas de seu *quarto* com listas de livros e panfletos a serem suprimidos por seu conteúdo avesso à ordem, à moral, à religião oficial e ao rei.

Para além do uso frequente de sua ágil pena, as palavras de L'Estrange contra os abusos da imprensa eram potencializadas por seu rico conhecimento do processo de impressão e sua profícua relação com seu amigo e livreiro-editor, Henry Brome (c.1620s-1681). A livraria de Brome, sob o signo do Canhão em Ivy-Lane, no centro de Londres (Figura 1), chegou a ser também o escritório de L'Estrange entre 1663 e 1666, e certamente servia fortemente aos propósitos do autor. O próprio uso do símbolo do canhão, “(...) encimado de uma enorme coroa, representa uma poderosa máquina Regalista (...)”<sup>13</sup>, e referia-se à potência com a qual ambos atacavam seus oponentes. L'Estrange, diferentemente de outros autores seiscentistas ingleses, contava, portanto, com maiores possibilidades de interferência e gerência sobre seus textos quando eles passavam de manuscritos a impressos. Quando comparadas a outras obras publicadas por Brome, as de L'Estrange têm destaque pois parecem carregar marcas distintivas do ponto de vista tipográfico.

---

<sup>12</sup> “(...) *a Deliberative Discourse* about the *Means of Regulating the Press*; (...) and in *Part*, an *Extract* of certain *Treasonous*, and *Seditious Passages*, and *Positions*, which may serve to *Evince the Necessity* of That *Regulation*.”. Tradução livre. L'ESTRANGE, Roger. *Considerations and Proposals in Order to the Regulation of the Press: together with Diverse Instances of Treasonous, and Seditious Pamphlets, Providing Necessity thereof*. London, Printed by A. C. June 3d. M.DC.LXIII. fl.3v.

<sup>13</sup> “(...) topped with an enormous crown, represents a powerful Royalist engine (...)”. Tradução livre. LYNCH, Beth. “Rhetoricating and Identifying in L'Estrange's Early Career, 1659-1662” In: DUNAN-PAGE, Anne; LYNCH, Beth (eds). *Op. cit.*, p.18. Sobre Brome, ver também: MALTZAHN, Nicholas von. “Brome, Henry (d. 1681), bookseller.” *Oxford Dictionary of National Biography*. September 23, 2004. Oxford University Press. Disponível online em: <<https://doi.org/10.1093/ref:odnb/69222>>, acessado em 15/02/2019.



Figura 1: Signo da livraria de Henry Brome<sup>14</sup>.

A começar pelas folhas de rosto, os panfletos de L'Estrange e Brome apresentavam-se para o leitor com títulos apelativos gravados em caixa alta, com fontes Romanas em negrito, e longos subtítulos que explanavam o tema central do texto e/ou mencionavam diretamente os nomes das pessoas que pretendiam atacar. Palavras de maior impacto eram destacadas dos títulos, aparecendo com maior ênfase a fim de captar o olhar dos leitores interessados nas últimas polêmicas do momento. O nome de L'Estrange também costumava aparecer com certo destaque, uma vez que sua simples menção poderia interessar ao público, pois ele era um conhecido autor e tradutor, cujas obras costumavam ter certo sucesso comercial (Figura 2)<sup>15</sup>.



Figura 2: Exemplos de folhas de rosto de publicações de L'Estrange e Brome.

As demais páginas dos trabalhos de Roger L'Estrange e Henry Brome eram compostas de forma a representar tipograficamente as múltiplas vozes e argumentos do debate. Como pode ser visto no exemplo da Figura 3, retirado de *Interest Mistaken, or The*

<sup>14</sup> Signo retirado da folha de rosto de um panfleto anônimo atribuído a Andrew Marvell, licenciado por L'Estrange e publicado por Brome em 1666. A versão digitalizada do texto disponível na Harvard University Library pode ser acessada através da base de dados *Early English Books Online (EEBO): An essay, or, A narrative of the two great fights at sea between the English and the Dutch, on the 1, 2, 3 and 4 of June, and on the 25 and 26 of July in the year of our Lord*. London: Printed by E.C. for Henry [H]Brome ..., 1666.

<sup>15</sup> DUNAN-PAGE, Anne; LYNCH, Beth (eds). *Op. cit.*

*Holy Cheat* (1661), fontes Góticas e Romanas foram utilizadas para isso. A primeira fora empregada para imprimir as palavras do oponente de L'Estrange contra a monarquia: “**Eu reconheço e Declaro que a Guerra feita por Ambas as casas do Parlamento em sua Defesa contra as forças levantadas em Nome do Finado Rei, foi Justa e Legal (...)**”<sup>16</sup>. A segunda foi aplicada para analisar e criticar a citação anterior, representando as palavras do próprio L'Estrange. O Gótico, ainda mais enfatizado pelo uso de tipos maiores que os mobilizados no restante da página, parecer ter servido para demarcar a citação literal, evitando que as palavras fossem confundidas com a de L'Estrange. Mas mais do que isso, foi mobilizado para fazer uma ênfase exagerada em seu conteúdo, chamando a atenção do leitor para a gravidade daquilo que era proferido, evitando assim que o excerto passasse despercebido pelo público ou que não provocasse tamanho impacto sobre os leitores. Em sociedades como a da Inglaterra do século XVII, a visualidade estava estreitamente conectada à leitura, sendo assim, a escolha da composição reproduzida na Figura 3 poderia congrega aspectos visuais marcantes a sentenças dotadas de um conteúdo importante para a argumentação de L'Estrange, servindo como uma estratégia de convencimento para guiar (ou tentar guiar) a leitura de seu público<sup>17</sup>.

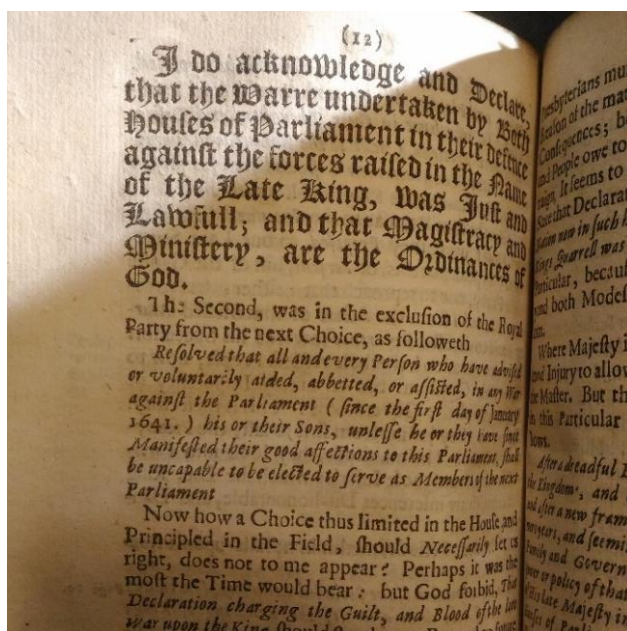


Figura 3: *Interest Mistaken, or The Holy Cheat* (1661), página 12.

<sup>16</sup> “**I do acknowledge and Declare that the Warre undertaken by Both houses of Parliament in their Defence against the forces raised in the Name of the Late King, was Just and Lawfull (...)**”. Tradução livre. L'ESTRANGE, Roger. *Interested Mistaken, Or, The Holy Cheat...* London, Printed for Henry Brome, at the Gun in Ivy-lane. 1661.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

O debate é uma tradição presente tanto na escrita quanto na oralidade e na Época Moderna era uma prática extremamente comum entre políticos, filósofos, teólogos, entre outros. Com o advento da presa de tipo móvel, os debates escritos foram acomodados na página impressa. Vozes e pontos de vista discordantes tiveram de ser representados de modo que o leitor pudesse distinguir entre os agentes. Por esse propósito, muitos textos combinavam letras Romanas, Itálicas, Góticas, sinais de citação, espaçamento e outros símbolos tipográficos (como asteriscos, índices e traços) que pudessem ser usados para aperfeiçoar a experiência do leitor com o texto<sup>18</sup>. Nesse sentido, os estilos de Roger L'Estrange e Henry Brome não eram únicos ou exclusivos no universo das disputas impressas. Não obstante, seus panfletos eram bastante engenhosos na organização visual dos debates, utilizando uma grande variedade de recursos tipográficos, de modo a representar uma acalorada discussão, como pode ser visto na Figura 4.

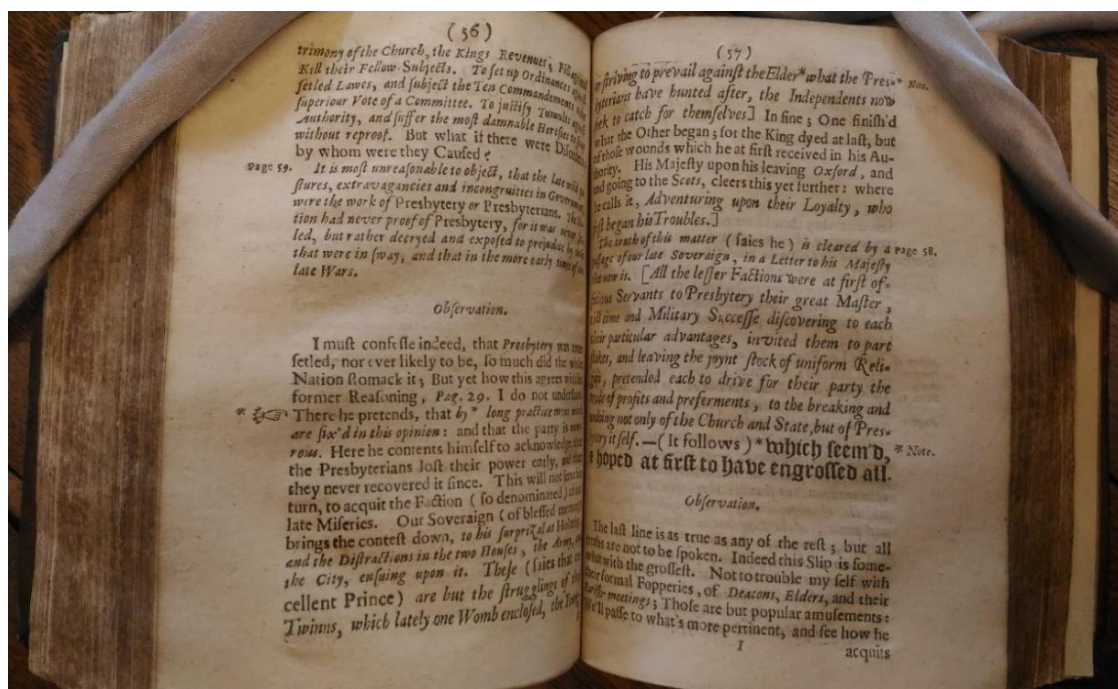


Figura 4: Exemplos de *Interest Mistaken, or The Holy Cheat* (1661).

Combinados com os argumentos espirituosos e violentos de L'Estrange contra seus oponentes, as páginas pareciam verdadeiras cenas de batalhas. Nessa breve comunicação, não há espaço para analisar em detalhe todas as polêmicas travadas entre L'Estrange e seus oponentes, mas gostaríamos de nos concentrar em um exemplo bastante significativo, o de *No Blinde Guides*, publicado em 1660 para fazer frente ao poeta John

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, 2014. LANDER, Jesse M. *Inventing Polemic: religion, print, and literary culture in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. MCKENZIE, D. F. *Bibliography and The Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Milton (1608-1674), que durante a Revolução, fora um grande defensor da causa do Parlamento, bem como de uma certa liberdade de imprensa. O embate de L'Estrange contra Milton já é enunciado com destaque na folha de rosto (Figura 5).

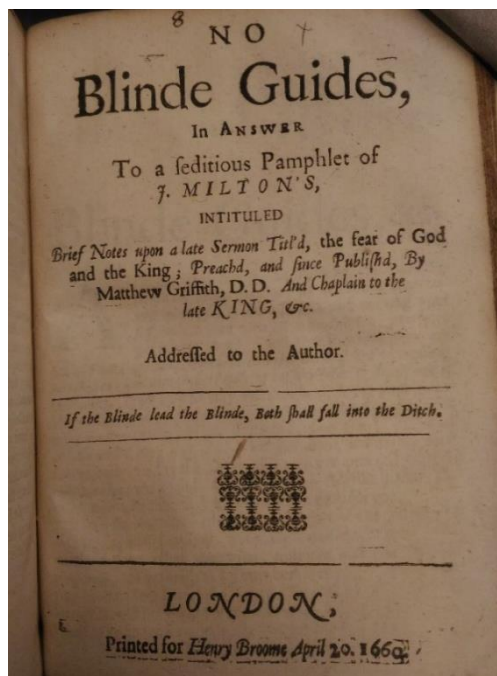


Figura 5: No Blinde Guides (1660).

*No Blinde Guides* respondia a dois panfletos de Milton, *Brief notes upon a late sermon, titl'd, The fear of God and the King* e *The readie & easie way to establish a free Commonwealth*, nos quais o autor demonstrava verdadeiro descontentamento com a Restauração. De acordo com Milton, o restabelecimento da monarquia era contra a vontade de Deus. L'Estrange discordava fortemente e, por isso, escreveu uma resposta agressiva às palavras de Milton. Logo de início, L'Estrange marcou sua ofensiva por meio do título atribuído ao seu panfleto: *No Blinde Guides*, que satirizava a deficiência visual do poeta e apontando-o como um líder ruim, que não saberia guiar o caminho das tortuosas questões políticas e religiosas uma vez que ele não poderia enxergá-lo. A ofensa era complementada (e talvez mascarada com perspicácia) com a adição de uma citação de Mateus 15:14 logo abaixo do subtítulo, que dizia: “*Se o Cego guiar o Cego, Ambos podem cair na Vala.*”<sup>19</sup>

Depois desse primeiro ataque, as próximas páginas foram preenchidas com comentários a citações diretas tanto de *Brief notes* como de *The readie & easie way*. Citações curtas apareciam apenas com Itálicos, enquanto os excertos mais longos eram deslocados

<sup>19</sup> “*If the Blinde lead the Blinde, Both shall fall into the Ditch.*” Tradução livre. L'ESTRANGE, Roger. *No Blinde Guides, In Answer To a seditious Pamphlet of J. Milton's...* London, Printed for Henry Brome April 20. 1660.

do corpo do parágrafo de L'Estrange. Na página 11 (Figura 6), por exemplo, ambos os formatos foram utilizados. Os Itálicos foram empregados na sentença: “*Abolir a Monarquia não fará seu trabalho ao que me parece*”<sup>20</sup> para diferenciar a expressão utilizada por Milton da interpretação de L'Estrange. Logo após essa sentença, um longo extrato de Milton foi incluído em sua totalidade para que os leitores pudessem ver a sedição expressa nas próprias palavras do poeta. Na citação em questão, eram indicados os argumentos de Milton contra a Restauração, afirmando que a guerra contra Carlos I fora justa e correta. O povo inglês tinha o poder de decidir sobre como gostaria de ser governado, segundo Milton, e não deveria permitir que outro rei tomasse a sua prerrogativa.

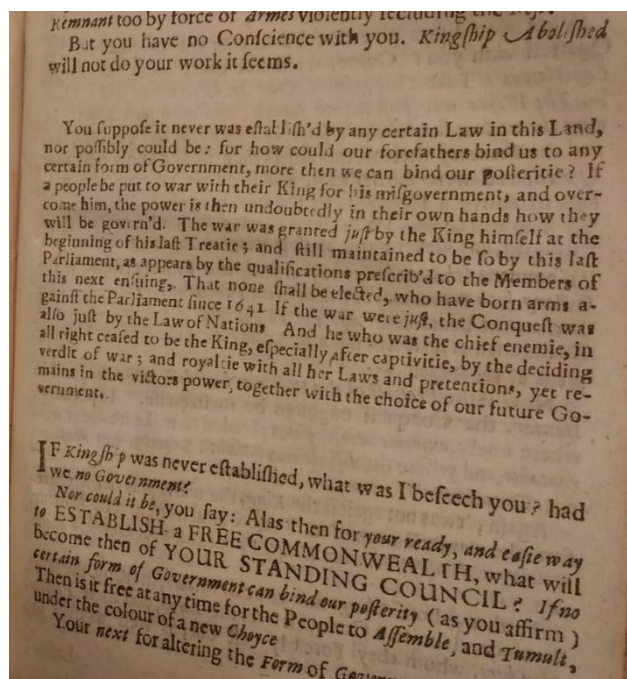


Figura 6: *No Blinde Guides* (1660), página 11.

A voz de L'Estrange, entretanto, retornava ao texto para discordar do poeta e colocar suas acepções em dúvida. De acordo com o autor e censor, a Commonwealth ou a ausência da monarquia era um estado de anarquia. A atmosfera caótica era enfatizada pela composição das sentenças seguintes, que justapõe Itálicos, Romanos e caixas altas:

Se a *Monarquia* nunca fosse estabelecida, o que seria eu vos rogo? não teríamos *Governo algum?* / *Nem poderia ser*, como vós dizeis: Então agora quanto à *sua pronta e fácil maneira de* **ESLABECER** uma **COMMONWEALTH LIVRE**, o que será do **SEU CONSELHO PERMANENTE?** *Se nenhuma forma certa de Governo pode ter vínculo para a*

<sup>20</sup> “*Kingship Abolished will not do your work it seems*”. Tradução livre. *Idem*, p.11.

*posterioridade* (como vós afirmais) Então é possível que a qualquer momento o Povo se *Reúna*, e *Tumultue*, sob as cores de uma nova *Escolha*<sup>21</sup>.

Como parte da disputa polêmica, o recurso à intersecção entre citações e análises críticas era comumente utilizado para polarizar a discussão, pois ao invés de buscar uma conciliação, o gênero polêmico, de acordo com Jesse Lander, tinha como intenção a exposição dos diferentes pontos de vista para guiar o leitor e convencê-lo a apoiar um dos lados em oposição<sup>22</sup>. A polêmica visava destruir o adversário e, por isso, as palavras de L'Estrange combinadas aos tipos e à composição de Brome eram utilizadas para reforçar os argumentos contrários a Milton.

Ficava a critério do leitor decidir quem venceria o embate, leitor esse que era guiado pelas palavras de L'Estrange e pelas mãos de seu editor, Henry Brome, mas que desobedecia e reinventava aquilo que lia<sup>23</sup>. No entanto, para além das disputas discursivas, L'Estrange já venceria. Como censor, ele alinhava sua atividade panfletária aos instrumentos de controle que estavam à sua mão, garantindo a supressão das obras de seus oponentes, bem como a prisão e a punição severa daqueles cuja sedição era ainda mais grave (como no caso do impressor John Twyn, executado por alta-traição em 1664 devido a emissão de um panfleto que sugeria um novo regicídio para combater a tirania dos Stuarts<sup>24</sup>). As obras de L'Estrange e Brome, nesse sentido, faziam parte do programa de censura adotado pelo *Surveyor of the Press*, pois dedicavam-se a contrariar, expor, denunciar e destruir os mesmos alvos de suas políticas de controle. O autor-censor, por conseguinte, valia-se duplamente de suas prerrogativas enquanto funcionário do Estado e da circulação de seus posicionamentos no mercado literário.

Considerar essas tensões sociais, políticas, textuais e materiais, nesse sentido, é fundamental para a compreensão de como a informação impressa se apresentava ao público na Época Moderna. Como evidenciado pelo tipógrafo Joseph Moxon (1627-1691), os estacionários ponderavam sobre “como fazer seu *Recuo*, *Pontuação*, *Quebra*, *Itálico*, &c

---

<sup>21</sup> “If *Kingship* was never established, what was I beseech you? had we *no Government?*/Nor could it be, you say: Alas then for *your ready, and easie way to ESTABLISH a FREE COMMONWEALTH*, what will become then of *YOUR STANDING COUNCIL?* *If no certain form of Government can bind our posterity* (as you affirm) Then is it free at any time for the People to *Assemble*, and *Tumult*, under the colour of a new *Choyce*”. Tradução livre. *Idem, ibidem*.

<sup>22</sup> LANDER, Jesse M. *Op. cit.*

<sup>23</sup> CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

<sup>24</sup> *An Exact Narrative of the Tryal and Condemnation of John Twyn, for Printing and Dispersing of a Treasonable Book, with the Tryals of Thomas Brewster, Bookseller. Simon Dover, Printer. Nathban Brooks, Bookbinder. For Printing, Publishing, and Uttering of Seditious, Scandalous and Malitious Pamphlets. At Justice-Hall in the Old-Bayly London, the 20th. and 22th. of February 1663/4. Published by Authority*. London, Printed by Thomas Mabb for Henry Brome at the Gun in Ivy-lane. 1664.



para melhor acomodar o *Gênio do Autor*, e também a capacidade do Leitor”<sup>25</sup>. Dessa forma, não apenas os conteúdos dos livros e panfletos eram significativos, mas também a fabricação das palavras em tinta sobre o papel, que era empregada das formas mais variadas visando amplificar ou diminuir o impacto de ideias e argumentos. As batalhas panfletárias, nesse sentido, se apropriavam de inúmeros recursos sobre os quais ainda precisamos refletir com cuidado se pretendemos melhor compreender os textos e seus contextos na Época Moderna.



---

<sup>25</sup> “How to make his *Indenting, Pointing, Breaking, Italicking, &c.* the better sympathize with the *Authors* Genius, and also with the capacity of the Reader”. Tradução livre. MOXON, Joseph. *Mechanick exercises: or, the doctrine of handy-works. Applied to the art of printing. The second volume [sic]. By Joseph Moxon, member of the Royal Society, and hydrographer to the King’s most excellent majesty.* London: printed for Joseph Moxon on the west-side of Fleet-ditch, at the sign of Atlas, 1683. p.220.

## **O Livro Raro na Biblioteconomia Brasileira: influências, impactos e delimitações dos discursos da Bibliofilia nas práticas profissionais e institucionais**

Diná Marques Pereira Araújo  
Mestre em Ciência da Informação  
Bibliotecária Conservadora do Acervo de Obras Raras da UFMG  
Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Doutorado)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[dina-araujo@bu.ufmg.br](mailto:dina-araujo@bu.ufmg.br)

Fabício José Nascimento da Silveira  
Doutor em Ciência da Informação  
Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação - ECI  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[fabrisilveira@gmail.com](mailto:fabrisilveira@gmail.com)

### **Introdução**

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFMG que teve como objetivo identificar e analisar as relações instituídas entre a Bibliofilia e a elaboração, no contexto do colecionismo *librario*, de Bibliografias de Livros Raros no século XVIII. Para além de desvelar os marcadores de sentido e os qualificadores acionados para se definir o conceito de raridade, busca-se, ainda, apreender como se dá o uso das Bibliografias de Livros pelo campo biblioteconômico brasileiro. Nesses termos, o texto se detém na apresentação dos aspectos histórico-culturais da Bibliofilia que são adotados como base para legitimar a nomeação de raridade difundida pelas pesquisas em Biblioteconomia no país.

### **1. O fenomeno biblifilico<sup>1</sup>**

A partir do século XVII um fenômeno social associado à formação de bibliotecas particulares tornou-se cada vez mais evidente, qual seja: “o nascimento e a organização progressiva de um campo autônomo na República das Letras, o campo do livro raro.” (VIARDOT, 1986, p. 584, tradução nossa)<sup>2</sup>. Em consonância a esse fenômeno, o comércio *librario* presenciou um vertiginoso aumento em relação à demanda por bibliografias que não fossem apenas simples notícias de livros, mas que correspondessem a avaliações

---

<sup>1</sup> “Phénomène bibliophilique” é uma expressão recorrentemente usada por Viardot (2008).

<sup>2</sup> *l'émergence et l'organisation progressive d'un champ autonome dans la République des lettres, le champ du livre rare.*

sólidas e metódicas sobre certas obras, condição que, por sua vez, acentuou mais ainda a especialização de bibliógrafos e de livreiros no comércio da raridade.

Nesse mesmo cenário, o crescimento de grupos de colecionadores proporcionou, por sua vez, o desenvolvimento de publicações especializadas – as Bibliografias de Livros Raros (ARAÚJO, 2017) – que se constituíram em instrumentos de difusão e eixo central de uma estrutura singular e parcialmente autônoma do universo do livro, o “subsistema do livro raro” (VIARDOT, 1983, 1988). Um dos aspectos mais relevantes desse subsistema diz respeito à consolidação da formação de bibliotecas a partir de justificativas empíricas que condicionavam o livro enquanto raro. (SORDET, 2002). Nesse sentido, as Bibliografias de Livros raros podem ser compreendidas, dentre outros fatores, como fundamentais para a definição da raridade no século XVIII, na França e na Alemanha, por exemplo (ARAÚJO, 2017).

Respondendo a esses ensejos, dois acontecimentos marcantes do comércio do livro influenciaram e propiciaram o estabelecimento do conceito do livro raro: o primeiro deles vincula-se ao surgimento de um grande corpo de livreiros que se especializaram na comércio da raridade, sobretudo por meio de algumas corporações; e, em paralelo a isso, observa-se um acelerado movimento em torno da venda pública de grandes bibliotecas formadas nos séculos anteriores (VIARDOT, 1986, p.590) – as bibliotecas patrimoniais.

Vinculado a tais acontecimentos, o entendimento da raridade pelo conteúdo ou pelos aspectos materiais de um documento passou a alimentar, também, a disputa pela valoração de um livro em detrimento do outro. Isto porque, a valoração dos aspectos físicos do livro detalhadas nos catálogos visava, prioritariamente, o convencimento de colecionadores para a aquisição de algumas obras em detrimento de outras. Razão pela qual os livreiros passam a publicar, em vários países da Europa, bibliografias e catálogos de vendas com as indicações de raridade aos colecionadores que desejavam a posse dos livros enquanto objeto para distinção ou como instrumento de estudo. “O que equivale dizer que não se podia ser um bom livreiro sem uma boa base cultural” (BALSAMO, 1998, p.133-134). A partir dessa perspectiva, o cânon de documentos gráficos repertoriados em bibliografias para a Bibliofilia atendiam abordagens simultâneas, destacando-se:

a) A necessidade de formação de bibliotecas patrimoniais (reafirmada em Gabriel Naudé, em *Advis pour dresser une bibliotheque*);

b) O dialogo coerente com as modalidades de organização do conhecimento adotadas pelos responsáveis pela formação dessas bibliotecas: os bibliotecários;

c) A imposição do discurso da raridade a partir de um sistema comprovado de conhecimento que poderia ser demonstrado empiricamente.

Inserindo-se nesse debate, o livreiro Guillaume-François DeBure publicou, em 1755, um opúsculo intitulado *Musaeum Typographicum* (1755), no qual detalhava a raridade de um escasso número de livros (VIARDOT, 2008, p. 173; Varela-Orol, 2016), organizando sua seleta lista de cento e dez obras impressas entre 1457 e 1737, com a indicação dos devidos níveis de raridade. *Musaeum Typographicum* assinala, portanto, o início de uma intensa difusão de qualitativos da raridade bibliofílica, à qual atrelava ao adjetivo “raro” a superioridade sobre o próprio objeto. Como consequência, por vezes os bibliófilos se mostravam menos atentos à formação de uma coleção de livros para concentrarem esforços na formação de uma coleção de raridades (VIARDOT, 2008, p. 170-171). A publicação de *Bibliographie instructive* (1763-1768), concebida também por Guillaume-François DeBure, dentre várias que eram publicadas naquele período, comprova que as Bibliografias de Livros Raros se tornaram o território de avaliação e de indicação da raridade. O ponto fundamental a ser considerado, portanto, é que essas bibliografias passaram a delimitar o “domínio do colecionável” (VIARDOT, 2008, p.280, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Na produção das Bibliografias de Livros Raros publicadas no século XVIII, destacam-se as publicações de Johannis Vogt (1695-1764), polímata alemão, teólogo, bibliógrafo, bibliófilo, pastor luterano da Catedral de Bremen, livreiro e membro da sociedade de livreiros alemães *Bibliophilorum*<sup>4</sup>. Vogt publicou, a partir do cotejamento a inúmeros catálogos de livreiros e por meio de trocas epistolares com comerciantes e colecionadores de diferentes regiões, seu *Catalogvs histórico-criticvs librorvm rariorvm* (1732)<sup>5</sup> no qual apresenta – além dos livros para serem comercializados – uma seção denominada *Axiomata historico-critica de raritate librorvm*, um paratexto<sup>6</sup> onde são apresentados os

---

<sup>3</sup> *Domaine designe du collectionnable.*

<sup>4</sup> Sociedade de livreiros dedicada ao comércio de livros para colecionadores em toda a Europa.

<sup>5</sup> As edições seguintes do *Catalogvs* foram: 2ª (1738); 3ª (1747); 4ª (1753); 5ª (1767) e 6ª (1793).

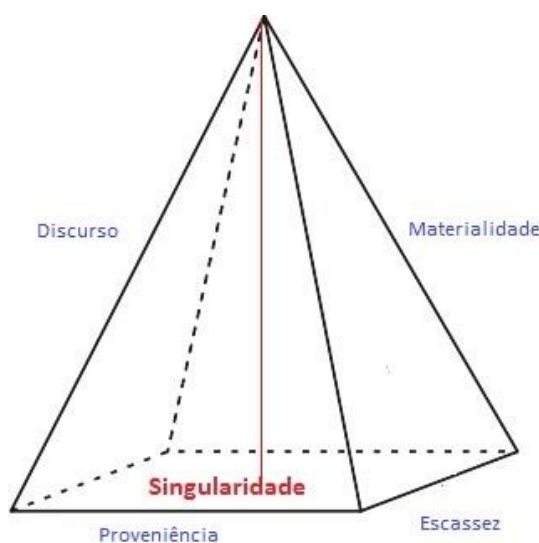
<sup>6</sup> O “paratexto é um texto” que faz referência, que fala sobre e quer identificar o texto. É “um discurso fundamentalmente heterônomo, auxiliar, a serviço de outra coisa que constitui sua razão de ser: o texto. [...] um elemento de paratexto está sempre subordinado a “seu” texto, e essa funcionalidade determina o essencial de sua conduta e de sua existência.” Genette divide o paratexto em peritexto e epitexto. O peritexto é o paratexto material e espacial – “a capa, a página de rosto e seus anexos”, o formato, o papel, a composição tipográfica. O peritexto tem a responsabilidade principal de apresentar um livro. O epitexto refere-se aos anúncios publicitários e promocionais que envolvem a comercialização de um texto (GENETTE, 2009, p. 14, 17, 21, 303).

Chartier (1998, p. 41) aponta que os paratextos são os “textos que precedem e acompanham a obra propriamente dita”. Sintetizando a taxonomia de Genette, ele conclui: “o peritexto, que encontramos dentro do próprio livro (título, epígrafe, prefácio, prólogo do autor, comentários preliminares, notas, ilustrações

fundamentos compilados por ele para definir o livro raro, os quais foram estruturados em axiomas gerais e axiomas específicos. Como referencial para a construção de sua *Axiomata*, Vogt apresentava, a cada nova edição do *Catalogus*, as Bibliografias que comprovavam a consistência de seu axioma. Na primeira edição (1732) ele compilou o conceito de livro raro de 28 bibliografias. Na segunda edição (1738) foram 39 bibliografias. Para a terceira edição (1747) Vogt selecionou 69 bibliografias publicadas em 28 cidades da Europa entre os anos de 1700 a 1746.

A difusão e a aceitação do axioma da raridade no contexto do colecionismo *librario* fez com que, gradativamente, o conceito de livro raro passasse a ser demarcado simbólica, social e economicamente por meio de um sistema que determinava a raridade a partir de níveis, elementos condicionantes (materialidade, escassez, proveniência, discurso), qualitativos e pela Teoria da Raridade (um livro só é raro se for procurado por um bibliófilo). Esse sistema pode ser sintetizado por meio da figura a seguir:

Figura 1 – Qualitativos da raridade bibliofílica – elementos indissociáveis



Fonte: ARAÚJO, 2017.

Dentre as muitas Bibliografias de Livros Raros do Setecentos, três são representativas quanto às manifestações do sistema axiológico da raridade em construção naquele momento, são elas:

- Clement (1750) em *Bibliothèque curieuse historique et critique, ou Catalogue raisonné de livres difficiles à trouver*;

---

etc.), e o epitexto, que se situa fora do livro em si (correspondência, diários e revistas, entrevistas etc.). (CHARTIER, 2014, p. 235).

- DeBure (1763) em *Bibliographie instructive ou Traité de la connoissance des livres rares et singuliers*; e
- Vogt (1732) em *Catalogvs histórico-criticus librorum rariorum*.

Na fase da pesquisa dedicada aos estudos do conceito de livro raro na Biblioteconomia brasileira foram exatamente essas três Bibliografias as mais citadas e utilizadas como parâmetros para se legitimar os qualificadores da raridade âmbito das bibliotecas brasileiras. O resultado dessas análises será apresentado na seção seguinte.

## 2. Metodologia

Tendo por objetivo apreender as influências da raridade bibliofílica na Biblioteconomia brasileira, especificamente como parâmetro de seleção e para a formação de coleções bibliográficas especiais, realizou-se, em termos metodológicos, pesquisa exploratória, de base qualitativa, centrada em duas ações complementares, a saber:

- Revisão histórico-documental do conceito de livro raro na Bibliofilia; e
- Análises comparativas do conceito de livro raro formulado pela Bibliofilia do século XVIII com o conceito de raridade apropriado pela Biblioteconomia brasileira, por meio da interpretação dos discursos da produção acadêmica e técnica proveniente dessa área;

Quanto à seleção dos trabalhos analisados, foram definidas quatro tipologias/esferas de divulgação acadêmico-científicas prioritárias: periódicos científicos; congressos e fóruns de pesquisa e discussão; publicações em livros, capítulos de livros e manuais; e produção da pós-graduação (dissertações e teses).

## 3. Resultados

O mapeamento da produção em B & CI brasileira referente à temática “livro raro” teve como datas-limites o período constituído entre os anos de 1941 a 2015, perfazendo um total de 60 textos. No conjunto dessas publicações as categorias discursivas acionadas com maior frequência para se reportar ao conceito de livro raro foram:

- A história do livro raro no Brasil;
- Relatos de experiência institucional;
- A construção do conceito de livro raro; e
- Os critérios de raridade.

Essas categorias não ocorrem de forma isolada nos textos, estão, antes, mescladas entre si. De um modo geral, tais categorias compõem o núcleo das propostas de formação e de desenvolvimento de coleções bibliográficas especiais apresentadas nos textos analisado (aproximadamente 70% dos textos), os quais indicam como justificativa para suas ações referentes à questão da raridade a adesão às orientações difundidas pela Biblioteca Nacional brasileira e aos princípios apresentados por Ana Virgínia Pinheiro em seu livro “O que é livro raro” (1989).

Dos 60 textos identificados e estudados, 90% fazem referência às Bibliografias de Livros Raros e transcrevem (sem referenciar) os níveis, os elementos condicionantes e os qualitativos da raridade bibliofílica. Em linhas gerais é possível se assinalar que o uso da raridade da Bibliofilia repete-se nos textos como um círculo vicioso, a saber: em todas as categorias discursivas identificadas no que concerne às propostas de formação e de desenvolvimento de coleções bibliográficas especiais. Os textos também são repetitivos quanto às orientações de raridade apresentadas pela Biblioteca Nacional brasileira e, em especial, adotam a metodologia de definição de raridade proposta por Ana Virgínia Pinheiro, cuja obra constitui-se, certamente, como a maior influência nos estudos de raridade na Biblioteconomia brasileira. A própria autora reconhece a influência dos discursos da Bibliofilia em sua proposta metodologia para identificação de raridade. Contudo, apesar desse e de outros fatores, é possível considerarmos que o discurso da Bibliofilia não é questionado pelos autores que replicam a metodologia de Pinheiro (1989). Além disso, as repetições dos critérios de raridade validados no âmbito da Bibliofilia são feitas de modo acrítico e atemporal sem reflexões sobre os significados das determinações/construções socioculturais da raridade e de sua implicação nas instituições bibliográficas contemporâneas.

### **Considerações finais**

A tentativa de romper um discurso circular e descontextualizado sobre o Livro Raro configurou-se como a motivação central de nossa pesquisa. Os desdobramentos produzidos a partir das análises aqui efetivadas visam contribuir para os estudos sobre a raridade na Biblioteconomia brasileira especialmente naquilo que concerne à adoção de Bibliografias de Livros Raros para a confirmação de raridade, em bibliotecas institucionais, tendo em vista que essa prática profissional-institucional é decisão que exige esforço de contextualização das questões histórico-culturais que envolvem a produção desses repertórios. A validação da raridade por meio da adoção dos critérios e atributos

consolidados nas Bibliografias de Livros Raros dos séculos XVIII, pode enevoar os significados e as dinâmicas de trabalho vinculadas à formação, organização e preservação do patrimônio em bibliotecas de caráter público caso esse não seja devidamente contextualizado e problematizado. Nesse sentido, a reverência ao império da raridade bibliofílica, enquanto conceito definidor de distinção para formação de acervos, exige a ampliação da discussão do livro para os campos da memória e do patrimônio.

Em face disso, conforme defendem Chartier (1998), Barbier (2008, 2015), Sordet (2002) e Viardot (2008), não se deve negligenciar que o livro raro é uma construção social, um fenômeno artificial criado no contexto da Bibliofilia. Razão pela qual a adoção desse “fenômeno artificial” pela Biblioteconomia brasileira incita algumas muitas questões: na atualidade o que justifica a adoção da raridade bibliofílica dos séculos XVIII e XIX nas bibliotecas destinadas ao acesso público? A adoção acrítica da raridade bibliofílica contribui para a exclusão de documentos que representam a memória bibliográfica da sociedade? Qual(is) memória(s) gráfica(s) as bibliotecas de acesso ao público estão em processo de preservação quando se adota a raridade bibliofílica como critério para a formação de acervos bibliográficos públicos?

Finalmente, os estudos sobre o livro raro na Biblioteconomia brasileira, objeto dessa pesquisa, sinalizam para a necessidade de se adotar perspectivas e leituras reflexivas que privilegiem os significados do livro no contexto da memória e do patrimônio, para além das discussões técnicas de formação de acervos, deslocando, assim, o olhar para a importância formativa/educativa dessas coleções para a cidadania, movimento prático e discursivo que, por certo, exige constante reflexão sobre os significados da raridade.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Diná Marques Pereira. **Bibliofilia e Livros Raros na perspectiva histórico-cultural**: uma abordagem crítica às visões instituídas na Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileira. 213f. 2017. (Dissertação). Mestrado em Ciência da Informação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2017. (a)

BALSAMO, Luigi. **La bibliografía**: historia de una tradición. Espanha: Ediciones Trea, 1998.

BARBIER, Frédéric. **Historia de las bibliotecas**: de Alejandría a las bibliotecas virtuales. Buenos Aires: Ampersand, 2015. 462 p.

BARBIER, Frederic. **História do Livro**. São Paulo: Paulistana, 2008. 475 p.



CHARTIER, Roger; LEBRUN, Jean. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. 159 p.

CLÉMENT, D. **Bibliothèque curieuse historique et critique ou catalogue raisonné de livres difficiles à trouver.** Göttingen, etc.: chez Jean Guillaume Schmid, 1750-1760.

DEBUDE. **Musaeum Typographicum...** [Paris: Chez Guillaume François De Bure], 1755.

DEBURE, G.-F. **Bibliographie instructive ou Traité de la connoissance des livres rares et singuliers...** A Paris: Chez Guillaume François De Bure, 1763-1768.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. **Que é livro raro?** Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1989.

SORDET, Yann. **Bibliophilie.** In: FOUCHÉ, Pascal; PÉCHOIN, Pascal; SHUWER, Philippe. (Dir.) **Dictionnaire encyclopédique du livre.** Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002, v.1, p. 281-286.

VIARDOT, Jean. **Le livre rare: collectionneurs et marchands spécialisés de Naudé à Nodier.** **Bulletin du bibliophile**, n.2, 1983, p.157-173.

VIARDOT, Jean. **Livres rares et pratiques bibliophiliques.** In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean. (Dir.). **Histoire de l'édition française: le livre triomphant 1660-1830.** Paris: Promodis, 1986. v.2, p. 583-614.

VIARDOT, Jean. **Naissance de la bibliophilie: les cabinets de livres rares.** In: JOLLY, C. **Histoire des bibliothèques françaises.** Paris: Promodis, 1988. t.2, p.269-289.

VIARDOT, Jean. **Un épisode du collectionnisme en fait de livre au XVIII<sup>o</sup> siècle: le Musaeum Typographicum ou le goût des raretés superlatives.** **Littératures classiques**, 2008/2, n.66, p. 161-178.

VOGT, Johannis. **Catalogvs histórico-criticus librorum rariorum: jam curis quartis recognitus et copiosa accessione ex symbolis et collatione bibliophilorum per Germaniam doctissimorum adauctus.** Hamburgi: Sumtibus Christiani Heroldi, 1732.

VOGT, Johannis. **Catalogus historicocriticus librorum rariorum...** Hamburgi: Christiani Heroldi, 1747.



**Identidades coletivas e produção, circulação e usos de representações históricas:  
do final do Antigo Regime à emergência do Império Constitucional no Brasil (c.  
1788-1823)**

Luiz Carlos Villalta  
Doutor em História Social  
Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[luizvillalta@ufmg.br](mailto:luizvillalta@ufmg.br)

A crise do Antigo Regime e a emergência do Império Constitucional do Brasil, ocorridas entre 1788 e 1822, foram processos complexos, ambíguos, não lineares ou cumulativos. À época, os habitantes do Brasil reconheciam-se como paulistas, baianos, pernambucanos etc. e, ao mesmo tempo, entendiam que “ser paulista, pernambucano ou baiano significava ser português, ainda que se tratasse de uma forma diferenciada de sê-lo”, isto é, ser português da América.<sup>1</sup> A identidade “brasileira”, assim, estava ainda em formação e, por vezes, defrontava-se de modo tenso com as identidades locais e com a identidade portuguesa maior. Tais tensões foram estimuladas pelas transformações decorrentes da “interiorização da metrópole”, que, a partir de 1808, grosso modo, implicou a substituição de Lisboa pelo Rio de Janeiro.<sup>2</sup> Nessa situação, Portugal perdeu a primazia e as capitanias do Norte passaram a ser vítimas de uma espoliação aqui centralizada. Os processos de crise do Antigo Regime e de constituição do Império do Brasil e os diálogos identitários que lhes foram correlatos envolveram a produção e a circulação de representações históricas, bem como seus usos em meio aos embates políticos. Nesses processos, as identidades coletivas e as representações históricas foram mobilizadas para legitimar diferentes projetos políticos. Nesta versão resumida da comunicação, vou me ater ao sermão do frei Joaquim do Amor Divino Caneca, de 1822, em que se veem apropriações de autores e textos em comum com aquelas feitas, em 1788-9, por Tiradentes e pelo cônego Luís Vieira da Silva, ambos Inconfidentes de Minas Gerais.<sup>3</sup> Luzes, jusnaturalismos escolástico e moderno e apropriações das Restaurações são encontrados no Sermão de Caneca.

---

<sup>1</sup> JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000; a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000, p. 127-175 (ver: p. 136-7).

<sup>2</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 160-184.

<sup>3</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 407-508.

Em Portugal, havia uma prática juspolítica que consagrava a soberania popular e, nos séculos XVI, XVII e XVIII, circulavam teorias de poder com a mesma orientação, jusnaturalistas neoescolásticas.<sup>4</sup> O Estado se originaria de um “pacto social”, através do qual o povo, como comunidade, detendo o poder derivado de Deus, buscaria realizar o “bem comum”, definido em consonância com os fins eternos do homem, fins estes que pertenceriam à jurisdição da Igreja. Em última instância, o Estado teria como fim o bem comum, tornando-se ilegítimo se o esquecesse, violando o direito natural e, com isso, o divino. Nesses casos, nas situações em que existisse tirania, admitia-se o direito da comunidade de resistir ativamente.<sup>5</sup> Esses princípios foram incorporados aos livros de história, como os referentes à Restauração Portuguesa de 1640. *História de Portugal Restaurado* (1679), de D. Luís de Menezes (1632-1690), 3º conde da Ericeira, referente à Restauração de 1640, endossa essa tese da origem popular do poder régio, afirmando que se “instituíam Príncipes para a República e não República para os Príncipes, porque a sucessão dos Reis só devia atender à sua conservação e liberdade”.<sup>6</sup> Ericeira aborda também a expulsão dos holandeses em Pernambuco, a Restauração pernambucana.<sup>7</sup>

Essa tradição juspolítica e parte desse universo literário foram atacados sob d. José I (1750-1777) e demais governos reformistas ilustrados seus sucessores. Isso se evidencia em livros e em leis, editais e pareceres censórios, sendo exemplo um parecer de Antônio Pereira de Figueiredo, de 30 de junho de 1768, que proibiu a *Géographie Moderne précédée d'un petit Traité de la Sphère et du Globe*, do Abbé Nicolle De La Croix, porque ela colocava em xeque a autoridade régia ao localizar a soberania nas assembleias da nação, isto é, nas Cortes.<sup>8</sup> Os novos princípios adotados pelas autoridades a partir de 1750 combatiam a tradição que consagrava a soberania popular, substituindo-a pela ideia de que o poder real vinha diretamente de Deus, sem quaisquer intermediários e poderes concorrentes. Todavia, tais princípios jamais estabeleceram que o monarca tudo poderia fazer. Isso é o que se vê num parecer da Real Mesa Censória, de 1777, sobre o *Livro dos Meninos*, traduzido do francês por João Rosado de Villa Lobos e Vasconcelos. Segundo o censor Antônio Pereira de Figueiredo, na lição 43ª, havia uma definição imprópria referente ao rei, tomado

---

<sup>4</sup> TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. 1, p. 199.

<sup>5</sup> *Ibidem*, vol. 2, p. 6-8.

<sup>6</sup> ERICEIRA, Conde [D. Luís de Menezes]. *História de Portugal restaurado*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1945, 4 v (ver vol. 1, p. 37).

<sup>7</sup> *Ibidem*, vol. 2, p. 198-204.

<sup>8</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (doravante, IANTT). Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral/ Desembargo do Paço, Censuras, Caixa 4, Parecer No. 43.

como “ungido de Deus, o Vice-Deus na Terra, o oráculo de sua Sabedoria, o Intérprete da sua vontade” (grifos do parecerista).<sup>9</sup>

O jusnaturalismo moderno, com Hugo Grotius e Samuel Pufendorf, introduziu novas concepções a respeito do direito natural. Com esses autores, a razão humana tornou-se a única justificativa do direito natural, que se desvinculou de qualquer interferência divina.<sup>10</sup> Essa novidade do jusnaturalismo moderno foi bem percebida pelos censores portugueses, que o compararam ao direito natural nas concepções de S. Boaventura, Santo Tomás e S. Bernardo, dizendo que: “A diversidade só consistiu no Método e ajuntarem estes [isto é, os modernos] em um corpo só aquelas questões que pertenciam ao Direito Natural e não as provar com a Escritura, [o] que se acha comumente nos Doutores Católicos, que as provam com a razão e com a Escritura Sagrada, ou com os Santos Padres”.<sup>11</sup> Em *Direito natural e das gentes*, Pufendorf sustenta que o poder que governa o Estado é soberano, decidindo sozinho e não tendo poder superior na terra, não prestando contas a ninguém e estando acima das leis humanas. Isso não significaria, contudo, que a soberania, em sua compreensão, fosse ilimitada, isto é, arbitrária, sinônimo de poder fazer o que se quer, destruindo o povo.<sup>12</sup> Pufendorf discute a passagem do estado de natureza para o de sociedade e, ainda, a constituição do Estado, que se daria a partir de um pacto duplo, de associação entre indivíduos e, ao mesmo tempo, de sujeição, relacional, entre aqueles e o soberano. Originalmente, todos os homens “viviam num ‘estado de natureza’ em que eram livres, iguais e sem governo. A natureza fez dos homens seres sociais e sociáveis, talhando-os para viver em sociedade.<sup>13</sup> Da natureza, vieram suas necessidades, porém ela não os dotou de meios indispensáveis para satisfazê-las. Só associando-se com outros homens poderiam fazê-lo. Na realidade, porém, os homens seriam egoístas, inconstantes, mais preocupados com seus interesses próprios e movidos por paixões indignas;<sup>14</sup> “não restou nenhum remédio mais eficaz para conter a maldade dos homens que o fornecido pelos Estados”.<sup>15</sup> O Estado surgiu da situação de guerra em que

---

<sup>9</sup> IANTT, Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral/ Desembargo do Paço, Censuras, Caixa 10, Parecer No. 106.

<sup>10</sup> ORNELAS, Sofia Alves Vale. *Luções sobre o Direito português: os projetos de Códigos de Direito Criminal e de Direito Público de Pascoal José de Mello Freire dos Reis (1738-1798)*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte : FAFICH-UFMG, 2015, p. 51-52.

<sup>11</sup> IANTT, Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral/ Desembargo do Paço, Censuras, Caixa 10, Parecer No 114. Veja também: SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. O contrato social em Samuel Pufendorf. *Rev. Filos.*, Aurora, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 143-163, jan./jun. 2009, p. 146.

<sup>12</sup> RADICA, Gabrielle. Trois interprétations de la notion de « lois fondamentales » au xviiiè siècle. In : *Les Lumières en mouvement : La circulation des idées au XVIIIè siècle* [en ligne]. Lyon : ENS Éditions, 2009 (généré le 03 août 2019). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/enseditions/6323>>.

<sup>13</sup> SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva, *op. cit.*, p. 143.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>15</sup> PUFENDORF apud SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva, *op. cit.*, p. 149.

degenerou o estado de natureza, visando à superá-la e dar proteção aos homens: “alguns pais de famílias perdidos em sua liberdade natural” foram levados “a constituírem os Estados [...] para se protegerem dos males provenientes do homem que ameaçavam o homem”<sup>16</sup>.

As Luzes caracterizaram-se por certa heterogeneidade. Seus pensadores refletiram, grosso modo, sobre os mesmos problemas. Todavia, deram-lhes frequentemente respostas diferentes, defendendo princípios muitas vezes dissonantes. Alguns princípios, porém, tiveram uma sustentação mais ampla, sendo unanimemente (ou quase) defendidos. Entre tais princípios, podem ser citados: a recusa à autoridade exterior não justificada pela razão; a defesa da tolerância religiosa; a compreensão de que a virtude seria o princípio e o fim da política (contra a razão de Estado, de Maquiavel); as ideias de existência de uma lei natural, anterior a qualquer convenção humana e da liberdade como direito inalienável do homem; o anti-belicismo; e os ideais de promover-se uma Restauração, para que razão e humanidade vissem restabelecidas seus velhos direitos, e de buscar-se a felicidade. Outro princípio muito comum foi o anti-despotismo.<sup>17</sup> A *História Filosófica e política dos Estabelecimentos e do Comércio dos Europeus nas Duas Índias* (1770) e seu autor, o abade Raynal (e também Diderot, outro ilustrado), tiveram grande repercussão. A obra, constituída por cinco tomos, um deles sobre a história da América Portuguesa, em 1780, incorporou um tomo sobre a Revolução Americana.<sup>18</sup>

Entre os inúmeros textos, impressos e manuscritos da época da Independência do Brasil, tem-se o “Sermão que na Solemnidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso Príncipe, o Senhor D. Pedro Alcântara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santíssima na Matriz do Corpo Santo”, pregado por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca”, aos 8 de dezembro de 1822, em Recife, na Matriz do Corpo Santo.<sup>19</sup> Publicado no Rio de Janeiro em 1823, como muitos

---

<sup>16</sup> PUFENDORF apud SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva, *op. cit.*, p. 153.

<sup>17</sup> Sobre o assunto, ver (entre outros): OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; e MUNCK, Thomas. *The Enlightenment: a comparative social history, 1721-1794*. London: Arnold; New York: Oxford University Press, 2000.

<sup>18</sup> RAYNAL, G. T. [Guillaume-Thomas François]. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes*: nouvelle édition, corrigée et augmentée d'après les manuscrits autographés de l'auteur... par M. Peuchet. Paris: Amable Costes et C.ie., 1820, 5 tomos. Ver: tomo 5.

<sup>19</sup> CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. Sermão que na Solemnidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso Príncipe, o Senhor D. Pedro Alcântara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santíssima na Matriz do Corpo Santo, pelo Illustrissimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da Excelentissima Junsta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, Pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Touronence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar da mesma Villa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos Pereira das; BASILE, Marcello (Org.). *Guerra*

outros textos, o Sermão marca-se pelo anti-despotismo, por referências das Luzes, e contém apropriações dos jusnaturalismos escolástico e moderno (via padre Vieira e Pufendorf, respectivamente) e menções à história pretérita luso-brasileira, destacando-se as Restaurações Portuguesa e pernambucana.

Dividido em “Dois Pontos” – o primeiro, sobre a Imaculada Conceição, e o segundo, dedicado à Aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil – e fundado em paralelismos e em dicotomias, o Sermão confere centralidade à identidade coletiva de “brasileiros”. Além de não se contrapor inteiramente à identidade coletiva “portuguesa”, o Sermão alude também a “estrangeiros”. No Sermão, as analogias são frequentes, destacando-se as feitas entre: Nossa Senhora da Conceição e D. Pedro I; a Imaculada Conceição de Maria e a Aclamação de D. Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil, celebradas no mesmo dia; Pecado e Injustiça; Salvação e Liberdade, um “fim santo”; a história sagrada e a história profana; e Pecado/Salvação e Injustiça/Liberdade. O Sermão traz referências explícitas a Samuel Pufendorf, ao expor teses do jusnaturalismo moderno; ao padre Antônio Vieira, com seu Sermão da Visita de Nossa Senhora; ao abade Raynal e a Platão. Chama a atenção o uso de um repertório de autores em comum com a Inconfidência Mineira (Vieira e Raynal), o que se soma às apropriações das Restaurações portuguesa e pernambucana.

O Sermão defende teses do Jusnaturalismo moderno, trazendo no rodapé referências a Pufendorf, discorrendo sobre os estados “Natural” e de “sociedade civis” e a instituição dos “Governos” na história humana. Defende a propensão natural do homem à vida social, tomando-a como algo decorrente de suas necessidades vitais e da busca de evitar males. A “constituição das sociedades civis” teria exigido dos “primeiros Pais de família” a renúncia à “independência do Estado natural”, tendo em vista “o Bem da Espécie Humana”. Sustenta que “a Salvação do Povo é a primeira, e a máxima das Leis; a fonte donde se derivam todas as outras; e o ponto de apoio, que sustenta os movimentos, e equilibra a marcha de toda a Máquina Política”. O Sermão retoma objetos de memória compartilhados entre brasileiros e portugueses: a Restauração de 1640; a Restauração pernambucana; e a eleição de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal.

São aspectos centrais no Sermão, de um lado, a elaboração de uma nova memória (“Templo da Memória”), que rompe com o passado e que visa ao futuro e, de outro lado, a sacralização do “Império Constitucional”, concebido como o melhor caminho entre a

---

*Literária:* Panfletos da Independência (1820-1823) – Volume 3, Sermões, Diálogos, Manifestos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 236-251.

“monarquia” e a “democracia”, ambas refutadas por seus males (respectivamente, o “despotismo” e os “furores do povo indiscreto, e volúvel”) e apreciadas em suas vantagens. D. Pedro I é adjetivado como “justo, Magnânimo, Incomparável”, tido como alguém que fora tocado “dos nossos males do passado, e das injustiças presentes no Congresso lisbonense” (isto é, as Cortes constituintes de Lisboa). O Sermão, ao referir-se a Portugal e ao Brasil, identifica contrastes e permanências. De um lado, menciona o “velho, e estonteado Tejo, no seu mais exaltado orgulho” e, de outro, o espaço que vai do “colossal Amazonas, ao Rio da Prata”. Ao mesmo tempo, identifica uma permanência, não eliminada pela Revolução do Porto e pelas Cortes constituintes de Lisboa: o “despotismo”. Caneca objetiva realizar uma celebração: “Solenizar a Elevação do Brasil a uma categoria maior [isto é, a de Império,] àquela que nos queriam roubar” por meio da ação das Cortes constituintes supracitadas, a de Reino Unido a Portugal e Algarves. Quer, portanto, festejar a “liberdade da Pátria, dos ferros, do Despotismo, no dia em que a Igreja canta os Epinícios à Padroeira [isto é, Nossa Senhora da Conceição] da mesma Pátria pela sua liberdade dos grilhões da culpa paterna, e vencimento glorioso do Déspota infernal”.

Além dos pressupostos oriundos do jusnaturalismos escolástico e moderno, Caneca fia-se em Platão, dele citando a máxima segundo a qual “=o Povo não foi feito para bem de quem o governa, sim os governantes foram instituídos para o bem do Povo =”, o que se coaduna com sua luta contra o “despotismo”. Nesse seu combate pela liberdade, menciona o bem do povo, “fim santo” e diferentes formas de governo na história humana, usando-as para referendar seu objetivo: “Este fim Santo, e augusto, é o que tem conduzido os homens a estabelecer as diversas formas, já simples, já compostas de Governo, que se têm visto no Mundo desde o berço do Gênero humano”. Os exemplos das mudanças nas formas de governo que implicaram progressos contra o despotismo por ele citados são os de: Atenas, que saiu de um estado de “monarquia pura” para outro, em que o “simples cidadão igualava o primeiro magistrado”; de Roma, que passou do “Reinado” a “Cônsules Decênviros, Tribunos militares, Ditadores, e Imperadores”; Suíça, Portugal e Holanda (“Os Cantões Suíços sacodem o jugo dos Austríacos, Holanda a tirania de Felipe II; Portugal a do IV”); “os Estados Unidos na América se separam da sua Metrópole Europeia; França é uma nova Roma; e de presente se acham com as Armas nas mãos Povos em todo Universo”.

Apropriando-se da obra de Raynal, Caneca sustenta que o Brasil, um riquíssimo país, ainda não teria tido Universidade, em contraste com a América Espanhola, e afirma que, da descoberta das Minas até 1756, 920 milhões de cruzados foram enviados para

Portugal, espoliação de riquezas continuada até a data do Sermão. Em comum com apropriação da obra de Raynal feita pelos Inconfidentes mineiros, essa apropriação tem o anti-despotismo, a denúncia da espoliação do Brasil e, ao mesmo tempo, a ideia da riqueza desse último. Todavia, Caneca não faz qualquer associação entre o arrocho tributário despótico, que esteve na origem da Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, e a Independência do Brasil em curso, enquanto os Inconfidentes fizeram uma analogia entre o sucedido na América Inglesa e a situação de Minas Gerais. Caneca recorre ao Sermão de Vieira para tratar da espoliação protagonizada pelos ministros reais, metaforizados como as nuvens, em chave muito similar à empregada por Tiradentes (que, no entanto, “pilhou” Vieira sem citá-lo). Caneca, como o cônego mineiro inconfidente Luís Vieira da Silva e parte dos revolucionários pernambucanos de 1817, rememora a Restauração pernambucana. Ele celebra a glória dos pernambucanos, do século XVII à Aclamação, mencionando, como fizeram os Revolucionários de 1817 (e também, em chave oposta, na mesma época, os chamados “realistas”), os “[...] bravos netos dos Vieiras, dos Negreiros, dos Camarões, dos Dias [...]”.<sup>20</sup>

No intervalo temporal 1788-1823, deram-se mudanças nas tensões identitárias no Brasil, com o aumento das oposições entre brasileiros e portugueses, mas sem haver uma completa negação dos portugueses pelos brasileiros, malgrado os progressos e mesmo o fortalecimento da identidade brasileira. Continuou a haver uma memória compartilhada, com a evocação de fatos, personagens, impasses comuns, da história de Portugal e do Brasil, e também da história de outras partes do mundo. As experiências das Restaurações Portuguesa e Pernambucana tiveram destaque, ao mesmo tempo em que se verificaram referências teóricas parcialmente comuns. Todavia, as representações do passado alteram-se sutilmente em seus sentidos e quanto às estratégias políticas em que se inscreveram. Triunfou a denúncia do “despotismo” e abriu-se um novo horizonte de expectativa, que mirava o Brasil independente. A produção, a circulação e os usos das representações históricas responderam a necessidades de cada momento. Nos idos de 1822-1823, viram-se a afirmação de certos valores, tais como o constitucionalismo, e a oposição ao passado colonial, rotulado muito frequentemente como “despotismo”, “tirania” ou, ainda, “escravidão”, palavra de uso metafórico, cujo sentido era opressão política. A produção, a circulação e os usos de textos, manuscritos e impressos, que continham representações da história pregressa, intensificaram-se. Tais textos tinham dois traços básicos: primeiramente, retomam textos e fatos passados, comuns a “portugueses” e “brasileiros”; e em segundo

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 244-250.



lugar, atribuem-lhes sentidos diferentes, que não são senão o de servir às lutas políticas coevas e à construção de certos projetos de futuro.

De Tiradentes e do Cônego Luís Vieira da Silva, nas Minas Gerais dos idos de 1788-9, a frei Caneca, em Pernambuco, em fins de 1822, é possível perceber usos de textos e referências comuns: os jusnaturalismos, as Luzes, a Restauração Portuguesa de 1640 e a Restauração Pernambucana e, ainda, o padre Antônio Vieira e o abade Guillaume T. F. Raynal. Constata-se, porém, o distanciamento de uma perspectiva centrada nas capitâneas de origem, em privilégio da apreensão e da adesão ao Brasil em seu conjunto, ou seja, migra-se da “pequena pátria” à “nação brasileira” que germinava.



## **Durar no tempo e atualizar sentidos: livros iluminados medievais em bibliotecas modernas**

Márcia Almada  
Doutora em História  
Professora da Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais  
Professora dos Programas de Pós-Graduação em Artes e em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[marciaalmada@ufmg.br](mailto:marciaalmada@ufmg.br)

Nos cofres da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, em Portugal, existem dez exemplares manuscritos de livros iluminados tardo-medievais. São livros de horas, sendo oito de origem francesa, um italiano e outro flamengo, todos produzidos no século XV (LEMOS, 2011). Segundo informações orais, (CARVALHO, 2017, p. 4, nota v) os códices chegaram à Biblioteca de Mafra na segunda metade do século XVIII, por mãos de um colecionador. Ao entrarem em Mafra, os códices tiveram suas encadernações substituídas, ganhando as características materiais dos demais livros do acervo e foram alocados nas prateleiras da área superior da biblioteca, conhecida como Galeria. Atualmente encontram-se armazenados em um cofre, junto com outros códices e manuscritos.

Podemos fazer várias perguntas acerca da presença destes livros de devoção privada, de uso íntimo e individualizado, como são os livros de horas, em uma biblioteca real instalada em um Convento.<sup>1</sup> É instigante questionar sobre a dinâmica do longo ciclo de vida dos objetos, as motivações para a sua produção e as formas de utilização e fruição no decorrer do tempo. Durante a época moderna, a maioria dos códices iluminados medievais foi investida de um novo significado, valorizada por sua raridade, singularidade e riqueza de seus materiais. Os “livros de aparato”, assim designados por Inês Correia (CORREIA, 2015, p. 7) por serem objetos com alto grau de sacralidade e dignidade, escaparam da destruição material ao trocarem de mãos e serem integrados a bibliotecas de reis e nobres.

Nesta comunicação irei tratar de alguns casos de transferência de posse do livro medieval que estão associados a mudanças materiais e simbólicas. Para refletir sobre esse tópico, abordarei brevemente alguns aspectos da trajetória dos manuscritos. Nosso

---

<sup>1</sup> Em Mafra, a biblioteca foi instalada entre o Palácio e o Convento, inicialmente ocupado pelos religiosos de Santa Maria de Arrábida, depois pelos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra e, após 1792, novamente pelos Arrábidas. A indefinição da posse real ou conventual da biblioteca manteve-se até 1840, quando o Ministério do Reino declarou a propriedade régia da biblioteca, evitando o seu desmantelamento e redistribuição para outras livrarias. (Monumento de Mafra Virtual, s/d).

caminho terá três etapas: 1. o entendimento dos usos e sentidos dos livros iluminados na baixa idade média em transição para a época moderna; 2. o estudo sobre o processo de incorporação de obras de luxo nas bibliotecas modernas; 3. algumas ponderações sobre as opções de preservação e uso no mundo contemporâneo.

### **Livros iluminados no período medieval**

A arte medieval de iluminar manuscritos teve seu ápice nos séculos XIV e XV e teria sobrevivido na Europa por cem anos após a propagação da imprensa tipográfica.<sup>2</sup> Conquanto tenha sido aplicada especialmente em obras devocionais, havia uma grande variedade de tipologias textuais que se adequavam à presença de pinturas e ornamentações, propiciando a criação de códices luxuosos feitos sob encomenda de colecionadores. Poderiam ser obras de história, narrativas de viagens, medicina, astronomia ou livros de plantas e animais – os conhecidos bestiários. Também fizeram grande sucesso, durante séculos, obras literárias em edições iluminadas como poesia, romances, livros de cavalaria.

A rigor, não é possível fazer uma distinção rígida entre livros medievais de caráter secular e religioso, pois “tudo na vida comum era elevado à esfera do divino (...) e o sagrado estava ligado ao mundano numa indissolúvel mistura com a vida cotidiana” (HUIZINGA, 2013 p. 255-256). Textos históricos encontravam-se mesclados a passagens religiosas, enquanto temas pictóricos profanos adornavam livros de caráter sagrado. As obras religiosas poderiam ter uso litúrgico ou particular e, dentre todas, a Bíblia ocupava lugar de destaque. Os livros de horas foram uma das inovações mais características do século XIV. Nasceram a partir dos Saltérios e difundiram-se entre a alta nobreza, tornando-se um símbolo de riqueza e posição social. Embora não existissem dois exemplares exatamente iguais, (PANOFSKY, 1953, p. 35) em geral seguiam uma mesma organização de conteúdo textual, compreendendo o “Calendário”, “Lições do Evangelho”, “Orações para Virgem”, “Horas da Virgem”, “Horas da Cruz e Horas do Espírito Santo”, “Salmos Penitenciais e Litania dos Santos”, “Ofício dos Mortos” e “Sufrágios”. O conteúdo visual compreendia as iluminuras de página inteira ou meia página, as capitulares decoradas ou historiadas e as ornamentações marginais. Os temas comuns das pinturas eram a Anunciação, Natividade, Visita dos Pastores, Epifania, Crucificação e Pentecostes. Texto e imagem constituíam um códice no qual a encadernação e a capa completavam a riqueza do objeto. Sua característica

---

<sup>2</sup> Estudos recentes atestam que a prática e a técnica de adornar manuscritos permaneceram na era moderna, desenvolvendo, no entanto, diferentes padrões visuais e significados para as ornamentações. Cf. ALMADA, 2012.

principal é o seu uso doméstico, atestando uma mudança nas formas de relação do indivíduo com a religiosidade (LEMOS, 2011, p. 27).

O livro de horas de Maria de Borgonha (1457-1482),<sup>3</sup> filha do Duque de Borgonha, contém uma iluminura no fôlio 14<sup>4</sup> que é representativa deste tipo de devoção privada. Na pintura flamenga de concepções renascentistas e viés naturalista, em seus aposentos uma dama vestida em trajes de luxo medita diante de um livro de orações. Ela pode ser a representação da própria Maria da Borgonha ou de sua madrastra, Margarida de Iorque (que teria sido quem encomendou o livro). O ambiente da pintura apresenta elementos do cotidiano que também podem estar imbuídos de características simbólicas, como as flores, as pérolas e o cão. A figura feminina está diante de uma janela que é uma passagem para o mundo espiritual, no qual se dá o encontro com a Virgem Maria e o Menino Jesus no espaço místico de uma catedral. Esta representação é uma expressão da intimidade com a qual homens e mulheres do período lidavam com o sagrado (HUIZINGA, 2013, p. 255). Sua meditação é viabilizada por um códice de pequeno formato que está disposto sobre a mesa, é folheado com delicadeza e protegido por um pano, o mesmo que provavelmente era usado como invólucro de proteção, tal como era costume nessa época (ARAÚJO et ali, 2015, p. 131). A proteção do livro sagrado com um tecido de luxo não surpreende e foi praticada em várias religiões; um livro que tem como conteúdo a palavra sacra deve ser resguardado, em primeiro lugar, pela capa, sendo ela própria um objeto que emana luz e riqueza divina, sendo todo o conjunto digno de ser salvaguardado por outros elementos externos ao códice, como o tecido (WATTEAU, 2013).

Na baixa Idade Média, o poderio nobiliárquico estava vinculado à ostentação material da riqueza e o poder e status de homens e mulheres transpareciam em seus bens e objetos de uso pessoal, roupas, joias e livros. Os códices manuscritos, iluminados e com suntuosas encadernações, faziam parte deste acervo de riqueza que deveria ser reconhecível, e os livros de horas não fugiam dessa prática, embora fossem destinados ao uso íntimo; eram, portanto, um objeto precioso, tanto do ponto de vista espiritual quanto material. A rainha Ana da Bretanha (1477-1514), que foi esposa dos reis franceses Carlos VIII e Luis XII, possuía ao menos quatro livros de horas, sendo dois em pequeno formato (6,6 x 4,6 cm), usados em viagens e nas orações diárias em ambiente privado, um de médio formato (17 x 12 cm) e um pesado códice de grandes dimensões (30 x 19,5 cm), realizado entre 1505 e 1510, provavelmente destinado ao uso em uma capela, sobre a mesa, como

---

<sup>3</sup> Österreichische Nationalbibliothek, Vienna (Austria), Codex Vindobonensis 1857.

<sup>4</sup> Para ver a imagem, acesse <https://www.wga.hu/frames-e.html?/html/m/master/mary/index.html>.

sucedida com os livros *in folio*. Este é considerado um dos códices mais luxuosos do fim da Idade Média, já na passagem para a época moderna.

### **Da mudança de posse e de apropriação de sentidos**

O códice medieval “nunca será, materialmente, um objeto definitivo” (CORREIA, 2015, p. 8). Com o decorrer do tempo, os livros foram se transformando simbólica e materialmente para se adequarem aos padrões de seus novos proprietários, entre eles as bibliotecas dos reis modernos. Existem inúmeros casos de transferência de posse que está associada à modificação dos sentidos simbólicos do livro medieval. Na Biblioteca de Mafra, pelo menos dois dos 10 exemplares manuscritos de livros iluminados quatrocentistas receberam alterações posteriores no corpo do livro para adequarem-se às necessidades dos novos proprietários.

O *Grande Livro de Horas de Ana da Bretanha* teve um périplo bem extenso: foi herdado por sua filha e depois passado para Francisco I de França; esteve no gabinete de curiosidades do Palácio de Versalhes com Luís XIV, Luís XV e Luís XVI, tendo chegado à Biblioteca Nacional da França em 1795, passado vinte anos no Museu do Louvre e retornado àquela biblioteca em 1872, lugar em que se encontra atualmente. O códice mantém a encadernação de 1684, época em que foi preparado para entrar no gabinete de curiosidades de Luís XIV, mas mantém parte da estrutura da encadernação do período de sua fatura. Trata-se de um revestimento negro de pele de arraia e bordas douradas, que manteve o fecho de prata dourada com armas de Ana da Bretanha. As quatro guardas volantes são de papel produzido na França entre 1484 e 1508 e, portanto, devem ser do tempo de execução da obra; já as duas contraguardas ornamentadas com guirlandas de folhas, flores e frutos são de papel de origem holandesa ou alemã e contemporâneas da encadernação de 1684.<sup>5</sup> Outros dois livros de horas da Biblioteca Nacional de França contêm o mesmo tipo de estrutura de encadernação.

João Sem Medo, duque da Borgonha, encomendou um códice iluminado com estórias de viagens (c. 1410-1412) para presentear seu tio, o duque Jean de Berry. A obra reúne seis diferentes textos de viajantes, entre eles *Le Livre des merveilles*,<sup>6</sup> relatos fantásticos que Marco Polo ditou a escrivães em Gênova após retorno de sua viagem ao Oriente (início

---

<sup>5</sup> Cf. Informations détaillées in <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52500984v/f14.item>. Acesso em 06 set. 2017.

<sup>6</sup>Para visualizar dois exemplares iluminados desta obra, Cf. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52000858n/f16.double#> e <https://treasures.bodleian.ox.ac.uk/treasures/marco-polos-travels/>. Acesso em 13 jul. 2017.

do século XIV). Do duque de Berry, passou aos duques de Nemours e de Bourbon antes de chegar às mãos de Luís XI em 1477, permanecendo em usufruto da casa real até 1791. Atualmente faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de França e apresenta uma encadernação da época moderna.

Algumas das bibliotecas nacionais europeias tiveram sua origem em bibliotecas reais. Durante o Antigo Regime, foi costume disseminado a manutenção e produção de acervos notáveis, compostos por manuscritos especiais e outras obras de valor artístico, pois “uma monarquia moderna não podia existir sem uma corte de letrados, além de diversos conjuntos de obras impressas e copiadas, assim como as principais casas nobres dos reinos europeus não podiam prescindir do *status* de possuir livrarias” (MEGIANI, 2009, p. 179). Segundo Fernando Bouza Álvarez (2011, p. 174 e 176), serviam mais para apresentar o que existia à época do que para informar. Mostravam o conhecimento, mas também o poder e a riqueza de quem as tinha fundado e as mantinha. Agregando valor às bibliotecas dos reis modernos, mas sem superar o valor enciclopédico do conjunto, os livros manuscritos “originais” da Antiguidade e do Medievo eram incorporados pelo seu estatuto de raridade e tesouro, que só poderiam ser conservados por personagens muito ricos ou por príncipes e reis.

Portugal não escapou a essa tendência. Ainda em fins da Idade Média, d. João I começou uma coleção de códices com a finalidade de educar os infantes de Avis. Outros monarcas patrocinaram a atividade de livreiros, calígrafos, iluminadores e aumentaram seus acervos bibliográficos, até que d. João V, apoiado em uma rede de colaboradores (FURTADO, 2012, p.223), comandou a reorganização de bibliotecas e a criação de outras novas, sendo as principais delas as livrarias do Paço da Ribeira, a da Congregação do Oratório, a do Palácio de Mafra e a da Universidade de Coimbra, em um processo que apresenta indícios de ser um projeto comum, que foi sustentado, sem tanto empenho, por d. José I, e mais efetivamente por d. Maria I (informação verbal).<sup>7</sup>

Na Livraria Real, em Lisboa, permaneciam livros de maior valor, como um exemplar da Bíblia impressa em Mogúncia em 1462, obra referencial dentre todos os incunábulos, e livros de horas iluminados, como aquele que havia pertencido ao rei Francisco I da França (1494-1547). Cerca de seis mil das obras mais raras, as relíquias da Casa de Bragança e os manuscritos, ficavam depositadas em uma sala especial (SCHWARCZ, 2002, p.72-73). A exemplo de seus antecessores e de outros monarcas

---

<sup>7</sup> Palestra proferida por Tiago C.P. dos Reis Miranda no Colóquio *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra: um testemunho do tempo das Luzes*, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 23 de maio de 2017.

européus, d. João V manteve duas oficinas operantes junto à Livraria: a tipográfica e a de encadernação. Esta última garantiu a unidade material e visual das lombadas e capas, tão cara a grandes colecionadores, fazendo que as obras fossem imediatamente relacionadas a seu proprietário, através das armas de Portugal gravadas com ouro nos cantos das capas em marroquim vermelho (SCHWARCZ, 2002, p.78).

No Catálogo de 1821 da Biblioteca de Mafra estão registrados treze livros de oração executados em pergaminho entre os séculos XV e XVI, manuscritos com iluminuras ou impressos com gravuras coloridas.<sup>8</sup> Embora houvesse uma sala destinada aos manuscritos, os códices tardo-medievais foram alocados na estante LXXI da Galeria, dedicada à “Liturgia em geral e em particular”. Foram dispostos ao lado de outros livros de oração impressos em épocas posteriores, porém mantidos como conjunto e ordenados alfabeticamente, pelos seus títulos atribuídos pelo bibliotecário. Dá-se a entender que a escolha do local de armazenamento foi devido ao seu formato (*in 4º e in 8º*, com medidas entre 16,6 cm e 20,5 cm na altura) e à temática geral da estante, não sendo considerada a sua raridade e antiguidade. Quando chegaram à Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, portanto, os livros iluminados já estavam destituídos de seu caráter privado-devocional e imbuídos do seu valor de instrução, mesmo que tenham sido considerados de “estimado valor” por suas configurações materiais.

## Conclusões

Dos cômodos privados às vitrines, estantes ou cofres. De valor devocional, foram embalados em tecidos de luxo e usados nos locais próprios à oração. De valor patrimonial, foram exibidos sobre as mesas em locais de uso comum. De valor institucional, poderiam ser expostos em locais públicos como salões de igrejas ou de palácios, associados à erudição e antiguidade (WATTEEUW, 2013, p. 24). De valor de instrução, foram armazenados em estantes com outros de teor semelhante. De valor histórico e cultural, hoje são guardados longe das mãos dos usuários, resguardados do contato físico e de experiências táteis. Isso porque se pretende que durem no tempo e assumam novas funções e significados sociais. Na verdade, esses objetos continuam a salvo porque não estiveram imunes às

---

<sup>8</sup> São três impressos e dez manuscritos, mas não há referência sobre a tecnologia de fabricação no CATÁLOGO (1819). Apenas cinco dos treze livros tardo-medievais foram identificados como livros de horas por Frei João de Santa Ana, o bibliotecário responsável pelo registro dos livros no início do século XIX.

transformações materiais, funcionais e simbólicas decorrentes das necessárias atualizações de sentido promovidas a cada época.

### Referências bibliográficas

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel**. Caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ARAÚJO, Rita; CASANOVA, Conceição; MELO, Maria João; LEMOS, Ana. “Ethical and technical concerns during the conservation process of a religious book”. **European Journal of Science and Theology**, 11 (2015), 2, 129-140. Disponível em <[http://www.ejst.tuiasi.ro/Files/51/14\\_Araujo%20et%20al.pdf](http://www.ejst.tuiasi.ro/Files/51/14_Araujo%20et%20al.pdf)>. Consulta em 21 mai 2017.

BOUZA, Fernando. **Imagen y propaganda**. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II. Madri: Akal, 2011.

CARVALHO, Isamara Lara de. **Processos de degradação em manuscritos iluminados**: estudo, conservação e restauro de um livro de horas do século XV do Palácio Nacional de Mafra. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em <<https://run.unl.pt/handle/10362/17113>>. Consulta em 18 jul 2017.

**Catálogo da Real Livraria de Mafra**, disposto por ordem alfabética, e escrito por Frei João de Santa Anna, Primeiro Bibliotecário da mesma Livraria, ex-leitor, Padre da Provincia d’Arrábidas, e Pregador Régio. Anno 1819. Manuscrito, 8 volumes.

CORREIA, Inês Isabel Simões de Abreu dos Santos. **Estudo arqueológico dos Códices Iluminados do Fundo Laurbanense. As intervenções de Conservação num Corpus medieval**. 2015. 370f. Tese (Doutorado em História da Arte Medieval). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/14781>> Consulta em 27 jul. 2017.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculos da geografia iluminista**. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LEMOS, Ana. **Os livros de horas iluminados do Palácio Nacional de Mafra**. Mafra: Palácio Nacional de Mafra, 2011.

MEGIANI, Ana Paula. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha – séculos XV-XVII. In: ALGRANTI, Leila; MEGIANI, Ana Paula (Org.). **O Império por escrito**. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009, p.165-186.

Monumento de Mafra Virtual. **Cronobiblioteca**. Disponível em <http://www.cesdies.net/monumento-de-mafra-virtual/cronobiblioteca>. Acesso em 08 ago. 2017.



PANOFSKY, Erwin. **Los primitivos flamengos**. Madrid: Cátedra, 1953.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

WATTEEUW, Lieve. Books in Exhibitions: history and adventures in display. In **Extended Abstracts**. Paper Conservation: Decisions & Compromises. ICCOM-CC Graphic Document Working Group – Interim Meeting. Viena, Austrian National Library, 17-19 april 2013, p. 24-28. Disponível em <<https://primastoria.files.wordpress.com/2014/10/paper-conservation.pdf> >.



## **A tradução de O pastor fiel, de Giovanni Guarini e os percursos do livro em Portugal no final do século XVIII**

Cláudio DeNipoti

Doutor em História

Docente do mestrado em História Social da UEL e do mestrado em História, Cultura e Identidades da UEPG  
Professor associado do Departamento de História da UEL  
[denipoti@uel.br](mailto:denipoti@uel.br)

Em fins da década de 80 do século XVIII, Thomé Joaquim Gonzaga, primo brasileiro do autor das *Cartas Chilenas* dedicou-se a traduzir o livro *O pastor fiel* de Giovanni Battista Guarini. A obra havia sido lida pelo tradutor “no tempo, em que nas Aulas menores se applicava ás Bellas Letras”, traduzindo os versos e cenas que considerava mais notáveis para auxiliá-lo nos estudos de poesia portuguesa.<sup>1</sup> Anos mais tarde, “instigado depois por algumas pessoas inteligentes”, completou a tradução e submeteu-a à Real Mesa Censória para conseguir a licença de publicação.

A obra, composta entre 1583 e 1587, foi publicada em Veneza em 1590 (com outra edição em Ferrara) e encenada pela primeira vez em Pádua no mesmo ano. O enredo falava sobre como os deuses da Arcádia, para punir um mal antigo, exigiam o sacrifício anual de uma virgem. Um oráculo previu que a maldição só seria levantada com o casamento de dois jovens de descendência divina e os únicos que podiam reivindicar essa origem na Arcádia eram Sívio, descendente de Hércules, e a ninfa Amarilii, descendente de Pan. A peça tem duas linhas narrativas, uma seguindo Sívio, que ignora o amor e seu casamento vindouro com Amarilii, dedicando-se somente à caça e outra seguindo Amarilii e sua paixão pelo pastor Mirtillo, apesar de ser prometida a Sívio. Mirtillo (o pastor fiel) se oferece em sacrifício no lugar de Amarilii quando seu romance é revelado. Ao final, a descoberta da origem divina de Mirtillo (meio irmão perdido de Sívio) permite que Amarilii e Mirtillo se casem para cumprir a profecia.

O autor, nascido em 1538 em uma família de origem veronesa cujo membro mais famoso foi o humanista Guarino Veronese, estudou direito em Pádua e foi professor de retórica. Exerceu a função de poeta da corte de Alfonso II d'Este, duque de Módena, Reggio e Ferrara e senhor de Rovigo, em nome de quem fez diversas viagens diplomáticas. Abandonou a corte em 1583 para se dedicar à escrita de sua fábula pastoral.

---

<sup>1</sup> GONZAGA, Thomé Joaquim. “Ao Leitor”, apud GUARINI, Giovanni Battista. *O pastor fiel*; tragi-comedia pastoril. Lisboa: Na Regia Officina typografica, 1789, p. iii.

Guarini, ao contrário de alguns de seus contemporâneos, “inventou pastores dotados de caracteres cortesãos”<sup>2</sup> que agiam fora da ortodoxia aristotélica que previa que ninfas e pastores deveriam “agir e falar com o decoro das tópicas e ornatos do estilo humilde”.<sup>3</sup> A obra pode ser considerada como o modelo clássico da pastoral dramática, junto ao *Aminta* de Torquato Tasso (contemporâneo de Guarini) e “é um excelente exemplo de um trabalho literário cuja importância histórica supera seu atual significado em nossa cultura”.<sup>4</sup> Nos séculos que se seguiram a sua publicação, a obra de Guarini “depois de ter tido enorme sucesso nos palcos” passou a ser lida “de vários modos, em várias situações e por vários públicos, na Europa”.<sup>5</sup> Isso fica evidente, ainda na virada do século XVI para o XVII, com as críticas publicadas sobre *Il pastor fido*, como a de Giovani Malacreta, “*Considerationi di Gio. Pietro Malacreta, ... sopra il Pastor fido*”, publicada em 1600, mesmo ano da resposta de Paolo Beni “*Discorso nel qual si dichiarano e stabiliscono molte cose pertinenti alla Risposta data a' dubbi e considerationi dell' eccellentissimo Sig. ... Malacreta sopra il "Pastor fido" et alle dubitationi mosse inoltre tanto contro le dette considerationi quanto contro l'istesso "Pastor fido"*”, ou ainda os “*Due discorsi*”, de Summo Faustino “*l'uno contra le tragi-comedie e moderne pastorali, l'altro particolarmente contra il Pastor fido del... Cavaliere Battista Guarini*”, de 1601, e diversas outras, incluindo várias respostas do próprio Guarini.<sup>6</sup>

O “sucesso” editorial da obra pode ser medido pelo número de edições. Vittorio Rossi mencionou 110 edições entre 1590 e 1828<sup>7</sup>, mas essa estimativa é tímida, pois nosso próprio levantamento, feito nos catálogos das bibliotecas nacionais europeias, revelou cerca de 150 edições em diversas línguas entre 1590 e 1800, com 84 edições italianas, e as demais em diversos idiomas, conforme demonstra a tabela 1:

TABELA 1 – EDIÇÕES DE *IL PASTOR FIDO* – 1590-1800

	1590-1619	1620-1649	1650-1679	1680-1709	1710-1739	1740-1769	1770-1800
Italiano	19	8	9	5	18	9	16
Francês	7	5	10	9	3	2	2
Holandês	2	3	3	1	1	0	0
Inglês	1	2	1	2	3	0	1

<sup>2</sup> HANSEN, João Adolfo. As líras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. *Via Atlântica*, n. 1, p. 40-53, 1997, p. 43.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> HARTMANN JR., Arnold. Battista Guarini and "Il Pastor Fido". *The Musical Quarterly*, v. 39, n. 3, p. 415-425, 1953, p. 415.

<sup>5</sup> HANSEN, 1997, p. 42.

<sup>6</sup> HARTMANN JR., 1953, p. 417.

<sup>7</sup> ROSSI, Vittorio, Battista. *Guarini ed il Pastor Fido*, Turin, 1886, pp. 314, apud HARTMANN JR., 1953, p. 415.

Alemão	0	0	2	0	0	0	0
Espanhol	2	0	0	1	0	0	0
Português	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>21</b>
							<b>149</b>

Fonte: Levantamento nos catálogos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal, Bibliotheque National de France, British Library e Google livros.

Outro dado revelado por este levantamento foi o de que, quase imediatamente, *O pastor fiel* começou a ser traduzido. Após cinco edições em italiano entre 1590 e 1592 (a última das quais feita em Tours por Jamet Mettayer), surgiram as duas primeiras edições francesas, por esse mesmo editor, em 1592 e 1593. A primeira edição espanhola foi feita em 1602, em Nápoles, com a tradução de Cristobal Suarez de Figueroa, sob o pseudônimo de Tarquinio Longo. Neste mesmo ano surgiu a primeira tradução em inglês, feita por John Dymock e publicada por Thomas Creede para Simon Waterson. Em 1617 surgiu a primeira tradução em holandês, feita por Theodoor Rodenburgh e publicada por Dirck Pietersz na impressora de Paulus van Ravesteyn. A primeira edição em alemão foi feita em Weimar em 1663 por Johannis Birckneri. A última língua na qual a obra foi traduzida foi o português, com a tradução de Tomé Joaquim Gonzaga, publicada na Regia Officina Typográfica, cerca de dois séculos depois da publicação original, em 1789.

Pode-se ter uma medida adicional, ainda que preliminar, do alcance da obra em terras lusitanas verificando sua presença nos catálogos de leilões e/ou bibliotecas do fim do século XIX (quando a publicação dessas obras tornou-se mais corriqueira em Portugal). Se, na Inglaterra, entre os livros de Robert Southey havia um exemplar da edição portuguesa do *Pastor fiel*,<sup>8</sup> outros bibliófilos coletaram edições diversas. No espólio bibliográfico de João Antonio de Souza Guimarães, colocado a venda em 1869, havia uma primeira edição veneziana da peça de Guarini,<sup>9</sup> ao passo que a biblioteca dos Marqueses de Castelo Maior, quando colocada em leilão em 1878, incluía quatro exemplares, um dos quais da primeira edição veneziana, além de uma cópia da tradução de Tomé Joaquim Gonzaga.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> *AUCTION catalogue*, books of Robert Southey, 8 to 25 May 1844 . London. S. Leigh Sotheby & Company, 1844.

<sup>9</sup> *CATALOGO dos livros que foram do fallecido senhor João Antonio de Souza Guimarães* e que hão de ser vendidos em leilão nos dias 21 e seguintes do mez de Fevereiro do futuro anno de 1870, desde as 4 até ás 8 horas da tarde, na Rua da Picaria, n.0 49 na cidade do Porto. Typographia de Sebastião José Pereira, Rua do Almada, 1869.

<sup>10</sup> *CATALOGO da importante e copiosa bibliotheca dos Marquezes de Castello Melhor*, cujos livros serão vendidos em hasta publica, tendo a venda começo o mais brevemente possível. Lisboa: Typographia Editora de M. Moreira, 1878.

Especificamente sobre esta tradução, é preciso, primeiramente, pensá-la como parte do interesse que a obra de Guarini tinha para os árcades luso-brasileiros do fim do século XVIII. Do *Pastor fiel*, eles utilizavam repetidamente a estrutura básica do gênero: “a forma dialógica da poesia dramática e também a mescla dos estilos alto e baixo, compondo imitações como poesia escrita para ser lida”.<sup>11</sup> Esses são também elementos fundamentais na poesia do arcadismo luso-brasileiro:

Doutrinando a poesia como meio pedagógico de transmissão dos temas otimistas e progressistas da racionalidade ilustrada, os árcades reduziram drasticamente a extensão, a complicação do enredo, o número de personagens e as agudezas do estilo do *Pastor Fido*, mas mantiveram a forma dramática original do diálogo entre pastores, porque a julgaram adequada para representar cenas em que, como na comédia, as personagens desenvolvem uma conversação particular e civilizada sobre temas da vida cotidiana, enquanto dão uma interpretação séria aos assuntos, como na tragédia.<sup>12</sup>

Assim faz um certo sentido que uma única tradução para o português tenha sido feita exatamente por alguém ligado, de certa maneira, aos árcades. Embora a crítica insista nas qualidades poéticas de Tomé Joaquim, também aponta a sublimação deste em favor de seu primo, Tomás António, este sim um adepto formal do arcadismo com sua *persona* Dirceu. Em percurso inverso do primo, Tomé Joaquim nasceu no Rio de Janeiro e foi enviado a estudar leis em Coimbra, para em seguida voltar ao Brasil como auditor militar na Bahia. Seu retorno a Lisboa, em 1783, permitiu que se dedicasse apaixonadamente ao teatro italiano, tomando “a si espontanea e obsequiosamente a tarefa da traducção em verso das operas que se representavam no theatro de S. Carlos, ao que satisfez por mais de vinte annos consecutivos, sendo producções da sua penna a maior parte do que n'este genero se imprimiu desde a abertura do referido theatro, até pouco antes do seu falecimento.” A única tradução que foi impressa foi a do *pastor fiel*, mas ele também traduziu “dramas lyricos, representados em S. Carlos”<sup>13</sup> que foram desde a *Zaira* de Voltaire (representada em 1802) até *Ginevra di Scozia*, de Gaetano Rossi, uma adaptação dos cantos 5 e 6 do *Orlando Furioso* de Ariosto.

Para este estudo, interessa discutirmos o processo de aprovação e publicação da tradução portuguesa. Considerando que os textos de Guarini não constam de nenhum dos índices romanos ou das listas lusitanas de obras proibidas ao longo dos três séculos em foco, a não existência de versões portuguesas pode, ao menos inicialmente, ser pensada

---

<sup>11</sup> HANSEN, 1997, p. 42.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> SILVA, Inocencio Francisco. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862, t. 7 p. 361-363.

em termos de fluência dos literatos nas edições recorrentes acima mencionadas, especialmente as italianas e francesas. Não obstante, o parecer da *Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros* dá algumas pistas para o tipo de problema que tal obra enfrentava nas maneiras de pensar que caracterizaram a defesa de valores “imperiais” estabelecida a partir do pombalismo (especialmente pela instituição responsável pela censura, iniciada com a *Real Mesa Censória*).<sup>14</sup> Aprovando a concessão da licença de impressão em 25 de maio de 1788, o censor Antonio Lobo da Cunha faz a ressalva de que, quando Guarini (e seu tradutor) aludem à barbaridade das leis, refere(m)-se às leis da Arcádia, e não a uma monarquia exemplar qualquer. Para o censor, a obra deveria ser impressa apesar disso, mesmo que as expressões e a linguagem pudessem, eventualmente, “ofender a delicada sensibilidade de algum leitor”. Lobo da Cunha ainda lembrou, enigmaticamente, que “[e]sta Obra que seu original se pode avaliar por huma das mais agradáveis, brilhantes e poeticas na ordem pastoril não deveria com tudo de ter seu encontro, perigo enorme que a beleza e expeções amorosas, e fazer as mais sensíveis e tocantes nos corações feridos [...]”.<sup>15</sup>

Aprovado pela censura, o livro foi impresso no ano seguinte, somente para ser novamente alvo das restrições monárquicas em fins daquele ano. Em 14 de dezembro de 1789, Miguel Carlos José de Noronha e Silva Abranches (o Principal Abranches) assinou edital no qual, em nome da rainha D. Maria, ordenou que:

nenhuma Pessoa, de qualquer Estado, e Condição que seja, possa ter, ou conservar o sobredito Livro [*O pastor fiel*], e que entregue todos os seus Exemplares na Secretaria da mesma Real Meza da Comissão Geral no preciso termo de trinta dias contados da publicação deste, para nella serem suprimidos, debaixo das penas, que estabelecem as minhas Leis contra os que retem, imprimem, espalhão, ou divulgão Livros sem licença, e por Mim prohibidos.<sup>16</sup>

Ainda que elogie a tradução por ser muito “muito superior áquellas, que se achão impressas nas Linguas Franceza, e Castelhana” e, podemos concluir, circulavam por Portugal, e apesar a aprovação do aparato censório, que forçou o tradutor a corrigir “algumas expressões escandalosas, e malsoantes de hum, ou outro Interlocutor”, o parecer alega que a coroa cedeu à pressão de “algumas pessoas de mais delicada consciência [que] se offendião da sua lição”:

E querendo Eu, e devendo evitar toda, e qualquer occasião, que possa escandalizar as Pessoas timoratas, ou promover de algum modo a

---

<sup>14</sup> TAVARES, Rui. *Le censeur éclairé: Portugal 1768-1777*. Thèse (Doctorat en histoire et civilisations) – École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Paris, 2014.

<sup>15</sup> ANTT, REAL MESA CENSORIA, CX 14, 1788, n. 34.

<sup>16</sup> PORTUGAL. Edital de 14/12/1789. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1789.

licença, a corrupção dos costumes, de cuja pureza tanto depende a felicidade só espiritual, mas tabem a temporal dos meus Vassalos.<sup>17</sup>

Uma tentativa de explicação foi aventada, cerca de oito décadas mais tarde, por José Murilo da Costa em seu *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*.<sup>18</sup> Segundo ele, a tradução de Tomé Joaquim Gonzaga “foi recebida com um applauso geral, e avidamente procurada, lida, e disputada pelos Curiosos, e amadores da boa poesia”. Porém, este mesmo sucesso provocou inveja e “o fanatismo”:

que não podendo atacar a obra pelo lado Litterario, tomou o partido de ataca-la pelo lado da moral, e dos bons costumes; posto que, fallando em rigor, estas accusações não podem admittir-se como justas. [...] firmando-se nestes fundamentos os invejosos e os fanaticos, gritaram tão alto, como si a Igreja de Deos estivesse ameaçada de desabar, porque se havia publicado em portuguez uma Peça, que havia seculos girava traduzida e impressa em todas as línguas da Europa, sem que a Igreja Catholica houvesse sofrido algum abalo com isso.

Aos gritos destes juntaram-se os clamores de todas as Philamnintas, Belizas, e Aramintas de Lisboa despeitadas com as invectivas que o Poeta havia posto na bocca do Satyro [...] e o resultado de todos esses clamores, e intrigas, foi caçar-se a licença da Obra, sendo apprehendidos todos os exemplares, que della se encontravam nas lojas dos Livreiros, e remetidos para a Bibliotheca Publica.<sup>19</sup>

Embora essa versão, deslocada no tempo, seja mais um depoimento das filiações liberais do seu autor do século seguinte, vale marcar que a obra de Guarini já sofrera oposição na primeira metade do século XVIII, pela pena de um dos principais poetas da Arcádia Lusitana, Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano. Na obra *Arte Poetica Ou Regras Da Verdadeira Poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juízo critico*, editada originalmente em 1748 com uma reedição em 1759,<sup>20</sup> Cândido Lusitano “censura a tragicomédia como gênero de poema misto, vicioso, nem trágico nem cômico, sem proporção e sem unidade”<sup>21</sup>

Entre as críticas de Candido Lusitano e os clamores de todas as “despeitadas” de Lisboa, o fato é que a obra circulou em Portugal como um dos muitos modelos da poesia a ser imitado (ou combatido) e que, nos séculos da trajetória editorial multilíngue do texto, até onde nos consta, pouco ou nada se fez para vertê-la ao português, exceto pelo esforço

---

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> SILVA, José Murilo da Costa. *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*. Lisboa: Na imprensa Silviana, 1853, p. 288-289.

<sup>19</sup> Idem, p. 289

<sup>20</sup> FREIRE, Francisco José. *Arte poetica, ou regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juizo critico*: composta, e dedicada ao Senhor Filippe de Barros de Almeida. Lisboa: Na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1748. [2ª ed. 1759].

<sup>21</sup> PINTO, Rodrigo Gomes de Oliveira. Anatomia do monstro: o vitupério de Francisco José Freire ao poem tragicômico. *Gragoatá*, Niterói, v.23, n. 47, p. 947-970, set.-dez. 2018.

em pauta. Que o texto português tenha sido considerado socialmente inadequado no século XVIII (tanto pelo censor, que o aprovou apesar disso, quanto pela “vox populi”, atendida pelo Principal Abraches) enfatiza a presença da obra em suas outras traduções ou edições, menos acessíveis ao público mais zeloso quanto à “moral e bons costumes”, esses velhos eufemismos para a obtusidade e hipocrisia. Mas, ao mesmo tempo, nos fornece um “instantâneo” do mercado de livros em Portugal ao fim do século XVIII, com pistas sobre a circulação de livros – em diversas línguas – bem como sobre o mercado editorial português.





**O manual de tintas e vernizes de João Stooter, “com anotações dele aumentado”:  
estudo das notas interlineares e marginalias manuscritas sobre um livro impresso**

René Lommez Gomes

Doutor em História Social da Cultura

Professor do Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal de Minas Gerais

[renelommez@ufmg.br](mailto:renelommez@ufmg.br); [rene.lommez@gmail.com](mailto:rene.lommez@gmail.com)

Ao reparar na “suma pobreza” com que os mestres torneiros da “nação portuguesa” usavam trabalhar suas obras, o lapidador de diamantes João Stooter procurou “diversas receitas de vernizes e mais curiosidades” da arte, fez delas “exatas experiências” e as compilou em um manual. Dedicando-se ao tema – “ao menos como curioso, quando os outros o deviam fazer por ofício” –, o flamengo pretendia incentivar que “algum engenho mais agudo e perspicaz” desse “maior realce a esta Arte”, em um “tempo futuro adiante”. Quanto à sua época, parecia-lhe ter restado uma mui diminuta curiosidade aos artífices de “todo o Reino lusitano”. Havendo já visto a “multiplicidade das artes” e as “perfeitas curiosidades” engenhosamente produzidas nos empórios de Paris, Londres e Amsterdã, Stooter reparou que, em Lisboa, não se achava “um par de mestres torneiros curiosos que, na sua obra miúda, soubesse dar um brilhante lustro ou graça”.<sup>1</sup>

Com o custo de certo trabalho e alguma pecúnia, o flamengo reuniu e experimentou, por isto, um vasto conjunto de receitas de vernizes, tinturas, solventes, resina, adesivos e abrasivos, que foram deitadas por escrito na sua “Arte de Brilhantes Vernizes”. O manual foi publicado em Antuérpia – cidade natal de Stooter –, no ano de 1729, pela afamada casa editorial Verdussen, àquela altura dirigida pela viúva de Hendrik Verdussen.<sup>2</sup> Impressa no formato *in-octavo*, a inusual obra foi dedicada “aos curiosos mestres torneiros, pintores, escultores e mais artistas” que pudessem tirar proveito dos

---

<sup>1</sup> STOOTER (1729. p. a4-a5) O nome de João Stooter varia na documentação em que aparece, sendo indicado como Johannes; Johann; Joan; Stooters; Stoterus; Stöter. Pouco se sabe sobre ele, além do que é informado em suas obras. Sabe-se que vivia em Portugal há mais de 20 anos, quando publicou o manual, morando em Lisboa e, depois, no Porto.

<sup>2</sup> Hendrik [Henricus] e Cornelis [Cornelius] Verdussen foram membros da quarta geração de uma importante dinastia de impressores e livreiros de Antuérpia, iniciada por Hieronymus Verdussen, ao final do século XVI. Nascido em 1653, Hendrik foi o segundo filho de Hieronymus III. Ele se casou com Anna Margareta Blanckaert, em 1689, e faleceu em 1721. Na virada do século XVII para o XVIII, Hendrik administrou o empreendimento com seu irmão, Cornelis, nascido em 1661. Com o falecimento de Cornelis, em 1728, a casa de impressão foi comandada pela viúva e pelos filhos de Hendrik. Ver van ROSSEM (2014. p. 1-50).

esforços do autor pela composição daquele que seria um dos primeiros, senão o primeiro, manual prático para o fabrico de vernizes, publicado em português.

Compiladas e traduzidas de obras estrangeiras ou coletadas pelo autor junto aos artífices que conheceu em suas viagens, ao serem reunidas na publicação, as formulações para a produção dos compostos químicos e as advertências sobre o uso adequado de matérias-primas formavam um “repositório de receitas e preceituário técnico” com tal abrangência temática que não encontrava precedentes na literatura artística portuguesa.<sup>3</sup> Entre as matérias tratadas por Stooter, encontravam-se explicações sobre “os nomes e qualidades de diversas madeiras, tanto de fora como do Reino”; explicações sobre “o perfeito modo de alisar metais, madeiras, marfim, osso” e coquilhos; ensinamentos acerca das “drogas de que são compostos os vernizes”; além da oferta de receitas de vernizes e óleos coloridos, colas e tinturas com que se pintava, dourava e lustrava peças miúdas.<sup>4</sup>

A obra era composta por três livros, quando começou a ser impressa, em 1729: “Arte de Brilhantes Vernizes & das Tinturas”, “Huma Offerta” e um “Suplemento” das obras anteriores. As origens, a natureza e as características das madeiras do Brasil, de Angola, das “Índias de Espanha” e de outras partes da Europa e do Levante, que se encontravam disponíveis ao labor dos torneiros e de outros artífices de Portugal, foi o tema de abertura do primeiro livro; que prosseguia com a prescrição de fórmulas para a sintetização dos compostos e com a transmissão dos “segredos” – ou técnicas artísticas – usados para obrar coisas novas e “curiosas”, como as lacas chinesas. Aos “ourives de ouro, prata e aos relojoeiros” o autor fez, na sequência, a “Offerta” de uma vintena de métodos para dourar, pratear ou tingir os metais, abrir chapas de cobre, produzir goma-laca e purgar o óleo tártaro (óleo de rícino). As formulações que integram esta seção do manual foram encontradas “nas estantes, entre os livros, como [que] perdidas”. Assim, se alguém tivesse algo a lhe agradecer, confiava Stooter que seria pela versão portuguesa das receitas – “que [n]a maior parte estava no idioma flamengo” –, para mais do “trabalho e [d]o gasto de primeiro examinar e provar” algumas delas, verificando a exatidão nas proporções dos

---

<sup>3</sup> Ângela Ferraz verificou que nos manuais dedicados à pintura a óleo, escritos em português, era dada pouca atenção aos vernizes. As referências à sua fabricação e uso estão em poucas obras; sendo a de Stooter a mais antiga. Marques indica que sua obra foi seguida por receituários traduzidos de autores estrangeiros, como a “Coleção de várias receitas, e segredos particulares” (Porto, 1791), os “Segredos necessários para os Offícios, Artes e Manufacturas” (Lisboa, 1794) e “L'Art de Faire Différentes Sortes de Colles” de Duhamel de Monceau, publicada sob título “Arte de Fazer a Colla Forte”, pelo Frei José Mariano Veloso (Lisboa, 1799). Márcia Almada indica um vasto número de manuais portugueses de desenho e de caligrafia com receitas de tintas e pigmentos, a maioria publicada após 1740. Há ainda a obra de Valério Martins Oliveira, “Advertencias aos Modernos, que Aprendem os Offícios de Pedreiro, e Carpinteiro” (Lisboa, 1757). FERRAZ (2017, p. 65; 188); MARQUES (2014, p. 199-200); ALMADA (2012, p. 138; 144).

<sup>4</sup> STOOTER (1729, p. A3)

ingredientes e a qualidade de seus efeitos.<sup>5</sup> O terceiro livro, por fim, aditava os anteriores com menções a obras de referência, correções e a novas- técnicas.

Uma débil correspondência enlaçava esta divisão do manual com certa sistematização das temáticas ou com a intenção do autor e dos editores em dotar a publicação de uma materialidade e de uma ordem interna, calculadas para imprimir hierarquias aos temas e impor sentidos à sua leitura.<sup>6</sup> Antes disto, o arranjo dos livros espelhou o modo peculiar como Stooter desempenhou a função de autor, deixando o texto transparecer o ritmo claudicante de uma escrita que dificilmente chegava a termo e o aspecto descontínuo de um processo editorial interpolado por correções e inserções no teor da obra. Destarte, como no autor se achasse “a vontade de mais saber, assim como no impressor de imprimir”, e havendo este “já feito até a folha 39” do Suplemento, em dado momento, suspendeu-se a encadernação dos volumes para que recebessem um quarto livro, nomeado por “Couza Nova”. A causa da mudança foi a chegada à mãos do autor de uma obra, impressa em Nuremberg, com “modelos de fazer diversos e excelentíssimos vernizes”, muito em voga na pintura e nas artes decorativas: tintas para a imitação do casco de tartarugas, a tintura de cochinha e substâncias para espelhar vidros – novidades às quais Stooter traduziu, testou, selecionou e incluiu no novo livro, para delas se lembrar e “pelo sumo desejo de ver já completo este [...] limitado tratado”.<sup>7</sup>

Após enriquecer o manual com as novidades, ao final da “Couza Nova”, Stooter incorporou uma lista de erratas relativas ao primeiro livro e à “Offerta”, sugerindo que “o leitor, com [a] pena, [os] pode emendar”. Na sequência, “para mais clareza do curioso”, foram aditados melhoramentos à “Offerta”. Tornando a incentivar a contaminação do impresso com notas manuscritas, o flamengo recomendou ao futuro dono do opúsculo que, “no lugar próprio, com a pena acrescentasse” aquelas informações ao texto.<sup>8</sup>

Não bastando tantos acréscimos e remendos ao impresso, um novo livrinho de “Couza Nova” foi incorporado à obra, em algum momento a partir de 1732. O motivo para a inclusão dos temas, que ocuparam “da folha 56 até [a] 63”, foi apresentado pelo

---

<sup>5</sup> STOOTER (1729, p. 68)

<sup>6</sup> Segundo Chartier, os livros da era moderna eram produzidos sob “uma ordem específica, que tem as suas regras, suas convenções e suas hierarquias”. Um dos objetivos e dos efeitos desta ordem – fixada pelos autores, pelos editores e pelos poderes estabelecidos – era a imposição de sentidos à recepção do impresso pela comunidade de leitores. De forma semelhante operavam as decisões sobre a constituição material da obra, a exemplo de seu formato, paginação, divisões do texto e outras convenções que regem sua apresentação tipográfica. CHARTIER (1998. p. 9; 35)

<sup>7</sup> STOOTER (1729, p. 40) Segundo Stooter, ao se suspender o processo editorial, já estavam encadernados mais de 50 exemplares da obra, que foram “espalhados” entre amigos que o “importunavam” na ânsia por recebê-los. Os exemplares desprovidos do livro “Couza Nova” são, hoje, raríssimos, não havendo notícias da existência nenhum deles.

<sup>8</sup> STOOTER (1729, p. 55)

autor à guisa de introdução ao quinto caderno impresso, que ora se somava aos anteriores. Achando-se ele em viagem da cidade do Porto – onde habitava – à corte de Lisboa, entre 1771 e 1772, veio ao seu conhecimento que “toda gente grave (por passatempo)” adotara a Arte de Gessar camas, mesas, tabuleiros e uma imensidade de leques galantíssimos, “cobrindo o chão branco, em partes, de uns papelinhos imprimidos de figuras, pintadas de iluminação,” e envernizando-os por cima. Assim, constrangido pelos curiosos de lá, queixosos de não terem instrução cabal sobre a técnica, ele incluiu a notícia no manual.<sup>9</sup>

É plausível que a “Arte de Brilhantes Vernizes” tenha cativado uma comunidade de leitores do Império português, que começava a consumir livros úteis e cultivava a avidez por desvendar os segredos de certas artes como a do pincel, a da marcenaria e a da tornearia – fosse por ofício, por diversão ou por distinção.<sup>10</sup> A obra foi, de certo, interessante para artífices e curiosos dos materiais artísticos, especialmente das novas drogas chegadas das quatro partes do mundo, pelas indicações de onde adquiri-los<sup>11</sup> e pela variedade de matérias-primas e de compostos abordada.<sup>12</sup> As técnicas e as fórmulas oferecidas por Stooter seriam inúteis aos artífices não fosse seu zeloso cuidado com a verificação das proporções entre ingredientes – testadas, mesuradas e sistematizadas pelo autor, com indicações sobre as diferenças entre os sistemas de medidas usados no Porto, em Lisboa e em outras partes da Europa. Foi igualmente importante sua busca pela invenção de meios para a transmissão textual das técnicas de preparo e de teste dos compostos que, na era moderna, habitualmente apoiavam-se no uso dos cinco sentidos.<sup>13</sup>

São escassos os registros da recepção da “Arte de Brilhantes Vernizes”, em sua época. Sua importância pode ser inferida pela frequência de suas reedições. Após a impressão flamenga de 1729, o manual foi republicado, em Lisboa, por três vezes: em 1786, pela Off. José de Aquino Bulhões; em 1790, pela Off. Francisco Borges de Souza; e em 1825, pela Tipografia de Nunes Esteves. O alcance da primeira edição é de difícil medida. Mas, é notável que um exemplar tenha alcançado a região amazônica, como o único livro prático de arte encontrado na livraria do Colégio Jesuíta da Vigia, no Grão Pará – fato compreensível pela atenção dada por Stooter às madeiras e às técnicas usadas nas terras do Brasil, mas que ajuda a pensar o motivo da publicação do manual pela casa

---

<sup>9</sup> STOOTER (1729, p. 56). Também não há notícias da existência de volumes do livro sem o segundo “Couza Nova”.

<sup>10</sup> Sobre a relação das artes do pincel e da pena com a projeção social, ver ALMADA (2012); sobre a tornearia como passatempo de distinção, entre a aristocracia germânica, ver GOMES (2017).

<sup>11</sup> BARATA, (2015 p. 29)

<sup>12</sup> A obra incluía 22 madeiras, 4 solventes, 2 resinas, 7 gomas, 12 adesivos e abrasivos, 4 colorantes e cargas minerais; e as fórmulas de 26 vernizes, 1 cola, 6 tinturas, 1 mordente para douramento e 18 para ourivesaria.

<sup>13</sup> SMITH (2016. p. 31-61)

Verdussen que, junto à editora Plantin-Moretus, dominava o mercado livreiro das colônias americanas, entre o final do século XVII e o início do XVIII.<sup>14</sup> Mais tarde, Alexandre António Vandelli citou o manual de Stooter em seu “Resumo da Arte da Distillação”, como uma das raras obras sobre Artes e Ofícios disponíveis em português.<sup>15</sup>

Para o historiador da cultura escrita, atento às relações entre manuscritos e impressos, a manual apresenta um interesse especial. Quatro séculos depois de sua publicação, a Erfgoedbibliotheek Hendrik Conscience (EHC), situada na cidade natal de Stooter, guarda um volume da primeira edição do livro “aumentado” com anotações manuscritas pelo autor. Outros dois exemplares com notas interlineares e marginalias do punho de Stooter encontram-se sob custódia da John Carter Brown Library (JCB) e da Biblioteca da Universidade de Coimbra (BUC). A autenticidade das notas é aferida pelo registro manuscrito de sua autoria, grafado sobre a portada do exemplar da EHC; como também pela análise cruzada da caligrafia destas notas com outros apontamentos, inseridos em dois exemplares do primeiro manual prático publicado por Stooter – o “Spingardeiro com Conta, Pezo & Medida”, de 1719 –, conservados na EHC e na JCB.

Registradas nas margens ou junto ao texto impresso, estas intervenções raras vezes corrigem as palavras e as frases impressas, em português, pelos tipógrafos de Flandres. A maioria das quase duzentas notas, homogeneamente distribuídas pelo impresso da EHC, acrescem-no de novos conteúdos, como traduções de nomes de matérias-primas para o francês e para o flamengo, referências bibliográficas, remissões cruzadas a outras partes do livro e parágrafos inteiros com comentários e informações adicionais sobre os temas abordados. Curiosamente, um expressivo número dos dados presentes na marginália manuscrita refere-se a técnicas e materiais usados no Brasil, demonstrando alguma intimidade do autor com o universo dos artífices que atuavam do outro lado do Atlântico.

Já os exemplares anotados da “Arte de Brilhantes Vernizes”, custodiados pelas bibliotecas JCB e BUC, apresentam notas manuscritas, que variam em tamanho, conteúdo e função, com relação ao exemplar da EHC. Elas se reduzem ao número de dezessete, no exemplar da BUC, que as possui em menor número. As notas dos dois volumes são versões reduzidas de suas contrapartes no exemplar da EHC. Uma nota redigida por outra mão, na portada do livro da JCB, indica que ele pertenceu à “Botica do Carmo de Santarém” – um potencial distribuidor dos produtos elencados no manual, possivelmente interessado em conhecer as formulações oferecidas por Stooter. Estas variações denotam que Stooter

---

<sup>14</sup> RIBEIRO (2014, p. 209-224); van ROSSEM (2014 p. 45-46).

<sup>15</sup> VANDELLI (1813, p. 9)

mantveu uma postura distinta na anotação de exemplares com destinatários diferentes; ao passo que a existência de notas em exemplares do primeiro manual aponta para o fato de que o hábito de Stooter em corrigir e complementar as próprias obras impressas era antigo, integrando sua prática textual e sua percepção da função do autor.

Mudou, entre a publicação dos dois manuais, os tipos de notas e os usos que Stooter fez delas, ao inscrevê-las sobre os impressos, ainda que todas integrassem seu ato autoral. Nos exemplares do “Spingardeiro”, predomina a execução de notas destinadas a auxiliar na finalização da composição do livro, indicando, por exemplo, o local correto para a inserção e a colagem de gravuras impressas separadamente do miolo da obra. Já na “Arte de Brilhantes Vernizes”, notas de montagem estão ausentes. Em seu lugar, existe uma variada marginalia de ordenação – como títulos e cabeços com nomes de livros e de seções –, que reforça ou corrige a organização interna da obra, orientando sua leitura.

As notas de correção, que retificam elementos textuais e tipográficos, são escassas no manual de vernizes. Entremendo as linhas do texto impresso, espremendo-se pelas margens laterais ou recheando os espaços entre parágrafos, as anotações mais presentes nos exemplares são emendas ao texto impresso, que ampliam seu conteúdo. Os registros marginais são, substancialmente, notas de acréscimo deste tipo. Muitas falam sobre materiais e técnicas usados no Brasil, indicando certo contato de Stooter com a realidade ultramarina; ou consistem na inserção de novos elementos, traduzidos de obras m francês.

As reedições do livro, feitas a partir de 1786, não incorporaram as intervenções manuscritas, exceto os cabeços. O motor para que Stooter anotasse sua obra não era, então, a intenção de produzir edições corrigidas e ampliadas, mas o desejo de expressão.<sup>16</sup> Seu trabalho autoral parecia se completar só no ato de grafar sua letra sobre os impressos.

Pelas mãos e pena de Stooter, impressos produzidos em série foram devolvidos à condição de objetos singulares, em atendimento a necessidades concretas e a interesses específicos. Os hábitos particulares deste autor, por sua vez, colocam em causa a primazia do impresso sobre o manuscrito e as hierarquias entre autor e editor, que os estudiosos do período costumam projetar sobre as práticas textuais da primeira idade moderna.

## Referências bibliográficas

---

<sup>16</sup> Isto impede a hierarquização dos volumes anotados e das edições impressas à moda da crítica textual, identificando-se “a última vontade lúcida do autor”, posto que a operação exige a interdependência entre versões anotadas e impressas. Tampouco se pode ceder ao fetichismo original/cópia, já que os volumes anotados possuem particularidades.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 138; 144.

BARATA, Carolina Sofia Sarrazola. *Materiais e técnicas de policromia da talha barroca erudita e popular do noroeste de Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015. (tese de doutorado)

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa, entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

FERRAZ, Ângela Sofia Alves. *Materiais e Técnicas da Pintura a Óleo em Portugal (1834-1914): estudo das fontes documentais*. Volume I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. (tese de doutoramento).

GOMES, René Lommez. Artisticamente torneados e talhados no Brasil: os móveis em marfim de Nassau e a história de um escultor que viveu em Recife e em Copenhague. In: SANTOS, Vanicléia Silva. (org.) *O Marfim no Mundo Moderno*. Comércio, circulação, fé e status social. (séculos XV-XIX). Curitiba: Prismas, 2017. p. 167-138.

MARQUES, Ana Luísa dos Santos. *Arte, Ciência e História no Livro Português do Século XVIII*. Volume I. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. (tese de doutoramento)

RIBEIRO, Marília de Azambuja. Literatura Artística nas bibliotecas jesuíticas de Portugal e seu ultramar. In: CHAMBOULERYRON, R. KARL-HEINZ, A. (orgs.) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. Arte e História no mundo ibero-americano (séculos XV-XIX). Volume 7. Belém: Ed. Açai, 2014. p. 209-224.

SMITH, Pamela. Materials and knowledge in early modern Europe. In: GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio (eds.). *The Global Lives of Things*. The Material Culture of Connections in the Early Modern World. London; New York: Routledge, 2016. p. 31-61.

STOOTER, João. *Arte de Brilhantes Vernizes, & das tinturas, fazelas, & o como obrar com ellas*. Anveres: Viúva de Henrico Verdussen, 1729.

STOOTER, João. *Spingardeiro com Conta, Peço & Medida*. Anveres: Henrico & Cornelio Verdussen, 1719.

van ROSSEM, Stijn. The Verdussens and the International Trade in Catholic Books (Antwerp, Seventeenth Century). In: ÁLVAREZ, N.M. *Books in the Catholic World during the Early Modern Period*. Leiden: BRILL, 2014. p. 1-50.

VANDELLI, Alexandre António. *Arte da Distillação*. Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1813.



## **Sistema de abreviaturas em documentos manuscritos e tipográficos portugueses: análise diacrônica**

Christiane Benones de Oliveira  
Doutoranda em Estudos Linguísticos  
Universidade Federal de Minas Gerais.  
[christianebenonesoliveira@gmail.com](mailto:christianebenonesoliveira@gmail.com)

### **Introdução**

As pesquisas sobre a história da língua são importantes para descrever o sistema e uso linguísticos, interpretá-los, explicá-los, bem como para preservar a memória cultural da época em que tais usos foram realizados. Exemplo disso são as abreviaturas encontradas nos textos antigos. Como sabemos, os textos sofrem alterações em suas transmissões e, em função disso, quanto mais transcrições, maiores são as chances de haver modificações e maiores as possibilidades de se conhecer a língua em outro estágio de seu curso. Para reconstruir a história de épocas pretéritas e compreender a sociedade e a cultura do passado, faz-se necessário recorrer ao legado, que são os documentos escritos. Momentos distintos são reconstituídos por esses elementos gráficos; com isso, é possível conhecer a evolução das culturas, das sociedades, das políticas e das vidas humanas. Essa reconstituição cabe ao profissional detentor de ciência histórica, filológica, linguística e paleográfica, pois trata-se da recuperação da memória de um período. A sociedade como conhecemos se torna possível pelos fatos narrados nos escritos históricos do passado.

É preciso ressaltar que a “recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura” é imprescindível aos estudos da história da língua que terá “impacto sobre toda atividade que se utiliza do texto escrito como fonte”, (CAMBRAIA, 2005, p. 19-21). Desse modo, os pesquisadores que se debruçam sobre o trabalho da preservação dos documentos antigos criam possibilidades para que esse patrimônio cultural funcione como ligação ao que nos restou do passado.

### **Abreviaturas**

O uso de abreviaturas em textos de sincronias pretéritas é bastante comum e pode, muitas vezes, causar dificuldades na leitura de manuscritos. Trata-se de um sistema bastante antigo, remontando à Roma Antiga, que tinha a função de tornar mais rápida a escrita, uma vez que, nessa época, os discursos tendiam a ser escritos no momento em que



estavam ocorrendo, ou seja, conforme era dito oralmente, ao copista cabia o registro escrito de forma simultânea. De acordo com Spina (1977), o primeiro sistema, criado por Marco Túlio Tiro, orador romano, ficou conhecido como notas tironianas. Depois disso, no século II d.C., surgiram as notas jurídicas, muito utilizadas na documentação notarial, embora fosse um sistema bastante complexo. Com isso, o sistema braquigráfico ganhou grande espaço na Idade Média, conforme Spina (1977), em função dos altos valores dos materiais de escrita e para economizar tinta e papel.

Bueno (1963, p. 166) explica que, durante a Idade Média, embora “as abreviaturas [...] não obedecessem à regra alguma e estivessem dependentes tão só do arbítrio e da fantasia de cada um”, havia convenções de usos, que indicavam, por exemplo, que os modos de abreviar por suspensão e contração eram os mais utilizados, sejam eles em notas pessoais sejam em correspondências.

Flexor (2008, p. XI), por sua vez, informa que o uso de abreviaturas possuía um alto custo, e isso se dava por duas razões: economia de espaço, devido à escassez e ao alto custo de material e à economia de tempo, já que os copistas tinham muito trabalho e o ato de escrever era excessivamente penoso, haja vista a posição das mãos, as longas horas sentados em banco desconfortável e as condições climáticas das torres dos mosteiros que poderiam ser ora muito quentes, ora muito frias.

Entretanto, o fato de as abreviaturas demandarem maior ou menor tempo do escriba não é uma unanimidade. Isso porque, segundo Stiennon (1973 *apud* DUCHOWNY; COELHO; COELHO, 2014), tais recursos podem ocupar espaço, tempo e atenção de forma igual ou superior àquele que o escriba dedica à grafia completa da palavra.

Com o uso cada vez mais recorrente na República Romana, Spina destaca que medidas foram tomadas para sistematizar o emprego das abreviaturas:

[...] o abuso das abreviaturas começou a saturar os documentos, e a moda degenerou de tal forma que nos séculos XII e XIII várias disposições foram baixadas com o intuito de conter o mal. Mais adiante, à época do Renascimento, esse hábito cresceu de tal que, o hábito das abreviaturas continuou, a ponto de, para as obras jurídicas, serem até publicadas tábuas especiais para a leitura das siglas. (SPINA, 1977, p. 49-50).

Segundo Spina (1977), Berwanger (1995) e Martins (1996), ter o devido conhecimento sobre as abreviaturas é uma das principais funções do paleógrafo, porquanto esse entendimento pode ser tão ou mais valoroso para a compreensão do texto do que outros fatores linguísticos. González (2002) atenta para o fato de que as diversas maneiras de se abreviar uma mesma palavra podem possuir certa lógica e que não são algo

aleatório, contêm sistematização e isso permite que elas sejam objetos de estudos na compreensão da evolução das línguas.

### Abreviaturas presentes nos quatro testemunhos do testamento do rei dom Pedro II, de Portugal

Apresentaremos os tipos de abreviaturas presentes nos *corpora*, conforme os autores pesquisados, Spina (1977), Berwanger e Leal (1995), Acioli (2003), Higounet (2003), Costa (2007) e Flexor (2008). Desse modo, localizamos nos manuscritos examinados as seguintes classificações: (i) por notas trironianas; (ii) por apócope; (iii); por letras sobrepostas ou sobrescritas; (iv) por sigla; (v) por sinais especiais; (vi) numéricas; e (vii) por síncope:

Tabela 1 – Frequência de ocorrência de abreviaturas, ms. de 1704 e 1726

TIPOLOGIA	Ocorrências			
	1704		1726	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Notas trironianas	123	37,40%	7	19%
Apócope	4	1,20%	1	2,7%
L. sobrescritas	113	34,30%	19	51,30%
Siglas	82	24,90%	3	8,10%
Sinais especiais	2	0,60%	5	13,50%
Numéricas	1	0,30%	0	0%
Síncope	4	1,20%	2	5,40%
<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>100%</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa realizada.

Tabela 2 – Valores reais e absolutos de abreviaturas, ms. de 1746 e 1967

TIPOLOGIA	Ocorrências			
	1746		1967	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Notas trironianas	0	0%	0	0%
Apócope	2	3,60%	1	12,50%
L. sobrescritas	0	0%	0	0%
Siglas	50	89,60%	3	37,50%
Sinais especiais	1	1,80%	0	0%
Numéricas	3	5,40%	4	50,00%
Síncope	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100%</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa realizada.

Conforme pode-se verificar, o ms. de 1746 possui mais abreviaturas do que o de 1726, e isso nos causou estranhamento, pois, inicialmente, acreditávamos que os dois documentos manuscritos apresentariam maior inclinação ao emprego de abreviaturas,

devido à proximidade temporal com ms. de apenas duas décadas entre eles. No entanto, a escolha por abreviaturas do tipo sigla foi quase que a totalidade apresentada no testemunho de 1746.

Por outro lado, como previsto, o manuscrito de 1704 apresentou a maior abundância desse sistema, sendo as notas tironianas a escolha mais realizada pelo padre Sebastião de Magalhães, seguida pelas letras sobrepostas que, conforme mencionamos anteriormente, nos parece mais uma escolha de estilo do que de economia. Ademais, o segundo testemunho que apresentou maior frequência no uso de abreviaturas foi o de 1746, cujo copista era padre também. Pode ser que a profissão, outrossim, pudesse interferir na posição adotada para esse uso.

O testemunho mais recente, datado de 1967, também demonstrou concordância com nossas expectativas. Sabemos que, para essa transcrição, Rosalinda se pautou em normas que prescreviam o desdobramento das abreviaturas. Desse modo, o documento apresentou apenas oito ocorrências, das quais as siglas e as numéricas compreendem sete, sendo apenas uma apresentada por apócope.

A partir desses números, podemos concluir que alguns tipos de abreviaturas deixaram de ser recorrentes na escrita formal de textos, ao passo que outras continuam legitimadas para o uso, pautadas, pelo visto, nas regras gramaticais atuais.

### **Considerações finais**

De 1704 a 1967, houve evolução e mudanças nos estudos paleográficos. No entanto, apenas a edição realizada por Rosalina, em 1967, contava com regras referentes ao uso de abreviaturas, que, conforme Matheus (2016), indicavam o desdobramento das abreviaturas, restando aos outros a livre escolha de uso do sistema braquigráfico.

Ao procurar sobre o tema em documentos mais atuais, vimos no atual *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001) a definição do uso de abreviaturas como algo circunstancial, de maneira que diverge de acordo com o tempo e a pessoa que escreve. Cambraia (2005, p. 118) ainda afirma que, apesar das muitas críticas atuais ao uso desse sistema, elas são muito comuns até nos usos dos dias atuais.

Com as tabelas apresentadas, foi possível perceber a variedade de abreviaturas ao longo das transmissões dos textos. Supomos, dessa forma, que a escolha pelo uso desse sistema, bem como as tipologias adotadas, pode ter mais relação com a erudição do copista do século XVIII e seu conhecimento paleográfico do que com a preocupação em poupar tempo e/ou espaço.

## Referências bibliográficas

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2003.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 1995.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de Filologia Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Renata Ferreira. *Edição semidiplomática de memória histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

DUCHOWNY, Alécia Teles; COELHO, Sueli Maria; COELHO, Guilherme Henrique. *Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas*. *Revista Letras*. Curitiba, n. 90, 2014. p. 233-252. ISSN 2236-0999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rel.v90i2.36430>>. Acessado em: 11 de ago. 2019.

DUCHOWNY, Alécia Teles; RAMOS, Jania Martins; COELHO, Sueli Maria. *Processos e mudanças em abreviaturas mineiras setecentistas: regularidade e ruptura*. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, v. 17, n. 2, 2015. p. 333-352. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p333-352>>. Acessado em: 20 de ago. 2019.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GONZÁLEZ, Félix Rodríguez. *Variación tipográfica en el uso de las "abreviaturas"*. 2002. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/cajetin/abreviat.html>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola, 2003.

HOUAISS, Antonio *et al.* *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARTINS, W. *A palavra escrita*. São Paulo: Ática, 2002.

MATEUS, E. Theodoro. *Fidelidade Infiel: a trajetória paleográfica e diplomática do testamento do rei D. Pedro II de Portugal*. Belo Horizonte, ed. 20, 2016. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista/index.php?prog=localizar.php&revista=28&T1=Elias+Theodoro&Submit=Ok&R1=AUTOR>> Acesso em: 25 ago. 2019.

OLIVEIRA, C. Benones de. *Estudo comparativo das abreviaturas em documentos polítestemunhais do testamento do rei D. Pedro II, de Portugal*. 232 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. 2019.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977



## **A escrita colonial mineira por meio do Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904)**

Marcus Vinícius Pereira das Dores<sup>1</sup>

Mestre em Estudos Linguísticos

Discente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (Doutorado)

Universidade de São Paulo

[marcusdores@usp.br](mailto:marcusdores@usp.br)

Faça-o o historiador futuro para quem trabalhei, disputando à traça e salvando da ação demolidora do tempo os documentos que aqui ficam nestas páginas descoloridas e mortas. (TRINDADE, 1945, p. 146)

A arquidiocese de Mariana guardou copiosa quantidade de documentos escritos nestes três últimos séculos. Seu arquivo Eclesiástico, generoso manancial para a história da Igreja, o é também para a história mineira e brasileira, para a sociologia, a jurisprudência canônica e civil, a genealogia, a geografia, o folclore, além dos aspectos litúrgicos. (RODRIGUES, 2005, s/p)

Com este curto trabalho, queremos, em certa medida, fazer um retorno ao passado colonial mineiro. Por meio do primeiro inventário registrado no *Livro de Inventários da Catedral de Mariana* (1749-1904), vamos refletir como uma fonte documental carrega muito mais que o seu valor material, que por si só já é muito importante.

Optamos por iniciar este texto com as duas citações que abrem o primeiro capítulo da nossa dissertação<sup>2</sup>. Essa escolha se justifica por dois motivos: primeiro pelo fato de queremos colocar em foco essas duas importantes figuras que tanto contribuíram para a preservação e para a difusão da história mineira; segundo, porque reconhecemos, nos escritos do Cônego Raimundo Trindade e do Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues, o desejo de que, cada vez mais, se desenvolvam pesquisas com as valiosas fontes documentais que estão depositadas nos diversos arquivos mineiros.

Para nos debruçarmos sobre o primeiro inventário registrado no *Livro de Inventários da Catedral de Mariana*, documento que aqui vamos tratar, não poderíamos deixar de marcar o papel que a tricentenária cidade de Mariana assume dentro da história mineira e brasileira.

---

<sup>1</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> DORES, Marcus Vinícius Pereira das. *O Primeiro Inventário de bens da Catedral de Mariana (1749-1753)*: edição e glossário terminológico. 2019. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

Cabe aqui, portanto, recuperar que Mariana foi a primeira vila, a primeira capital, a primeira sede do bispado e a primeira cidade projetada de Minas Gerais.

Por se tratar de um documento que surgiu no ambiente eclesiástico, para registrar os bens da Catedral de Mariana, é importante, também, recuperar que a diocese de Mariana foi criada, juntamente com a diocese de São Paulo e as prelazias de Goiás e de Cuiabá, em 1745, pela bula *Candor lucis aeternae* do Papa Bento XIV. Após a criação do primeiro bispado mineiro – primeiro instalado no Brasil fora da região litorânea –, nomeação e posse do primeiro bispo da diocese – Dom Frei Manoel da Cruz – no ano de 1749 é redigido o documento que aqui apresentamos. Como consta no seu protocolo, o manuscrito surge para registrar os bens que vieram de Lisboa para Mariana: “Inventario dos ornamentos, e mais beñs, q̃. vieraõ de Lisboa p.<sup>a</sup> esta Cathedral de Marianna; aos quais o Thezr.<sup>o</sup> Mor dela Joaõ de Campos Lopes Torres tomou conta por intrega q̃. delle (L)he fes o Sachristaõ Mor Manoel Pereyra de Pinho [...]”.

A seguir, apresentamos a ficha codicológica do primeiro inventário registrado no *Livro de Inventários da Catedral de Mariana* e o fac-símile do primeiro fólio.

Quadro 1. Ficha codicológica do primeiro inventário

Cota	BR AEAM - Inventário, P16.
Documento	Primeiro inventário registrado no Livro de Inventários da Catedral de Mariana (MG).
Identificação	“Inventario dos ornamen   tos, emaisbenñs, q̃. vieraõ de Lisboa p. <sup>a</sup>   estaCathedral de Marianna;” (Fl. 1r.)
Data	1749; Termo de entrega de 15 de janeiro de 1779.
Local	Cidade de Mariana.
Suporte material	Caderno em papel encorpado, sem linha e sem marca d’água. As páginas encontram-se amareladas, mas a preservação do documento é muito boa.
Composição	9 fólhos (recto e verso).
Dimensão do fólio	0,35 x 0,24 m.
Organização da página	Texto escrito em uma única coluna, com presença de reclames no canto inferior direito ao final de alguns fólhos.
Numeração	A numeração foi incluída, posteriormente, por outro punho e com tinta de tipo diferente.
Assinaturas	Presença das assinaturas do escrivão, do tesoureiro mor, do sacristão e das testemunhas.
Intervenção de terceiros	Presença de marcações escritas feitas por outro punho com caneta do tipo esferográfica.
Estado do documento	O manuscrito está em ótimo estado de conservação; bordas parcialmente deterioradas; ocorrência reduzida de opistografia, que, por sua vez, não inviabiliza a leitura do documento.
Escrita	Letra mista.
Língua	Portuguesa.

Fonte: Dores, 2019, p. 24.





UNESCO – MoW. Essa candidatura, em outubro de 2018, foi aprovada e essa relevante fonte documental passou a fazer parte do Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO (ver Figura 2)<sup>3</sup>. Como dito, na cerimônia de entrega dos certificados, pela presidente do Comitê Nacional do Brasil – MoW Brasil, Jussara da Silveira Derenji, “A nomeação neste registro confirma o valor excepcional e o interesse nacional de um acervo arquivístico / bibliográfico que deve ser protegido para benefício da humanidade”.

Figura 2. Logomarca que identifica o acervo “Livro de Inventários da Catedral de Mariana, 1749-1904” como tendo sido nominado no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco em 2018.



Pensando na formação do manuscrito, o inventário é uma espécie documental definida por Bellotto (2002, p. 71) como “documento não-diplomático informativo, horizontal. Lista de itens de um acervo ou de um estoque”. Contudo, apesar do seu “caráter jurídico-civil aparentemente simples, pode revelar informações de ordem econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa de um grupo social” (FLEXOR, 2009, p. 29). Um exemplo de informação é destacado por Campos (2007, p. 88), ao trabalhar com o *Livro de Inventários da Catedral de Mariana*, afirmando que “[a] profusão de objetos [...] feitos com inúmeros materiais [...] dá uma ideia longínqua da cultura que expandiu ao máximo o estético, radicalizou essa experiência e colocou em risco o sagrado, que tendia a se encarcerar na matéria”.

Além dessas informações, o manuscrito assume, também, o valor testemunho da língua portuguesa escrita em Minas Gerais no período em que ele foi escrito. Tanto é verdade que elaboramos um exaustivo glossário com os termos litúrgicos que encontramos no primeiro inventário. Esse glossário, além de fazer circular os itens lexicais presentes no manuscrito em questão, torna-se uma fonte de consulta para outros pesquisadores que trabalham com documentação eclesiástica e, volta e meia, se deparam com algum item desconhecido. Sobre essa questão, Telles (2012, p. 137) destaca que “a ‘voz’ dos textos

<sup>3</sup> A portaria de nomeação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 21/11/2018: <[http://impresanacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51520745/do1-2018-11-23-portaria-n-103-de-21-de-novembro-de-2018-51520722](http://impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51520745/do1-2018-11-23-portaria-n-103-de-21-de-novembro-de-2018-51520722)>.

escritos é manifestada por meio do léxico, já que é o primeiro elemento linguístico com que se depara o filólogo ao tentar ler e transcrever um texto manuscrito”.

São exemplos dos itens lexicais coletados para compor o nosso glossário: *ammitto* (amito), *bago* (báculo), *cardencia* (credência), *dalmatica* (dalmática), *estolla* (estola), *fugareyro* (fogareiro), *gremial*, *hostia* (hóstia), *incenço* (incenso), *lavatorio* (lavatório), *maniplo* (manípulo), *naveta*, *ornamento*, *palla* (pala), *resplandor* (resplendor), *sacra*, *toxeiro* (tocheiro), *vêo de hombros* (véu de ombros) etc.

## Palavras finais

O intuito deste breve texto – simples e despretensioso – foi divulgar entre pesquisadores de diferentes áreas o trabalho que desenvolvemos com parte do Livro de *Inventários da Catedral de Mariana*. Escrito em uma época em que poucas pessoas dominavam a técnica de escrever, esse inventário torna-se uma fonte clássica para se recompor parte da história social do período que ele registra. Nesse sentido, é possível atribuir à escrita um valor memorialístico. Outro ponto importante para se pensar é que os documentos não nascem com função histórica – surgem como forma de materialização de um evento relevante –, mas se tornam ao serem abordados como fontes de pesquisa de períodos passados, como fizemos em nossa pesquisa e como diversos pesquisadores fazem em seu labor acadêmico.

## Referências bibliográficas

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf8.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf).

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *História de Minas: as Minas Setecentistas*. v. II. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 77-107.

DORES, Marcus Vinícius Pereira das. *O Primeiro Inventário de bens da Catedral de Mariana (1749-1753): edição e glossário terminológico*. 2019. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FLEXOR, Maria Helena M. Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Orgs.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. v. 1. Campinas / São Paulo: Alínea, 2009. p. 25-35.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Os Relatórios Decenais dos Bispos de Mariana enviados à Santa Sé*. Mariana: Dom Viçoso, 2005. (Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana).

TELLES, Célia Marques. Léxico e edição semidiplomática. In: SELLA, Aparecida Feola; CORBARI, Clarice Cristina; BIDARRA, Jorge. (Orgs.). *Pesquisas sobre léxico: reflexões teóricas e aplicação*. Campinas: Pontes; Cascavel: EDUNIOESTE, 2012. p. 137-158.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Ministério da Educação e Saúde, 1945.



*Escrita como pertencimento*

### **“Asinei de meu sinal”: a escrita plebéia no Portugal dos séculos XVI e XVII**

Daniel Saraiva

Doutor em história pela Université Paris IV- Sorbonne

Pós-doutorando em história

Universidade Federal do Rio de Janeiro

[danielmpsaraiva@gmail.com](mailto:danielmpsaraiva@gmail.com)

Desde há muito, consolidou-se nos círculos acadêmicos a crença – tão arraigada que poucos se preocuparam em verificar-lhe a validade empírica – de que o Portugal do Antigo Regime era uma ilha de letrados rodeada por um mar de analfabetos. Repetida à exaustão nos meios jornalísticos, literários e cinematográficos, tal lugar comum historiográfico contribuiu significativamente para reforçar a convicção, mais ou menos generalizada, de que nós, brasileiros, somos herdeiros de uma sociedade visceralmente obscurantista e conservadora, cujo legado espúrio constitui a causa última de nossas imorredouras mazelas sociais. Embora Rita Marquilhas tenha, há quase vinte anos, demonstrado que os níveis de letramento no Portugal da Era Moderna eram muito superiores ao que sugere a vulgata comum<sup>4</sup>, ainda hoje o mito de uma sociedade massivamente analfabeta não apenas se perpetua, como se vê reforçado pela escassez de estudos sobre as camadas populares em um contexto acadêmico marcado pelo predomínio quase absoluto da história das elites<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

<sup>5</sup> A avassaladora hegemonia da história das elites no meio intelectual português contrasta com o vivo interesse que os grupos populares têm suscitado, nos últimos anos, nos modernistas europeus em geral. Para uma primeira aproximação a essa vasta literatura, vide: WILLIAMSON, Fiona (ed.). *Locating Agency. Space, Power and Popular Politics*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010; CASTILLO GÓMEZ, António (coord.). *La*

Distorcido pelos silêncios e vieses da historiografia, o passado português tende, assim, a confundir-se com a sombria caricatura de uma sociedade decadente que, estrangulada pelo fanatismo religioso e o conservadorismo monárquico, teria permanecido indiferente aos ventos renovadores que sopravam além dos Pirineus e da Mancha.

Tais representações são, entretanto, gravemente enganosas. Ao contrário do que se costuma crer, as populações lusitanas faziam usos diversos da escrita, inclusive para fins políticos. Os homens e mulheres de extração comum – que a cultura nobiliárquica da Era Moderna comparava a uma hidra de mil cabeças, desprovida de razoabilidade e incapaz de conciliar suas vontades contraditórias<sup>6</sup> – escreveram diários, autobiografias, livros de família, cartazes, panfletos, libelos, poesias, cartas e, sobretudo, leram e ouviram ler, comentaram e ouviram comentar, com vivo interesse, uma ampla gama de textos, especialmente quando tratavam dos problemas do governo da comunidade. O recente exame de um amplo conjunto de fontes primárias inéditas ou largamente descuradas pela historiografia permitiu, nesse sentido, demonstrar que a história política do Portugal moderno foi atravessada por intensos debates públicos, de que os grupos populares tomaram parte ativamente<sup>7</sup>.

Entre os documentos que tornam visível essa insuspeita realidade, destacam-se os memoriais escritos por plebeus portugueses, semelhantes às autobiografias populares estudadas brilhantemente por James Amelang<sup>8</sup>. Gostaríamos, aqui, de chamar atenção para dois exemplares desse gênero textual, a saber, os memoriais de Pero Roiz Soares, morador da cidade de Lisboa que deixou uma crônica incompleta dos principais acontecimentos da história lusa na passagem do século XVI ao XVII, e de Matheus Roiz, soldado de cavalaria que registrou suas recordações do tempo em que serviu no exército do Alentejo durante a Guerra da Restauração<sup>9</sup>. Trata-se, em ambos os casos, de uma expressão rara e vivaz das percepções, das aspirações, das insatisfações, do olhar de dois homens da plebe sobre a sorte da comunidade a que pertenciam e de cuja vida política pretendiam participar.

Com efeito, tanto Pero quanto Matheus sabiam perfeitamente que a pretensão de tomar parte nos assuntos da república – e, nomeadamente, de escrever sobre eles – era

---

*conquista del alfabeto. Escritura y clases populares*. Gijón: Trea, 2002; Idem et AMELANG, James S. (eds.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea, 2010; HARRIS, Tim (ed.). *The Politics of the Excluded, c. 1500-1850*. Londres-Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

<sup>6</sup> LINEBAUGH, Peter et REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra. Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

<sup>7</sup> SARAIVA, Daniel. *L'arabe de l'opinion. Politique et jugement public au Portugal aux Temps Modernes (1580-1668)*. Tese de doutorado. Université Paris IV – Sorbonne, Paris, 2017.

<sup>8</sup> AMELANG, James S.. *The Flight of Icarus. Artisan Autobiography in Early Modern Europe*. Standford: Standford University Press, 1998.

<sup>9</sup> SOARES, Pero Roiz. *Memorial de Pero Roiz Soares. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953; ROIZ, Matheus. *Manuscrito de Matheus Roiz, cópia datilografada por Maria Vaz Pereira*, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, 1ª div., 2ª secc., cx. n.º 3, doc. n.º 2.

polêmica, quiçá subversiva, pelo que procuraram, cada um a seu modo, responder antecipadamente às críticas de que imaginavam poder ser alvo. Destarte, ao apresentar seu memorial contendo, para “gosto e proveito dos vindouros”, “todos os cazos dignos de memoria acontecidos nesta Insigne Cidade de Lisboa, cabessa Primas das espanhas, com outros acontecimentos notaveis noutros Reinos muito para ver saber e ler”, Pero Roiz ressalva que

se algũs ouçiosos e mal entendidos e pouco coriosos grossarẽ o escrevelos eu, os tais o não leam porque nem elles sescreverão para os tais nem delles querem favor nem enmenda; dado que muita esperem dos coriosos de lerem cassos verdadeiros, que é a Insignia que este memorial leva, (...) o qual asinei de meu sinal.<sup>10</sup>

O mesmo temor da reprovação do público, mesclado de um quê de ressentimento pelo olhar desdenhoso dos que entendiam ser a política e a escrita o apanágio dos privilegiados, encontramos-lo na pluma de Matheus Roiz, que diz não ter feito seu memorial para que “ouvesse de sair a publico”, submetendo-o a “juisos poeticos” que “fisesem pouco caso dele, mas som.te o fis per curiosidade minha, que avendo de chegar a velho p.a ter lembrança do q pasei e ter em q me desenfadar (...)”<sup>11</sup>.

De fato, a aridez do estilo, as recorrentes variações da ortografia e a inconstância do discurso, que descamba freqüentemente do registro formal para o coloquial, denunciam a incompletude da formação literária dos autores. Essas mãos inábeis, porém, expressam convicções firmes, opiniões fortes e sentenças duras, nomeadamente sobre a conduta dos governantes e dos aristocratas.

Pero Roiz, arguto observador do mundo urbano, discorre livremente sobre a vida dos príncipes e dos pobres, a corte e a praça pública, as decisões dos dirigentes políticos e as reações das populações, os segredos palatinos e o burburinho das cidades. Sua pluma engajada se inquieta pela saúde econômica do reino, as crises monetárias, a corrupção, a má gestão dos recursos públicos; condena os portugueses servis que vendem a liberdade da pátria em troca das dádivas do rei estrangeiro; narra com emoção os horrores da peste e os males coletivos com que Deus castiga os pecados humanos; elogia os nobres caridosos que dão esmolas aos pobres e maldiz os ricos egoístas que colocam seus interesses pessoais acima do bem comum.

Matheus Roiz, a seu turno, plasma com singular realismo o cotidiano dos soldados e o desenrolar da guerra. Aderindo ao *ethos* do combatente profissional, cuja figura começava

---

<sup>10</sup> SOARES, Pero Roiz. Op. cit., p. 1.

<sup>11</sup> ROIZ, Matheus. Op. cit., p. 407.

a tomar forma em uma Europa transformada pela revolução militar<sup>12</sup>, Matheus louva os oficiais disciplinados que provam no calor da batalha sua perícia e bravura, enquanto vitupera os nobres inexperientes e arrogantes que conquistam postos de comando graças à influência de sua família na corte. Seu relato, situado nos antípodas da tão comentada *História de Portugal Restaurado*, do conde de Ericeira<sup>13</sup> (até hoje tida por muitos como a porta de entrada – senão a fonte primordial – dos estudos da Guerra da Restauração), narra a usual insubordinação das tropas, as vaias homéricas da soldadesca aos generais, as críticas às decisões dos comandantes ou seu boicote explícito pelos oficiais inferiores, que não aceitavam ver seu mérito roubado por aristocratas que reputavam ociosos e covardes. Seu texto revela a permanente preocupação dos exércitos com a opinião das populações, nomeadamente as comunidades da fronteira, responsáveis por alojá-los. Daí que as operações militares fossem sucedidas por entradas triunfais nas vilas e cidades da região, onde os combatentes exibiam orgulhosamente os traidores, os prisioneiros e as bandeiras inimigas à multidão, que lhes celebrava os triunfos com vivas e festins, mas lhes censurava severamente as derrotas e a inação, tomada por sinal de tibieza e fraqueza de ânimo.

Com efeito, é com imensa vergonha que Matheus conta os revezes sofridos pelas tropas, cuja infâmia se comunicava, segundo ele, a todo o reino de Portugal. Os móveis e valores dos combatentes se deixam, assim, entrever nas transcrições que faz o autor das arengas de batalha proferidas pelos comandantes militares, os quais exortam os “famosos portugueses, valor do mundo”, a encontrar o remédio para os males do reino vendendo honradamente suas vidas em defesa da pátria<sup>14</sup>. Note-se que, aqui, a honra não mais se apresenta como prerrogativa dos nobres, mas como um atributo coletivo da comunidade, símbolo do valor e do brio dos compatriotas, apoiados pelos santos protetores cujo amparo se invoca nos instantes de tensão que antecedem a peleja. Não é, pois, ao corpo dos aristocratas que se dirigem os generais, mas a todo o exército, até aos mais ínfimos dos soldados, entre os quais se contava o próprio Matheus Roiz. O que está em questão, bem entendido, é o renome do povo lusitano, a defesa de sua liberdade, de seu lugar no concerto das gentes.

Chama atenção, ainda, a grande familiaridade dos autores com os textos escritos, que pareciam constituir moeda corrente em seu cotidiano. Matheus Roiz não apenas relata a disseminação regular de panfletos pelas terras de fronteira a fim de incitar os súditos de Filipe

---

<sup>12</sup> PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution, 1500-1800: Military Innovation and the Rise of the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

<sup>13</sup> MENESES, Luís de. *História de Portugal Restaurado*, 4 vols. Lisboa: Domingos Rodrigues, 1751.

<sup>14</sup> ROIZ, Matheus. Op. cit., pp. 346-351.

IV à rebelião e disputar a lealdade dos mercenários que militavam nos exércitos do monarca hispânico, como comenta as gazetas e relações de notícias impressas pelos publicistas portugueses, responsáveis, segundo ele, por criar uma fama falsa que glorificava os homens não por suas proezas no campo de batalha, mas pelas boas relações que mantinham com os poderosos da política. O caso de Pero Roiz é, a esse respeito, ainda mais surpreendente. O cronista plebeu transcreveu e discutiu em seu memorial uma miríade de escritos políticos, desde exemplares da literatura ligeira que circulava nas ruas de sua cidade (sermões, panfletos universitários, sátiras, prognósticos astrológicos, etc.) até textos de cunho oficial, tais como decretos reais, tratados diplomáticos, atas das Cortes e cartas do Senado de Lisboa.

Cabe destacar, por fim, que ambos os autores cujas obras tentamos sucintamente apresentar partilham de um agudo senso da coisa pública: para eles, zelar pelo bem comum implica, entre outras coisas, proteger os bens comuns do reino, é dizer, o patrimônio coletivo – material e imaterial – da comunidade política lusitana. Daí a indignação pela concessão de prêmios e comendas a homens sem mérito, ou a revolta diante dos nobres prevaricadores que não satisfaziam seus deveres cívicos e, tendo usufruído das honrarias da república, abandonavam a pátria que deviam proteger.

Com esses breves comentários – os quais não passam de uma pequena incursão no rico, e ainda amplamente inexplorado, universo das populações plebéias no Portugal moderno –, esperamos poder contribuir para pôr em causa um conjunto de interpretações reducionistas do nosso passado que, apresentando a suposta carência de fontes como justificativa para limitar a investigação histórica ao mundo das elites, terminam por reproduzir acriticamente as representações pejorativas que essas mesmas elites aristocráticas construíram da temível “hidra” popular.

### Referências bibliográficas

AMELANG, James S.. *The Flight of Icarus. Artisan Autobiography in Early Modern Europe*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

CASTILLO GÓMEZ, António (coord.). *La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares*. Gijón: Trea, 2002.

\_\_\_\_\_ et AMELANG, James (eds.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea, 2010.

HARRIS, Tim (ed.). *The Politics of the Excluded, c. 1500-1850*. Londres-Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

LINEBAUGH, Peter et REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra. Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MENESES, Luís de. *História de Portugal Restaurado*, 4 vols. Lisboa: Domingos Rodrigues, 1751.

PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution, 1500-1800: Military Innovation and the Rise of the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ROIZ, Matheus. *Manuscrito de Matheus Roiz, cópia datilografada por Maria Vaz Pereira*, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, 1ª div., 2ª secc., cx. nº 3, doc. nº 2.

SARAIVA, Daniel. *L'arche de l'opinion. Politique et jugement public au Portugal aux Temps Modernes (1580-1668)*. Tese de doutorado. Université Paris IV – Sorbonne, Paris, 2017.

SOARES, Pero Roiz. *Memorial de Pero Roiz Soares. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.

WILLIAMSON, Fiona (ed.). *Locating Agency. Space, Power and Popular Politics*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010.





## **A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa**

Maria Aparecida de Menezes Borrego  
Doutora em História Social  
Docente do Museu Paulista e do Programa de Pós-Graduação em História Social  
Universidade de São Paulo  
[maborrego@usp.br](mailto:maborrego@usp.br)

Em 1740, três requerimentos foram enviados ao rei D. João V por um grupo de moradores e de comerciantes atuantes na Vila Real de Bom Jesus do Cuiabá, capitania de São Paulo. O primeiro solicitava a instalação da igreja da Misericórdia e a ida de missionários para a localidade; o segundo e o terceiro, cujos signatários eram integrantes do segmento mercantil, pediam o estabelecimento de feitorias às margens do rio Paraguai Grande para o comércio com os colonos da América espanhola e a manutenção da cobrança do direito das entradas das cargas em Cuiabá. As petições foram precedidas por cartas assinadas pelo ouvidor geral, intendente da capitação e provedor da Fazenda Real da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, todas datadas de 20 de setembro do referido ano.

Os documentos encontram-se custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no fundo Conselho Ultramarino, Brasil – Mato Grosso; estão acomodados na caixa 3, catalogados respectivamente como doc. 139, doc. 140 e doc. 141; e cada requerimento constitui o anexo de uma carta do ouvidor, classificada pela instituição de guarda como documento principal nomeando um conjunto específico.<sup>1</sup>

As redações das cartas do ouvidor, dos resumos que precedem o requerimento e dos documentos em si possuem as mesmas características formais, caracterizadas pela mancha do texto recuada à direita, ficando as margens superior e esquerda destinadas aos pareceres dos procuradores da coroa ou despachos régios. Observa-se que o punho nas cartas do ouvidor difere do punho que escreveu os resumos e os requerimentos anexos. Mesmo sem

---

<sup>1</sup> AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 3, D. 139. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos moradores da Vila de Cuiabá do estabelecimento de uma igreja da Misericórdia que sirva também de hospital e que lhe seja atribuído parte dos dízimos da comarca e pede ainda envio de missionários. Anexo: 2 representações e consulta. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá; AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 3, D. 140. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre a pretensão dos comerciantes da Vila de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas margens do rio Paraguai Grande e abrir comércio com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai. Anexo: 4 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá. AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 3, D. 141. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos comerciantes da Vila de Cuiabá relativo aos direitos das entradas das cargas. Anexo: 3 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá.

pautação aparente, ambos os escribas ocuparam as linhas do fólho de maneira regular, sugerindo o domínio da escrita.<sup>2</sup>

Embora próximos no contexto de produção, na catalogação atual e na estrutura formal, os manuscritos parecem não ter realizado as mesmas trajetórias quando são considerados os carimbos presentes nos fólhos de cada um deles, indicando as instituições pelas quais passaram. O da criação da igreja da Misericórdia carrega os carimbos circulares da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina, da BNL – Arquivo da Marinha e Ultramar e o carimbo elíptico do Arquivo Histórico Ultramarino; o dos direitos de entradas das cargas, os carimbos circulares da Biblioteca Nacional – Lisboa e do Arquivo Histórico Colonial – M. das C. (Ministério das Colónias); e o da construção de feitorias, tão somente o carimbo circular do Arquivo Histórico Colonial – M. das C.<sup>3</sup> Os percursos diversos talvez possa ser explicado pelo conteúdo deste último, envolvendo questões particulares e geopolíticas.

O requerimento era endereçado ao rei como pode ser comprovado pelo vocativo “Senhor” no alto do primeiro fólho do documento e se tratava de uma solicitação coletiva, haja vista a expressão “Dizem os comerciantes das Minas do cuyaba” no protocolo inicial do documento, os quais serão revelados após a fórmula E.R.M<sup>ce</sup> no protocolo final sem data cronológica por meio de 20 assinaturas encabeçadas pela do homem de negócio Luis Rodrigues Vilares.

Os signatários propunham implantar feitorias nas margens do rio Paraguai Grande com baluartes munidos de peças de artilharia e solicitavam permissão para tentar abrir comércio com os castelhanos do Peru e províncias do Paraguai. As construções serviriam como segurança de suas vidas e fazendas e, no caso de faltarem balas e pólvora, solicitavam tomar emprestadas as munições guardadas no armazém régio da vila de Cuiabá, a serem restituídas tão logo novas remessas chegassem pelos portos marítimos. Todos os mercadores – incluindo os que não quisessem se valer dos estabelecimentos – deveriam pagar 10% de comissão de todas as fazendas depostas nessas feitorias, sendo 2% para ajuda da cônica, sustento da Misericórdia e da hospitalidade dos enfermos, e os 8% restantes aplicados para suprir despesas e conservação das feitorias. Em caso de conflitos com vizinhos ou com os índios, requeriam auxílio dos oficiais de guerra, ministros da comarca e de todos os comerciantes com negócios nas ditas feitorias. Se houvesse recusa, deviam ser aplicadas as

---

<sup>2</sup> Sobre a análise dos manuscritos como artefatos, ver Almada (2018).

<sup>3</sup> As imagens que serviram como base para a análise aqui compreendida estão disponíveis no site do projeto Resgate (<http://www.resgate.bn.br>). O Arquivo Histórico Ultramarino, antes denominado Colonial, foi criado em 1931, reunindo primordialmente a documentação da extinta Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo do Ministério das Colónias (CONCEIÇÃO, 2017).

penas impostas aos soldados desertores, indignos do nome de portugueses e de vassallos do rei.

O requerimento do grupo mercantil ao monarca pode ser compreendido no âmbito do direito de petição vigente na cultura política do Antigo Regime. No Império português, escrever ao rei era um direito pertencente a todos os sujeitos espalhados pelos mais recônditos locais do reino e do ultramar. A atividade peticionária congregava representações, petições e requerimentos endereçados ao soberano; continham solicitações, mercês, queixas e descontentamentos dos vassallos frente aos abusos das autoridades locais. Para além de funcionarem como instrumentos privilegiados de comunicação direta entre os súditos e o rei, os conteúdos das demandas podem ser tomados como atos discursivos que descortinam facetas do cotidiano, das expectativas e dos projetos dos coevos (BICALHO, 2003; LIMA, 2011; ROMEIRO, 2015; SILVEIRA, 2007).

O manuscrito em destaque ilumina os contextos da dinâmica comercial nas conexões entre São Paulo e as minas de Cuiabá e da ocupação do extremo oeste da América Portuguesa na primeira metade dos setecentos. Desde o descobrimento do ouro nos barrancos do rio Coxipó e outros afluentes do rio Cuiabá em 1719, para lá se deslocaram milhares de colonos e reinóis em busca de enriquecimento. No caso dos agentes mercantis, para mais da atividade comercial de abastecimento das populações interioranas, um grupo seletivo – tal como os signatários dos requerimentos de 1740 – estava envolvido com a busca de ouro, o cultivo de víveres, a criação de gado, a abertura de caminhos, a participação na administração colonial, combinando duas ou mais frentes de atuação.

O pedido de abertura de comércio com a América castelhana foi justificado com base em capítulos dos Regimentos do Vice-Rei datado de 1677 e do Governador do Rio de Janeiro de 1679, que tratavam do comércio com os espanhóis, trocando bens europeus portugueses pela prata exportada pela Espanha, seguindo o modelo então em vigor na colônia de Sacramento. Por sua vez, o valor a ser cobrado nas feitorias tinha como referência aquele vigente no registro de Cuiabá desde o início da ocupação daquelas minas (BORTOLETTO, 2019).

Como se percebe, tal proposta amparava-se na legislação colonial, nos costumes e no conhecimento da organização econômica dos impérios ibéricos em terras americanas, princípios que caracterizam a natureza do requerimento, “baseado em atos legais ou em jurisprudência”. Ainda, de acordo com Heloísa Bellotto, é comum na redação desta espécie documental a alusão “aos direitos e/ou interesses do signatário naquilo que pede” (BELLOTTO, 2002: 86). É o que ocorre no caso em questão.

Os comerciantes alegavam experimentar a “diminuição muito grande nos seus cabedais” e a “ruína dos negócios” por não haver quem lhes comprasse fazendas, nem ouro para as transações em virtude do diminuto número de mineradores. Essa era a razão, segundo eles, para terem preparado às suas próprias custas uma bandeira sertaneja, em julho de 1740, “por o estado público se não achar com que pudesse suprir ao gasto para o dito apresto”. A expedição enviara práticos do sertão às terras de Castela com a incumbência de determinarem a distância entre as minas de Cuiabá e as primeiras povoações do Rei Católico.

Tendo essa informação, justificavam eles, poderiam aumentar seus negócios e, como decorrência, as riquezas da Real Fazenda, pois os espanhóis, vindo de povoações, “subúrbios do opulentíssimo Reyno do Peru, sendo este tão abundante de riquezas”, trocariam as fazendas, açúcar e vinho por prata e gado dos pampas paraguaios. Frente a esse quadro, novos comerciantes iriam para as minas de Cuiabá aumentando as povoações, concorrendo para multiplicar os direitos da Fazenda Real tanto nas alfândegas dos portos marítimos como nas dos sertões por onde as fazendas entrassem. Ato contínuo, o incremento do comércio atrairia mais pessoas a se dedicarem à lavoura, à mineração e às próprias transações mercantis, aumentando a arrecadação do dízimo.

A fim de assegurarem “vidas e fazendas”, os suplicantes recorriam ao rei para que pudessem “a sua custa” construir feitorias com baluartes no rio Paraguai Grande, tanto para seus negócios como para “servirem de atalaias” ao território português na América. Pediam, por fim, “a merce com antecedencia de tempo por terem dado princípio ao serviço com grande despesa de suas fazendas fundados na probabilidade que há de poder surtir efeito o trato com os castelhanos e gentios”, e arrematavam “ao que acrece terem os supp.<sup>es</sup> gasto grandes partes de suas fazendas no estabelecimento e defesa destes Estados cuyabanos”.

As tópicas utilizadas no requerimento relacionadas ao estado de pobreza e aos sacrifícios feitos durante a conquista do território – à custa de suas vidas e fazendas – encontram-se presentes em muitos pedidos de súditos do ultramar (HANSEN, 2004; MARANHÃO, 2010; MELLO, 2008; ROMEIRO, 2008). Tal recorrência evidencia não só a circulação de modelos peticionários na América portuguesa como também o domínio de recursos narrativos na busca do atendimento de suas reivindicações. Em realidade, a comunicação com o monarca e com os representantes régios por meio de demandas escritas com o emprego destas tópicas foi um expediente utilizado pelos comerciantes – individual ou coletivamente – desde a ocupação da região pelos colonos na década de 1720. Ao se perseguir os passos de Luis Rodrigues Vilares, signatário dos três requerimentos enviados ao rei em 1740 aqui mencionados, observa-se como este homem de negócio poderosíssimo nas

minas de Cuiabá lançava mão do arsenal textual como munição para alcançar objetivos econômicos e políticos num império assentado em papéis, no qual a comunicação escrita era fulcral.<sup>4</sup>

Visto que o requerimento dos comerciantes de Cuiabá sobre o estabelecimento de feitorias envolvia não somente o comércio, mas estratégias de defesa para o território ocupado pelos portugueses no sertão paulista, foram solicitados pareceres aos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, ao procurador da Coroa e ao provedor da Real Fazenda. O primeiro parecer, constante no próprio doc. 140, foi dado em 5 de abril de 1742 pelo Conselho Ultramarino sem que lhe tivessem chegado todas as manifestações solicitadas. Os conselheiros julgaram a fortificação intempestiva e mandaram “proibir pelo cuyabá toda a comunicação com os vassallos da Coroa de Castela”. A decisão régia definitiva sobre a questão seria tomada apenas em 26 de abril de 1746, quando D. João V reiterou a proibição da abertura do comércio com os castelhanos e da construção de feitorias, optando por outras formas de ocupação e defesa do território em meio aos tratados de limites entre Portugal e Espanha em meados do século XVIII, notadamente a fundação da Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da nova capitania de Mato Grosso a partir de 1752.<sup>5</sup>

Nesse mesmo ano, contudo, já sob reinado de D. José I, seria aberta a navegação do rio Madeira, permitindo-se o comércio na região. Ademais, as reivindicações dos comerciantes no requerimento de 1740 seriam adotadas pelo Marquês de Pombal na década de 1770 por meio de uma política defensiva em solo americano, com a construção de fortalezas nas proximidades dos limites entre as terras das duas coroas: o forte Coimbra, às margens do rio Paraguai, e o forte Príncipe da Beira, junto ao rio Guaporé, que desde sempre serviu como ponto de contrabando entre as Américas.

O grupo mercantil signatário aqui mencionado bem soube se inserir na organização do Império português, fazendo chegar ao outro lado do Atlântico o conhecimento de demandas em razão do seu domínio sobre os meandros da cultura escrita. Como participantes ativos do processo de colonização – não somente obedecendo às ordens da Coroa, mas atuando em causa própria – os comerciantes articularam seus interesses à geografia política portuguesa e se transformaram em informadores estratégicos do Estado

---

<sup>4</sup> A cooptação de representantes régios na colônia também foi estratégia utilizada por Vilares para o sucesso de suas empreitadas como a que estabeleceu com o ouvidor José Gonçalves Pereira, o qual promoveu a aproximação com as missões de Chiquitos e com povoações vizinhas na América Espanhola; mandou prender o intendente que fazia oposição aos negócios dos comerciantes; endossou os requerimentos de 1740 e chegou mesmo arrematar os direitos de entradas de cargas em Cuiabá em 1743 (BORTOLETTO, 2019).

<sup>5</sup> AHU\_CU\_017-01, Cx. 65, D. 1519. PROVISÃO régia pela qual foram concedidos diversos privilégios, prerrogativas, isenções de direito e liberdades aos moradores de uma nova Vila que se mandara fundar no distrito de Mato Grosso. 1746, agosto, 5, Lisboa.

sobre o território que se estava devassando (FERREIRA, 2005; CARVALHO, 2011; OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, ao desenvolverem seus negócios e ocuparem a porção ocidental da capitania de São Paulo, acabam por fornecer outra chave de leitura para a configuração territorial da América Portuguesa no século XVIII.

### Referências bibliográficas

ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América, séculos XVI a XIX*. Jundiaí: Paco, 2018, p. 17-40.

BELLOTTO, Heloísa. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORTOLETTO, Anna Beatriz Corrêa. O papel dos comerciantes nas políticas de ocupação do sertão mato-grossense no século XVIII. *Epígrafe*. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 287-306, 2019.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). *Antíteses*, v. 4, n. 8º p. 595-630, jul./dez. 2011.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da “Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...)” escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Revista de História* (USP). São Paulo, v. 1, p. 1-29, 2017.

FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Universidade Nova de Lisboa, 2005.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2. ed. rev., São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados: interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII*. Bragança Paulista: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Índias*, vol. LXXV, n.º 265, p. 681-710, 2015.

ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 51, fasc. 1, 2015.

## **Segredos registrados, a escrita nos processos inquisitoriais**

Evânia França Soares  
Mestre em Direito Processual Penal pela UFMG  
Advogada criminalista  
[evania.franca@gmail.com](mailto:evania.franca@gmail.com)

Convém ressaltar de antemão que a pesquisa aqui apresentada tem como perspectiva a jurídica. O trabalho por nós desenvolvido pertence ao campo da história do direito. O olhar aqui, portanto, é o olhar do jurista que interpreta documentos históricos, mais precisamente processos inquisitoriais. Nos preocupamos, ainda, com o gênero, os processos que nos interessam são os das mulheres, processadas sob a acusação de judaísmo – considerado o crime mais grave no século XVIII. Buscamos entender como a Inquisição as tratava e como elas tratavam a Inquisição, o que nos tem levado a pensar sobre a criminalidade feminina e o processo penal. O que se abordará nessa comunicação é a escrita no processo inquisitorial, sua importância e o “efeito do aprisionamento pela escrita das palavras dos acusados e testemunhas ( DYONET, p. 225, tradução nossa)<sup>1</sup>

O processo inquisitório possui como uma de suas características principais o ser escrito. Trata-se de uma escrita com autores e leitores específicos. Afirma Nicole Dyonet (p.226) que, no processo inquisitorial, “autores e leitores formam um grupo profissionalmente homogêneo pois as peças dos processos redigidas sob a autoridade de um juiz são exclusivamente destinadas a outros magistrados”<sup>2</sup>. O processo inquisitorial pretende, nesse sentido, uma uniformização da justiça. A ideia é se ter um mesmo proceder para todos. Interessante pensar que a origem do atual devido processo penal pode estar na inquisição. Sem a escrita para regulamentar os procedimentos seria impossível essa padronização, essa igualdade.

A escrita no processo servia não só apenas a essa uniformização, mas também para uma ostentação de sabedoria e imparcialidade. Dyonet (p.231) explica que a formação de juízes, escrivães e promotores demandava anos de estudos e experiência, era um *métier* de escrever de forma estereotipada. Um juridiquês. Uma linguagem específica que com seus

---

<sup>1</sup> “ (...) des effets de l'emprisonnement par l'écriture des paroles des accusés et témoins(..)” (tradução nossa)

<sup>2</sup> “...auteurs et lecteurs forment un groupe professionnellement homogène puisque les pièces du procès rédigées sous l'autorité d'un juge sont exclusivement destinés à d'autres magistrats”. (Tradução nossa), disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ds\\_03787931\\_1987\\_num\\_11\\_3\\_1512](https://www.persee.fr/doc/ds_03787931_1987_num_11_3_1512)

jargões e formas criaria uma certa neutralidade, um suposto distanciamento, um *semblant* de imparcialidade (DYONET, p.236).

Além de uniformizar os procedimentos e criar essa certa imparcialidade, os processos inquisitoriais mostravam, por meio da escrita, a dominação de um grupo social sobre outro, explica Dyonet (p. 246). De um lado os réus, um grupo que conhecia apenas e razoavelmente a linguagem oral e, de outro, um grupo de especialista em escrita, o que gerava dois efeitos segundo Dyonet (p. 247): 1) *être parlés* pelos especialistas da justiça e 2) criar classificações sociais (p. 247), a palavra falada e registrada nos processos indicava a categoria social de pertencimento do processado. Acredita-se que a maneira como a fala de uma mulher era registrada pela mesa da inquisição divergia da maneira como era registrada a de um homem.

É possível ver nos registros processuais a maneira como os inquisidores compreendiam as rés. A começar pela qualificação. As processadas sempre eram qualificadas em relação a um homem. Algumas mulheres pertencentes à Família Vale, moradoras da Colônia, processadas pela Inquisição portuguesa são qualificadas em seus processos como um adendo de um homem. As irmãs Elena e Anna do Vale, moradas da capitania de Minas, presas em 1.734 pelo Santo Ofício são assim qualificadas:

1.735. Processo de Anna do Vale, x.n, filha de Domingoz Ramires Rodrigues, senhor de engenho, natural da cidade do Rio de Janeiro, moradora nas Minas Geraes da Cachoeira, bispado da mesma cidade (ANTT/TSO-IL, processo nº 6989, fólio 1).

1.710. Processo de Elena do Vale, x.n, filha de Domingoz Ramires Rodrigues, senhor de engenho, natural da cidade do Rio de Janeiro, moradora nas Minas Geraes da Cachoeira, bispado da mesma cidade (ANTT/TSO-IL, processo nº 4220, fólio 1).

A mãe delas, Ângela do Vale de Mesquita, presa em 1710, também não passava de uma coadjuvante do marido:

1.710. Processo de Ângela do Valle de Mesquita, x.n, casada com Domingoz Ramires Rodrigues, senhor de engenho, natural da cidade do Rio de Janeiro, natural e moradora do Rio de Janeiro (ANTT/TSO-IL, processo nº 11475, fólio 1).

As avós Ana e Elena, presas também em 1710, quando tinham 70 e 56 anos, respectivamente, também são descritas em referência a uma figura masculina:

Processo de Elena do Valle, cristã-nova, cazada com Antônio do Valle, mercador, natural e moradora na cidade do Rio de Janeiro (ANTT/TSO-IL, processo nº 1179, fólio 1).

Processo de Ana do Valle, cristã-nova, veuva de Duarte Rodrigues, senhor de engenho, natural e moradora na cidade do Rio de Janeiro (ANTT/TSO-IL, processo nº 4151, fólio 1).



A mulher do século XVIII sempre era descrita em relação a um homem e isso é percebido na escrita processual.

Ao mesmo tempo que registrados por meio da escrita, os processos inquisitoriais são sigilosos, dirigidos apenas aos juízes dos casos. Nem as réis tinham acesso a esses documentos<sup>3</sup>, respondendo a uma acusação desconhecida por elas. Sigilo esse que também impedia o acesso aos autos do processo. A condenada, ao final do processo, assinava um termo se comprometendo a guardar segredo de tudo o que viu e ouviu no processo. Portanto, a escrita que pode ser vista como meio para a publicização, para a circulação e a crítica não é assim compreendida no contexto do processo inquisitivo moderno. No processo inquisitorial, a escrita servia como meio de manutenção de uma ordem autoritária e silenciadora. Uma escrita que calava.

Não é raro ver nos processos - tanto da inquisição portuguesa quanto da inquisição francesa - uma padronização das falas, uma objetificação do condenado. A fala do réu reproduzida no processo se mistura à fala do inquisidor. Os sujeitos do processo que eram dois: juiz, que julgava e acusava (não havia distinção entre sujeito acusador e julgador) e réu tornavam-se, por meio da escrita, em apenas um, pois o réu, à força da pena, se confundia com o julgador e se tornavam em um só.

O diálogo travado entre os interlocutores (juiz e ré) é claramente feito em patamares desiguais. Os processos dizem, em uma leitura inicial, muito dos inquisidores e quase nada das processadas. Diego Quaglioni e Anna Esposito (1991, p.294) afirmam que os processos inquisitoriais “não podem ser considerados, por sua própria natureza e, tendo em conta o elevado grau de formalização dos atos com ele relacionados, como o contexto mais adequado a fim de destacar as vozes dos acusados” (QUAGLIONI; ESPOSITO, 1991, p.294, tradução nossa).<sup>4</sup> Segundo eles, o discurso registrado nos processos inquisitoriais é mais adequado para trazer à tona as vozes dos inquisidores” (SOARES, p.15). Então, “*isso significa que essas massas de papéis cobertas por uma escrita mentirosa não são de nenhum proveito para o historiador de hoje?*”, pergunta Dyonet (p. 225)<sup>5</sup>.

Há nesses documentos, pequenos escapes que dizem das processadas ou pelo menos da estratégia por elas adotadas para suportarem o processo inquisitorial. Segundo Ginzburg,

---

<sup>3</sup> Nem o papa tinha acesso aos autos do processo. O acervo de processos referentes à Inquisição portuguesa, por exemplo, só se tornou público por volta de 1.960.

<sup>4</sup> (..) non può essere considerato, per la sua stessa natura e per l'alto grado di formalizzazione degli atti ad esso relativi, come il contesto più adatto per porre in rilievo le “voci” degli inquisiti.

<sup>5</sup> Est-ce à dire que ces masses de papiers couverts d'une écriture menteuse ne sont pas d'aucun bénéfice pour un historien d'aujourd'hui?

esses processos foram redigidos de forma dialógica, que em muitos momentos se tornava um monólogo. Mas é possível uma leitura dos pontos em que eles deixam de ser ‘monológicos’, diz o historiador (1991, p.14). Gorestein (2005, p. 27) também “acredita ser perfeitamente possível ao historiador ‘enxergar’ essas diferenças, e ler nas entrelinhas do texto o que devia ser dito, e mecanicamente era dito, e, quando ocorria, enxergar também um diálogo entre inquisidor e réu”. Para a historiadora, há nesses documentos um discurso necessário, aquele em que o réu confessava, dizendo aquilo que o inquisidor queria ouvir, e um discurso possível, feito a partir dos indícios, da interpretação do pesquisador (SOARES, p.25).

Retomemos como exemplo os processos das irmãs Anna e Elena do Vale. São as últimas mulheres da linhagem Vale a serem presas, processadas e condenadas pelo Santo Ofício. A família Vale foi perseguida por mais de 300 anos, enquanto houve inquisição, existiram presas acusadas de judaísmo oriundas desse grupo familiar. Foram mais de 50 processos de membros dessa família. As irmãs Vale, perante o inquisidor, confessaram ter praticado judaísmo, seus processos foram bem mais brandos que o de suas avós que, inicialmente, negaram ser judaizantes. As irmãs fizeram o discurso necessário perante o inquisidor.

É possível ver nos processos das mulheres Vale fragmentos que saem do discurso esperado, do necessário e que nos parecem valiosos. Ao contrário de suas antepassadas, Anna e Elena nada sabiam sobre as posses familiares. O inventário de Elena, por exemplo, foi feito no dia 30 de agosto de 1734. Após jurar com a mão no evangelho dizer a verdade e ter segredo, passou às declarações quanto a seus bens. Foi perguntada “que bens tinha e que estava de sua posse no tempo de sua prisão, qual a natureza deles e se tinha dívidas” (ANTT/TSO-IL, processo n. 4220, fólio 5). A resposta dada por Elena é deveras interessante. Usando-se da representação social de seu tempo e avocando-a a seu favor, disse: “que não tinha bens alguns, pois era ‘filha de família’ e não podia declarar inventário a respeito” (ANTT/TSO-IL, processo n. 4220, fólio 5). Veja-se que Elena toma para si a posição de ignorante, dada às mulheres da época e tira proveito disso. Uma mulher que nada mais é que uma filha de família, sob o poder patriarcal, não tem conhecimento acerca de bens que possuía, sendo, portanto, uma completa imbecil. O inquisidor nada questiona. Questionar a resposta de Elena seria questionar a própria posição que a mulher ocupava na época, de submissão e imbecilidade.

Esse mecanismo de recorrer ao papel de fragilidade dado à mulher foi várias vezes utilizado pelas processadas. A avó Ana do Vale, embora fosse viúva de um senhor de

engenho e, portanto, senhora de engenho, disse não saber sobre as finanças da família, “porque com isso corriam seus filhos Manoel do Vale e Simão Roiz” (ANTT/TSO- IL, processo n.4151, fólio 27v).

Não se sabe se essas mulheres tinham ou não bens, mas é possível perceber que avocaram o papel de imbecil em favor delas. Chartier (1995, p. 40) diz que “um objeto maior da história das mulheres é então o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem (ou devem garantir) que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos”. Interessante notar que, apesar de se declararem sem grandes poderes de decisão, por serem filhas de família, viúvas e esposas, os inventários das Vale demonstram que eram mulheres economicamente ativas. Ângela, a mãe, era uma dona de partido, tinha escravos e alguns objetos de valor. Embora tenha falado que não sabia o valor de seus pertences, fato é que era uma senhora ativa, possuidora de muitos bens, era uma senhora de engenho. A avó Elena disse não ter bens de raiz, mas que possuía alguns escravos, que não sabia dizer o quanto valiam. Ela também era uma senhora de engenho. A avó Ana também possuía alguns escravos e era senhora de engenho. Já as netas Anna e Elena nada possuíam. Os bens das avós e mãe haviam sido confiscados pelo Santo Ofício. Esse mesmo perfil é percebido por Gorestein ao estudar as processadas, moradoras do Rio, no século XVIII. Dentre as mulheres estudadas por Gorestein (2005, p.417), “grande parte das mulheres eram senhoras de engenho, donas de partidos de cana e proprietárias de escravos, administrando suas fazendas”. Gorestein percebeu ainda que “as mulheres conheciam o montante do patrimônio familiar, inclusive dívidas e créditos contratados pelos maridos” (GORENSTEIN, 20005, p. 174).

Ginzburg (2005, p.205) diz que Menocchio era um mártir da palavra. As irmãs Anna e Elena do Vale são o oposto do moleiro. Elas precisavam silenciar sobre si mesmas. Poderiam, é claro, negar que praticavam ritos judaicos, mas escolheram a submissão de dizer tudo o que os inquisidores queriam ouvir e pouco ou quase nada delas mesmas. Foram chamadas ao Tribunal para se calarem. O silêncio delas nesse sentido é eloquente. Chegaram como aquelas que já entenderam que o melhor é confessar exatamente o que o Tribunal pensa que são: cristãs-novas. Ao falar, nada falam e, ao silenciar, gritam uma submissão preciosa. A negativa, já sabiam, pelo histórico da avó Elena, era a tortura, a exclusão, a fogueira.

Elas parecem reproduzir em suas falas a fala do inquisidor, exatamente o que ele desejava ouvir. Ou, melhor: o inquisidor fala por elas por meio da escrita. Aprisiona suas palavras. Confessaram as práticas judaizantes e denunciaram a família. Elas se tornaram, por

meio da escrita, como se fossem o próprio inquisidor. A escrita formaliza esse ser um só, o juiz, que acusa, confessa e julga. A escrita faz falar pelo outro. O discurso registrado nesse tipo de processo, como o das irmãs Vale, é o discurso do próprio inquisidor, são objetificadas.

Apesar de serem reduzidas a meros objetos processuais, é possível ler em seus processos pequenas manifestações desses objetos falantes que muito tem a nos ensinar. Anna e Elena tiveram processos céleres, simples, em menos de um ano já estavam reconciliadas e penitenciadas, puderam retomar as suas vidas (SOARES, p. 147). Mas por que não dizer que mesmo a aceitação de confessar as palavras esperadas pelo Tribunal não era uma forma inteligente de resistência? Uma submissão vantajosa? Ou, como diria Chartier, *uma submissão consentida?*

### Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, 1995, v.4, p.37-47. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu04.04.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

DYONET, Nicole. Les paroles et les écritures. Fonctionnement et bénéfices de la procédure inquisitoire em France au XVIIIème siècle. In: *Déviance et société*. 1987 – vol11- N° 3. Pp; 225-249. Disponível em : < [https://www.persee.fr/doc/ds\\_0378-7931\\_1987\\_num\\_11\\_3\\_1512](https://www.persee.fr/doc/ds_0378-7931_1987_num_11_3_1512) >. Acesso em: 27 Ago.2019

QUAGLIONI, Diego; ESPOSITO, Anna. I processi contro gli ebrei di trento 1475. In: VIGUEUR, Jean-Claude Maire; BAGLIANI, Agostino Paravicini (orgs.). **La parola all'acusato**. Palermo: Sellerio, 1991, p. 282-306.

SOARES, Evânia França. *Mulher, judaísmo e inquisição nas Minas*. Belo Horizonte: ED. D'Plácido, 2018.

### Documentação Consultada

ARQUIVO NACIONAL DA TORE DO TOMBO (ANTT), Inquisição de Lisboa (IL). Processo nº 04220. **Processo de Elena do Vale**. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2304194>>, Acessado em 23-6-2015.

ARQUIVO NACIONAL DA TORE DO TOMBO (ANTT), Inquisição de Lisboa (IL). Processo nº 6989. **Processo de Anna do Vale**. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2307057>>, Acessado em 23-6-2015.

ARQUIVO NACIONAL DA TORE DO TOMBO (ANTT), Inquisição de Lisboa (IL). Processo nº 11475. **Processo de Ângela do Vale de Mesquita**. Disponível em <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2311668>>, Acessado em 23-6-2015.

ARQUIVO NACIONAL DA TORE DO TOMBO (ANTT), Inquisição de Lisboa (II).  
Processo n° 4151. **Processo de Ana do Vale** Disponível em  
<<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2304123>>, Acessado em 23-6-2015.



## **Sobre as mais de vinte cópias do Tratado descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa**

Gabriela Azevedo  
Doutora em História  
Professora na Fundação Municipal de Educação de Niterói  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
[gabiaz2001@yahoo.com.br](mailto:gabiaz2001@yahoo.com.br)

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) identificou a autoria, batizou, alinhou e comentou a primeira impressão integral dos escritos colonizador português Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591). Publicada em 1851, foi antecedida por uma *Carta ao Instituto Histórico do Brasil* em que o erudito sorocabano descrevia sinteticamente as cópias consultadas antes de estabelecer a sua versão.<sup>1</sup> Eram mais de vinte cópias, sem precisão do número, mas com um histórico parcial das suas localizações.

A publicação capitaneada por Varnhagen foi reproduzida continuamente do século XIX até os dias de hoje, com uma única exceção, sem muitas variações, pertencente à Biblioteca de Guita e José Midlin. No entanto, as demais cópias descartadas contam uma história para além do seu conteúdo, fundamental no entrecruzamento entre a história dos manuscritos, a crítica textual e a historiografia brasileira, em particular. Seguindo o lastro de Francisco Adolfo de Varnhagen, rastreamos as cópias consultadas pelo historiador sorocabano a mais de um século e meio atrás. Nem todas se encontram nos mesmos sítios e a quantidade de cópias também apresenta variações. Das cerca de vinte por ele mencionadas, identificamos vinte e duas, algumas delas registros tão específicos que nem podem ser exatamente descritos como cópias do *Tratado*. Selecionamos, em vista das dimensões deste artigo, os casos das cópias da Biblioteca Pública de Évora e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, traçando suas peculiaridades e questionando suas trajetórias, ainda que sejam inexoravelmente incompletas.

Os três códices do *Tratado* em Évora apresentam formatos, letras e temporalidades distintas. O códice CXV-1-10, a matriz de Varnhagen, possui como principal e fundamental característica a sua antiguidade, tratando-se reconhecidamente de letra quinhentista. O

---

<sup>1</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários à obra feitos por Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemmert, RIHGB, 1ª edição, Tomo XIV, 1851.

manuscrito encadernado, na lombada a inscrição *Notícias do Brasil*, letra uniforme, texto contínuo sem espaçamentos ou mudança de folhas a cada capítulo, não possui anotações à margem, resumos, nem qualquer tipo de índice, ou seja, qualquer dos elementos identificadores das cópias tardias. No interior apresenta o título “Roteiro geral com largas informações de toda a Costa que pertence ao stado do brazil e a descrição de muitos lugares della, especialmente da Baya de todos os Santos”, seguido da “Epistola do Autor a D. Cristóvão de Moura do Conselho do Estado” que curiosamente Varnhagen optou por deslocar para a sua própria introdução quando editou o texto.

O códice CXV-1-11 da BPE, in-folio, traz na lombada a inscrição *Relação do Brasil*. Internamente apresenta o título “Roteiro geral com largas informações etc...”, contém a “Epístola a D. Cristóvão de Moura”, e a “Declaração e Memorial da Bahia”. O conjunto do texto possui 175 folhas, espaçamento entre os capítulos, letras iniciais em destaque, resumo, numeração no alto das folhas e, ao final, um índice das suas duas partes. Sem prescrição de data, seria “menos correto” do que o anterior, por suas interferências, de acordo com o catálogo de Rivara.<sup>2</sup> A caligrafia é toda uniforme e o texto facilmente legível. A segunda parte termina com o termo “Amém” e a inscrição “Fim deste Livro. Laus Deo” similares, inclusive na disposição espacial, com um dos códices do acervo do Porto. Este códice é, presumivelmente, do início do século XVII.

O códice eborense CXV-1-12 apresenta o longo título *Notícia do Brazil, e Descrição verdadeyra da Costa daquelle Estado que he pertencente á Coroa do Reino de Portugal. Sítio da Bahía de todos os Santos, e Fertilidade daquela Provincia, com Relação de todas as Aves, Animaes, Peixes, Bixos, Plantas, e Costume dos Gentios, muyto certa e curioza*. Estes dizeres foram escritos em formato funilar e seguidos de ornamentações. É o exemplar mais moderno e adulterado dos três volumes. Apresenta letras diferentes ao longo da cópia, o nome de Francisco da Cunha numa anotação na capa e no interior a informação de que “foi composto em Madrid no ano de 1587, em primeiro de março, por Francisco da Cunha por ordem de D. Cristóvão de Moura”. Esta atribuição da autoria a Francisco da Cunha, sobre quem efetivamente nada se sabe além do nome, gerou inúmeros equívocos. Não é possível acompanhar os leitores diretos dos códices nem como as informações foram transmitidas, mas esta referência a este autor foi citada por Carl Friedrich Von Martius, em 1832, por Ferdinand Denis, em 1837, e pelo Pe. Manuel Aires do Casal, em 1871.

---

<sup>2</sup> RIVARA, J. H. da Cunha. *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Publica Eborense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, p. 12. Tomo I. O catálogo elaborado por Cunha Rivara foi depois continuado por Joaquim António de Sousa Teles de Matos. Todos os catálogos de Évora se encontram disponíveis *online*, no site da Biblioteca de Évora: <http://www.evora.net/bpe/Catalogos/Catalogos.htm>. Acesso em: 27 mai. 2014.

A Biblioteca de Évora, fundada em 1805 pelo longevo D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), saqueada pelas tropas napoleônicas em 1808, teve, assim como outras bibliotecas lusitanas, seu acervo inicial proveniente de particulares desafetos dos liberais durante a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834) e das ordens clericais e religiosas extintas em 1834. Seu primeiro bibliotecário civil foi o médico Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1838-1855), com quem Varnhagen travou uma progressiva amizade epistolar. Possuíam amigos em comum, lutaram na Guerra Civil ao lado dos liberais, pertenciam à Academia das Ciências e compartilhavam o interesse pelos documentos históricos.<sup>3</sup> A primeira carta trocada entre eles partiu de Varnhagen, datada de 3 de julho de 1839, logo após ser admitido como sócio correspondente na Academia de Ciências de Lisboa, em maio de 1839, exatamente após o reconhecimento do seu estudo monográfico de estreia nos círculos doutos, as *Reflexões críticas* sobre um escrito espúrio de Gabriel Soares.<sup>4</sup> Entre outros assuntos referentes à Academia, solicita ao bibliotecário de Évora informações complementares para as suas *Reflexões*, já em fase de impressão.

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto encontram-se os mesmos três exemplares mencionados por Varnhagen. O mais antigo deles, o códice 119, in fólio, em papel encadernado em pergaminho, com letra toda uniforme, index, reclames, numeração, concluído com o termo “Amém” e os dizeres afunilados em latim “Finis Laus deo Domino Nostro”, tem como maior singularidade a presença, acima do título, de um letreiro riscado onde se lê “O autor deste Roteiro he Gabriel Soares de Sousa”. Esta informação teria sido inscrita por D. Pedro da Encarnação, bibliotecário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o risco, um procedimento encontrado em outros manuscritos, teria como motivação realçar o valor do manuscrito, tornando incerta a sua autoria, um artifício utilizado na disputa pelo reconhecimento das coleções formadas tanto pelas casas senhoriais, quanto pelos mosteiros ou casas reais. Este códice também possui na lombada a identificação do autor: “Roteiro das Costas do Brasil por Gabriel Soares de Sousa”, possivelmente realizado por D. José d’Avé-Maria, um dos últimos bibliotecários dos Crúzios que registrou num catálogo só

---

<sup>3</sup> GLEZER, Raquel. ““Amicíssimo”: cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849)”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (Org.). *Varnhagen no Caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 26-54.

<sup>4</sup> VARNHAGEN, F. A. de. *Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI impresso com o título de Notícias do Brasil no tomo 3º da Coll. De Not. Ultr. Acompanhadas de interessantes notícias bibliographicas e importantes investigações históricas*. Lisboa: Typ. da Academia, 1839.



descoberto no século XX, o texto como de autoria de Gabriel Soares de Sousa, um “Olissiponis”, bem antes da certificação de Varnhagen.<sup>5</sup>

Um segundo códice, nº 1041, in 4º, em papel, com encadernação de pele de carneiro e letra uniforme atribuída ao Frei Lucas de S. Jerônimo Peculista apresenta, na sua lombada, em ouro, o título *Descrição da América Portuguesa*, reproduzido no interior do texto.<sup>6</sup> Esta é uma denominação retrospectiva, não se encontra em textos quinhentistas e o copista estabelece recortes, especialmente suprimiu a dedicatória feita por Soares a D. Cristóvão de Moura, controverso português válido de Felipe II a quem Soares ofereceu seus escritos, no tempo da União das Coroas. Este recorte significaria ser uma cópia posterior a Restauração de 1640, evitando exatamente a relação do manuscrito com o domínio espanhol. Este códice pertencera ao Dr. Manoel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura desembargador da Relação do Porto, em fins do séc. XVIII e início do XIX, e da Relação do Rio de Janeiro. Magro de Moura teve sua biblioteca confiscada na Revolução Liberal. Além de colecionador era um copista que adotava o codinome, segundo um gosto arcádico da época, de Sylvio Mondânio. Assim assinou inúmeras cópias, parte do legado do Porto.<sup>7</sup>

E é com a assinatura de Sylvio Mondânio ao final que se encontra o terceiro códice, 610, datado de 1802. In 4º, apresenta no frontispício o título *Descrição geográfica da America Portuguesa - Obra escrita no século XVI por hum curiozo amante da verdade. He papel de merecimento e apreço*. Este códice traz claramente a informação de que foi “reproduzido de um fôlio in 4º escrito com letra de Fr. Vicente Salgado, ex-Geral da P. P. da 3ª Ordem da Penitência e que por sua morte se achava então na Livraria do Convento de Jesus de Lisboa debaixo do n. 133”, e especialmente não possui apenas o texto de Gabriel Soares. É constituído por outras transcrições de documentos referentes à disputa entre portugueses e castelhanos na região do Rio da Prata, na colônia do Sacramento, apresentando discursos a favor e contra a permuta entre Castela e a Coroa de Portugal, e finaliza com a “Resposta que a todos deu Alexandre de Gusmão convencendo-os e mostrando que não eram danozas, como imaginávamos, mas utilíssima à Coroa Portuguesa, a comutação daquela praça”. O exemplar

---

<sup>5</sup> Este primeiro e tardio catálogo do Mosteiro de Santa Cruz, “Bibliotheca Manuscripta Monasteri S. Crucis Colimbricensis” foi descoberto e publicado por A. G. da Rocha Madahil entre 1927 e 1933, sob o título “Os códices de Santa Cruz de Coimbra”, no *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1934. p. 71. Vol. XI.

<sup>6</sup> MATTOS, Hebe. “Colonização e escravidão no Brasil- Memória e Historiografia.” In: *O Brasil colonial (1443-1580)*. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 42. Vol.1.

<sup>7</sup> RAMOS, Luis António de Oliveira. *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1988. p. IX e X. Uma série de papéis sobre Pernambuco foi copiada por Mondânio e utilizada pelo historiador Evaldo Cabral de Mello.

do *Tratado* possui requintes da caligrafia do desembargador sendo deliberadamente incompleto, destacando capítulos referentes às questões geográficas.

O acervo inicial da Biblioteca do Porto teve suas origens no confisco dos bens das ordens regulares, das livrarias dos conventos abandonados e de bibliotecas particulares, desafetos dos liberais que fugiram da cidade quando ocorreu a entrada das tropas de D. Pedro IV de Portugal, Pedro I do Brasil. Entre os principais domínios originais se encontravam a biblioteca sequestrada do Bispo do Porto, o prelado D. João de Magalhães e Avelar, a livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o acervo do Mosteiro do Couto, a biblioteca do 2º visconde de Balsemão, herdada do seu pai, ex-governador e capitão-geral do Cuiabá e Mato-Grosso entre 1769 e 1772; e a do Dr. Manuel Francisco da Silva Magro de Moura. Estes códices foram quase todos integrados à recém-fundada biblioteca entre os anos de 1833 e 1836 por seus dois primeiros bibliotecários, Diogo de Goes Lara de Andrade e Alexandre Herculano.

As cópias de Évora e do Porto são indicativas das transformações sofridas pelo manuscrito quinhentista. Além das mudanças notórias relativas ao tempo perceptíveis nos formatos e na caligrafia, testemunham diferentes interesses agregados aos códices: como registro de posses, marcando a sua inclusão num legado da expansão portuguesa e dos seus domínios; como obra de arte, servindo ao espírito colecionista das Luzes; e, dentro das chamadas “miscelâneas”, mesclado com outros documentos, o *Tratado* poderia servir como referência para objetivos práticos e estratégicos, além de já se configurar uma associação do escrito ao nome de Gabriel Soares. Convém destacar que o jovem Varnhagen não consultou diretamente os acervos de Évora nem do Porto. De Évora recebeu informações de um jovem matemático especialista em manuscritos, Diogo Kopke e do Porto, por Cunha Rivara. Todavia obteve licença para consultar os manuscritos da Biblioteca das Necessidades antes do seu acervo ser transferido para o Palácio da Ajuda e verificou as três cópias lá então existentes, constatando o quanto se assemelhavam a outras descritas por seus correspondentes, comparando detalhes do título, caligrafia e erros ortográficos.<sup>8</sup>

A crítica de Varnhagen obedece aos critérios da busca da autenticidade do documento, verificando especialmente os erros da terminologia empregada. O porquê das diferenças e a pergunta sobre os motivos da presença destas reproduções em determinados conventos, mosteiros, arquivos ou bibliotecas não preocupou nem ao jovem nem ao maduro Varnhagen. Estas questões só valeriam para historiografia atual.

---

<sup>8</sup> VARNHAGEN, F. A. de. *Reflexões críticas.*, op.cit.,p. 107-109.

## Referências Bibliográficas

ARELLANO, Ignacio e DEL PINO DÍAZ, Fermín. (Eds.) *Lecturas y ediciones de crónicas de Indias. Una propuesta interdisciplinaria*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2004.

AZEVEDO, Gabriela Soares de. *Leituras, notas, impressões e revelações do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. “Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen”. *Revista de História, Franca*, 24 (2), 2005.

MEGIANI, Ana Paula Torres. “Memória e conhecimento do mundo: Coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha- sécs.XV-XVII.”. In: *O Império por escrito*. Leila Mezan Algranti, Ana Paula Torres Megiani (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Maria Lêda. *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do Século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht , 2008.



## **Vestígios do percurso de um fundo setecentista: um estudo para além do textual**

Natalia Casagrande Salvador  
Mestre em História da Arte  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (doutorado)<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[naticsalvador@gmail.com](mailto:naticsalvador@gmail.com)

### **Introdução**

A Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, associação de leigos de bastante prestígio no contexto colonial, fundou um novo sodalício na cidade de Mariana no ano de 1758. Sua produção de registros documentais foi bastante consistente ao longo da segunda metade do século XVIII e a partir deles se pode extrair uma grande variedade de informações. Neste artigo, vamos explorar um dos aspectos que pode ser percebido no contato com esse fundo.

Bastante organizada, a Ordem estabeleceu desde cedo a necessidade de registros escritos de todas as decisões tomadas, trocas financeiras, entrada de irmãos e demais atividades dentro da agremiação. Por conta disso, são diversos os tipos documentais existentes para explorarmos o seu percurso. Dentre toda a documentação existente, nos concentramos em uma específica, devido à clareza de informações e esclarecimentos acerca do cotidiano da Ordem. O Livro de Termos consiste na sequência de atas das reuniões realizadas mensalmente pelos membros da Mesa Administrativa. Em cada termo, fica registrado tudo o que se discutiu e deliberou em reunião, compondo para nós, historiadores, uma fonte bastante extensa e interessante. A análise desse documento revela também uma outra história, que perpassa aspectos intrínsecos da produção documental, evidenciando elementos da cultura escrita do período.

Em primeiro lugar, cabe compreender os mecanismos de produção dessa documentação. O indivíduo responsável pela redação dos termos no Livro de Termos e de todos os outros documentos escritos, detinha a função de secretário da Ordem. Este era um cargo de importância ímpar, pois, conforme estabelecido nos Estatutos Municipais da Venerável Ordem Terceira da Penitência: “será nulo e de nenhum vigor, tudo o que por ele

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES.

não for escrito[...]”<sup>2</sup>. Para tanto, o secretário, deveria estar presente em todas as reuniões, ou delegar alguém para o substituir no caso de qualquer impedimento ou ausência, para garantir a correta observância das normas estabelecidas e a efetivação do registro preconizado.

Os documentos produzidos ao longo atuação da Ordem Terceira, devem ter permanecido no “Arquivo da Ordem” nos fundos da capela ou na Casa da Ordem, local onde ficava o consistório e se realizavam as reuniões, conforme apontado nos próprios registros: “e as procurações e cartas ficam no arquivo desta ordem”<sup>3</sup>, “[...]e a mesma se conservará no Arquivo com distinção aos papéis de diversa natureza, do que se passou ordem ao Irmão Secretário[...]”<sup>4</sup>. A permanência da documentação no mesmo local garantiu a manutenção de grande parte do fundo unido, um século e meio depois do último registro no livro de Termos, os documentos ainda se encontravam todos juntos num armário metálico nos fundos da Igreja.

O nosso primeiro contato com eles, em 2012, evidenciou um armazenamento incorreto e infestação por insetos xilófagos na maior parte dos livros. Imediatamente mobilizamos a transferência desse fundo para o Arquivo Histórico da Casa Setecentista, onde o diretor, Cássio Vinício Salles, junto com os estagiários da UFOP à época, trabalharam dedicadamente na desinfestação e higienização de todo o material<sup>5</sup>. Passados pelo processo de desinfestação atóxica por congelamento e posterior higienização manual, houve uma estabilização dos documentos. Um melhor acondicionamento foi garantido pela confecção de caixas personalizadas para cada códice ou conjunto de folhas. Em 2016 os documentos foram transferidos para o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana que ficaria, a partir de então, responsável por eles. O Arquivo realizou uma mudança de sede transferindo todo o seu acervo da Rua Direita para um prédio atrás da Igreja de São Pedro, onde agora funciona o Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira.

Esses acontecimentos recentes, foram acompanhados por nós e registrados em diversas mídias e documentos de transferência. Antes disso, porém, não temos registro oficial sobre o fundo. O que aconteceu com essa documentação evidencia-se através de uma análise

---

<sup>2</sup> Estatutos Municipais da Ordem Terceira de São Francisco da Cidade Mariana, Museu de Arte Sacra de Mariana. Este documento, redigido nos primeiros anos após a fundação da Ordem, estabelecia normas de conduta para todos os irmãos terceiros agremiados sob esse sodalício.

<sup>3</sup> fl.48v. Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira.

<sup>4</sup> fl.71. Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira.

<sup>5</sup> Descrevemos melhor o processo de recuperação do acervo em nosso artigo: “O resgate do arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana” In: ANAIS do VIII Seminário do Centro de Memória da Unicamp, Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento. Campinas, SP. 2016. Disponível em: <https://www.cmu.unicamp.br/viii-seminario/anais-eletronicos/n-p-3/index.html>

mais atenciosa do documento. Podemos fazer suposições e lançar palpites sobre a utilização e consulta dos documentos por meio de marcações encontradas em suas páginas, conforme notamos na imagem 1.

A diferença de caligrafia, ferramenta de escrita e coloração das anotações nas margens e entrelinhas sugere que algum leitor teve contato com essa documentação em um momento posterior ao encerramento de seu uso pela ordem. As anotações apontam para um pesquisador, curioso ou interessado na história da construção da capela, já que todos os termos que estão marcados, grifados ou destacados no livro de Termos são referentes à essa temática.

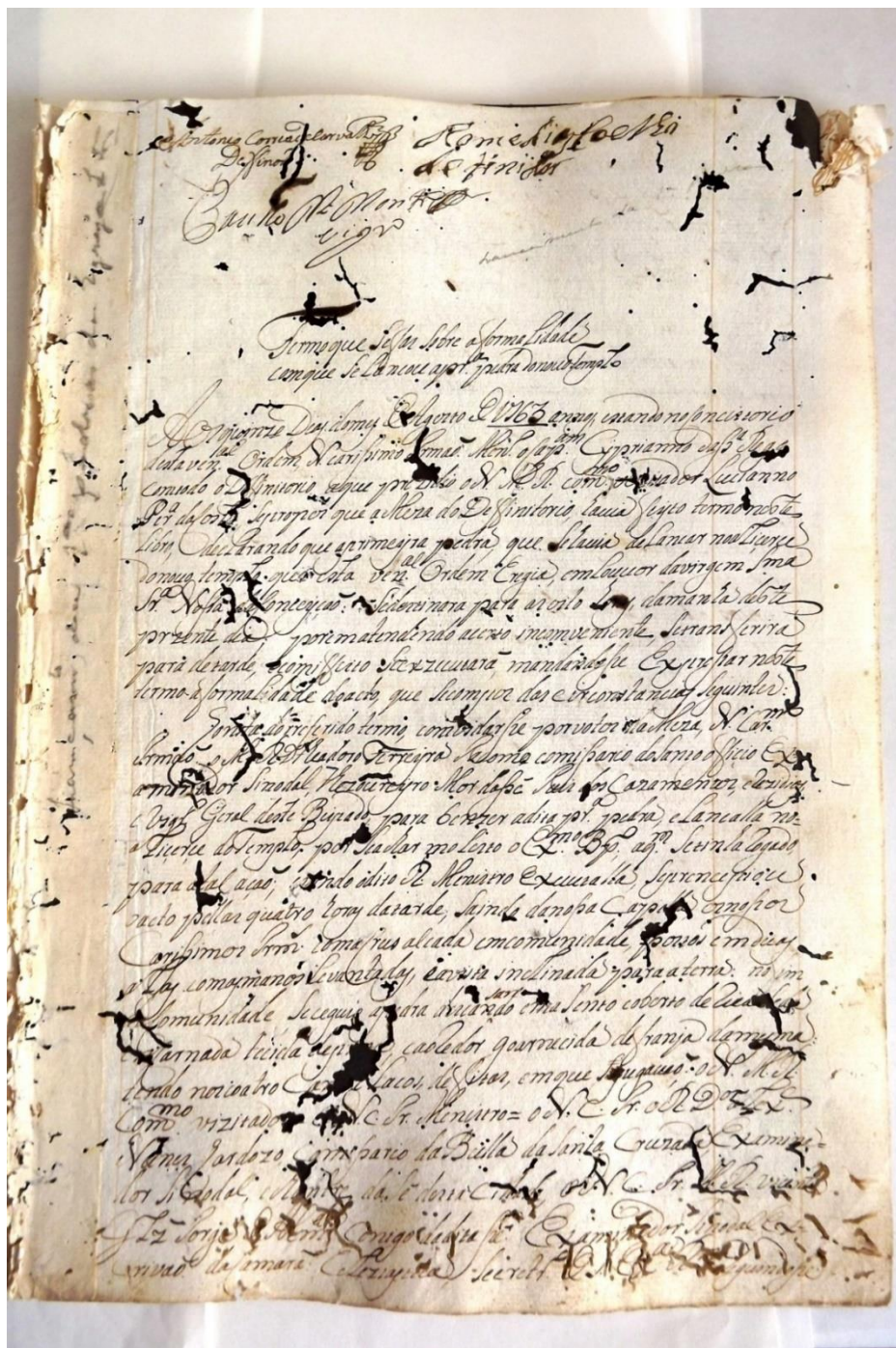


Imagem 1 – Termo de 15 de agosto de 1763, acerca do lançamento da pedra fundamental para início das obras da nova capela. Livro de Termos. Acervo da autora, 2012.

A imagem 1 é uma fotografia de um registro no livro de termos, onde podemos notar as seguintes anotações: Acima do título do termo, provavelmente à lápis, lê-se “lançamento da 1ª pedra”; na margem lateral esquerda os dizeres “lancam.to da 1ª pedra da Igreja”. As duas anotações, destacando o conteúdo do importante documento, que marca o início das obras da capela.

Quando estudamos um pouco da historiografia colonial e do chamado “barroco mineiro”, notamos que a partir da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, houve um crescimento no interesse pela arquitetura e arte religiosas do período colonial. Confrontando esse conhecimento com as marcas encontradas na documentação franciscana, é viável concluir que esse fundo foi pesquisado no intuito de angariar mais informações acerca do processo construtivo da Capela da Venerável Ordem Terceira. Tal suposição se confirma quando observamos citações diretas dos documentos nas publicações da época: “*Mariana e seus templos*” (1938) e “*Breviário histórico e turístico da Cidade de Mariana*” (1947), de Salomão de Vasconcellos, “*A igreja de São Francisco de Assis de Mariana*” (1943) e “*Instituições de Igrejas no bispado de Mariana*” (1945) do Cônego Raimundo Trindade, “*L’architecture religieuse baroque au Brésil* (1956)” de Germain Bazin, lançado em português apenas em 1983. Todos contêm citações diretas do Livro de Termos da Ordem Terceira de São Francisco, logo, é viável concluir que os ditos autores tiveram acesso à essa documentação<sup>6</sup>.

### Considerações Finais

Por muito tempo o conceito de documento e de ciência histórica ficaram restritos à produção de registros oficiais e a fontes exclusivamente escritas. Com o advento da História Nova e a ampliação do conceito de fonte, busca-se cada vez mais a obtenção de dados através de outros recursos. Em conformidade com essa metodologia, procuramos aplicar uma variedade de abordagens para compreender a historicidade do fundo documental da Ordem Terceira de São Francisco. Neste enxuto artigo exploramos apenas um aspecto mais evidente, as anotações feitas nas margens dos documentos. Com isso foi possível apresentar especulações propostas a partir de uma análise mais aberta do documento manuscrito, não focada apenas no conteúdo oficialmente produzido. Para tanto, é imprescindível uma abordagem interdisciplinar que envolva história, cultura material, paleografia, diplomática, linguística, conservação e restauro, e demais campos que possam contribuir para a análise de documentos manuscritos.



---

<sup>6</sup> Uma opção alternativa seria a contratação de alguém para realizar as transcrições dos documentos, o que achamos improvável devido a imensidão dos arquivos e fontes do período colonial. Tais autores demonstram um conhecimento aprofundado dos documentos, que só seria possível pelo acesso direto a muitos deles.



## Escrita e aplicação dos regulamentos militares do Conde de Lippe no Império Português: representações, apropriações e práticas de leitura (Brasil e Portugal - século XVIII)

Francis Albert Cotta  
Doutor em História (UFMG)  
Professor no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
[francis.antropologia@gmail.com](mailto:francis.antropologia@gmail.com)

### Introdução

Em 1762, sob a égide do despotismo ilustrado do futuro Marquês de Pombal e por indicação da Inglaterra, aportou em Portugal o Oficial Wilhelm de Schaumburg-Lippe (1724-1777). Em julho do mesmo ano ele assumiu o comando do Exército Português e iniciou uma ampla reforma. Nessa época, Portugal se preparava, com o auxílio de forças britânicas, para a guerra contra a França e a Espanha. Tal conflito teria seus reflexos no além mar, especialmente ao sul das possessões lusitanas na América. Como um dos pontos centrais da reforma militar, Lippe instituiu manuais inspirados nos regulamentos de Frederico II, da Prússia<sup>1</sup>. Os regulamentos foram impressos na Secretaria do Estado e teriam validade em todo o Império português. Sua circulação era restrita, em virtude dos aspectos táticos e estratégicos neles mencionados.

Um dos critérios seguidos por Lippe era estimular a disciplina dos corpos militares por meio de severíssimas penas corporais, que iam desde a prisão a pão e água até açoites e fuzilamento. Essas penas foram definidas nos *Artigos de Guerra*, traduzidos do prussiano *Verhaltens-Befehle*, de 1754. Era necessário manter as tropas em condições de emprego, por meio de frequentes exercícios de táticas nos *campos de instrução*. As novas diretrizes estavam inseridas tanto nas *ordens-do-dia* quanto nos regulamentos. Eles buscavam revitalizar conceitos como honra, valor, *espírito militar* e fidelidade ao soberano. A *Disciplina Militar* (instrução e educação) seria facilitada pela instalação de bibliotecas militares em cada guarnição e, para tal, indicava o rol de *livros permitidos* e os procedimentos a serem realizados.

---

<sup>1</sup> Especialmente o manual reimpresso em Berlim, em 1750, cuja primeira impressão é de 1743, intitulado “Regulamento para a Real Infantaria Prussiana: no qual se contém as evoluções, o manuseamento e o carregamento, e como o serviço deve ser executado em campanha e na guarnição, bem como todos os oficiais se devem comportar, e quanto deve ser pago em soldos, e quanto descontado, e como deve ser executado o fardamento...” (BRITO, 2018, p. 245).

Diante dessa breve contextualização, esta apresentação buscou lançar luz sobre aspectos que possibilitem entender apropriações e práticas de leitura dos regulamentos do Conde de Lippe, o que faz pensar nos códigos, diferenças e tensões culturais na luta pelas representações. Num ambiente em que poucos militares sabiam ler e escrever são colocadas as seguintes questões: quais foram as orientações para a montagem das bibliotecas militares idealizadas por Lippe e como eram percebidas para a construção da *Disciplina Militar*, como se deu a recepção de suas ideias; quem eram os leitores e quais suas estratégias de leitura e que sentidos eles atribuíram aos textos diante de suas realidades? Para responder essas questões se utilizam dos manuais e de outras fontes militares do século XVIII, disponíveis em acervos localizados em instituições de pesquisa portuguesas e brasileiras. Na busca de identificar as apropriações e significados atribuídos aos regulamentos de Lippe em suas práticas foram selecionados dois casos: um ocorrido em Portugal e outro na América portuguesa, percebendo as dimensões sociais, institucionais e culturais dos militares envolvidos.

### **Leituras e bibliotecas militares: a construção do *Espírito Militar***

Além dos manuais militares e outras recomendações escritas, Lippe enviou diversas obras para serem traduzidas e determinou a instalação de bibliotecas militares (LIPPE, 1778)<sup>2</sup>. Para ele, o oficial deveria ter formação específica. Nesse projeto, destacavam-se o Real Colégio dos Nobres e a Academia Militar. Lippe entendia que a *dignidade militar* deveria revestir o cargo de oficial, independentemente de ser fidalgo ou não. Para ele, a nobreza provinha da profissão das armas e não da antiguidade dos pergaminhos<sup>3</sup>. Considerava a leitura fonte para formar-se “o *espírito militar* e prover-se de ideias, pois por ela se enriquecia com as luzes e com as experiências dos outros” (LIPPE, 1773, § IV). Exortava aos oficiais que se dedicassem à leitura em suas horas de descanso. Para tal, em cada regimento, sob a responsabilidade do comandante, haveria um número de livros militares. Em princípio, os exemplares de cada livro estariam em sua língua original e, quando possível, as obras seriam traduzidas. Os empréstimos seriam feitos aos oficiais mediante recibo. Após um mês, os livros seriam devolvidos à biblioteca para serem emprestados a outros oficiais ou para realizar-se a renovação dos recibos (LIPPE, 1773, § V). O acervo básico da biblioteca militar de cada guarnição seria composto pelas seguintes obras:

Arte da Guerra, do marechal de Puysegur; Memórias do marquês de Feuquieres; Instruções d’El Rei da Prússia aos seus generais com um

---

<sup>2</sup> Um dos tradutores do Conde de Lippe foi o Sargento-Mor Joaquim de Noronha.

<sup>3</sup> Lippe, visto como um proto-iluminista por Rui Bebiano (1989), procurou delinear as regras da profissão militar e também de etiqueta e sociabilidade que assegurassem ao oficial o seu lugar na escala de respeitabilidade.

tratado de cavalaria ligeira; Arte da Guerra, do Conde de Turpim; Memórias de Montecuccoli; Reflexões militares e Política, do Marquês de Santa Cruz; Arte da guerra prática; A pequena guerra ou tratado do serviço da tropa ligeira em campanha, de Grand Maison; Tratado da pequena guerra, de La Croix; e Engenheiro de campanha, de Clairac (LIPPE, 1773, § VII).

Além dessas obras a biblioteca deveria possuir livros e regulamentos militares publicados na Espanha, pois era “conveniente achar-se instruído do conhecimento militar dos seus vizinhos” (LIPPE, 1773, § VIII). Numa perspectiva que valorizava uma historiografia militar fundada nos grandes fatos e virtudes militares, Lippe incitava um “escritor hábil” a enriquecer a biblioteca:

com um compêndio de fatos que apresentassem exemplos daquelas virtudes sublimes que o estado militar tem a gloriosa vantagem de dar particularmente ocasião de se praticarem atos tais como o heróico sacrifício das vidas, a constância nos trabalhos e perigos, a obediência cega e resignada, o desinteresse a magnanimidade com os vencidos. Será necessário fazer escolha destas passagens históricas com discernimento não admitindo senão aquelas que forem bem verídicas (LIPPE, 1773, § IX).

Algumas advertências eram feitas em função das práticas de leitura. As luzes adquiridas pelo estudo eram tão necessárias para “saber obedecer como para mandar com inteligência”. Alguns espíritos, por terem lido muito, “se deixavam levar tão fortemente da opinião do seu próprio saber, que por este meio se enfraquecia e diminuía o respeito e a atenção devido a seus superiores”. Outros se transportavam para além da sua esfera e, supondo-se “habilitados para postos mais elevados do que a sua atual situação, se descuidavam das obrigações do cargo que ocupavam”. Lippe considerava a subordinação como a alma do serviço e que, sem ela, eram inúteis as melhores qualidades militares (LIPPE, 1773, §§ XII-XVIII).

Para as aulas realizadas nos regimentos de artilharia eram indicados autores específicos e, segundo o *Plano de Estudos*, estava proibido, sob pena de expulsão das aulas e dos regimentos, “que algum oficial compre ou retenha outro livro de profissão que não sejam os que foram determinados para os seus estudos”. Os livros obrigatórios para a artilharia eram: *Curso de matemática*, de Bernard Forest de Béliador; *Mecanismo de Artilharia*, de Joseph Dulac; *Ataque e defesa das praças*, de Sébastien Le Preste de Vauban; obras de Jean-Florent de La Vallière; Lormee; Surirey de Saint-Rémy e Joseph Dulac. Para a Engenharia: *Engenheiro de Campanha*, de Clairac e as obras de Le Blond (LIPPE, 1766).

Em meados do século XVIII existiam bibliotecas militares particulares na América portuguesa, como foi detectado por Villalta (2001). Entre essas bibliotecas estava a de José

Antônio Freire de Andrada, que foi governador interino das capitanias de Rio de Janeiro e Minas Gerais (1751-1758) e pai do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante do Regimento de Cavalaria de Minas (1775). Ele possuía uma biblioteca com doze títulos de obras militares escritas em francês e espanhol.

A *Disciplina Militar*, nos moldes de Lippe, teria reflexo por meio da elaboração de manuais e leis que procuravam enaltecer a “*profissão e as virtudes militares*”. Como exemplos citam-se os casos de Manuel da Silva e do Tenente José Marques Cardoso. Manuel da Silva foi mencionado por Loriga (1991). Ela destacou que Manuel da Silva, que estava a serviço da Corte Piemontesa durante as reformas militares de 1775 e de 1786 concebeu, entre outras ações, uma biblioteca militar, com o objetivo de tirar os jovens militares dos cafés, além de criar um estabelecimento escolar para os filhos dos militares. Já em Portugal, o Tenente José Marques Cardoso publicou *Elementos da Arte Militar* (1785). Seu manual tinha como pontos centrais a valorização dos livros, a história militar e a prática da arte da guerra centradas na disciplina e na ordem. Sobre a importância dos *livros militares permitidos* afirmava que eles:

são a luz da verdade, presidentes da memória, embaixadores da eternidade, cujos conselhos são tão mais seguros quanto mais despidos de afetos e respeitos humanos, eles são testemunhos dos tempos, uma vida de entendimento, mestres da vida, mensageiros da antiguidade. Servem para instruir reis e generais (CARDOSO, 1785, Liv. I § XIV).

O soldado deveria “abster-se de murmurações, ajuntamentos e livros profanos” (CARDOSO, 1785, Liv. I § XVI). No pensamento de Cardoso identificam-se ideias de Lippe: necessidade de um “exército permanente e sempre exercitado” e a criação, em cada província, de uma *aula militar* ou *academia*, “onde pudesse entrar *toda a casta de pessoa*: órfãos, bastardos, enjeitados, mendicantes e pessoas mais distintas que particularmente ou na mesma aula se quisessem iniciar e instruir na *arte da guerra*” (CARDOSO, 1785, Liv. V § VI).

## **Representações e apropriações dos manuais do Conde de Lippe**

A luta pela representação da *Disciplina Militar* se deu por meio do embate entre as práticas de matriz prussiana e a cultura militar portuguesa e pode ser captada nas narrativas realizadas por militares estrangeiros, como o Capitão Diogo Ferrier. Esse oficial era natural da Escócia e estava a serviço da Inglaterra quando desembarcou em Portugal em 1762, na função de Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro. Entre 1765 e 1780 comandou o Regimento de Artilharia do Porto. Em 1780, como Brigadeiro, pediu demissão do Exército Português e retornou à Inglaterra, onde escreveu *Sketches of society and manners in Portugal*, sob o pseudônimo de Arthur Willian Costigan. Seu livro é composto por cartas dirigidas a um irmão em Londres. Nele narrou fatos envolvendo militares portugueses dentre os quais

destacam-se situações que mostravam os choques entre as sentenças dos *Conselhos de Guerra*<sup>4</sup> e a decisões da Coroa portuguesa.

Em uma de suas cartas Ferrier narrou o caso de um tenente do Regimento de Cavalaria de Bragança. Esse oficial, mediante atestados de doença, passados por médicos e cirurgiões impostores, além de licenças extorquidas, encontrou maneira de nunca prestar serviço no seu regimento. O tenente fazia a corte a uma freira de um convento de Bragança e, após conseguir introduzir-se naquelas instalações, desencaminhou a religiosa e continuou suas visitas clandestinas por muito tempo, até que “se aborreceu por saciedade”. Dirigiu-se então a outra freira do mesmo convento, irmã da anterior, obtendo o mesmo êxito. Porém, essa segunda intriga foi descoberta pela freira enganada. Esta avisou ao bispo que contactou com o comandante da guarnição em que servia o tenente. O convento foi cercado por tropas. O militar foi preso e conduzido para a prisão da guarnição de Chaves. Foi julgado por um *Conselho de Guerra* e, provada a sua culpa, condenado em conformidade com a lei. A sentença foi mandada para a Corte para ser aprovada, consoante a forma ordinária e “segundo o costume, foi deitada para baixo da mesa e ali ficou”. O culpado permaneceu por muito tempo prisioneiro em Chaves. Como a resposta final não vinha da Corte, obteve do governador, como especial favor e mediante o empenho de sua palavra que iria proceder bem, a liberdade de passear na vila. Então, para se distrair, fez a corte a uma senhora cujo marido, velho fidalgo, possuía uma pequena fortuna. Obteve tal êxito nessa intriga que os amantes combinaram ministrar ao marido uma determinada porção de veneno, preparada pelo oficial. O tenente e sua amante, após furtarem duas montarias, fixaram-se na Espanha, próximo da guarnição comandada por Ferrier<sup>5</sup>.

Narrou o Brigadeiro Ferrier que a Rainha perdoou o tenente do crime de “conhecimento carnal de uma das esposas de Cristo”, da repetição do mesmo crime com outra freira, do duplo adultério (pois era casado), de ter faltado com sua palavra ao governador, do adultério com a mulher do fidalgo, do crime de matar o marido da amante, do furto de duas mulas e da deserção para um reino estrangeiro. Finalmente, foi reintegrado ao mesmo posto e regimento de que fora expulso por sentença do *Conselho de Guerra*,

---

<sup>4</sup> Por determinação do Conde de Lippe, a partir de 1763 foi instituído em cada regimento português um *conselho de guerra*. O conselho era um tribunal militar formado por militares do próprio regimento, que assumiam os cargos de presidente, vogais e auditor. Juntos julgariam os delitos praticados pelos membros do seu corpo militar.

<sup>5</sup> A pena para o crime de deserção era estipulada no artigo XIV, dos Artigos de Guerra: “todo aquele que desertar ou entrar em conspiração de deserção ou sendo informado dela a não delatar se for em tempo de guerra será enforcado e aquele que deixar a sua companhia ou regimento sem licença para ir ao lugar do seu nascimento ou a outra qualquer parte que seja será castigado com pena de morte, como se deserta-se para fora do Reino, e sendo em tempo de paz, será condenado por seis anos a trabalhar nas fortificações” LIPPE (1763, Cap. IX).

ordenando-se que fosse comunicado ao Regimento que Sua Majestade castigaria severamente todo aquele oficial que levantasse a mais pequena dificuldade em servir com ele. A Rainha ordenou que todas as notas ou assentos da deserção do *Conselho de Guerra* relativas a esse oficial e tudo quanto lhe dissesse respeito fossem completamente riscados e raspados, para que não existisse no futuro lembrança do caso (COSTIGAN, 1787, Carta XVIII). A despeito das penas para deserção estarem definidas nos *Artigos de Guerra*, estas não eram aplicadas aos transgressores. Sobre essa questão afirmou Ferrier que:

a lei pune a deserção como um crime capital, na maior parte dos regimentos muitos soldados foram acusados desse crime e declarados culpados mas em nenhum caso foi aplicada a lei, do que resultou um relaxamento completo da disciplina, e por toda a parte os soldados riem-se quando pronunciam a sua sentença nos tribunais militares (COSTIGAN, 1787, Carta XIX).

Todos os militares eram obrigados a pautar suas ações de acordo com os *Artigos de Guerra*. Esses artigos serviam de base ou de leis fundamentais para todos os *conselhos de guerra*. Eram lidos nos dias de pagamento na frente das companhias para todos os soldados. Além dessa prática acrescenta-se que nenhum soldado poderia realizar o juramento de fidelidade aos estandartes sem que primeiro fossem lidos e explicados os 29 Artigos de Guerra.

Nos finais de 1764 Lippe declarava que o “essencial da obra estava feito. Existia um exército, leis e *Artigos de Guerra*, um regulamento sobre organização, composição, disciplina, serviço, instrução, justiça, pagamento e recrutamento da tropa”<sup>6</sup>. Agora, era necessária uma vigilância incansável no sentido de fazer cumprir as determinações, o que seria possível mediante as revistas e inspeções<sup>7</sup>. Na América portuguesa o *Inspetor Geral das Tropas* foi o Tenente-General Johan Heinrich Böhn (1730-1783). Ele era natural de Bremen, no norte da Alemanha e em 1767 desembarcou no Rio de Janeiro, onde seria o responsável pela aplicação dos Regulamentos de Lippe no, que dizem respeito à tríade organização, tática e disciplina. Sobre a atuação do Tenente-General Böhn, o Vice-rei Marquês do Lavradio (1769-1779) afirmava que ele

exercitava com bastante aspereza a tropa e seus oficiais, pôs em prática a execução do Regulamento [do Conde de Lippe] ainda em muitas daquelas coisas que, aliás, não são praticadas neste país, pelos prejuízos graves que geralmente se podem seguir, assim à vida dos homens como ao Estado [...]”<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> *Observações militares* dirigidas ao Conde de Oeiras pelo Marechal-General Conde de Lippe, 5/9/1764.

<sup>7</sup> Além das revistas dos inspetores, de três em três meses alguns oficiais realizariam revistas extraordinárias. Nesta época o Conde de Lippe designou o marechal de campo Böhn para realizá-las.

<sup>8</sup> Relatório do Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro, 19/6/1779. ANRJ. Cód. 71, fl. 3.

O Vice-rei queixava-se do “excesso de jurisdição do Tenente-General”. Para ele, a aspereza com que a tropa era tratada seria o motivo das deserções. Ao assumir o vice-reinado, o Marquês do Lavradio chamou a si “toda a jurisdição” que lhe pertencia, fazendo o Tenente-General reconhecer a superioridade do lugar do Vice-rei<sup>9</sup>. Dentre as medidas tomadas pelo Marquês do Lavradio estaria a realização dos exercícios militares nos meses “mais competentes”<sup>10</sup>. Böhn comandou as tropas que atuaram no Rio Grande (1775-1779), expulsando os espanhóis de São Martinho (1/10/1775), Santa Tecla (1776) e Vila do Rio Grande (1/4/1776). Com o fim da guerra, Böhn retornou ao Rio de Janeiro e ali viveu por quatro anos. No dia 17 de julho de 1782, quando fazia, aos 75 anos de idade, seu costumeiro exercício de equitação, sua montaria *rodou*. Em consequência, Böhn sofreu graves ferimentos, a que sobreviveu por mais de um ano. Como não se restabelecia, o Vice-rei relatou a impossibilidade do Tenente-General continuar na inspeção, direção e disciplina das tropas. No mesmo ofício, o Vice-rei informou que

o desastre que o pôs naquela impossibilidade, e de que parece quis servir a Providência para o arrancar da triste infelicidade em que foi criado e sempre viveu sujeito aos erros de Calvino, reconciliando-o com a nossa Santa Igreja Católica Romana por meio de uma abjuração confirmada pelos sinais mais expressivos de uma vontade deliberada pela razão e de um coração convencido pela verdade<sup>11</sup>.

A luta pela representação da Disciplina Militar, as práticas de leitura e as apropriações dos regulamentos do Conde de Lippe continuariam na América portuguesa.

### Referências bibliográficas

BEBIANO, Rui. Elementos de um barroco militar. *Revista de História das Ideias*. Cultura Política Mentalidade. Faculdade de Letras, Coimbra. Vol. 11, 1989, p. 113-127.

BRITO, Pedro de. Os regulamentos do Conde de Lippe. In: SILVA, Mário J. Freire da; MIRANDA, Silva Tiago C. P. dos Reis (Orgs.). *Libros Relege, Volve, Lege*. O livro antigo na Biblioteca do Exército. Lisboa: Biblioteca do Exército, 2018.

CARDOSO, José Marques. *Elementos da arte militar ...* Lisboa: Offic, Patr. De Francisco Luiz Ameno, 1785. Biblioteca Nacional de Portugal.

---

<sup>9</sup>*Ibidem*, fl. 7. Situação essa que não foi prontamente aceita por Böhn.

<sup>10</sup>*Ibidem*, 71, fl. 8. Böhn era visto pelo Vice-rei como um oficial “hábil na profissão, muito bem instruído e com bastante prática”. Tinha um “caráter muito forte”, era desconfiado, mas possuía “a maior sinceridade”.

<sup>11</sup> CARTA de Luiz de Vasconcelos e Souza a Martinho de Mello e Castro relatando o desastre acontecido ao Tenente-General Böhn e de haver ele abraçado a religião católica. Rio de Janeiro, 17/8/1782. Conselho Ultramarino. Vol. 30. P 114v-120. Arq. 1.2.1. IHGB. Böhn faleceu em 22/12/1783 e foi sepultado no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

COSTA, Fernando Dore. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXXIII (149), 1998, p. 969-1017.

COSTIGAN, Arthur William. *Sketches of society and manners in Portugal: in of letters*. London: printed for T. Vernor, Birchinn-Lane, Cornhill, 1787.

LIPPE, WilhelmSchaumburg. Instruções Geraes relativas a varias partes essenciaes do Serviço Diario para o Exercito de S. Magestade Fidelissima... Lisboa: Na oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Cardeal Patriarca, 1762.

\_\_\_\_\_. *Regulamento para o exercicio e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima ...* Lisboa: Secretaria de Estado, 1763.

\_\_\_\_\_. *Direções que ham de servir Para os Senhores Coroneis, Tenentes Coroneis, e Majores dos regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima executarem com precizão os grandes movimentos de Tropas...* Lisboa: Secretaria de Estado, 1767.

\_\_\_\_\_. *Plano, Que Sua Magestade manda seguir e observar no Estabelecimento, Estudos, e Exercicios das Anlas dos Regimentos de Artilharia*, de 15/7/1763 e Alvará de 4/06/1766.

\_\_\_\_\_. *Memória sobre os exercícios de meditação militar para se remeter aos senhores generais e governadores de províncias a fim de se distribuir aos senhores chefes de regimentos dos exércitos de Sua Majestade*. Hagenbourg, 20 de setembro de 1773.

\_\_\_\_\_. *Compêndio das diversas obras que o Conde de Lippe remeteu ao brigadeiro Christiano Frederico de Weinholtz, para serem traduzidas na língua portuguesa e entregues a esta Corte*. 1778. Biblioteca Nacional de Portugal. Reservados. Cód. 927.

LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire: L'armée piémontaise au XVIII siècle*. Paris: Metha, 1991.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII*. 2001. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, v.1, p. 77-96, 2001.





## O rei de papel e um governo informal: alcances e limites da cultura escrita nas franjas dos impérios ibéricos

Thiago Enes  
Mestre em História Moderna  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal Fluminense  
[enes.thiago@gmail.com](mailto:enes.thiago@gmail.com)

“Que será daquelas regiões remotíssimas onde o rei, as leis, onde a justiça, onde a verdade, onde a razão e onde até mesmo Deus parece estar longe?”

Pe. Antônio Vieira. Sermão da Terceira Domingo da Quaresma na capela real em 1655.

Com a difusão da escrita e da cultura erudita a Idade Moderna assistiu a ereção de verdadeiras monarquias de papel. Discursos políticos, projetos de governo e relatórios administrativos circulavam por entre uma intrincada rede relacional centrada numa intensa troca epistolar, que unia os monarcas e suas diferentes possessões. Mas nem sempre foi assim. Antes, a extraordinária itinerância dos reis, como assinalou Walter Rossa,<sup>1</sup> percorria o território da antiga Lusitânia praticamente de norte a sul, e permitia grande proximidade entre a nobreza.<sup>2</sup> As decisões políticas competiam a um restrito círculo de notáveis cujas ideias e posições eram creditadas, obviamente, ao alto grau de suas linhagens, boa instrução ou mesmo à desígnios espirituais.

Entre os reis portugueses, alguma destreza frente ao papel, pena e tinta começou a esboçar-se com a sedentarização das cortes em Lisboa. A primazia parece ter sido conquistada frente a sua localização às margens do rio Tejo, o que lhe rendeu certo *ethos* de maritimidade. O comércio internacional e a grande circulação de pessoas elevaram a fama da atlântica “alfacinha”, cuja glória parecia ser cosmopolita.

Ademais da sedentarização da *entourage* real e definição de Lisboa como centro político, econômico e cultural, novo impulso para o estabelecimento da comunicação escrita

---

<sup>1</sup> ROSSA, Walter. “Ensaio sobre a itinerância da capitalidade em Portugal”. In: LIBBY, Douglas Cole (Org.) *Cortes, Cidades, Memórias: trânsitos e transformações na modernidade*. Centro de Estudos Mineiros: Belo Horizonte. 2010. p. 14.

<sup>2</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. “D. Afonso Henriques: rei portugalense ou rei português? D. Afonso Henriques e a sua época”. In: *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 1, Câmara Municipal/ Universidade do Minho. Guimarães. 1997.

veio, certamente, fruto da expansão. Desde os momentos iniciais dos chamados grandes descobrimentos, as notícias sobre as empreitadas marítimas, terras e povos até então desconhecidos foram reportados aos reis e aos nobres que as sustentaram financeiramente por meio dessas correspondências. Não seria desmedido afirmar que o bem-aventurado D. Manuel I, rei de Portugal e Algarves, e primeiro monarca a assumir o egrégio título de “Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia” governava com certa desenvoltura através de epístolas que circulavam com relativa liberdade entre corte e conquistas.

Mas é o período Filipino o comumente apontado pela historiografia em decorrência de uma série de transformações significativas na forma de governar em grandes espaços. Paralela a centralização monárquica em curso na Europa, as regalias, ou seja, as mercês ampliavam os poderes diretamente concedidos pelo rei à terceiros e foram sendo progressivamente alargadas. Com elas, os governadores-gerais passaram, cada vez mais, a representar a régia vontade em longínquos domínios. Ao mesmo tempo em que aglutinavam denotadas funções e ampliavam seu espectro de poder longe da corte, estes homens se viram obrigados a reportar os acontecimentos e seus principais atos, enviando notícias constantes à Lisboa.<sup>3</sup> Essa delegação de funções também passou a ocorrer entre os funcionários e o monarca da Coroa espanhola, chamando a atenção de John Elliot, que pontuou:

Os funcionários da coroa nas Índias, dispendo teoricamente de plena liberdade nos grandes espaços abertos de um grande Novo Mundo, viram-se acorrentados por cadeias de papel ao governo central da Espanha. Pena, tinta e papel eram os instrumentos com que a coroa espanhola respondia aos inéditos desafios da distância implícitos na posse de um império de amplitude mundial.<sup>4</sup>

As particularidades da dinastia filipina em relação a escrita também foram sublinhadas por Fernando Bouza Álvares, para quem a ereção de um governo escrito foi característica tão denotada a ponto do rei Filipe II poder receber a alcunha de rei papeleiro, ou mesmo de rei ausente.<sup>5</sup> A partir de meados dos seiscentos a prática de relatar minuciosamente as decisões tomadas pelos membros do governo passou a ser recorrente, e revelava uma estratégia da monarquia para contornar os problemas causados pela vastidão e larga abrangência imperial lusitana, que desaguava na presença débil de um rei afastado e, por

---

<sup>3</sup> COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. *Op. Cit.* p. 106-114.

<sup>4</sup> ELLIOT, John H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina*. América Latina Colonial, vol. 1, São Paulo: EDUSP, 1997. p. 287.

<sup>5</sup> BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempos dos Filipes*: política, cultura e representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito*: Una Historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons Historia, 2001. p. 140.

vezes, faltoso. Assim, estabelecer uma eficiente rede de comunicação regular por meio de cartas possibilitou que as instâncias administrativas e da justiça tivessem seu aporte burocrático concretizado e seus conflitos dirimidos em razão da sedimentação do governo por escrito.<sup>6</sup>

À primeira vista, a centralidade do monarca e sua inelutável soberania poderia dar a crer numa hegemonia para administrar todo o império. Porém, essa mesma hegemonia – altamente centralizada – parecia diluir-se, quase por completo, na medida em que a administração indireta e o sistema de representação transferia poderes a um vasto séquito de funcionários. E a corrente prática de atribuição de funções poderia assumir feições ainda mais delineadas ao cruzar-se o oceano.<sup>7</sup> Desdobrando-se em graus descendentes, o poder nascia no topo de uma espiral emanado das ordens do ocupante do trono e se estendia até as Câmaras Municipais, bases da extensa pirâmide administrativa, se fragmentando em mínimas parcelas até encontrar os ofícios ordinários e alcançar os mais vastos e longínquos rincões perdidos por entre as entranhas sertanejas.

Foram as Câmaras Municipais os grandes pilares da sociedade portuguesa, elementos de unidade e continuidade entre reino e seus domínios, assim como o *Cabildo* espanhol, a *Township* da Nova Inglaterra e o *County* das colônias britânicas do centro e do sul dos Estados Unidos, subdivisões administrativas locais de maior importância.<sup>8</sup> E foram justamente alguns desses ofícios camarários, sempre vistos como menores, desprezados por muitos investigadores, que acreditamos capazes de fabricar nós no extenso fio da narrativa tecida pelo poder que era costurado em Lisboa. À título de exemplo, a opinião de Capistrano de Abreu nos parece paradigmática:

A cada vez me convenço mais que João Francisco Lisboa falseou a história, dando-lhes uma importância que nunca possuíram as municipalidades. Só quando havia alvoroço, apareciam ligeiramente, em feições semelhantes às que os castelhanos chamavam *cabildo abierto*; fora

---

<sup>6</sup> MENDES, Caroline Garcia. “A escrita e o envio de cartas do governador-geral Francisco Barreto (1657-1663)”. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. UFPE. nº 32.1, 2014. LUCHETTI, Nayara Vignol. “Administração por escrito: a circulação de notícias entre Brasil e Portugal (XVII-XVIII)”. In: *Temporalidades – Revista de História*. Belo Horizonte. Vol. 9, nº 3, 2017. p. 328. SANTOS, Marília Nogueira. *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo geral do Brasil, 1690-1694*. Dissertação de mestrado em história. Niterói: UFF, 2007. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Sentir, escrever e governar: a prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio (1768-1779)*. São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>7</sup> HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do poder.” In: HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. *Op. Cit.* p. 123; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia). São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 309. WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. “O funcionário colonial entre a sombra e o rei”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Op. Cit.* p. 144.

<sup>8</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural?”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 55, n. 109, 1977. p. 26. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77329/81186>> Acesso em 08/07/2018.

disto, nomear almotacéis, aferir medidas, mandar consertar pontes, estradas e calçadas consumia-lhes todo o tempo.<sup>9</sup>

Ainda que o relevo das municipalidades se visse diminuído, estava a cargo de alguns juizes municipais, os chamados almotacés – sublinhados por Capistrano de Abreu – grandes funções de impacto direto na vida cotidiana, como zelar por construções e reformas diversas em seio citadino, incluindo casas de particulares, edifícios públicos, chafarizes e pontes, adequando as obras às normas locais.<sup>10</sup> Eram eles os conclamados pela Câmara para garantir o abastecimento de água potável, zelando pelas fontes públicas e regulando sua justa e equânime distribuição, mesmo em períodos de grave seca, como a que se abateu sobre o Rio de Janeiro em pleno verão e transformou as fontes e bicas da cidade em verdadeiros campos de batalha,<sup>11</sup> ou em 1772 quando o Senado de Mariana recebeu queixa de que:

(...) muitas negras, mulatos e negras [que] vão lavar roupas se vão de sujar aos chafarizes, fontes públicas desta cidade inundando águas, de sorte que os cavalos não podem beber, motivo porque mandamos que toda pessoa que for apontada lavando qualquer coisa nos ditos chafarizes e fontes públicas seja preso na cadeia desta cidade, onde não serão soltos sem pagarem condenação de duas oitavas de ouro.<sup>12</sup>

Ainda sob a alçada dos vigilantes almotacés residia outra tarefa de difícil equação, tendo em vista que os migrantes que deitavam residência nas vilas e cidades da América, vindos do isolamento dos campos ou de diminutas aglomerações também deixavam para traz uma economia de autossustentação e um cotidiano iminentemente rural. O simples fato dos municípios concentrarem número maior de moradores do que áreas rurais fazia com que atividades cotidianas simples, anteriormente inócuas, se transformassem em sérias questões sanitárias,<sup>13</sup> além de acarretar problemas na distribuição de víveres e no acesso ao mercado de forma igualitária. Questões aparentemente pequenas, menores aos olhos dos historiadores do político, uma vez que raramente monturos de lixo constituíam temas dignos de figurar nas correspondências administrativas, mas que se não equacionadas pelos juizes camarários incorreriam em grandes problemas urbanos, desaguando em seríssimas agitações sociais.<sup>14</sup>

---

<sup>9</sup> ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: INL, v. 2. 1954. p. 28.

<sup>10</sup> ENES, Thiago. *De como administrar cidade e governar impérios: almotacaria portuguesa, os mineiros e o poder*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

<sup>11</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder, Autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro. ca. 1780-1820”. In: *Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF. Vol. 7-nº13. Niterói: UFF, 2002, p. 137.

<sup>12</sup> REGISTRO de Edital de 26 de agosto de 1772. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 462, fl. 152.

<sup>13</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência de salubridade iluminista”. In: *Topoi*: Revista de História. Vol. 06, nº 10 – jan – jun. 2005, p. 102.

<sup>14</sup> *Passim*. ENES, Thiago. *Op. Cit.*

Assim, a almotaçaria declarou uma verdadeira guerra aos moradores que se negavam a manter cães, porcos ou mesmo vacas e cavalos longe das vias públicas, aparentemente por muitos não associarem a presença e os costumes desses animais à causa de certas doenças, ainda muito apegados ao ritmo da vida no campo e distantes do processo civilizatório de padrão europeu que os portugueses tentavam impor. As Câmaras tentavam alertar os moradores, advertindo-lhes que os porcos soltos a vagar pelas ruas das cidades representavam grande prejuízo “por causarem ruína em casas, pontes e à saúde”,<sup>15</sup> pelo que os animais deveriam ser reconduzidos aos seus cercados “sob pena de que todos [que] se fizerem se procedam contra ele nas posturas desse senado e que venham assim de todos não alegar ignorância”.<sup>16</sup>

Em Catas Altas da Noruega, distrito mineiro de Ouro Preto os almotacés estavam autorizados a multar os moradores em uma oitava de ouro, dobrando-se o valor em casos de reincidência, além de proceder o abate dos animais.<sup>17</sup> A medida um tanto drástica adotada na localidade até poderia parecer desmedida, mas é fato que alguns meses antes da publicação desse edital porcos soltos foram responsáveis por fazer vir abaixo as frágeis paredes da única capela que os moradores dispunham para suas preces.<sup>18</sup>

Passagens quase anedóticas aos olhos contemporâneos – como as descritas – somam-se à formulação de uma política extrementícia gerida pela almotaçaria, que formulou normas, encarregou-se de divulgá-las amplamente e multar os moradores que ficavam obrigados a alertar os transeuntes sempre que algum líquido fosse lançado do interior das residências para o espaço público:

Quem lançar água nas ruas sem dizer água vai três vezes se for de noite pagará cinqüenta réis e de dia dez réis. E se tal água que deitar de dia for fedorenta pagará os ditos cinqüenta réis. E os que em tais penas incorrerem serão os senhores da tal casa sempre citados em pessoa e demandados. E se a dita água lançar de noite o jurado que a tal água encoimar será obrigado a catar a porta ou janela donde vir que se lançou a tal água.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> REGISTRO de Edital de 14 de janeiro de 1792. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 209, fl. 09.

<sup>16</sup> REGISTRO de Edital de 08 de dezembro de 1751. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 462, fl. 92.

<sup>17</sup> REGISTRO de Postura da Câmara de 17 de fevereiro de 1749. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 660, fl. 28.

<sup>18</sup> REGISTRO de Edital de 08 de outubro de 1748. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 554, fl. 119. Em 1743 foi a vez da igreja do Arraial de Piranga que, surpreendentemente sofreu “grave dano” pela ação das criações de porcos. Ver: REGISTRO de Edital de 13 de agosto de 1743. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 554, fl. 19.

<sup>19</sup> ARQUIVO Coimbra, v. 4, p. 178. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. Cit.* p. 114.

Como vemos, além de razões sanitárias as cidades estavam dotadas de um ordenamento jurídico popular, sutil, amplamente conhecido e que visava evitar conflitos cotidianos. Desfazer tensões também constituía outra atribuição dos almotacés, que encarnavam uma espécie de “juízo de mínimas causas” arbitrando desavenças e disputas surgidas entre moradores e vizinhos. Em 1749, Paulo de Souza, um morador da Leal Cidade de Mariana, nas Minas Gerais, abriu processo na justiça alegando ter em sua residência “parede velha de pau a pique, podre e prestes a cair ao chão, escorada por cinco paus em vista das chuvas”.<sup>20</sup> A parede avariada era fronteira ao terreno de Felipe da Costa, e o suplicante recorreu à justiça na esperança de obrigar seu vizinho a arcar com metade das despesas de uma nova construção. Processos como estes, corriqueiros, existiram aos milhares nas Câmaras Municipais e, durante muito tempo, não chamaram atenção dos pesquisadores, que mantiveram seus olhos fixos à alta administração e voltados, unicamente, para as grandes decisões políticas. Ocorre que alguém deveria arbitrar esses episódios conflituosos, fazendo valer a lei que emanava das posturas e, em última instância, do rei, ficando o almotacé responsável pela deliberação.

Se o caso nos possa parecer deveras fortuito, há que se considerar que os fatos somente nos chegaram porque não houve acordo selado entre as partes, e o almotacé se viu compelido a acionar instância superior. Na maioria dos casos, justamente por serem consideradas menores, comezinhas e sem grande importância, as questões ajuizadas pelo baixo funcionalismo eram passíveis de sentenças verbais. Ao fim e ao cabo os almotacés e outros vários oficiais das Câmaras Municipais geriam a vida material, eram o fiel da balança de inúmeras querelas que ocorriam diuturnamente devendo, inclusive, evitar apelações ou agravos que gerassem morosos processos formais na justiça, numa terra onde o rei era apenas uma ideia, algo confuso, impreciso, disforme e longínquo.

Assim, nos parece que as missivas e os vários discursos sobre a administração que circulavam pela intrincada rede de informações que unia todo o reino eram sempre tardios, morosos, estavam sempre um passo atrás dos acontecimentos e quase sempre, eram incompletos frente a pluralidade de situações vividas, especialmente entre os mais pobres e isolados, para quem parecia existir uma outra forma de se fazer justiça.



---

<sup>20</sup> AUTO de Notificação de 14 de novembro de 1749. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Cód. 167 – 2º ofício, auto 3992.

## **A devoção mercedária entre o escrito e o vivido: os livros de compromisso e as dinâmicas confrariais nas Minas Setecentistas**

Vanessa Cerqueira Teixeira  
Mestra em História  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[vanessa.cerqueira.teixeira@gmail.com](mailto:vanessa.cerqueira.teixeira@gmail.com)

As associações leigas foram agremiações compostas por homens e mulheres irmanados por certo sentimento de identificação, unidos por interesses em comum, por estratégias pessoais ou coletivas, sob a devoção de um santo protetor ou invocação mariana. Divididos por critérios como qualidade social, condição jurídica ou profissão, cada grupo social possuía seus oragos preferenciais, seja pela ação catequética de missionários, pela “assistência” diferenciada no mercado de bens simbólicos ou pela aproximação com suas histórias de vida. Ao longo da Idade Moderna, em meio à Reforma Católica, tais instituições disseminaram-se por toda Europa e para os territórios recém-povoados com a expansão marítima, reconfigurando-se juntamente aos empreendimentos coloniais e aos novos moldes da escravidão, chegando à América portuguesa, onde tiveram papel preponderante durante o período colonial, sobretudo nas Minas Gerais, tendo em vista as restrições de instalação das casas conventuais. Pertencer a uma irmandade significava a garantia de legitimidade para as práticas sociais e religiosas. Também possibilitava a maior participação dos “homens de cor” (pretos, crioulos, pardos), com o desenvolvimento de uma sociabilidade urbana, bem como contribuíam para a (re)configuração social e a constituição de identidades, para a interação e a mobilidade em uma sociedade hierárquica e desigual, como as de Antigo Regime.<sup>1</sup>

Com uma maior subdivisão do devocionário negro, surgem então as Irmandades de Nossa Senhora das Mercês, caracterizadas como instituições crioulas, direcionadas aos afrodescendentes nascidos nas conquistas portuguesas do ultramar, na condição de escravos, forros ou livres. Nesse sentido, com uma perspectiva cultural, este trabalho tem como proposta a análise dessa devoção em particular, que segundo a tradição católica possuía a

---

<sup>1</sup> BORGES, Célia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005; OLIVEIRA, Anderson. Santos de Cor: hagiografia e hierarquias sociais na América Portuguesa (Século XVIII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 169 (438), p. 09-27, jan./mar. 2008.

graça de libertar cristãos cativos e auxiliar na salvação de suas almas. No Setecentos mineiro foram fundadas cerca de vinte e uma confrarias; ou seja, foi a quarta devoção mais disseminada, superada apenas pelo Rosário, Santíssimo Sacramento e São Miguel e Almas, ambas irmandades iniciadas logo no início do povoamento, de forma geral originadas nas primeiras capelas e matrizes.<sup>2</sup> Porém, é preciso destacar que analisaremos de forma mais aprofundada os principais núcleos urbanos, como Mariana, Vila Rica, Vila Real do Sabará, Tijuco, São João e São José Del Rei.

Ao constituírem-se, quer em altares laterais das matrizes ou em capelas coletivas, muitas associações leigas optaram por sua institucionalização a partir do reconhecimento régio e eclesiástico de seus Livros de Compromisso, documento que sintetizava suas principais normas e diretrizes. Os Livros de Compromisso eram elaborados com base em um modelo padrão vindo de Portugal, mas seu conteúdo possuía variáveis moldadas de acordo com as necessidades dos membros. Além disso, torna-se fundamental ao historiador das irmandades compreender a dinâmica entre a teoria e a prática, o escrito e o vivido, por meio de outras tipologias documentais, outros manuscritos que exprimiram, em tinta e papel, o cotidiano associativo, como os Livros de Termos de Reuniões, Receitas e Despesas, Entradas de Irmãos, Eleições, Cerimonial e Causas Judiciais.

### **As associações leigas: tipologia e significados**

Segundo os dicionários do período, como os de Raphael Bluteau, Luiz Maria da Silva Pinto e Antônio Moraes Silva, “irmandade” era uma sociedade de pessoas que, a partir de um Compromisso e uma devoção a um santo, se obrigavam a fazer exercícios espirituais e contribuir ao culto; enquanto isso, confraria aparecia como uma irmandade, um ajuntamento de pessoas em função de exercícios espirituais e da piedade.<sup>3</sup> Quando as instituições de piedade ou caridade fossem reguladas por Estatutos, formando uma organização hierarquizada com caráter seletivo de admissão de membros, seriam denominadas irmandades. Já o nome mais particular de “confraria” era dado às irmandades mais voltadas à promoção de eventos e cultos religiosos públicos. Muitos historiadores preferiram não diferenciar os termos, pois em diversos casos uma irmandade se denominava confraria e

---

<sup>2</sup> BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>3</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira...* Typographia de Silva, 1832; SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza...* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.



vice-versa.<sup>4</sup> Quando uma confraria detinha o poder de agregação e concessão ou compartilhamento de privilégios e indulgências, tornava-se uma arquiconfraria. As ordens terceiras, por sua vez, eram as associações que se preocupavam com ideais de perfeição da vida cristã, administradas pelas normas e costumes específicos da ordem a que pertenciam, com ritos de noviciado e profissão (tempo necessário para a instrução do fiel na religião que iria professar, recebendo a disciplina da Regra seguida pela Ordem). Além disso, possuíam o privilégio de gozar de indulgências para a salvação da alma. Enquanto as irmandades respondiam ao bispo diocesano, subordinadas ao clero secular, as ordens terceiras respondiam à ordem primeira à que se filiavam, ao clero regular.<sup>5</sup>

As irmandades poderiam também dividir-se pelos nomes de irmandade de obrigação ou devoção. “Enquanto as primeiras estavam sujeitas às jurisdições eclesiásticas e seculares, possuindo livros internos próprios, [...] e submetendo suas contas às autoridades, as outras eram isentas destas formalidades e nem sempre tiveram vida longa [...]”.<sup>6</sup> As irmandades de obrigação, através de seus compromissos, tinham sua estrutura administrativa reconhecida pelas autoridades, com hierarquia, rotatividade de cargos, eleições e funções definidas. As devocionais ficavam, muitas vezes, sob os cuidados de uma irmandade de obrigação, sendo auxiliadas na organização do culto e das festividades.<sup>7</sup> Acreditamos que certas vezes existiram devoções variadas cultuadas em uma mesma irmandade, sendo realizada festa em dia específico. Nesses casos, poderiam ser constituídos juizados por devoção (“de promessa” ou “de santo”), referentes ou não a grupos étnico-sociais que visavam protagonismo e segregação do corpo associativo que compartilhava a devoção ao orago principal. Outras vezes, essas devoções foram denominadas como confrarias anexas ou subordinadas, sem desconsiderar ainda a possibilidade de várias irmandades, já formalmente oficializadas, dividirem um mesmo espaço sagrado em capelas coletivas.

## Os Livros de Compromisso por trás da vivência confraternal

No início do povoamento da Capitania de Minas Gerais não havia uma política efetiva de controle dessas associações religiosas leigas, e o único mecanismo utilizado foram

---

<sup>4</sup> Contudo, na teoria haveria alguma diferenciação, sobretudo segundo o Código do Direito Canônico (1917), que embora seja compilação recente, é praticamente idêntico à legislação canônica anterior a ele na temática confraternal. Ressalta-se que, segundo Caio Boschi, a legislação canônica referente às confrarias consta na Constituição *Quaecumque*, instituída por Clemente VIII, em 1604. BOSCHI, Caio César. Op. cit.

<sup>5</sup> Código do Direito Canônico, 1917 apud SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963; BOSCHI, Caio César. Op. cit.; BORGES, Célia Maia. Op. cit.

<sup>6</sup> BOSCHI, Caio César. Op. cit., p. 17.

<sup>7</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades. A sociabilidade confraternal entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1993.

as visitas eclesíásticas enviadas pelo bispado do Rio de Janeiro. A situação se modificou com a criação do bispado de Mariana em 1745 e com a política pombalina, quando o Rei exigiu exclusividade no direito de aprovar a ereção das irmandades seculares. Em 8 de março de 1765 foi expedida uma provisão pela Mesa da Consciência e Ordens, Tribunal responsável pelos assuntos de ordem religiosa, que notificava a obrigatoriedade de irmandades confirmarem seu Compromisso.<sup>8</sup> Elas receberam, assim, uma carta na qual se mencionava a Provisão Real, copiada em seus livros. Pelo que observamos, foi comum que o bispo reivindicasse a análise dos livros em seu teor religioso e recomendasse a devida confirmação pela Mesa da Consciência em seguida.<sup>9</sup>

Como introduzido anteriormente, de acordo com Russell-Wood, os Livros de Compromisso eram elaborados a partir de um modelo padrão advindo de Portugal, enquanto Caio Boschi afirmou que seu conteúdo possuía variáveis moldadas de acordo com as necessidades dos membros – suas funções, práticas associativas e as representações de si mesmos e do contexto em que estavam inseridos –, do local e período de confecção, do grupo social que representavam e do tipo de associação a qual se propunham organizar.<sup>10</sup> Podemos, então, nos questionar se as normas estabelecidas por eles correspondiam apenas a um mecanismo unilateral de controle, considerando que para a validação da irmandade era preciso receber a autorização régia de Portugal. A partir das contribuições de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, consideramos que para cada objeto de análise poderíamos pensar, ao mesmo tempo, em coerções e interdependências, localizando, dentro dessa rede de coações, um espaço de estratégias, que não funcionaria de forma homogênea para os indivíduos, nem sob uma mesma determinação social. Nesse caminho, podemos compreender as irmandades inseridas em um contexto maior de controle social enquanto determinação externa, mas também como instituições que produziam suas estratégias em resposta.<sup>11</sup> A historiografia recente sobre a temática tem demonstrado que a atuação dos sujeitos agremiados não correspondia apenas a uma conformação ou manutenção pacífica das hierarquias sociais e da dominação colonial. Se, por um lado, as associações leigas refletiam os mecanismos de

---

<sup>8</sup> O percurso, de modo geral, passava pelo requerimento de provisão de ereção da irmandade; pronunciamento e despacho das autoridades; expedição da respectiva licença; encaminhamento de aprovação e confirmação do compromisso; pronunciamento e despacho das autoridades; expedição de provisão de confirmação do compromisso; lavratura de termo de ciência às autoridades locais; juramento pela mesa diretora com a aceitação do teor da provisão de confirmação do compromisso. BOSCHI, Caio César. Em Minas, os negros e seus compromissos. In: *Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII* (Amilcar Vianna Filho Org.). Belo Horizonte: Claro Enigma, 2007.

<sup>9</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães. Op. cit.

<sup>10</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; BOSCHI, Caio César. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. *Acervo*. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Nacional v.1, n.1, jan.-jun.1986, p. 63-64.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

controle e dominação, por outro, eram importantes espaços de atuação e negociação frente às limitações impostas pela sociedade estamental em que estavam inseridas.

### **Pelas páginas dos estatutos mercedários nas Minas Setecentistas**

Como apontado anteriormente, embora tenham sido fundadas vinte e uma Irmandades de Nossa Senhora das Mercês na Capitania das Gerais, durante o período colonial, esboçaremos aqui apenas algumas considerações sobre os principais núcleos urbanos em que a devoção se manifestou, sobretudo quanto aos seus Livros de Compromisso: Mariana (1771), Vila Rica (Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, 1818, e Nossa Senhora do Pilar, 1814), Vila Real do Sabará (1778), Tijuco (1778), São João Del Rei (1806) e São José Del Rei (1796).<sup>12</sup>

De maneira geral, os Compromissos dividiam-se em capítulos, sob a forma de livros manuscritos de caligrafia elaborada, com a apresentação da irmandade ou disposições gerais; apresentação dos oficiais – os cargos dirigentes que compunham a Mesa Administrativa –; os critérios de admissão dos membros; os procedimentos de eleição e posse dos oficiais; o detalhamento dos cargos, suas obrigações e mesadas (juiz, escrivão, tesoureiro e procurador – além dos irmãos de mesa); os procedimentos de eleição e obrigações do capelão; as esmolas de entrada e anuais pagas pelos membros; a possibilidade de entrada de um novo membro em “artigo de morte”, que requeria um maior investimento financeiro por parte do fiel; a organização da festividade de Nossa Senhora das Mercês; as obrigações e os benefícios dos irmãos; a possibilidade de repreensão ou indicações de boa convivência; a definição de sacristão, andador e peditório de esmolas; as funções de sepultamento, acompanhamento, posse de esquife, informes sobre as sepulturas/covas próprias e sufrágios (certas vezes com hierarquias e privilégios para os membros que ocuparam cargos diretivos); auxílio a irmãos enfermos; as indulgências, os jubileus e os benefícios específicos da Religião Mercedária; e a necessidade de móveis, livros e ornamentos específicos nas igrejas, que seguiam as diretrizes das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

---

<sup>12</sup> AEAM. Irmandade Escapulário de N. S. das Mercês de Mariana. Compromisso (1771). Armário 8, prateleira 1; APNSCAD-OP. Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.5.1. Compromissos (1818-1820) – MF: 028. Cx 01, prat. 41, est. 09; APNSP-OP. Irmandade de N. S. das Mercês e Misericórdia de Vila Rica. Compromisso (1814-1815), v. 2209, MF 184/0273-0298; ANTT. Compromisso da Irmandade de N. S. das Mercês de Vila do Sabará (1778). D. Maria I - Chancelaria da Ordem de Cristo (C.O.C.)/Comuns - Livro 4, fs. 26-39v; AEAD. Irmandade de N. S. das Mercês. Livro de Compromisso (1778). Diamantina. Caixa 376, Bloco A; AMNSP-SJDR. Irmandade de N. S. das Mercês de São João del-Rei. Compromisso (1806); BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN, USP. Acervo Digital: Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé comarca do Rio das Mortes bispado de Marianna capitania de Minas Geraiz estado do Brazil instituido no anno de 1796. Projeto Brasiliana USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00604600#page/1/mode/1up>. Acesso em 01 abr. 2019.

As normas estipuladas (inclusive mesmos trechos) e sua própria ordenação apresentam grande semelhança, com a recorrência dos pontos citados acima, apesar de também observarmos singularidades e capítulos próprios às dinâmicas, condições e vivências específicas de cada instituição e localidade. A semelhança é ainda maior quanto às localidades mais próximas, como em vilas vizinhas ou de uma mesma comarca, o que indica a possibilidade de circulação desses compromissos como modelos, para além da existência de certa padronização advinda das tradições do Reino. Constatou-se também que na elaboração desses livros houve a participação dos oficiais de mesa, sem desconsiderar aqui o auxílio do capelão. Em alguns casos o documento foi lido em reunião para validação dos irmãos, como em Vila Rica, na Freguesia de Antônio Dias. Tal fato justificava-se, principalmente, quando o mesmo passava por reformas, com a alteração de alguma norma significativa. Nesse sentido, alguns compromissos retrataram a mudança do perfil dessas confrarias ao longo do tempo, recorrendo a sua atualização, como, por exemplo, quando uma agremiação deixou de restringir o acesso aos entrantes, ou começou a fazê-lo, e nos casos ainda em que alcançou o patamar de arquiconfraria ou ordem terceira, como em Vila Rica e São João Del Rei.

O reforço à boa convivência, repreensões, reconciliações, e informes quanto a demandas judiciais e conflitos também existiram para enquadrar os contextos vividos por essas associações. Por isso, não raras vezes encontra-se itens bem particulares, a saber, disposições sobre as reuniões de mesa, como sua frequência; as medidas necessárias quanto à ausência e morte de algum oficial; e o auxílio ao casamento de irmãs donzelas, irmãos presos na cadeia e libertação de membros cativos. Outras festividades e ofícios solenes também correspondiam aos costumes e rituais caros a cada sodalício, algumas vezes a Quaresma e a Semana Santa, em outros a Via Sacra e os Passos. O detalhamento do ritual das procissões ou a demarcação de dias específicos para missas em função “del Rei” e dos irmãos vivos e defuntos também apareciam com menor frequência, além de festividades e juizados de santos ou devoções anexas dedicados a outros oragos, via de regra representando subdivisões étnico-sociais no interior da agremiação. Em São João Del Rei, cultuava-se, por exemplo, Nossa Senhora do Parto e das Dores, enquanto no Tijuco foram instaladas devoções anexas dedicadas à Santa Luzia, Nossa Senhora do Parto, Nossa Senhora da Saúde, São Gonçalo Garcia, Santo Elesbão e Santa Efigênia.

Os compromissos variaram em seu tamanho e no detalhamento das normas, tendo alguns apenas dezoito capítulos (com informações variadas mais condensadas em cada tópico, e menos especificidades, como em São João Del Rei) e outros chegando a trinta e dois, à exemplo de Mariana. Quanto ao aparato estético, pouco usual para as confrarias

mercedárias foi também a utilização de algum recurso visual, tendo em vista os escassos recursos financeiros destes grêmios. Em São José Del Rei, por exemplo, há um desenho a bico de pena de Nossa Senhora das Mercês, atribuído à Manoel Victor de Jesus, margem e letras capitulares ornamentadas. Sobretudo nesses casos, os compromissos extrapolam seu uso privado e sua função de documento oficial, pois estão repletos de sentidos quanto aos usos e às apropriações dos confrades, materializando física e simbolicamente sua fundação, seu valor público. Ao fim dos estatutos era redigida sua confirmação pela Mesa da Consciência e Ordens, que sugeria alterações em certas cláusulas, sobretudo quanto à busca por autonomia e restrições da interferência paroquial. Após seu retorno de Lisboa, redigia-se em seguida o termo de aceitação e juramento por parte dos oficiais.

Por fim, cabe ressaltar ainda a importância do ofício de escrivão, cargo dirigente de grande responsabilidade, que, em irmandades de homens de cor, muitas vezes dependia da eleição de homem branco letrado, quesito especificado em alguns compromissos. A ele cabia a confecção não apenas dos Estatutos, mas dos demais livros que expressam o cotidiano leigo, atualizando a entrada de irmãos, realizando o balanço das receitas e despesas, registrando as atas de reuniões e eleições, a serem verificados anualmente pelos párocos, bispos ou visitantes eclesiais e provedores de capelas. Dessa forma, com o intuito de ordenar e organizar, observa-se que os compromissos poderiam não demonstrar, necessariamente, todo o convívio cotidiano. As normas poderiam ser desrespeitadas ou haver omissões; entretanto, eles não deixaram de registrar as transformações e os conflitos do universo leigo. Torna-se imprescindível, portanto, articulá-los e propor cruzamentos em relação ao amplo leque de fontes disponíveis nos mais diversos acervos (civis e eclesiais).

### **Fontes Manuscritas**

AEAD. Irmandade de N. S. das Mercês. Livro de Compromisso (1778). Diamantina. Caixa 376, Bloco A.

AEAM. Irmandade Escapulário de N. S. das Mercês. Compromisso (1771). Mariana. Armário 8, prateleira 1.

AMNSP-SJDR. Irmandade de N. S. das Mercês. Compromisso (1806). São João del-Rei.

ANTT. Irmandade de N. S. das Mercês. Compromisso (1778). Vila do Sabará. D. Maria I - Chancelaria da Ordem de Cristo (C.O.C.)/Comuns - Livro 4, fs. 26-39v.

APNSCAD-OP. Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Ouro Preto. Nº 7.5.1. Compromissos (1818-1820) – MF: 028. Cx 01, prat. 41, est. 09.

APNSP-OP. Irmandade de N. S. das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto. Compromisso (1814-1815), v. 2209, MF 184/0273-0298.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN, USP. Acervo Digital: Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé comarca do Rio das Mortes bispado de Marianna capitania de Minas Geraiz estado do Brazil instituido no anno de 1796. Projeto Brasileira USP. Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00604600#page/1/mode/1up>. Acesso em 01 abr. 2019

### Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa - recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*, 1789. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades*. A sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1993.

BORGES, Célia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. *Acervo*. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Nacional v.1, n.1, jan.-jun.1986.

\_\_\_\_\_. Em Minas, os negros e seus compromissos. In: *Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII* (Amilcar Vianna Filho Org.). Belo Horizonte: Claro Enigma, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, Anderson. Santos de Cor: hagiografia e hierarquias sociais na América Portuguesa (Século XVIII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 169 (438), p. 09-27, jan./mar. 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.



## **Os testamentos de Vila Rica na primeira metade do século XVIII: memória e materialidade**

Denise Aparecida Sousa Duarte  
Doutora em História  
Discente do Programa de Pós-graduação em História (Pós-doutorado)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[ddenao@yahoo.com.br](mailto:ddenao@yahoo.com.br)

Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, o termo “escrita” se refere àquilo que o escrivão ou tabelião escreveu, contar a escrita. Já o termo “escrito” é definido como o participio passivo do verbo escrever e, com isso, o autor apresenta vários tipos de escritos, dentre eles o “escrito feito ou assinado de mão própria” (BLUTEAU, 1717-1728,p.227). A escrita testamentária do século XVIII se insere nos termos expostos por Bluteau. Esses documentos, que poderiam pertencer tanto à alçada religiosa quanto ao foro secular,<sup>1</sup> assim como definido pelo dicionarista, se tratavam de manuscritos redigidos pelos próprios testadores ou ditados por eles, quando esses não sabiam escrever ou a doença não os permitia efetuar o ato, pois uma das características do período em questão era que na eminência da morte os homens buscassem se preparar. O ato de testar era uma dessas atitudes precedentes ao fim da vida, cuja importância residia especialmente no fato de servir como elemento determinante dos outros procedimentos que deveriam ser efetuados em benefício do testador após a sua morte.

O ato da escrita e o produtor do testamento foram discriminados nos próprios. No caso das Minas Gerais, mais especificamente em Vila Rica nos documentos referentes à primeira metade do século XVIII, encontramos especificações desses termos, pois eles constituíam parte marcante desse tipo de registro. O testamento de Domingos do Vale de Carvalho, datado de 2 de agosto de 1723, possui uma referência àquele que o ajudou a escrever o documento, embora na introdução do manuscrito o testador tenha se retratado como “rijo e valente e em seu perfeito juízo”, ele solicitou que alguém redigisse por ele. Ao fim de seu registro, Domingos de Carvalho fez a seguinte narrativa: “e não se contém mais o meu testamento do que o que lhe tenho declarado, o qual pedi o Padre João da Costa e

---

<sup>1</sup>A responsabilidade do cumprimento dos testamentos cabia tanto ao foro secular quanto ao foro eclesiástico. Os documentos dos falecidos nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro ficavam sob os cuidados dos prelados, e nos meses restantes ficavam sob a jurisdição do foro secular. VIDE, 1853. Título XVIII, Livro Quarto, § 803.

Mello, sacerdote do hábito de São Pedro este testamento por mim fizesse para eu o assinar com meu sinal costumado”.<sup>2</sup> Como acima do nome do testador encontra-se uma cruz, podemos pensar que foi o fato de não saber escrever que pode ter levado ao pedido para que outrem redigisse o documento, e não a doença.

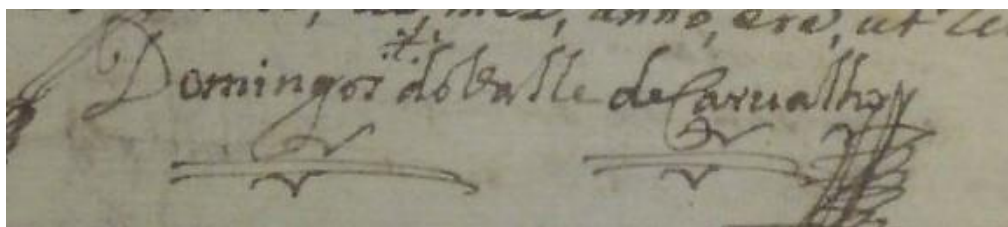


Figura 1: Assinatura. Testamento de Domingos do Valle de Carvalho. Vila Rica 02 AGO. 1723. AEPNSP/AHIMI. Códice 333, Auto: 7017, Cart. 1. Foto: Acervo pessoal.

A declaração da posse de pleno juízo era necessária para validar os testamentos, mas não eram, desse modo, somente os homens alfabetizados que dispunham de seus bens. Outro exemplo, do mesmo período, em cuja descrição da pessoa que efetuou a escrita documental está assinalado um sacerdote, foi o testamento do ajudante Antonio Álvares de Almeida, português, que relatou “por ser esta minha última vontade pedi ao Padre Leonardo Barbosa Pereira que este me fizesse o qual li fiz e eu assinei”.<sup>3</sup> Neste caso, o testador assinou o documento.



Figura 2: Assinatura. Testamento de Antonio Alvares de Almeida. Vila Rica 26 JUN. 1727. AEPNSP/AHIMI. Códice 415, Auto: 8233, Cart. 1. Foto: Acervo pessoal.

Ambos os documentos mostram os sacerdotes como grupo capaz de escrever esses relatos – embora possamos pensar que eles eram possuidores de diferentes níveis de alfabetização, pois no contexto mineiro não eram todos os sacerdotes com alto nível de instrução –, e eles eram os mais selecionados para esse tipo de tarefa.

Outro caso de testamento cuja escrita não foi efetuada pelo testador, não por não saber escrever, mas por estar impossibilitado pela doença, foi o registro de Antonio Francisco

---

<sup>2</sup>AEPNSP/AHIMI. Códice 333, Auto: 7017, Cart. 1. Testamento de Domingos do Valle de Carvalho. Vila Rica 02 AGO. 1723.

<sup>3</sup>AEPNSP/AHIMI. Códice 415, Auto: 8233, Cart. 1. Testamento de Antonio Alvares de Almeida. Vila Rica 26 JUN. 1727.



da Cruz, morador da freguesia de Antônio Dias, datado 28 de julho de 1737. O testante relata estar “em seu perfeito juízo, e entendimento tal qual Nosso Senhor Jesus Cristo foi servido dar-me doente de cama de enfermidade que Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte, e desejando por minha alma no caminho da salvação”, ele fez seu testamento. Ao fim do documento, assim, ele relata que “por não estar capaz roguei a José Pereira da Silva morador nesta freguesia este por mim fizesse e como testemunha o assinasse o qual eu também assinei com meu sinal de que uso.”<sup>4</sup>



Figura 3: Assinatura. Testamento de Antonio Francisco Cruz. Vila Rica 28 JUL. 1737. Códice 309, Auto: 6625, Cart. 1. Foto: Acervo pessoal.

A escrita foi um elemento de extrema importância no momento em questão, pois através dela o registro das últimas vontades se tornava possível. Escrever ou solicitar a outrem que o fizesse por ele tornava possível que seus desejos finais se tornassem algo palpável, passível de apreciação pelos demais e ainda tornava o moribundo responsável pela escolha sobre os atos referentes a seu corpo morto e sobre a disposição dos bens que lhe cabiam; mesmo morto o testador ainda atuaria através do testamento. A escrita responde, portanto, indagações sobre como o jacente poderia ser lembrado ou como ele poderia tornar suas vontades conhecidas. A escrita testamentária torna algo abstrato, como as ideias ou as vontades, em um elemento material capaz de perpetuar a memória do falecido, sendo essa a primeira característica referente à criação de uma memória acerca dos testadores: transformar seus anseios em um objeto.

Para o historiador Jaques Le Goff a memória nos remete, primeiramente, para as funções psíquicas ligadas a propriedade de conservar informações. Mas, embora ela seja um fenômeno individual e psicológico, segundo o autor, ela se liga também a vida social e varia em função da presença ou ausência da escrita. Assim, o autor cita o teórico da psicologia Pierre Janet, que considera como “o ato mnemônico fundamental” o “comportamento narrativo”, definido, antes de mais nada pela sua função social, pois se trata de comunicação

---

<sup>4</sup>AEPNSP/AHIMI. Códice 309, Auto: 6625, Cart. 1. Testamento de Antonio Francisco Cruz. Vila Rica 28 JUL. 1737.

a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo” (LE GOFF, 2006, p.419-421). A principal possibilidade aberta pela escrita no momento da morte se constitui, assim, na forma durável e concreta de comunicar aos demais as informações que o testante considerava importantes de serem perpetuadas.

Embora os testamentos sejam padronizados, pois, assim nos lembra Jacques Chiffolleau, “o modelo jurídico, a convenção notorial deixa pouco espaço para a iniciativa pessoal”, não devemos considerá-los somente por essa perspectiva. Como descreve o mesmo autor,

esta é uma grande novidade, trata-se de um ato unilateral que já não requer o consentimento de outras pessoas [...] é apenas a vontade do testador, e não o costume familiar que designa o herdeiro (ainda se, uma vez, essa escolha obedeça em última análise às pressões do costume). [...] Não se encontra em cada documento a originalidade e a personalidade daquele que faz o testamento, mas cada documento fica sendo, em compensação, o testemunho de uma vontade individual, de uma pessoa (BRAET; VERBEKE, 1996, p.119).

Pensar os testamentos como resultado de uma atitude individual capaz de deixar um registro desses homens, nos faz refletir sobre o próprio contexto no qual eles estavam inseridos, onde dificilmente havia a possibilidade de erigir monumentos funerários ou algo que fizesse sua figura transpor a sua existência. O testamento era, desse modo, a principal indicação de sua passagem no tempo.

A relevância de transmitir suas intenções finais aos outros após seu falecimento, fez esses testadores partilharem os pecados cometidos e suas expectativas de salvação ainda em vida, no momento em que ele narrava esses pontos frente às testemunhas, quando não a um escrivão, revelando segredos muitas vezes guardados por um longo período – como, por exemplo, filhos fora do casamento – mas que o ato de registrar seus anseios de salvação por meio da escrita tornava essencial essa exposição. Assim como considera Philippe Ariès, o ato de testar se tornou um dever de consciência, mas, “não uma precaução humana, de um ato de prudência e de sabedoria mundana, como hoje o contrato de um seguro de vida, mas antes de um ato religioso, embora não sacramental” (ARIÈS, 2014, p.261). Por meio dessa afirmação de Ariès, chegamos à segunda característica relativa à formação de uma memória relativa aos testadores, que, nesse ponto responde a questão: de que modo esses testadores querem ser lembrados? No contexto em que eles se inseriram, se mostrar como um homem religioso era essencial.

Ao refletirmos sobre as partes componentes dos testamentos, podemos perceber que grande parte dos elementos são destinados a apresentar a adesão religiosa por parte dos requerentes. Esse documento basicamente foi iniciado com uma saudação devota, como no testamento de Caetano Pinto Pereira, do ano de 1730, que se inicia “Em nome da Santíssima Trindade Padre Filho, e Espírito Santo três pessoas distintas, e um só Deus Verdadeiro”, prosseguindo com a apresentação do testador – indicando que o testador escreveu o documento por temer a morte e, como descrito no testamento de Caetano Pinto Pereira, “desejando por minha alma no caminho da salvação [...] faço este testamento”.<sup>5</sup> Eles ainda encomendavam sua alma aos santos de devoção e faziam sua profissão de fé, como no testamento de Domingos Correa Netto, morador na freguesia de São Bartolomeu do Ouro Preto, cujo documento está datado de 10 de junho de 1745, no qual relatou “que como verdadeiro cristão protesto de viver e morrer em Santa Fé Católica”<sup>6</sup> – além da eleição dos testamenteiros. Acompanhado a isso, seguia-se os últimos procedimentos a serem tomados com o corpo, como local de sepultamento, nesse período primordialmente dentro das igrejas e capelas, local onde sua alma poderia ser beneficiada pelas orações, a escolha da mortalha – ligada a um santo de devoção, os acompanhamentos, missas e esmolas. Nos itens seguintes esses homens faziam uma breve descrição de sua vida, como o pertencimento às irmandades, sua naturalidade e parentesco e também a instituição de herdeiros, por vezes reconhecendo filhos ilegítimos. Para finalizar, fazia-se a descrição das dívidas ativas e passivas, recomendações acerca do testamento, a aprovação e o termo de abertura.

Assim como pode ser percebido pela descrição dos itens que compunham os testamentos, grande parte desses possuía uma função religiosa, visando garantir a salvação das almas dos testadores. Os elementos ligados aos aspectos monetários não podem, contudo, se desvincularem da perspectiva desse mesmo ideário piedoso, pois também se relacionam às propostas de cunho cristão. Ao reconhecer suas faltas, esses homens buscavam mostrar-se justos, sendo a justiça, assim como nos lembra Bluteau,

uma das quatro virtudes cardinais; consiste em dar a cada um o seu, prêmio, e honra ao bom, pena, e castigo ao mau. Justiça é freio dos poderosos, proteção dos pobres, amparo de viúvas, asilo de órfão, reputação do príncipe, muro do império, sagrado, onde a alma se assegura da espada do supremo juiz (BLUTEAU, 1717-1728, p.233).

---

<sup>5</sup>AEPNSP/AHIMI. Códice 316 , Auto: 6733 , Cart. 1. Testamento de Caetano Pinto Pereira. Vila Rica 19 AGO. 1730.

<sup>6</sup>AEPNSP/AHIMI. Códice 094, Auto: 1213, Cart. 2. Testamento de Domingos Correa Netto. Vila Rica 10 JUN. 1745.

Desse modo, quando o português Antonio Ferreira Santos, cujo testamento data de 13 de junho de 1747, delimitou no documento que era solteiro, mas tinha “três filhos mulatinhos que houve com uma escrava minha chamada Joana [...] por tais declaro e isentos de toda escravidão fiquem capazes de herdarem as duas partes de meus bens”, ele buscava ser justo e reconhecer as faltas cometidas em vida.<sup>7</sup>

No entanto, não somente pelo reconhecimento de filhos esses homens buscavam se mostrar possuidores da virtude da justiça. O pagamento das dívidas também se configurava como parte desse processo. Em muitos testamentos a realização dos sufrágios pela alma do testante estava condicionada ao pagamento de suas dívidas, o que mostra a importância da resolução das pendências de cunho financeiro. Um exemplo dessa situação foi o já citado registro de Caetano Pinto Pereira, que possuía dívidas, mas não tinha como pagar. Em seu testamento “pelo amor de Deus”<sup>8</sup>, ele deixa claro as suas obrigações, embora não possuísse recursos para cumpri-las e, desse modo, após o registro das dívidas, ele rogava para “se dar meus bens nem houver com que lhes se paguem me perdoem pelo amor de Deus pela minha alma não padecer no outro mundo”.<sup>9</sup> Embora soubesse que não havia como cumprir seus compromissos, Caetano Pinto Pereira reconheceu sua falta e pediu perdão aos credores.

A elaboração dos testamentos foi, assim, capaz de levar a perpetuação da memória de uma pessoa para além de sua vida, e serviu, principalmente, para registrar a passagem de um homem religioso, embora possamos pensar que, em alguns casos, somente no fim da vida esses personagens buscaram se redimir dos seus pecados em busca da salvação de sua alma. Mas, marcar seu percurso terreno e o arrependimento por suas faltas se torna essencial no momento próximo a morte, pois, a possibilidade de perdão era creditada como legítima, e por essa razão tão perseguida através da elaboração dos testamentos. A escrita testamentária era, desse modo, um ato de fé, capaz de marcar a crença nos preceitos católicos por parte dos testadores, e perpetuar a imagem de um bom fiel através do tempo e para além de sua morte.

## Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014

---

<sup>7</sup>CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio Ferreira Santos. Vila Rica. 03 JUN. 1747.

<sup>8</sup>Segundo Adalgisa Arantes Campos, os testamentos “pelo amor de Deus” eram aqueles documentos efetuados pelos homens que buscavam, a partir de uma “obra de misericórdia institucionalizada” garantir a “cova e recinto sagrado e fechado [por] quele que é notoriamente pobre [...] em face da atribulação e adversidade do homem livre, excepcionalmente do homem forro”. CAMPOS, 2004. p. 176.

<sup>9</sup> AEPNSP/AHIMI. Códice 316 , Auto: 6733 , Cart. 1. Testamento de Caetano Pinto Pereira. Vila Rica 19 AGO. 1730.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamento e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. In: *Varia História*. Belo Horizonte, nº 31, Janeiro, 2004.

CHIFFOLEAU, Jacques. O que faz a morte mudar na região de Avinhão no fim da Idade Média. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. *A morte na Idade Média*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

FLORES, C. La mémoire. P.12. Apud: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853.



## Sentido y Evolución de la Conservación y Restauración de libros en México

Adriana Gómez Llorente  
Departamento de Conservación y Restauración  
Biblioteca Nacional de México  
Instituto de Investigaciones Bibliográficas, UNAM  
[adrianagl@unam.mx](mailto:adrianagl@unam.mx)

Actualmente, el sentido básico de la conservación en el ámbito del patrimonio bibliográfico en México, representa la estabilización de los materiales y su entorno, evitando su deterioro y favoreciendo su permanencia el mayor tiempo posible. Por otra parte, la restauración, busca corregir los efectos de degradación, tanto físicos como químicos, que ya han ocurrido. Ambas, tiene el objetivo de prolongar la vida de la memoria bibliográfica, para que las presentes y futuras generaciones tengan acceso a ella. No obstante, los criterios con los que se han ejercido tanto la conservación como la restauración a través del tiempo, han cambiado de acuerdo a las necesidades y tendencias de cada época.

La intención de este trabajo, es la de brindar un panorama general del pensamiento que se tenía en México, durante la década de 1960 hasta la de 1980, respecto a la restauración y conservación de libros. Sin embargo, es importante hacer esta reflexión, que considera criterios, técnicas, tratamientos y materiales empleados, desde su contexto y perspectiva; mismos que han cambiado a través del tiempo. Para comprender mejor esta perspectiva, resulta fundamental referirse al texto *Higiene y Terapéutica del Libro* escrito por Juan Almela Melía, publicado en 1956. En este tratado, se detallan minuciosamente los materiales y los procesos que se realizaban para la restauración de libros en México en aquella época. Cabe aclarar, que su uso y aplicación no fue exclusivo de nuestro país, pues estas prácticas también fueron recurrentes, en Europa y otros países de América Latina.

Para mediados del siglo XX el uso de la “Técnica de Almela”, que incluía materiales sintéticos y tratamientos químicos, era la tendencia más novedosa en México, y se pueden encontrar libros intervenidos durante este periodo en varios archivos y bibliotecas de gran relevancia.

Debido a que en el Departamento de Conservación y Restauración no se tienen informes ni mayor documentación de los trabajos de restauración realizados con la **Técnica de Almela**, el testimonio del técnico en restauración Ricardo Tinajero resultó fundamental para desarrollar este trabajo. A través de la comparación entre: a) los tratamientos descritos

en el texto de *Higiene y Terapéutica del Libro*, b) los tratamientos y materiales que los técnicos de la Biblioteca Nacional emplearon hasta inicios de la década de 1980 y c) de la propia revisión de los libros intervenidos con esta técnica, fue que se logró tener una visión un poco más completa de la manera de pensar y trabajar, no solo de Almela, sino de aquellos discípulos que aprendieron su técnica y la aplicaron en libros de la Biblioteca Nacional de México.

Si bien en el texto de *Higiene y Terapéutica del Libro* considera aspectos de conservación, está enfocado principalmente a explicar de manera detallada los procesos de restauración que sugería; asimismo, pone especial énfasis en que “no pueden ser las mismas disposiciones que haya de adoptar un ciudadano particular para defender su biblioteca que las requeridas por una biblioteca o archivo público...”(ALMELA, 1956, p.59) Por otra parte, el autor también deja ver la manera de pensar y su código de trabajo en las siguientes líneas:

Reparar, restaurar, poner en estado de conservación un libro o un documento significa: detener la acción de los factores que lo destruyen; eliminarlos: hacer imposible un nuevo ataque de esos factores: recomponer lo destruido: y –si ello es posible– suplir lo desaparecido. Y la ejecución de todo este trabajo debe ejecutarse en cada momento teniendo presentes lo que llamaríamos ciertas normas de estética, consistentes en no aplicar a la pieza tratamiento partes que desentonen; por ejemplo: el parche con que suplimos el fragmento que falta en un folio debe ser de un papel igual o muy parecido al de ese folio; las rayas del verjurado han de llevar la misma dirección; el tono del papel que apliquemos no debe ser más claro ni más oscuro que el del propio folio. Pequeños, minuciosos detalles que dan al conjunto un carácter de uniformidad, de ‘naturalidad’. Si la expresión ‘Ha quedado como nuevo’ no nos satisface, en cambio nos agrada que pueda decirse: ‘Apenas se notan las restauraciones. (ALMELA, 1956, p.75-76).

Ahora bien, hablaremos de la aplicación de la **Técnica de Almela** según el testimonio de Ricardo Tinajero, quien explicó durante la entrevista que los libros eran restaurados únicamente en el papel y las re encuadernaciones las realizaba un encuadernador de oficio con amplia trayectoria familiar en México.<sup>1</sup> También señaló, que se privilegiaba el estado de conservación del cuerpo del libro, es decir el papel y su texto, sobre el estado de conservación de la encuadernación y que el proceso generalmente tomaba entre 3 y 6 meses.

El primer paso que realizaban cuando un libro presentaba problemas de deterioro en el papel, ya fuera por algún ataque de insectos o microorganismos, era separar el cuerpo de la encuadernación y desglosar los cuadernillos, eliminando la costura y otros elementos

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada a Ricardo Tinajero técnico restaurador en enero de 2017, cabe mencionar que Ricardo Tinajero trabajó con el Sr. Jorge Salas quien fue de los técnicos que incorporaron los tratamientos de la **Técnica de Almela** al Laboratorio de Conservación y Restauración, después de haberlas aprendido del propio Juan Almela Melía.

como el endose. Posteriormente, se realizaba la limpieza mecánica y se preparaba el papel para el lavado.

En el tratamiento de lavado, se colocaba cada hoja en agua tibia para que el papel trabajara y, después, se pasaba por una solución de hipoclorito de sodio para blanquearlo, enjuagándolo después varias veces con agua corriente. Dentro del texto de *Higiene y Terapéutica del Libro*, el autor menciona que “...el lavado de un folio impreso en baño de hipoclorito debe ser vigilado incesantemente porque su parte de carbonato puede ablandar y disolver la grasa de la tinta...” (ALMELA, 1956, p.92) debido a la composición de las tintas de impresión. Posterior al proceso de blanqueo, se realizaba la neutralización, aplicando un baño con bicarbonato de sodio y después los mismos enjuagues con agua corriente. Las hojas que se lavaban, eran prensadas y planchadas con calor antes de que se secaran completamente.

Como parte del proceso de restauración del papel del cuerpo del libro, en ocasiones se aplicaba una capa de acetato de celulosa disuelto en acetona con brocha<sup>2</sup> por una de las caras de la hoja para consolidar el papel y darle más cuerpo. Este proceso debía ser realizado rápidamente, pues la volatilidad del solvente utilizado, hacía que el acetato de celulosa en ocasiones se tornara blanco.

Para fijar las inscripciones manuscritas y sellos se aplicaba cemento Duco<sup>3</sup> para evitar su desvanecimiento durante el lavado y blanqueado. El mismo Almela Melía elogia en su tratado de restauración este producto diciendo que:

[...] la industria moderna nos ha resuelto el problema del aglutinante óptimo para esta clase de trabajo al ofrecernos el llamado cemento Duco, en pequeños tubos o en pomos o en latas de diferentes tamaños. Es casi incoloro, transparente y seca instantáneamente por hallarse disuelto en una esencia muy volátil. Se adelgaza con *thinner*, pudiendo dársele la consistencia deseada. Su pegadura es rápida y completa y es posible de levantar si no se baña por el anverso y el reverso con *thinner* puro. (ALMELA, 1956, p.136).

También la restauración del papel, incluía la elaboración de refuerzos para las roturas e injertos para los faltantes, mismos eran adheridos con Duco y acetato de celulosa, utilizando papel japonés y otros papeles que se tenían al alcance; además, en muchas ocasiones se reutilizaba el papel de las guardas, de aquellas encuadernaciones que eran eliminadas o de las

---

<sup>2</sup> En ocasiones la aplicación del acetato de celulosa disuelto en acetona provocó que las tintas grasas de impresión tuvieran un cierto arrastre de los componentes y se corrieran, por lo que después fue aplicado por aspersión.

<sup>3</sup> Nombre comercial del polímero sintético que se disolvía en *thinner* para diversos tratamientos de restauración de papel utilizado en la Técnica de Almela.



hojas blancas que tuviera el libro al principio o final del cuerpo, para imitar el verjurado del papel antiguo. Es importante mencionar, que cada galería o perforación, causada por el ataque de insectos, era cubierta y reforzada, aún cuando no representaran un riesgo de rotura mayor. Respecto a los faltantes en el texto del libro, Almela menciona que para "... las partes del texto que faltan quedarán en blanco. Si este texto no es considerable, puede escribirse sobre el parche, con tinta china, copiándolo de otro ejemplar de la misma obra." (ALMELA, 1956, p.147).

Actualmente, como restauradores estos tratamientos son considerados sumamente agresivos e innecesarios, pero para el momento en que el español Juan Almela Melía llegó a México en 1942, fueron tratamientos novedosos que por un largo periodo no fueron cuestionados. Es evidente, que este pequeño corte en la historia de la restauración de libros, apenas es el inicio de una investigación que espera ser escrita, para tener claridad en los antecedentes de la disciplina y su evolución de manera más sólida.

La aplicación de la **Técnica de Almela** nos ha dejado grandes enseñanzas sobre el impacto que tiene la restauración y la responsabilidad que se adquiere al formar parte de la historia de vida de los libros con nuestras intervenciones. De la misma forma, considero que fue detonante en la búsqueda de mejores métodos y materiales para restauración más compatibles y reversibles. Aunado a lo anterior, el aumento y variedad de estudios que hoy día se tienen entorno al libro respecto a su materialidad, su procedencia y su historia como objetos culturales, nos obliga a responder a una realidad diferente a la que se vivía hace algunas décadas. Por otra parte, al evaluar el comportamiento que han tenido los materiales y las técnicas de restauración que utilizaron con la **Técnica de Almela**, ha permitido establecer nuevos criterios éticos con los que se rige el quehacer diario de todos los que trabajamos en el Departamento de Conservación y Restauración de la Biblioteca Nacional.

En primer lugar, se privilegia la conservación preventiva, es decir, la identificación de riesgos de deterioro antes de que ocurran. Asimismo, el criterio de mínima intervención busca realizar aquellos procedimientos mínimos indispensables para devolver la unidad y/o funcionalidad al libro, dependiendo de su estado de conservación, los recursos humanos, económicos, técnicos, etc. con los que se cuente, pero sobre todo, con la intención de respetar la originalidad de cada libro y las huellas que el tiempo ha dejado en ellos. En ocasiones, realizar tratamientos de mínima intervención, resulta más complicado debido al proceso reflexivo que involucra el dejar los elementos estables, sin perder aquella información material e histórica del propio objeto. Por último, y donde es importante hacer mayor énfasis, son los criterios de compatibilidad de los materiales, donde resulta

fundamental reflexionar sobre la respuesta que tendrán tanto de los materiales que constituyen el libro, como los productos empleados en su restauración; donde factores como el envejecimiento, estabilidad ante cambios dimensionales y de color, son tan solo algunos de los aspectos que deben ser considerados antes de elegir un material de restauración. En este sentido, la experiencia nos indica, que en el tratamiento de libros el proceso de restauración nunca es definitivo, por lo que debe asegurarse la reversibilidad de los materiales y productos utilizados, así como la retratabilidad de los procesos de restauración, para que nuestros ojos, no sean los últimos en ver aquella información que el libro nos muestra al momento de su restauración.

### Referencias Bibliográficas

ALMELA, Juan. *Higiene y terapéutica del libro*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.



## **Desenvolvimento de políticas institucionais de preservação de acervos em suporte papel: o caso do Arquivo Público Mineiro**

Flávia Carolina de Oliveira Andrade  
Graduada em História | Graduada em Arquivologia  
Responsável pelo Setor de Conservação de Documentos do Arquivo Público Mineiro  
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais  
[flaviacoandrade@gmail.com](mailto:flaviacoandrade@gmail.com)

### **A instituição**

O Arquivo Público Mineiro é a instituição arquivística do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, possuindo como atribuições o desenvolvimento de políticas para a gestão dos documentos produzidos e acumulados, o recolhimento, tratamento, preservação e disponibilização do acesso a estes documentos. Foi criado em Ouro Preto em 1895, e transferido a Belo Horizonte em 1901. Atualmente é uma Diretoria vinculada à Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais – SECULT-MG.

Ocupa um edifício tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG, desde 1938, executado pela Comissão Construtora da Nova Capital em 1897. Um anexo foi construído na década de 60 e inaugurado em 1974, a fim de proporcionar melhores condições de conservação e espaço, pois o casarão passava por situação crítica com necessidades de reforma.

Figuras 1 e 2. Situação da edificação e do acervo do APM nas décadas de 60-70, durante a construção do anexo.



Fonte: Fundo APM. APM-05-003(03) e APM-05-004(04).

Entretanto, o espaço disponibilizado pela construção logo se esgotou, e diversas patologias construtivas somadas à falta de uma política de manutenções contínuas fizeram com que problemas como infiltração, infestações e incidência direta de luz solar danificassem o acervo ali armazenado. Para sanar estes problemas, a então Superintendente, Norma de Góes Monteiro, propõe um Plano Diretor que contemplasse a solução de problemas desde a falta de infraestrutura predial até a falta de qualificação das equipes. Com isso, foram contratadas consultorias de especialistas, que fizeram um diagnóstico com propostas de soluções para toda a instituição. Ingrid Beck foi responsável por analisar a situação do acervo do ponto de vista da conservação preventiva. Seu relatório, intitulado “Avaliação do estado de conservação do acervo documental do APM”, realizado entre 16 e 20 de junho de 1996, destacou a falta de uma unidade administrativa com poder decisório que responda pelas atividades de preservação documental. De acordo com Beck, sem a equidade das funções, conforme as outras unidades, um corpo técnico especializado não poderia ser formado. Também são apontadas a inexistência de políticas voltadas à conservação preventiva, apesar de haver à época um projeto de conservação fotográfica, que também encontrava dificuldades relacionadas à espaço e equipamentos. Entre as sugestões, estavam a criação de grupos de trabalho para avaliar a situação e propor soluções, quanto ao prédio (obras, alteração de layout), mapeamento do acervo, acondicionamento correto, reformatação e elaboração de protocolos e políticas. A consultoria de Beck foi fundamental para dar autonomia e direcionamento às atividades da conservação, que já contavam com a atuação de profissionais dedicados. A partir de então, a Divisão de Conservação passou a responder diretamente à Superintendência, compreendida como atividade fundamental em todas as etapas da produção documental. Foram aperfeiçoadas práticas já existentes, como o monitoramento e coleta de dados climáticos, o Manejo Integrado de Pragas, utilizando práticas preventivas e corretivas, como o congelamento, a reformatação híbrida como técnica de preservação, utilizando a microfilmagem e a digitalização para dar acesso, entre outros. Porém, não foi possível constatar a existência de uma política sistematizada mas sim uma cultura da transmissão oral das práticas, o que consideramos grave.

## **O acervo**

O APM tem sob sua guarda os documentos produzidos pelos órgãos da administração pública de Minas Gerais, desde a Capitania, Província e República. Possui, ainda, acervos privados e pessoais. São documentos em diversas tipologias, sendo o material predominante o papel, ocupando aproximadamente 3,03 quilômetros lineares. As

fotografias, microfilmes, mapas, negativos e acervo sonoro são contados em itens, possuindo a instituição aproximadamente 112.901. Estes documentos estão divididos em 10 áreas de guarda e 5 áreas de trabalho, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Mapeamento de acervos no APM distribuídos por andar.

ANDAR	SALA	ESPAÇO TOTAL	ESPAÇO OCUPADO	ESPAÇO LIVRE	ITENS
Porão	QUARENTENA	92	48,13	43,87	
1º	SALA DE PROJETOS	97,84	86,35	11,49	
	SALA 101	995,255	752,615	242,64	
	SALA 102	684,06	622,31	61,75	
	CARTOGRÁFICO	0	x	x	3206
2º	SALA 201	662,55	470,649	191,901	
	SALA 202	579,6	445,75	133,85	
	SALA DE HIGIENIZAÇÃO	58,78	18,71	40,07	
3º	301 – FOTOGRAFIAS, NEGATIVOS, SLIDES, MICROFILMES, ACERVO SONORO E FILMES	0	x	x	109695
	302	434,52	312,34	122,18	
	OBRAS RARAS	178,26	143,24	35,02	
	PROCESSAMENTO TÉCNICO BIBLIOTECA	48,06	29,23	18,83	
4º	ARQUIVO PERMANENTE	75,6	38,67	36,93	
	<b>SOMA</b>	<b>3906,525</b>	<b>2967,994</b>	<b>938,531</b>	112901

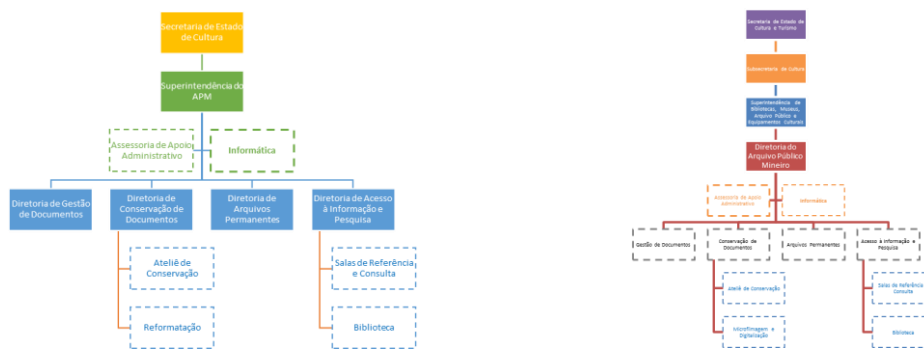
Fonte: Elaborado pela autora e por Jéssica Marques. 2019.

Este mapeamento possibilitou a identificação da distribuição dos documentos por períodos e por tipo, levantamento essencial para o direcionamento de esforços e recursos internamente. Os dados existentes estavam defasados, não demonstrando a situação atual.

### Desafios atemporais

Pudemos observar que os diversos desafios enfrentados pela instituição perpassam pelo menos duas décadas, conforme relatórios analisados. Falta de recursos humanos, financeiros e materiais, invisibilidade política, falta de espaço de guarda e precariedade da infraestrutura são alguns dos tópicos recorrentes. No que tange à atuação política do APM, os organogramas abaixo ilustram bem a situação atual:

Figuras 3 e 4. Organogramas do Arquivo Público Mineiro no período 2011-2018 e 2019.



A nova gestão criou duas instâncias superiores à instituição e transformou toda a área técnica em áreas informais, que não farão parte da estrutura oficial.

Quanto aos recursos humanos, basta mencionar que o setor de conservação não possui um profissional formado em Conservação-Restauração de Documentos, mas apenas uma estagiária e três técnicos.

Quadro 2. Funcionários do setor de conservação de documentos.

<i>Atribuições</i>	<i>Formação</i>	<i>Quantidade</i>
Higienização, acondicionamento e encadernação	Técnica – experiência adquirida pelo trabalho no APM	2
Congelamento, encadernação, acondicionamento, pequenos reparos	Técnica – experiência adquirida pelo trabalho no APM	1
Elaboração de políticas, programas e planos, supervisão e monitoramento das condições do acervo, das áreas de guarda e edificação	Graduação em História – Graduação em andamento em Arquivologia	1
Higienização, acondicionamento, pequenos reparos, apoio às atividades	Graduanda em Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto aos recursos financeiros, realizamos uma pesquisa comparando os recursos destinados ao APM durante dez anos, pela Secretaria de Estado de Cultura, para aquisição de materiais de consumo (cuja duração seja menor ou até dois exercícios financeiros, ou seja, dois anos), com os recursos utilizados pelo Governo, por diversos órgãos e entidades, para a terceirização de guarda e microfilmagem e digitalização de documentos. Em uma década, o APM obteve R\$902.523,00 de recursos, contra R\$97.176.017,34 de recursos destinados a

empresas privadas. Somado a este cenário, é importante mencionar a série de furtos de documentos ocorridos entre 2014 e 2016, identificados internamente e reportados ao Ministério Público de Minas Gerais. São estimadas 5000 páginas de documentos subtraídas, sendo que, apenas de um fundo colonial, 2428 páginas.

### **Caminhos possíveis**

Após a exposição da situação atual da instituição, podemos citar o que tem sido feito para sanar ou melhorar tal cenário. Um dos caminhos para driblar a falta de recursos é o desenvolvimento de parcerias institucionais, sendo a primeira delas realizada em 2017 com o curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, por meio da Professora Márcia Almada, que ministrou uma disciplina prática de restauração de acervos. Esta parceria possibilitou uma troca riquíssima de experiências, com a imersão dos alunos em um ambiente real, em que não há recursos para aquisição de materiais, manutenção e pessoal suficiente para a demanda. Seis códices coloniais foram restaurados, e os alunos puderam contribuir com sugestões para a nova ficha de diagnóstico da instituição. A parceria com o curso de conservação é antiga, inclusive, tendo o APM contribuído com empréstimo de acervos e do seu próprio espaço para a realização de TCCs, dissertações e teses. Outra parceria ocorreu em 2017, com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que acrescentou a seu organograma a presença de um profissional no APM. Assim, durante quase dois anos, foram realizados diagnósticos, treinamentos, formação de uma Brigada de Incêndio e a elaboração de um Plano de Emergências para a instituição, que deverá ser lançado em breve.

Com o auxílio de alunas do curso de Conservação, em realização de estágio não obrigatório, foi desenvolvido um formulário para identificação de degradações, cujo objetivo é capacitar funcionários de setores que atuam diretamente com acervos, em sua organização e consulta, para auxiliarem a equipe da conservação a identificar documentos em estado de conservação precário. Também foram desenvolvidos formulários para comunicação de sinistros e para liberação de documentos originais para consulta, caso estejam microfilmados ou digitalizados, em uma tentativa de restringir cada vez mais o acesso aos originais. Estamos investindo na identificação de acervos para digitalização, utilizando como critério a demanda por pesquisa com o estado de conservação. Estão sendo desenvolvidos cartilhas didáticas para as equipes de limpeza, segurança e recepção, funções terceirizadas e que por isso contam com rotatividade. Está em andamento parceria com uma aluna da graduação do curso de conservação para a elaboração de um *checklist* para vistorias das áreas de guarda.

Entendemos que a solução ideal perpassa por sensibilizar o governo para a importância da atuação do APM estrategicamente, fornecendo subsídios para a tomada de decisões, e na racionalização da administração, com a gestão de documentos funcionando de forma correta. Assim, seriam direcionados recursos financeiros, humanos e materiais para a preservação, que deveria funcionar transversalmente a todas as atividades desempenhadas em uma instituição arquivística. O diálogo universidade/instituição pública é um caminho a ser mais explorado, visto que já têm fornecido diversos resultados positivos, assim como a formação de parcerias com instituições privadas.

### **Referências Bibliográficas**

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Relatório de atividades do ano 1997. Elaborado por Norma de Góes Monteiro, Belo Horizonte, 1997.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Relatório de atividades dos anos 1995-1998. Elaborado por Norma de Góes Monteiro, Belo Horizonte, 1998.

BECK, Ingrid. Relatório de visita técnica realizada no Arquivo Público Mineiro, com vistas à implantação de um programa institucional de conservação. In: APM – Relatório de atividades dos anos 1995-1996. Elaborado por Norma de Góes Monteiro, Belo Horizonte, 1996.

FUNDO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Vista frontal da fachada – 1960-1975.





## **Memórias dos profissionais da preservação no acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional do Brasil: 1880 a 1980**

Thais Helena de Almeida  
Doutora em Memória Social  
Conservadora-Restauradora de papel  
Laboratório de Restauração. Fundação Biblioteca Nacional  
[thais.slaibi@bn.gov.br](mailto:thais.slaibi@bn.gov.br)

### **Introdução**

A Biblioteca Nacional do Brasil contou desde sua formação com profissionais que assumiram as atividades de zelar pelo seu acervo bibliográfico e documental. Com o passar do tempo e da ampliação de seu acervo, os profissionais foram aprimorando o cuidado e se especializando na sua preservação. Este artigo procurou refletir como as ações e as mudanças de perspectiva da preservação do acervo foram influenciadas pela trajetória do pensamento internacional e problematizar as questões do esquecimento e dos rastros das memórias desses profissionais, sobretudo os profissionais conservadores-restauradores e encadernadores. Ao identificar o primeiro profissional responsável pela restauração do acervo, a partir de 1882, a pesquisa prosseguiu para o século XX, delimitando seu período até a década de 1980, quando surgem mudanças no entendimento do conceito de preservação de acervos, que reuniu as áreas de conservação, restauração e conservação preventiva. Este trabalho pretende responder algumas questões que nortearam a pesquisa: É possível reconstruir uma memória preservacionista através das memórias dos profissionais e documentos institucionais? É possível estabelecer uma relação de influências teóricas e práticas das ações profissionais com a trajetória do pensamento preservacionista internacional e a mudança de perspectiva da preservação de acervos bibliográficos e documentais na Biblioteca Nacional?

Nos rastros desses profissionais, o conceito de pegadas de Elizabeth Jelin, representadas por rastros armazenados, guardados passivamente, informação arquivada na mente das pessoas, em registros, em arquivos públicos e privados, em formato eletrônico e em bibliotecas, constituiu o caminho e o objeto para a elaboração dessa narrativa. A autora adverte que essas pegadas em si mesmas não constituem “memória”, a menos que sejam evocadas e localizadas em um marco que lhes dê sentido (JELIN, 2002: 30). Trabalhando também com o entendimento de que a memória é construída social e individualmente,

sofrendo flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa, a obra de Michael Pollak é um caminho nessa pesquisa quando afirma que nas representações coletivas existe subjacente um conjunto de interesses explícitos ou implícitos que acabam determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais. Daí a importância de se entender a lógica da ação coletiva a partir das representações que os grupos elaboram sobre o funcionamento de seu mundo e as ações para mantê-lo ou modificá-lo (POLLACK, 1992: 200-212). Para dar contexto a discussão e entendimento da importância dessas memórias num lugar de vestígios da memória e de representação de grupos, a história e a formação das coleções da Biblioteca Nacional precisaram também ser acionadas.

Este artigo é parte integrante da tese de doutorado defendida no curso de Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em 2019.

### **Biblioteca Nacional, um lugar de memória e preservação.**

Foi com o desejo de acumular os saberes produzidos pela humanidade em suas diversas áreas do conhecimento que os reis de Portugal dedicaram parte de seus esforços à reunião de livros, mapas, gravuras e documentos para a formação de uma Real Biblioteca, símbolo do saber acumulado pelo seu império e à criação de uma imagem de país culto, amante das artes e das ciências. Com a transferência da Família Real e sua corte para o Rio de Janeiro a Biblioteca Real foi instalada, em 1810, no hospital da Ordem Terceira do Carmo, no centro da cidade. Em 1853, foi transferida para o Largo da Lapa, onde permaneceu até 1910, quando passou para sua sede na Av. Rio Branco.

Nas referências das ações de preservação do seu acervo e de seus profissionais, algumas se repetiam e citavam quase sempre as mesmas informações a partir da instalação da Oficina de Encadernação, em 1902, ainda no edifício do Largo da Lapa, a criação do Laboratório de Restauração, instalado na sede da Av. Rio Branco, em 1948, pelo restaurador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Edson Motta, e, mais tarde, a reestruturação do Laboratório de Restauração, em 1984, com a capacitação de servidores e investimento em equipamentos mais modernos.

Os períodos entre tais marcos eram lacunas, cujas lembranças na instituição pareciam inexistentes. Foram esses períodos de ausências que atraíram o meu pensamento e me levaram ao desafio de buscar iluminá-los.

### **As primeiras ações de preservação na Biblioteca Nacional no século XIX**

Quando Ramiz Galvão (1870-1882) assumiu a direção da instituição, em 1870, ela passava por uma série de graves problemas administrativos e estruturais. A preocupação constante com o risco da saída de livros para encadernar em oficinas contratadas, gerou um relatório sugerindo a instalação de uma oficina de encadernação na instituição (GALVÃO, 1884-1885, p. 137-138).

Entre 1873 e 1874, Ramiz Galvão, em viagem pela Europa, teve a oportunidade de visitar diversas instituições e observou como elas tratavam seus acervos para preservá-los. Algumas observações transcritas em seu relatório ajudam a entender os desdobramentos de várias ações de conservação e restauração no acervo. Algumas instituições europeias tinham oficinas para encadernar e restaurar, entelavam mapas com tecidos ou papel, que eram guardados em mapotecas e conservavam estampas em “encadernação mecânica” (GALVÃO, 1874, p. 39), sistema que se aproximava de um fichário moderno.

As notícias sobre o trabalho de restauração começaram a surgir com Sébastien Auguste Sisson, litógrafo francês, que teria “se prestado espontânea e desinteressadamente a fazer difíceis e importantes reparações nas estampas” (REGISTROS..., 1876-1899). Antonio Luiz Pinto de Montenegro, funcionário da Seção de Estampas, parece ter aprendido o trabalho acompanhando as restaurações executadas por Sisson entre os anos de 1881 e 1882. Nesse período, ainda eram poucas as publicações sobre técnicas e metodologias aplicadas à restauração de papel. Entretanto, foi encontrado no acervo, a obra *Essai sur l'art de restaurer les estampes et les livres: ou, Traité sur les meilleurs procédés pour blanchir, détacher, décolorier, réparer et conserver les estampes, livres et dessins*, de autoria Alfred Bonnardot, datada de 1858, que discorre sobre a prática das intervenções.

A partir de 1883, os relatórios da biblioteca passaram a descrever os trabalhos de restauração realizados por Montenegro. Seu desempenho na função de restaurador recebeu repetidos elogios, se referindo ao “serviço do habilíssimo auxiliar sr. Montenegro, o qual já reparou e restaurou do modo admirável” algumas estampas. Assim, a partir de 1883, Montenegro assumiu a lavagem, reparos, clareamento do suporte e a reintegração cromática das imagens (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. 581). Carlos Peixoto, primeiro a assumir o cargo de Conservador, em 1894, na biblioteca, aparece ao lado de Montenegro nas atividades de restauração. Em 1892, Montenegro foi trabalhar na Seção de Impressos e o trabalho de restauração foi sendo abandonado.

O tempo e o afastamento de suas atividades acabaram por silenciar suas lembranças. As alianças construídas em outro período e o afastamento desses profissionais constituíram elementos para um apagamento de suas memórias (POLLAK, 1992), que foram substituídas

por novos empreendimentos na área da preservação, como a instalação da tão desejada oficina de encadernação em 1902.

### **Oficina de Encadernação: Uma mudança institucional na rotina dos trabalhos de encadernação e restauração a partir de 1902**

No regulamento da biblioteca, em 1824, constava o cargo de Livreiro Encadernador. Sob sua responsabilidade estava o trabalho de “executar o que do seu ofício lhe for mandado fazer, responder por tudo quanto pertence a sua ocupação, trabalho e oficina” (RELATÓRIOS..., 1818-1832, p. 166). Entretanto, em 1834, o livreiro encadernador foi retirado da lista dos empregados e as atividades de encadernar, entelar mapas e em alguns momentos, restaurar livros passaram para as oficinas particulares (SLAIBI, 2019).

Somente em 1902, a Oficina de Encadernação foi inaugurada, com maquinários e materiais vindos da Alemanha e da França. Em 1903, a biblioteca instalou a Oficina Tipográfica, criando o cargo de “Inspetor das Oficinas de Tipografia e Encadernação”. Álvaro Meirelles dos Passos, foi sem dúvida o funcionário que ocupou por mais tempo os cargos de chefe da Oficina de Encadernação e de inspetor (A BIBLIOTHECA..., 1903; 1907; 1911; 1921/1922). A Oficina de Encadernação contou inicialmente com uma equipe de 8 encadernadores, chegando a ter quase 30 pessoas, na década de 1930 e trabalhava, em média, com 16 fornecedores de diversos materiais.

A Oficina de Encadernação não se limitava a reencadernar livros e encadernar brochuras e jornais. Ali eram preparados livros em branco, pastas, caixas de papelão, fichas para catálogos e para registro de periódicos, e com o passar do tempo lá eram restaurados os livros, entelados os mapas e feitos alguns consertos de estampas, e também dava-se apoio à Oficina Tipográfica em tudo que necessitasse (A BIBLIOTHECA..., 1922, p. 449).

Mesmo contando com um número de empregados bastante significativo, alguns problemas com o atraso na devolução das obras passou a ser queixa constantes e geravam uma grande insatisfação entre as chefias das seções.

Mário Bhering, diretor da biblioteca (1924-1932), iniciou uma campanha difamatória sobre a produção da oficina e de seus encadernadores o que levou o fechamento das oficinas de Encadernação e Tipográfica, em 1931 (SLAIBI, 2019).

O que parecia se encaminhar para a formação de um núcleo de restauração com a criação da oficina de encadernação, voltou a ser um trabalho voluntário e disperso. Naquele momento, as ações de preservação eram realizadas independentemente, divididas pelo setor de conservação, que se ocupava da limpeza e combate aos insetos bibliófagos e pelo trabalho

de encadernação e restauração que voltou para as mãos dos encadernadores particulares e com eles as mesmas preocupações quanto à qualidade do trabalho e do risco de extravio do acervo.

### **A formação da equipe de restauradores e o funcionamento do Laboratório de Restauração entre 1948 e 1984**

Josué Montello assumiu a biblioteca, em 1948 e a situação dos trabalhos de restauração começa a ganhar outra dimensão com a instalação definitiva do Laboratório de Restauração e da presença de profissionais restauradores na instituição.

O professor e restaurador Edson Motta foi convidado a sistematizar as atividades de conservação e restauração na Biblioteca Nacional, o que possibilitou a instalação do laboratório (MOTTA JR., 2018). Em seu relatório de 1950, Edson Motta reforçou a importância da instalação do Laboratório de Restauração, pensado para funcionar dentro das mais modernas técnicas observadas em seu estágio nos Estados Unidos, adotando uma metodologia científica em seu trabalho (ANS, 1950, p. 1).

Influenciado pelas técnicas e equipamentos americanos, Edson Motta trouxe a informação de um equipamento para laminar documentos que utilizava acetato de celulose, papel japonês e calor, desenvolvido pelo conservador norte-americano William Barrow (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017, p. 2). Diante de importante tecnologia, Josué Montello autorizou a compra da laminadora *Barrow*, em 1950 (OFÍCIO Nº 1457, 1950).

Concluída a instalação do laboratório, agora era preciso capacitar pessoas para formar uma equipe, que contou inicialmente com Ivan Serpa, Maria Pinheiro dos Santos e Adalberto Barreto.

Seguindo as poucas pegadas, Ivan Serpa foi contratado, provavelmente em 1951, para executar o trabalho de banho, desmonte de livros, montagem e organização de cadernos dos livros, cujas folhas teriam sido laminadas (RELATÓRIO CHEFES..., 1954). Em de 1957, Ivan Serpa ganhou um prêmio de viagem à Europa e não foi encontrado registro de sua volta à biblioteca (SLAIBI, 2019). Maria Pinheiro dos Santos começou a trabalhar em 1953 como auxiliar de “banho, montagem e arrumação em cadernos das folhas já laminadas” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1954, p. 2).

As referências de Adalberto Barreto foram sendo localizadas, como indica Jelin (2002, p. 30), em lembranças guardadas e pegadas a partir de um documento encontrado no Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, em 2015, assinado por Adalberto Barreto, datado de 1967, escrevendo sobre o desenvolvimento da Divisão de Bibliopatologia,

da instituição, ou a criação do Instituto Tropical de Patologia do Livro ou Instituto Nacional de Patologia do Livro.

Adalberto Barreto se aproximou da biblioteca quando trabalhava numa firma que fazia a manutenção do edifício, em 1946. Por sua preocupação e atenção ao acervo, recebeu um convite do diretor para trabalhar na Biblioteca Nacional (BARRETO, 2016). Apoiado pelo historiador Marcelo de Ipanema, se comunicou com várias bibliotecas da Europa e da América do Norte (BELISLA, 1967, p. 2). Foi através dessas correspondências que tomou conhecimento da existência do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma, (LIVRO..., 1958, p. 6).

Influenciado pela linha americana de restauração trazida por Edson Motta, o laboratório seguia uma rotina de tratamento de livros e manuscritos que incluía como principal processo a laminação pela laminadora *Barrow*, que foi utilizada em grande escala na Biblioteca Nacional entre 1951 e 1973.

As pesquisas com os insetos também fizeram parte da rotina de trabalho da Divisão de Bibliopatologia que, em 1977, mantinha “uma cultura artificial de brocas, para estudar seu comportamento, reprodução e efeitos nocivos sobre o papel” (VIEIRA, 1977, p. 15). Apesar das dificuldades que enfrentava numa área ainda sem formação acadêmica e com reduzido acesso a novas pesquisas e tecnologias, Adalberto Barreto buscava informação através de revistas científicas que chegavam à biblioteca, como a editada pelo instituto italiano Alfonso Gallo. Publicado trimestralmente, o “*Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro*” (BOLLETTINO, 1947-1989).

Essa aproximação com as publicações italianas e com suas ideias e pesquisas acabou motivando o diretor Celso Cunha a “organizar um ‘Serviço de Patologia do Livro’, com a amplitude e nos moldes do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma – o mais especializado do mundo” (LIVRO..., 1958, p. 9). Assim, em 1959, elaboraram um projeto reestruturando o pavimento térreo para acomodar o Laboratório de Restauração, o Laboratório de Bibliopatologia, o Serviço de Biblioterapia e a Oficina de Encadernação. Adalberto Barreto lecionou no curso de Biblioteconomia da BN e em diversas instituições (SLAIBI, 2019, p. 264), repassando a ideia de que a restauração era uma área interdisciplinar e que só se desenvolveria com o apoio de instituições ligadas à pesquisa científica.

Com a entrada de Jannice Monte-Mór na direção da Biblioteca Nacional, em 1971, algumas mudanças atingiram diretamente o Laboratório de Restauração. A diretora assinou um convênio com o Instituto de Biologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a contratação de técnicos especializados em expurgo e imunização. Recebeu duas

bolsas para o Instituto Alfonso Gallo e a consultoria da restauradora italiana Maria Di Franco Lilli, da Biblioteca Vallecilliana, de Roma, que em seu relatório registrou o limitado espaço do laboratório, sua defasagem tecnológica e fez uma crítica à conduta profissional de Adalberto Barreto pelos métodos e o emprego da laminadora *Barrow* (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 205).

Em decorrência dessa visita, Adalberto Barreto foi afastado das aulas, dos jornais e da possibilidade de se capacitar no Instituto Alfonso Gallo. Ao se aposentar em 1977, Gilda Lefebvre assumiu a Seção de Preservação e Restauração, mas em 1982 se aposentou e o laboratório encerrou suas atividades de restauração.

Somente em 1984, a bibliotecária e bolsista do Instituto Alfonso Gallo Cely Pereira foi convidada para coordenar o Centro de Pesquisa e Treinamento em Papel (PEREIRA, 2018).

Essa nova gestão de Cely Pereira, foi que deu início ao que hoje representa a Coordenadoria de Preservação, responsável pelo Laboratório de Restauração e pelo Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional.

### **Considerações Finais**

A preocupação com a preservação do acervo, sobretudo no combate aos insetos bibliófagos, estava presente desde a formação da biblioteca. Entretanto, a separação entre os profissionais que atuavam na preservação da instituição era bastante significativa, colocando em diferentes posições o encadernador, o conservador e o restaurador, com ações isoladas.

A falta de integração acabou fragilizando a estabilidade de alguns setores, não favorecendo a consolidação desses campos de preservação, possibilitando o surgimento de conflitos de interesse, acirrando relações e contribuindo para o desaparecimento de alguns desses setores e de suas memórias. Memórias que, para Pollak, caracterizam-se por se articularem com as representações coletivas que acabam determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais (POLLAK, 1992, p. 200-212).

A partir do trabalho aqui desenvolvido de reelaboração das memórias dos profissionais da preservação da Biblioteca Nacional dos séculos XIX e XX, evidenciamos que foi justamente nas maiores lacunas encontrada entre as datas consagradas na memória institucional que os profissionais da área mais se empenharam em projetar a instituição. Revelamos que foi nesses momentos apagados pela memória que os profissionais mais buscaram se apoiar em práticas e ações orientadas por pensamentos internacionais, possibilitando o crescimento da restauração e contribuindo para fortalecer a Biblioteca

Nacional enquanto instituição disseminadora de uma cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

## Depoimentos

BARRETO, Cleide. *Cleide Barreto*: depoimento [4 out. 2016]. Entrevistadoras: Thais Helena de Almeida Slaibi e Vera Mangas. Rio de Janeiro, 2016. Registro manuscrito.

MOTTA Jr., Edson. *Edson Motta Júnior*: depoimento [25 ago. 2018] Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2018. Registro manuscrito.

PEREIRA, Cely de Souza Soares. *Cely de Souza Soares Pereira*: depoimento [08 nov. 2016 e 22 jun. 2018] Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2016 e 2018. Registro manuscrito.

## Referências Bibliográficas

A BIBLIOTHECA Nacional em 1903: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 483-524, 1904.

A BIBLIOTHECA Nacional em 1920/1921: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 43-44, p. 228-246/148-275, 1921/1922.

ALMEIDA, Thais Helena de, HANNESCH, Ozana; POZI, Renata Amorim. Laminadora *Barron*: Uma promessa para 500 anos que não se cumpriu. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO, 4., 2017, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2017. p. 229-235.

ANS. IPHAN. Centro de Restauração de Bens Culturais. Relatório sobre as atividades do Laboratório de Restauração da Biblioteca 1948-1950, Rio de Janeiro, 06/11/1950. Caixa 11, Pasta 03, Envelope 05.

BELISLA. Um médico de livro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, 1967.

BOLLETTINO DELL ISTITUTO DI PATOLOGIA DEL LIBRO ALFONSO GALLO. Roma, 1947-1989. Trimestral.

CATÁLOGO da Exposição permanente dos cimélios. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, 1883-1884.

DI FRANCO LILLI, Maria. *Conservação e restauração: problemas da Nacional do Rio de Janeiro*. R. Bibliotecon., Brasília v. 3, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 1975.

GALVÃO, Ramiz. Bibliotecas Públicas da Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 1875, anexo D.

\_\_\_\_\_. Frei Camillo de Monserrate. Estudo bibliográfico, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, 1884-85.



JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI. 2002.

LIVRO doente tem hospital: é no porão, mas cura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p. 6, 9, 28 out. 1958

OFÍCIO Nº 1457, 3 ago.1950. In: Correspondência recebida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1950. Divisão de Manuscritos.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 212, 1992.

REGISTROS dos relatórios trimensaes da Secção de Estampas da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, 1876-1899. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia.

SLAIBI, Thais Helena de Almeida. *Memórias dos Conservadores, Restauradores e Cientistas na Preservação do Acervo da Biblioteca Nacional: de 1880 a 1980*. 2019. 369f. Tese (Doutorado em Memória Social) Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

VIEIRA, Humberto. Há 32 anos Adalberto Barreto mantém um verdadeiro hospital de livros na Biblioteca Nacional. *Revista Fatos e Fotos*, Brasília, n. 804, ano 26, p.14-15, 16 jan.1977.



**Forma e conteúdo: a cultura do escrito no pasquim afixado em Calambau, freguesia de Mariana, no ano de 1798**

Álvaro de Araujo Antunes

Doutor em História

Professor da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Ouro Preto

[alvoantunes@gmail.com](mailto:alvoantunes@gmail.com)

Na manhã do dia 14 de junho de 1798, depois das festividades para Santo Antônio, foram encontrados afixados nos lugares “mais públicos” de Calambau, freguesia de Mariana, três pasquins.<sup>1</sup> De mesmo conteúdo, os papéis anônimos destinavam-se a “injuriar e infamar” a honra do sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira. A principal razão do ataque ao militar era seu alegado envolvimento com a Conjuração Mineira, maquinada em 1788 e debelada em 1789. Um exemplar desse raríssimo pasquim, um dos poucos do gênero existente para a América portuguesa, encontra-se conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, anexado à devassa para apurar a autoria da pública e escrita calúnia.<sup>2</sup> Esse infreqüente documento será analisado nessa comunicação, destacando-se, dois elementos: o Conteúdo Difamatório do Pasquim de Calambau; e alguns aspectos formais do pasquim.

Por meio de versos, o pasquim de Calambau (ou Calambao) relata o diálogo entre o sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira e um general (cujo nome não é especificado) que o interroga sobre sua participação na conhecida “Inconfidência Mineira” ou Conjuração Mineira, designação mais adequada. Mesmo não sendo o único alvo dos vitupérios, a infidelidade promovida pelos “confidentes” tem destaque no pasquim. Segundo conta o manuscrito, uma “corriola” tramou em segredo tomar o governo para fazer suas próprias leis, contrariando a prerrogativa e o poder da monarquia portuguesa, cujo trono era ocupado por D. Maria I.

---

<sup>1</sup> Esta comunicação trata de uma documentação que já foi abordada em um artigo de minha autoria intitulado “Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas” e reproduz algumas de suas conclusões. Os resultados se associam a pesquisa envolvendo a cultura do escrito e a circulação de livros em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, aprovada pela FAPEMIG em Edital Universal, sob o registro APQ – 02439-17, da FAPEMIG. ANTUNES, Álvaro de Araujo. Considerações sobre o domínio das Letras nas Minas Setecentistas *LPH* - Revista de História, Mariana, MG. n.10. 2000.

<sup>2</sup> *Arquivo da Casa Setecentista de Mariana*. (ACSM), 2º Ofício, Códice 224, Auto 5565.

Nos versos o contraste se estabelece entre os “bárbaros confidentes” e a “esclarecida monarca”. Os sublevados almejavam tornarem-se “reis”, algo inadmissível ao autor do pasquim que defendia explicitamente a monarquia legítima e hereditária. Ao contrário dos seus congêneres que fomentavam levantes pela América portuguesa, o pasquim Calambau é, portanto, uma crítica aos planos dos levantados mineiros.

Outro aspecto importante que merece destaque e que pode causar alguma espécie aos olhos dos mais contemporâneos. No manuscrito injurioso de Calambau, Tiradentes ocupa um lugar de relevância, mas não o lugar de cabeça do movimento e muito menos o de mártir, imagem consagrada desde o período republicano e reforçada por Augusto de Lima Junior da década de 1940. Nas três vezes em que Tiradentes é mencionado no pasquim, uma ele aparece como enforcado e nas outras duas ele é apresentado como um correio, como aquele que levava as notícias, que transportava os “papéis da corriola”. Essa imagem de um Joaquim José da Silva Xavier responsável pela comunicação do grupo encontra fundamento nos depoimentos coletados pelos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, bem como não é estranha à historiografia atual. Porém, nada no pasquim permite conhecer em Tiradentes a imagem do abnegado herói da nação.

Atribuir a Tiradentes um papel de correio talvez não chame tanta a atenção do leitor do pasquim do que a associação que se estabelece entre Joaquim Silvério dos Reis e a Conjuração mineira:

*nos príncipes conhecemos/os nossos monarcas velhos/Cá nas minas queria ser/O diabo do Joaquim Silvério.<sup>3</sup>*

Em que pese toda a imprecisão motivada pelo desconhecimento do conteúdo dos Autos do processo aberto em 1789 para se apurar o crime de lesa-majestade de primeira cabeça, que se aponte toda força amplificadora dos boatos que ajuda a modelar a “fama publica”, não é possível negar que o pasquim de Calambau apresenta uma versão coetânea e negativa da Conjuração Mineira. Uma versão na qual Joaquim Silvério não era apresentado como delator ou traidor, mas sim como aquele que queria ser o monarca de Minas Gerais. Não se trata aqui de considerar a verdade dos ocorridos, mas sim de ressaltar que essa era uma versão circulava em 1798.

Não se sabe ao certo o grau de envolvimento de Manoel Caetano Lopes de Oliveira com a Conjuração Mineira. Salvo melhor juízo, seu nome quase nada aparece nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Isso, contudo, não afasta a suspeita da sua efetiva

---

<sup>3</sup> *Idem.*

participação ou, no mínimo, do seu conhecimento acerca do conventículos sediciosos. Segundo é possível apurar do pasquim e de outros documentos analisados, o sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira era irmão do fazendeiro e militar Francisco Antônio de Oliveira Lopes e do padre José Lopes de Oliveira, ambos condenados ao degredo pelo envolvimento com a Conjuração.

Quanto à forma, a primeira observação que se pode fazer, apesar de óbvia, tem, como se verá adiante, uma relevância: os pasquins de Calambau eram manuscritos. Na folha estavam dispostas mais de quarenta e uma estrofes, organizadas em três colunas na frente e duas ao verso. A maioria das estrofes tinha o formato de quadras poéticas e vinham numeradas de 1 a 41. Havia ainda uma décima e outras estrofes tinham apenas dois ou três versos. Entre as quadras foram utilizadas separações, feitas por traços ou hachuras. Esse recurso somando à numeração das quadras conferia ao pasquim uma identidade visual, bem como conduziam o leitor pela “ordem do escrito”. No final da terceira coluna, por exemplo, lê-se: “vire para trás que ainda tem mais”. No verso da folha, ao fim da quarta coluna, há outra inscrição reveladora de como o autor do pasquim esperava que sua obra fosse fruída: “torne para a banda de cima e leia com atenção”. Estas instruções e o formato do pasquim indicam a necessidade de manejar a folha, retirando-a do lugar onde fora afixada ou, como disse ao menos um dos depoentes, pregada.

<sup>4</sup>O documento apresenta letras com pequenas firulas e algumas palavras estão abreviadas, o que poderia indicar alguma familiaridade do autor com a arte da escrita. Porém, na composição das palavras, as letras, com muita frequência, são redigidas sem ligação entre si, sugerindo um domínio limitado da escrita e da composição, condizente com confissão da falta de destreza e inteligência expressa nos versos. Outra hipótese: o formato da letra poderia ser uma estratégia para facilitar a leitura do pasquim, letra a letra. Ou ainda cabe supor, como bem provável, uma tentativa de dissimular a autoria do papel injurioso.

Essa hipótese ganha força quando na devassa para apurar o crime de proferir injúrias e escrever pasquins o pardo e músico Luiz José da Costa afirmou “ter pleno conhecimento da letra” de quem escreveu o pasquim, apesar do autor buscar modificá-la. Da mesma sorte, José da Silva Ribeiro, outro pardo que vivia do ofício de carpinteiro e da sua roça, testemunhou que conhecia a letra do pasquim, apesar de ser “feita com diligência para desfigurar a sua talha”. Vale observar que esta e outras testemunhas usaram a expressão “talho”, própria do ofício manual, para designar o aspecto formal da escrita.

---

<sup>4</sup> *Idem.*

Diversas testemunhas afirmaram que a letra dos pasquins era “da própria mão e punho” de Raimundo Penafort. Morador de Calambau, Penafort trabalhava como caixeiro para o alferes Domingos de Oliveira Alves, que, poucos dias antes da afixação dos pasquins, se indisputara com o sargento-mor Manoel Caetano por conta de uma construção em um terreno que aquele alferes considerava ser sua propriedade. Na ocasião, a frente de diversos moradores de Calambau, o Alferes Domingos de Oliveira Alves teria chamado o colega de farda, o sargento-mor Manoel Caetano, de ladrão, régulo e levantado.

Ao contrário dos irmãos e apesar dos laços que teria com os demais inconfidentes, Manoel Caetano não foi culpado judicialmente pelo crime. O pasquim, entretanto, não lhe deixou de incriminá-lo. Ao recorrer ao evento da conjuração mineira, a folha volante demonstra com perfeição como a “fama pública” era constituída, lembrada, revivida, reinventada e utilizada como munição injuriosa. Sobre o conteúdo e forma dos pasquins de Calambau, importa observar o sentido de justiça surda que se expressava no alarido vingativo dos xingamentos confeccionados por Raimundo Penafort. Em desabridas palavras, o pasquim chamava Manoel Caetano de traidor, vil, desalmado, mariola excomungado, patife e inzoneiro. Em outros momentos o alvo das injurias era pintado como fariseu, judeu e turco.

Mas não bastava apenas falar mal. Um bom ataque vai além do atrito infantil e da troca de insultos. Era preciso infamar o contendor, tecer ilações substanciosas que pusessem sobre suspeita a honra e a moral do inimigo. Nesse sentido, era usual que os pasquins laçassem mão da forma satírica, um subgênero do cômico, promovendo o riso e, sobretudo, a maledicência de base moralizante. Ao atacar a reputação de uma pessoa, de autoridades e instituições, os panfletos satíricos e anônimos reafirmavam valores morais e buscavam constituir uma espécie de opinião pública ou, se preferirem, uma opinião alheia acerca dos supostos desvios que ameaçavam a ordem social e/ou aos interesses de alguns.



## **“O povo do Calambau, notícias vos quero dar”: Rebeldias, inconfidências e pasquins na América portuguesa**

Luciano Figueiredo  
Doutor em História  
Professor titular do Instituto de História  
Universidade Federal Fluminense  
[lucianoraposo@uol.com.br](mailto:lucianoraposo@uol.com.br)

O documento em torno do qual foi organizada a mesa redonda "Escrita Exposta" é uma peça extraordinária. Chamado por aqueles que o estudam de "Pasquim do Calambau", essa demonstração de familiaridade com o manuscrito não abala a discreta reverência perante este remanescente dos pasquins coloniais.<sup>1</sup> Embora existam inumeráveis registros, espalhados por arquivos e bibliotecas do Brasil e alhures, mencionando a existência e a circulação de tais escritos efêmeros na América Portuguesa, pouquíssimos foram os originais que restaram preservados em sua materialidade.

Se há grande carestia de exemplares de pasquins, sobram por outro lado notícias de "pasquinadas", episódios costumeiros na vida social e política das comunidades no passado. Foram tão frequentes que chegaram a merecer um verbete no qual são apresentadas como “todas as sátiras, piques, e pedradas que ocultamente se dão às pessoas, de que se não pode dizer mal às claras”.<sup>2</sup> O autor da definição, Raphael Bluteau, captura e assenta em seu *Vocabulário* costumes dos portugueses do reino. Mas ele bem poderia estar a se referir ao que aconteceu certa vez num pequeno arraial do outro lado do Atlântico, em Minas Gerais, nos anos extremos do século XVIII. Ali, na freguesia do Calambau, termo da cidade de Mariana, apareceu em junho de 1798 o pasquim antes mencionado, espalhado em cópias por diversas partes do lugarejo, ridicularizando pesadamente o sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira, morador local. Para responder à injúria, o oficial abriu um processo crime destinado a apurar a autoria da peça anônima. Foi graças a este recurso judicial que restou, intacto, um

---

<sup>1</sup> A divulgação pioneira desse pasquim e sua interpretação cabem a Laura de Mello e Souza, ("Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII". In: Adauto Novaes (org). Tempo e História, SP: Companhia das Letras, 1992), seguida por Álvaro de Araújo Antunes ("Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas". Revista Locus, Juiz de Fora, 2000, p. 9-20) e em outros diversos estudos que escreveu. O "pasquim do Calambau" ainda não foi integralmente publicado.

<sup>2</sup> *Vocabulário português e latino. Coimbra: Companhia de Jesus, 1713*, p 296.

dos exemplares das três cópias do pasquim que então circularam, servindo de prova junto à uma devassa; e que hoje está sob a guarda do arquivo da Casa Setecentista, em Mariana.<sup>3</sup>

Decerto, como assinala o historiador João Luis Lisboa, "os pasquins são a voz de alguém que agride".<sup>4</sup> Porém, eles não nascem apenas do ódio pessoal que transborda para os espaços públicos, nos quais se busca amplificar, para a vizinhança, comportamentos reprováveis de adversários. A serventia desses papéis ultrapassou conflitos de natureza pessoal e, amiúde, nutriu as contestações coletivas nas quais eles veiculavam palavras de protestos.<sup>5</sup> Pudemos tratar da longa e intensa tradição dos pasquins na América luso-brasileira em outra ocasião, sem deixar de relevar sua potência no interior dos movimentos políticos que fizeram de Minas Gerais um verdadeiro caldeirão de motins durante o Setecentos.<sup>6</sup>

Nas revoltas, o aparecimento, circulação e as características dos pasquins não fogem à regra que caracterizam esse artefato: eram geralmente anônimos (ou assinados sob pseudônimo) e surgiam na calada da noite pendurados em locais públicos. Nestas ações políticas cumpriam funções essenciais ao anunciar, com um vocabulário petulante, as razões do protesto, expressando a todos os objetivos da manifestação. Seu texto era capaz assim de unificar os variados grupos insatisfeitos e ainda servir para ameaçar os poderosos. Um desses pasquins que circula no sertão norte de Minas, quando em meados de 1730 seus habitantes contestaram a forma de cobrança do quinto, ilustra isto com clareza:

Fazemos saber a todos os senhores moradores e assistentes, e passageiros, assim brancos como mulatos, e mulatas, e negras e negros forros, e assim toda a casta de gente, estejam aparelhados com suas armas, para defendermos, a que se não paguem os quintos por ser bem comum, porquanto o sertão não se tira ouro, nele, e assim, irmãos meus, devemos defender este partido até a última gota de sangue para não ficar por uso, um tão grande tributo, e para que não nos cavalgue o Sr. Martinho de Mendonça; como tem cavalgado as Minas; por sermos gente de todas as cores, e se não fizermos isto, não ficaremos bem [...]

Faça saber a todos até donde puder chegar o seu conhecimento, [...] que se deixe disso e de pagar os quintos, e não o fazendo assim há de ser primeiro, que se há de esquarterjar. [ass] Paulo Barbosa Pereira.<sup>7</sup>

---

<sup>3</sup> Pasquim anexo ao Auto de Devassa de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, códice 224, 2o ofício.

<sup>4</sup> João Luis Lisboa, "Tanta virtude..." em papéis correndo (persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime). P. 8

<sup>5</sup> Alguns pasquins empregados nas rebeliões coloniais podem ser conhecidos em versão transcrita e modernizada no site colaborativo Impressões Rebeldes – palavras e documentos que forjaram a história dos protestos no Brasil, [www.historia.uff.br/impressoesrebeldes](http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes),

<sup>6</sup> Figueiredo, Luciano Raposo de A. "Escritos pelas paredes": pasquins manuscritos e as rebeliões coloniais em Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, p 43-61, 2014.

<sup>7</sup> Lisboa. Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, Manuscritos do Brasil, Liv. 10, f. 95.

O manuscrito original dessa convocação antifiscal categórica, endereçada aos inquietos sertanejos de Minas, assim como o "pasquim do Calambau", felizmente foi preservado graças ao zelo de um erudito governador que passou pela capitania entre 1734 e 1737. Enquanto enfrentava as pesadas resistências à política tributária que lhe coube fomentar no agreste das Gerais, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença teve o cuidado de juntar cada folha de papel, cada escrito, oficial ou não, que lhe chegou às mãos, levá-los para Portugal e, para nossa sorte, depositá-los no Arquivo da Torre do Tombo, onde hoje podem ser consultados na série "Manuscritos do Brasil".

A preservação e leitura deste e de outros pasquins capturados por Martinho de Mendonça, alguns deles possuindo diversas cópias, possibilitam uma aproximação com certas regularidades nos discursos políticos disponíveis nesses documentos singulares. Uma destas regularidades evidentes, incontornável em se tratando de uma cultura monárquica que se irradiava no reino e em seus territórios ultramarinos, era a referência ao soberano, fonte da justiça. Um dos muitos exemplos pode ser extraído do papel escrito em forma de paródia da oração do Pai Nosso, que também serviu para agitar os motins do sertão de 1736. No pasquim intitulado "Padre noço [sic] dos moradores das minas gerais, minas novas dos currais, minas de vários metais, minas do rio das mortes, minas do Sabará, fortes minas do serro do frio, minas de prover seu brio, minas de Goiases, minas dos topázios, minas do inferno, minas, minas de todo o delírio", o texto é dirigido ao Rei, Dom João V, em forma de apelo. Num dos trechos ataca:

“Não queirais fazer-se celeiro  
do suor de tais vassalos” [...]   
E sabeis que com a vontade estreita  
os pobres vos obedece [sic]  
porque vossa crueldade merece  
Não se faça a vossa vontade”<sup>8</sup>

A insolência dos rebeldes, protegida pela distância em que viviam do monarca, não deixa de reforçar a importância da figura régia, a qual súditos deviam fidelidade condicional, como avalista do bom governo que deveria enlaçar todos os súditos de uma monarquia católica.

Dessa tópica não escapa o conteúdo do "Pasquim do Calambau", documento complexo e fértil de possibilidades de análises que estamos ainda arranhando. Em seu ataque implacável a Manoel Caetano Lopes de Oliveira, o texto denuncia a infidelidade do sargento-mor à soberana, D Maria I, por haver se envolvido dez anos antes, em 1788-89, na conjura

---

<sup>8</sup> Lisboa. Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, Manuscritos do Brasil, Liv. 10, f. 210



de letrados, contratadores e fazendeiros abortada em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Adicionalmente capta-se, com isso, ecos ainda fortes de um sentimento crítico à Inconfidência Mineira, numa chave de reforço da lealdade à monarquia e à fé católica que sua Alteza representava.

Nenhuma dessas ideias e críticas, contudo, foi apresentada aos moradores de Calambau em 1798 - ou aos historiadores mais de dois séculos depois - por meio de uma narrativa protocolar. Pasquins, afinal, não são tratados políticos redigidos por letrados sob o domínio da cultura erudita e seus muitos artifícios retóricos. Dominados pela oralidade, libérrimos no uso de uma linguagem casual e sem protocolos, impetuosos nos ataques que perpetram, sua mensagem borbulha desordenadamente nas linhas firmes vincadas no papel. Justamente aí reside seu encantamento e sua originalidade como fonte histórica.

O "Pasquim do Calambau" recebe o leitor em sua primeira estrofe procurando encolher a distância entre seus ouvintes iletrados e o documento escrito. Emprega o recurso da personificação e, por meio dela, saúda aqueles que deambulam pelas manhãs mineiras:

“Bons Dias  
(1)[Senho]res [que] me lerem  
Não me botem fora  
[deixe] todos verem”

Insistindo em individualizar o objeto, à saudação segue-se uma autoapresentação fazendo alusão a um gênero (que todos sabiam para que servia) que batiza o personagem-artefato:

“Declaro-me agora  
Que me chamo pasquim”

O estabelecimento de uma analogia humana cumpre a função de auxiliar junto ao público a difusão das ideias que sustenta.

Após cinco capítulos iniciais, no sexto, abre-se a comporta das diatribes contra o sargento-mor, com a solenidade gaiata de uma pasquinada: “O povo do Calambau, notícias vos quero dar”. Como artefato, da mesma maneira que recepcionou os leitores com uma saudação inicial, a narrativa cuida para conduzi-los no percurso através da sucessão de linhas talhadas no papel: “vire para trás que ainda tem mais”, propõe na última linha do averso, convidando à continuidade da leitura na contra face. O mesmo tipo de recurso está na conclusão, quando avisa do encerramento do texto que, a esta altura, já admite, senão um enlace amoroso, decerto uma íntima relação emocional entre leitor e letra:

“Acabou-se meus amantes

aqui findo esta obra (...)  
Leia gente com atenção  
ou bem de um prazer  
de verem esta obra fazer”

À linguagem edulcorada que ronda algumas partes desse pasquim se soma a tópica central de infidelidade à monarquia praticada pelo oponente, atacado, ofendido e degradado pela suposta cumplicidade com os inconfidentes. Em um dos trechos, alerta:

"monarca esclarecida senhora  
esses bárbaros com soberba  
querem serem [sic] Rei  
na sua monarquia".

E, para não deixar dúvidas a respeito da confiança na centralidade régia para o equilíbrio do governo dos súditos, a figura da Rainha é citada em oito ocasiões ao longo de um texto com o total de 41 capítulos. Dentre elas aparecem: "E por ser falso a nossa monarca", "devemos a cabeça ao monarca", "Monarca esclarecida Senhora", "veja a vossa majestade", "nossos monarcas velhos", "Viva a Rainha de Portugal".

Como um sinal trocado em relação aos outros pasquins que ataçavam o povo para se reunir em protesto furioso contra autoridades régias, o "Pasquim do Calambau" é um registro reacionário, quiçá um manifesto que convoca a comunidade a sobrepesar as dramáticas mudanças pelas quais passava, as mentalidades dos grupos populares nas Minas.

O "Povo" enunciado no texto é a República da pequena pátria luso-brasileira do Calambau que o autor anônimo, enquanto ataca seu desafeto, convida para refletir sobre a lealdade, ao soberano e à religião, arranhada uma década atrás pelos inconfidentes. Ele pode ser tratado como o enunciado de uma reação individual destinada a alertar e persuadir os vizinhos desse espaço identificado no próprio documento como "Calambau e Travessias / E mais contorno e freguesia", para as obrigações de lealdade dos vassallos.

Voltado para detratar um adversário, o pasquim não consegue esconder notas fortes e repetitivas de um desconforto com tendências críticas que surgiam no império colonial naquela conjuntura do último quartel do século XVIII. Não é à toa que, no mesmo ano de 1798 quando, nessa freguesia de Mariana, na capitania de Minas Gerais, nascia um pasquim cujo autor mencionava a ideia derrotada de se atacar a Coroa católica, em Salvador, na Bahia, apareciam pelas ruas outros pasquins empregando termos bem diferentes para tratar do rei e da religião.

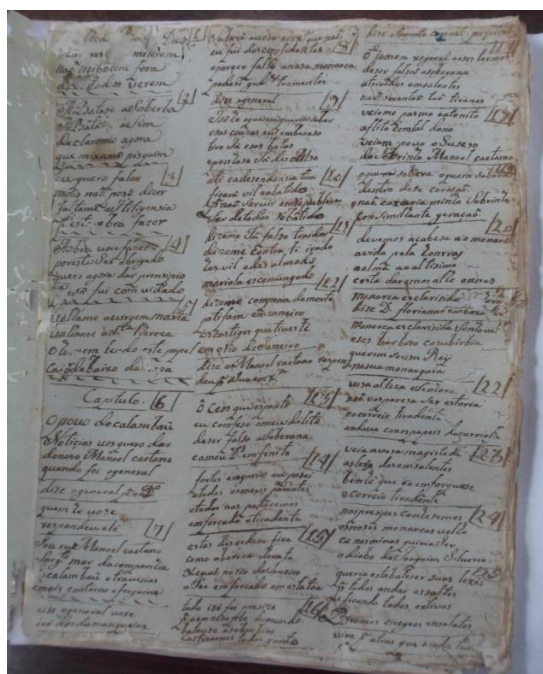
O "Aviso número 9", um dos papéis que amanhecem nas paredes da velha São Salvador quando se preparava ali uma conspiração popular, ia-se por outro caminho ao anunciar que:

"O Povo será livre do despotismo do rei tirano [...]"<sup>9</sup>

No "Aviso ao Povo Bahiense", outro pasquim, lia-se ainda:

"Ó vós homens cidadãos, ó vós Povos curvados e abandonados pelo Rei, pelos seus despotismos, pelos seus ministros...  
Ó vós Povo que nascestes para seres livres e para gozares dos bons efeitos da Liberdade, ó vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Indigno coroado esse mesmo Rei que vos creastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. [...]"<sup>10</sup>

São demonstrações, bem pouco efêmeras, de que algo vinha se transformando na América portuguesa.



(Reprodução do primeiro fôlio do "Pasquim do Calambau")<sup>11</sup>



<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> Mattoso, Kátia M. de Queirós. Presença Francesa no Movimento democrático Baiano de 1798. Salvador: Itapoã, 1969, p 149-150

**Oralidade nas revoltas mineiras do século XVIII e na Inconfidência Mineira: a  
rebeldia para além do escrito**

Tarcísio de Souza Gaspar  
Doutor em História Social  
Professor de História  
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sul de Minas  
[tarcisio.gaspar@gmail.com](mailto:tarcisio.gaspar@gmail.com)

(...)  
*Monarca esclarecida Senhora  
Esses bárbaros com soberbia  
querem serem rei  
na sua monarquia*

*vossa alteza e senhora  
não vos pareça ser estória  
o correio Tiradentes  
andava com papéis de corriola*

*veja a vossa magestade  
as leis dos insolentes  
bem é que se enforcasse  
o correio Tiradentes*  
(...)  
Pasquim de Calambau.

A oportunidade de discutir o pasquim afixado no arraial de Calambau, na freguesia de Mariana, em 1798, a satirizar a figura do sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira, aparentado e amigo de alguns inconfidentes mineiros e ele próprio um dos implicados na investigação da Inconfidência Mineira, permite repensar as complexas relações entre o oral e o escrito na tradição de protestos e de rebeldias políticas das Minas setecentistas. Sem dúvida, as oralidades presentes nesse pasquim indicam, de antemão, a sua função pública: a leitura em voz alta. Mas, os paralelos não se esgotam aí. Essa comunicação pretende situar esse pasquim em meio às expressões orais que marcaram os eventos rebeldes sucedidos em Minas Gerais ao longo do século XVIII. E, de maneira impressionista, pretende-se demonstrar que, no contexto imediato da Inconfidência Mineira, quando se faziam sentir os efeitos políticos da Ilustração e da Independência da América Inglesa, e nos anos seguintes, em que os *ecos da Marselhesa* abalaram os alicerces ideológicos do Antigo Regime, a combinação de tradições orais preexistentes e do recente vocabulário político ilustrado

criaram novos significados ou novos elos políticos, até então inéditos, que amalgavam diferentes linguagens políticas em seu interior, incluindo uma vertente oral mais antiga.

### **Tradições orais de protestos nas Minas**

O pasquim de Calambau é, fundamentalmente, uma obra maledicente. E a maledicência foi, sem dúvida, a mais corriqueira tradição política das Minas, eventualmente manifestada por escrito, como neste caso, mas a expressar-se também em boatos e murmurações corriqueiras. Por exemplo, nas diversas manifestações rebeldes da primeira metade do século XVIII, a detração das figuras dos governadores da capitania tornou-se um chavão. O caso mais conhecido é o de dom Lourenço de Almeida, que chegou a ter contra si pasquins satíricos a lhe acusar o enriquecimento ilícito por meio da extorsão dos súditos locais – documentos brilhantemente estudados por Adriana Romeiro.<sup>1</sup> Outro exposto a falatório público foi o interino Martinho de Mendonça de Pina e Proença, infamado de despotismo ao ordenar prisões arbitrárias, torturas e outros abusos no afã de investigar o crime da moeda falsa e de pressionar pela aprovação do método de capitação e censo de indústrias.<sup>2</sup> Durante os Motins do Sertão, em 1736, uma paródia do padre-nosso e diversos libelos sediciosos circularam. Às margens do São Francisco, “qualquer mulato ou negro que sabe escrever tem por estes desertos confianças para estas e outras tais”.<sup>3</sup> Mas os boatos ocorreram em profusão ainda maior. Martinho de Mendonça esteve no centro da ladainha difamatória.<sup>4</sup> Na Vila do Carmo, um “mulatinho” vagueara a gritar “em vós alta e nas ruas mais públicas”: “Viva El Rei, Viva o Povo, e morra Martinho de Mendonça”. O brado noturno era idêntico ao que se proclamara no sertão. Os pobres lhe alcunharam “algoz do Povo”, sob murmúrios insuportavelmente públicos.<sup>5</sup> A gestão desse interino foi considerada responsável por dar princípio à “decadência” econômica da mineração.<sup>6</sup> Alguns anos depois,

---

<sup>1</sup> ROMEIRO, Adriana. *Vila Rica em Sátiras: produção e circulação de pasquins em Minas Gerais, 1732*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>2</sup> *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, v. 1, p.446, 475-76.

<sup>3</sup> CARTA de João Ferreira Tavares de Gouveia a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Arraial de Capela das Almas, sem data. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 1, fl. 22-22v.

<sup>4</sup> GASPAR, Tarcísio de Souza. "Estas vozes proferidas (...) Em si são nada, mas são sinais de muito": murmurações nos furores sertanejos de 1736 em Minas Gerais. *Revista de História*, 162 (1º semestre de 2010), 73-104.

<sup>5</sup> MOTINS do Sertão. *RAPM*, v. 1, 1896, p. 664.

<sup>6</sup> GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2011, p. 142.

um anônimo rememorava que, até 1735, houvera a “bonança”, logo substituída pelo braseiro das Minas, “no incêndio em que as pôs o servo e açoite de Deus, Martinho de Mendonça”.<sup>7</sup>

O costume de satirizar governadores, seja por meio de pasquins, seja por meio de vozes públicas, havia se manifestado em eventos anteriores, como na Revolta de Vila Rica em 1720, quando papéis e boatos vaticinaram a destituição do Conde de Assumar, maldisseram suas resoluções e, depois, criticaram a punição aplicada aos rebeldes;<sup>8</sup> e posteriormente, entre as décadas de 1750 e 1770, murmúrios estenderam ataques a ministros da corte portuguesa, como o Marquês de Pombal, e ao próprio rei D. José.<sup>9</sup> Às vésperas da Inconfidência Mineira, “o correio Tiradentes”, conforme feliz expressão do pasquim de Calambau, empregou-se em maldizer os governadores Luís da Cunha Menezes e Visconde de Barbacena, assim como o ministro ultramarino, Martinho de Melo e Castro. O propagandista inconfidente espalhou rumores de que o ministro lusitano havia decretado confisco de fortunas mineiras; de que Barbacena realizara saques nos cofres da Fazenda Real em Minas. Esses discursos divulgaram a fórmula de que capitães-generais e seus “criados” dirigiam-se para o cargo munidos do melindroso interesse de enriquecerem a si próprios à custa dos recursos domésticos, provocando, por isso, a miséria e a pobreza dos súditos locais – fórmula central na retórica usada por Tiradentes.<sup>10</sup> A maledicência sobre Barbacena sobreviveu à repressão do movimento. Vozes difundidas no Rio de Janeiro e nas Minas davam conta de que o governador teria sido enganado pelo delator Silvério dos Reis e, acreditando em “falsos pretextos”, aprisionou pessoas que “se achavam inocentes”.<sup>11</sup>

Além de sátiras e maledicências contrárias à conduta dos governadores, os boatos rebeldes mais comuns nas Minas setecentistas foram os dedicados a especular sobre a forma e os valores da cobrança do quinto; vozes que vaticinavam levantes escravos (circulantes nos anos de 1711, 1719 e 1756) ou previam conflitos e massacres de grupos sobre outros, como aconteceu na Guerra dos Emboabas, nos Furores Sertanejos e na própria Inconfidência Mineira.

Embora fossem críticos do sistema tributário e eventualmente discordassem de medidas administrativas e políticas decididas pelo monarca, os boatos e pasquins da primeira metade do século XVIII evitaram ataques diretos ao rei e jamais questionaram a legitimidade

---

<sup>7</sup> *Códice Costa Matoso...* p. 248.

<sup>8</sup> GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão...* p. 112.

<sup>9</sup> CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. Tese de Doutorado.

<sup>10</sup> GASPAR, Tarcísio de Souza. “E nós a choramos como os negros” ou a linguagem política de Tiradentes. *Revista de História Comparada*, v. 3, n. 1 (2009).

<sup>11</sup> ADIM, v. 9, p. 76. Cf. GASPAR, Tarcísio de Souza. “Que o papel admitia tudo quanto se lhe quisesse escrever”: boatos, murmurações e memória da Inconfidência Mineira. *Mnemosine Revista*, 1 (2010), p. 73-100.

da soberania régia. A paródia rebelde do pai-nosso, difundida nos motins sertanejos, talvez tenha sido o exemplar mais ousado. Em lugar do “pai” celestial, o documento interpelava o soberano português, rogando-lhe o alívio das agruras sertanejas. A queixa central recaía sobre o quinto, tributo malévolo que o rei intentava cobrar dos vassallos mineiros à custa de tirania e pecado. O soberano benevolente com o abuso de seus representantes, o rei que empobrecia seus vassallos com impostos, o monarca que desconhecia o esforço de seus súditos poderia ter seu nome louvado “com pouca vontade”. O paraíso real, alcançado, assim, de modo tirano, não era “santificado”.<sup>12</sup>

Foi preciso aguardar, todavia, a segunda metade da centúria para que a régia figura sofresse agravos mais sérios nas Minas. No calor do atentado regicida de 1758, teriam aparecido em Vila Rica em princípios do ano seguinte uns “papéis sediciosos” que continham calúnias “contra a real pessoa do rei D. José e do seu fidelíssimo governo”. Na devassa a respeito desse pasquim, descobriu-se que um cônego de Mariana, chamado Francisco Xavier, detinha em casa um “sermão de exéquias do senhor rei”. O padre autor justificou que a oração fúnebre fora redigida em função de notícia corrente em Minas, no Rio de Janeiro e na Bahia segundo a qual o soberano houvera sido vitimado por seus agressores – fatos que “foram muito públicos”.<sup>13</sup> Pouco depois, nos arraías de Curvelo e de Papagaio, comarca do Rio das Velhas, circularam sátiras ao monarca a acusá-lo de tiranias maiores que as de Nero e Diocleciano. Um religioso franciscano, Antão de Jesus Maria, e outro ermitão, de nome Lourenço Félix de Jesus Cristo, foram responsabilizados pela difusão de paródia que fingia ser cópia de um “breve papal”, no qual o Sumo Pontífice censurava a execução dos nobres envolvidos no atentado e amaldiçoava a expulsão dos jesuítas. Simulando as palavras do papa, os dois ascetas falavam da:

crueldade com que Vossa Majestade castigou a esses pobres fidalgos, cuja barbaridade só se viu nesta cidade de Roma no tempo de Nero e Diocleciano e em Rei católico tal não se viu; porém se Vossa Majestade teve ou não razão, no Tribunal Divino se averiguará; e no que respeita aos padres da Companhia [de Jesus], Vossa Majestade nos remeta logo com as suas culpas para eu os castigar a meu arbítrio como Juiz competente.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 10, fl. 210. Este documento foi transcrito e analisado por FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1996. Tese de Doutorado, p. 172-190.

<sup>13</sup> CARTA dirigida ao “senhor Fábio Fabiano” acerca da devassa relativa a uns papéis sediciosos que apareceram em Vila Rica em 1759; prisão do seu autor, o padre Cabeleira; reuniões em que se comentava a morte de el-Rei D. José. BNP, Cód. 695, fl. 209-211. Agradeço ao professor Caio César Boschi o acesso à preciosa obra de referência, por meio da qual a fonte acima pôde ser consultada. BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais nos Arquivos Históricos de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, 2019.

<sup>14</sup> AHU-MG, cx. 110, doc. 52, fl. 31-32.

Antão e Lourenço Felix haviam percorrido diversas localidades do norte mineiro, comunicando, textualmente ou por via oral, o sobredito discurso, palavras sacrílegas, que, não obstante, eram imputadas à língua do Santo Padre.<sup>15</sup>

Durante o período pombalino, mais três episódios blasfematórios se sucederam na capitania mineira. O primeiro, de menor porte, envolveu o vigário capitular e governador interino do bispado de Mariana, Ignácio Correa de Sá, que, em 1769, teria proferido injúrias ao rei.<sup>16</sup> Outro caso, mais grave e complexo, teve lugar na Vila de Sabará, em 1775, e envolveu o ouvidor da comarca, José de Góes, e o vigário José Correa da Silva, acusados de blasfemar contra o rei e seu braço direito, Pombal. Falou-se que o ministro plenipotenciário “já estava pateta e incapaz de governar”.<sup>17</sup> Em 1776, o vigário de Curvelo, padre Carlos José de Lima, o mesmo que, em 1760, responsabilizara-se pela devassa das blasfêmias pró-jesuíticas, supostamente proferidas por dois religiosos, agora passou à condição de réu, por crime idêntico àquele cometido na década anterior. A peculiaridade desta inconfidência residiu nos cuidados que despertou junto ao governador de Minas, dom Antônio de Noronha. Temeroso de potencializar as vozes que giravam a respeito do rei e do ministro, preferiu abafar o caso:

me horrorizaram tanto as *sacrílegas blasfêmias e sediciosas palavras* que temerariamente proferiu o primeiro réu clérigo [padre Carlos José de Lima] [...] que me não animo a convocar os ministros desta capitania para uma Junta, onde as mesmas sediciosas palavras *se hão de fazer públicas* nos termos do processo e da defesa que se deve dar aos réus.<sup>18</sup>

As sátiras e inconfidências desse período revelaram novos conteúdos políticos. Os ataques diretos à pessoa do rei, comum aos episódios, configuram tópico rebelde inédito na história de Minas. Até então, o horizonte teórico dos protestos havia mantido respeito para com o monarca, reconhecendo-o enquanto depositário e símbolo de justiça, mantenedor do bem-comum. Porém, isto havia de fato se modificado. Uma nova *sensibilidade* política parecia se manifestar, violando a imagem do rei imaculado, infenso à crítica. O príncipe torna-se, agora, alvo de vozes, tema para os murmúrios.

### **Pasquim de Calambau**

A Inconfidência Mineira de 1789 e, em particular, os discursos de Tiradentes trouxeram avanços teóricos ao vocabulário rebelde empregado nas Minas setecentistas.

<sup>15</sup> Cf. CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência...* p. 244-281.

<sup>16</sup> AHU-MG, cx. 96, doc. 55.

<sup>17</sup> AHU-MG, cx. 108, doc. 6, fl. 5.

<sup>18</sup> AHU-MG, cx. 110, doc. 52, fl. 2. Grifo meu.



Embora fizesse intenso uso de temas, problemas e métodos já veiculados, por meio oral, em outros protestos e motins do passado, a referência à Independência norte-americana e ainda a presença de certas ideias ilustradas, devidamente incorporadas por meio de livros e outros textos escritos, com destaque para o *Recueil* e a obra do Abade Raynal, provocaram inflexão no pensamento político inconfidente. A proposta de ruptura política em relação a Portugal, concepção política jamais exteriorizada nas sublevações de outrora, ganhou expressão pública nas falas do alferes Joaquim José da Silva Xavier, a congregar elementos tradicionais do repertório político – como, por exemplo, a difamação de governadores e agentes e a veiculação de boatos sobre o quinto, exagerando em ambos os casos os males da situação<sup>19</sup> – junto a novos argumentos e perspectivas rebeldes oriundos da leitura.

O pasquim de Calambau não teve intenção sediciosa. Ao contrário, ele visava difamar um possível simpatizante da conjuração, tido por amigo pessoal de Tiradentes e do denunciante, “o diabo do Joaquim Silvério [dos Reis]”. Mas, ao fazer isso, o documento reconheceu a dimensão política da Inconfidência e caracterizou em termos mais ou menos precisos quais teriam sido os objetivos do movimento. Como interpelação à soberana, uma das estrofes dizia: *Monarca esclarecida Senhora/ Esses bárbaros com soberbia/ querem serem rei/ na sua monarquia*. O panfleto mencionou ainda *as leis dos insolentes*, no rechaço das quais *bem é que se enforcasse/ o correio Tiradentes* – trecho que repercutiu um dos boatos circulantes na época a respeito dos planos inconfidentes, a garantir que os mesmos teriam já estipuladas legislações ousadas para o novo regime.<sup>20</sup> O pasquim foi adiante: os conjurados queriam *estabelecer suas leis/ para todos andar açoitos/ se ficando todos cativos/ brancos, negros e mulatos*.<sup>21</sup> Curiosamente, um dos discursos de Tiradentes usava idêntica metáfora, já empregada noutros eventos do passado mineiro, a traçar analogia entre despotismo e escravidão. Segundo o documento de Calambau, todavia, um virtual governo inconfidente é que seria o escravizador. Recorrendo à inversão de uma tradicional metáfora rebelde, o pasquim apropriava-se dessa tópica, para maldizê-la. A noção de liberdade continuou sendo associada à obtenção de *alforria* até a Independência, em 1822, e talvez mesmo depois dela.<sup>22</sup> Ao difamar as pretensões de liberdade política ambicionadas pelos inconfidentes, o documento revelou, em negativo, as

---

<sup>19</sup> A respeito dos boatos sobre a derrama e a participação de Tiradentes na propagação desses boatos, cf. GASPARG, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 51-73.

<sup>20</sup> Cf. especialmente ADIM, v. 9, p. 34-43.

<sup>21</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. (ACSM) 2º Ofício, Códice 224, Auto 5565. Ano 1798. Agradeço a Luciano Figueiredo o acesso à cópia digitalizada deste documento.

<sup>22</sup> Cf. GASPARG, Tarcísio de Souza. Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23), *Varia Historia*, v. 31, n.º 57, 2015, p. 905-908.

críticas que, então, vinham se acumulando à soberania portuguesa e a outros aspectos da sociedade de Antigo Regime, naquele momento de crise geral de seus alicerces.

### Referências Bibliográficas

BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais nos Arquivos Históricos de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, 2019.

CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. Tese de Doutorado.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: FFLCH/ USP. 1996. Tese de Doutorado

GASPAR, Tarcísio de Souza. "E nós a chorarmos como os negros" ou a linguagem política de Tiradentes. *Revista de História Comparada*, v. 3, n. 1 (2009).

GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 51-73.

GASPAR, Tarcísio de Souza. "Estas vozes proferidas (...) Em si são nada, mas são sinais de muito": murmurações nos furores sertanejos de 1736 em Minas Gerais. *Revista de História*, 162 (1º semestre de 2010), 73-104.

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

GASPAR, Tarcísio de Souza. Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23), *Varia Historia*, v. 31, n.º 57, 2015, p. 905-908.

ROMEIRO, Adriana. *Vila Rica em Sátiras: produção e circulação de pasquins em Minas Gerais, 1732*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.



**A representação do feminino nas obras *O Verdadeiro Método de estudar* de Luiz António Verney e *Discursos Político-Moraes* de Feliciano Joaquim de Souza Nunes**

Ana Paula Silva Santana  
Mestre em História  
Discente do programa de pós-graduação em História (Doutorado)  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[anapaulasantana.ufop@gmail.com](mailto:anapaulasantana.ufop@gmail.com)

O trabalho consiste na análise do feminino nas obras *O verdadeiro Método de Estudar* (1746) de Luiz António Verney e *Discurso Político-Moraes* (1758) de Feliciano Joaquim de Souza Nunes. Tendo em vista o que é proposto por esses autores, tentamos compreender tanto o contexto do feminino no século XVIII no Brasil quanto a temporalidade chamada de Modernidade observada nas obras, que acreditamos ter tido início no Brasil do século XVIII, ainda que tenha se tornado mais evidente a partir do século XIX. Dessa maneira nos debruçamos nas obras dos referidos autores com a finalidade de entender a forma pela qual o feminino/a mulher foi representado pelos autores português e brasileiro. A nossa intenção foi compreender a representação do feminino em ambas as obras, assim como certa *abertura de expectativa* assinalada às mulheres por Verney e Nunes, e isto a luz de uma bibliografia da história das mulheres e da teoria da história.

No que se refere à modernidade e à possibilidade da *abertura de expectativa* para o feminino já no século XVIII, nos aproximamos dos apontamentos de Reinhart Koselleck. Dedicando-nos, sobretudo, ao que diz respeito à observância de uma temporalidade compreendida a partir da tensão concernente ao *espaço de experiência*, ou seja, às experiências que anteriormente orientavam tão fortemente o presente e determinavam significativamente as suas expectativas, o futuro; e ao *horizonte de expectativa*, compreendido como previsão de futuros (sonhos, projetos) até então indisponíveis. E isto, principalmente no período que se segue de 1750 a 1850- que o próprio autor caracterizou como *Sattelzeit*- no qual as obras *O verdadeiro Método de Estudar* e *Discursos Político-Moraes* estão inseridas.

Tendo em vista o feminino/as mulheres como nosso objeto de pesquisa, nos atentamos também às teorias de gênero propostas por autoras como Leila Algrante, Andréa Lisly, Michelle Perrot, Judith Butler, Claudia Maia e Carla Rodrigues, sobretudo no que se refere à crescente ressignificação da *história das mulheres*. Partindo dessas autoras, compreendemos que o estudo do feminino na academia passa por uma significativa

transformação, visto que tende a ultrapassar a compreensão do espaço privado destinados às mulheres, direcionando-as também “ao espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra e da criação”<sup>1</sup>. Deixando de ser especificamente uma história das vítimas e se tornando, também, uma história de mulheres ativas. Considerando ainda o espaço-tempo e as experiências de cada mulher como primordiais à compreensão de sua atuação, como proposto por Butler, o que pretendemos analisar a partir da representação do feminino nas obras impressas de Luiz Antônio Verney e Feliciano Joaquim de Souza Nunes.

### **Luiz Antônio Verney**

Da leitura efetuada acerca da obra *O Verdadeiro Método de Estudar* de Luiz Antônio Verney observamos 5 premissas referentes à educação feminina:

1. Estudos primaciais: Às mulheres devem ser ensinados os primeiros elementos da fé cristã, explicando-lhes os conceitos concernentes ao que é “certo” e “errado”. Esses estudos serão melhor apropriados para as meninas em idade de 5 a 7 anos.
2. Ensino da História: Devem ser ensinadas às meninas as localidades do mundo referentes à História Santa.
3. Economia Doméstica: Às mulheres devem ser ensinados os valores dos utensílios domésticos assim como a melhor maneira de administrá-los. A partir disso terá um livro de contas com a finalidade de organizar as despesas da casa.
4. Trabalho Manual: Às mulheres devem ser ensinados trabalhos manuais que evitem o ócio.
5. Prendas de salão: Uma “donzela” (principalmente as ricas) deve aprender a se comportar, andar, cumprimentar e cantar para o divertimento de seu pai e marido.

Dessa forma, observamos que os ensinamentos dotados as mulheres por Luiz Antônio Verney em *O verdadeiro Método de Estudar* são destinados exclusivamente a isto que seria o ambiente da casa, da religião e do cuidado da família. O que acreditamos corroborar intimamente com o *espaço de experiência* e a permanência de tradições vivenciadas até o momento.

### **Joaquim Feliciano de Souza Nunes**

---

<sup>1</sup>PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007, p. 15.

Da leitura efetuada acerca da obra *Discursos Político-Moraes* de Feliciano Joaquim de Souza Nunes observamos 2 premissas referentes ao comportamento feminino:

1. A primeira observação diz respeito ao Discurso III do livro, no qual o autor aconselha aos maridos e aos pais de mulheres a vigilância na educação. Alertando ainda para aquelas que deveriam ser as principais “jóias” de uma mulher: virtude, honestidade, honra e descrição. Destarte, nas definições apresentadas pelo autor, uma mulher não deve possuir fama, sendo sempre obediente (ao pai e ao marido) e dedicada aos afazeres domésticos. Descrição do feminino que, em linhas gerais, corrobora com aquela apresentada também por Luiz Antônio Verney.
2. Já no Discurso de número V o autor adverte sobre o “entendimento racional” de uma mulher que, nas palavras de Souza Nunes, “não é defeituosa em sua organização cerebral”, apontando inclusive para as significativas descobertas intelectuais que poderiam ser feitas pelas mulheres se não lhes fossem negadas as artes e as ciências, dizendo: “Quem deixará de confessar, que fariam ellas os mesmos progressos, que elles fazem nas sciencias e nas artes, se ao menos lhes não negassem os pais o ensino destas, com a mesma violência, que os oferecem aos filhos.” (NUNES, p169). Ainda no Discurso de número V, Souza Nunes enfatiza a existência de “más” e “boas” mulheres, citando a Virgem Maria e Joana Dark como exemplo de mulheres “boas”, sendo a segunda, contraditoriamente ao que havia proposto antes, uma mulher que adquirira fama no decorrer da vida.

Assim compreendemos que, se no Discurso de número III Souza Nunes vai ao encontro dessa imagem de mulher recatada e dotada exclusivamente ao lar, no discurso de número V o autor defende a necessidade dos estudos das ciências e das artes às mulheres. Visão que acreditamos corroborar tanto com isto que seria a *Modernidade* apresentada por Reinhart Koselleck no que se refere à tensão das experiências passadas em decorrências das novas expectativas, quanto a sua conseqüente resignificação dos conceitos e, no que mais nos interessa, o conceito de feminino. Da mesma forma, acreditamos também que as observâncias de Souza Nunes contribuem para as pesquisas de gêneros e a nova História das Mulheres no que concerne à possibilidade do estudo do feminino para além do espaço delimitado pela casa.

### **Referências Bibliográficas**

ALGRANTE, Leila Mesan. *Famílias e vida doméstica*, História da Vida Privada no Brasil. 3ª ed.1997. p. 83-154

GONÇALVES, A. L. Um outro olhar sobre escravidão e gênero no Brasil: Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Capes/Anpuh/CNPq, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Contratempo, 2006.

\_\_\_\_\_. História Magestra Vitae: Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Contratempo. 2006.

\_\_\_\_\_. Critérios históricos do conceito moderno de Revolução. In. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Contratempo, Futuro Passado 2006.

MAIA, Claudia. Gênero e Historiografia: um novo olhar sobre o passado das mulheres. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia-MG, v. 28, n. 2, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/anapa/Downloads/34172-139133-2-PB.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

NUNES, Feliciano Joaquim de Souza. *Discursos Político-Moraes*. Oficina Industrial Gráfica. 1931

PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007.

VERNEY, Luís António. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Tomo segundo. Valença, officina de AntonioBalle. Ano MDCCXLVI. Com todas as licenças necessárias, nº141



## As Invenções da Modernidade em Johannes Stradanus (Séc. XVI)

Augusto Godinho Vespucci  
 Mestrando em História  
 Bolsista CAPES  
 Universidade Federal de Goiás  
[augustovespucci1@hotmail.com](mailto:augustovespucci1@hotmail.com)

### Johannes Stradanus (1523-1605)

Nascido em Bruges, na região da atual Bélgica, Stradanus, também conhecido por Jan Van Der Straet ou por Giovanni Stradano, foi, em 1545, para o centro cultural do Renascimento, a República de Florença. Lá trabalhou com Giorgio Vasari para a corte de Cosmo de Médici em afrescos. Retornou para a região de Flandres e em 1573 se mudou novamente para Florença, onde viveu e exerceu seu ofício até sua morte, em 1605 (MARKEY, 2012, pp. 385-442)



Figura 7 Johannes Stradanus. Print made by Johannes Wierix. After Johannes Stradanus. The British Museum, ink in paper, 1580, (20,7cm x 27,8cm). 1869,0213.223, AN177444001.

## Nova Reperta (+/- 1591)

A série de 20 gravuras publicadas contém 19 invenções recentes da civilização. Dentre as invenções estão o astrolábio, o moinho de vento, a pólvora, o estribo, a tinta a óleo, a destilação, entre outros. Todas invenções tidas como pertencentes a civilização ocidental. Os frutos do Renascimento levariam a um novo tempo. Como continuidade renascentista, as invenções teriam papel fundamental na fundação da Modernidade, como disse Hannah Arendt (ARENDDT, 2007, p. 261). A invenção mais comentada pelos historiadores nessa compilação de “descobrimientos” é a da América. Tido como uma criação, o Novo Mundo passa a existir a partir de seu encontro por Amerigo Vespucci, um homem velho que encontra uma mulher jovem e nua, como se estivesse pronta para ser conquistada. Vespucci traz um crucifixo (religião) em uma das mãos e um astrolábio (ciência) na outra, bases da dominação ocidental segundo Walter Mignolo (MIGNOLO, 2017, p. 6).

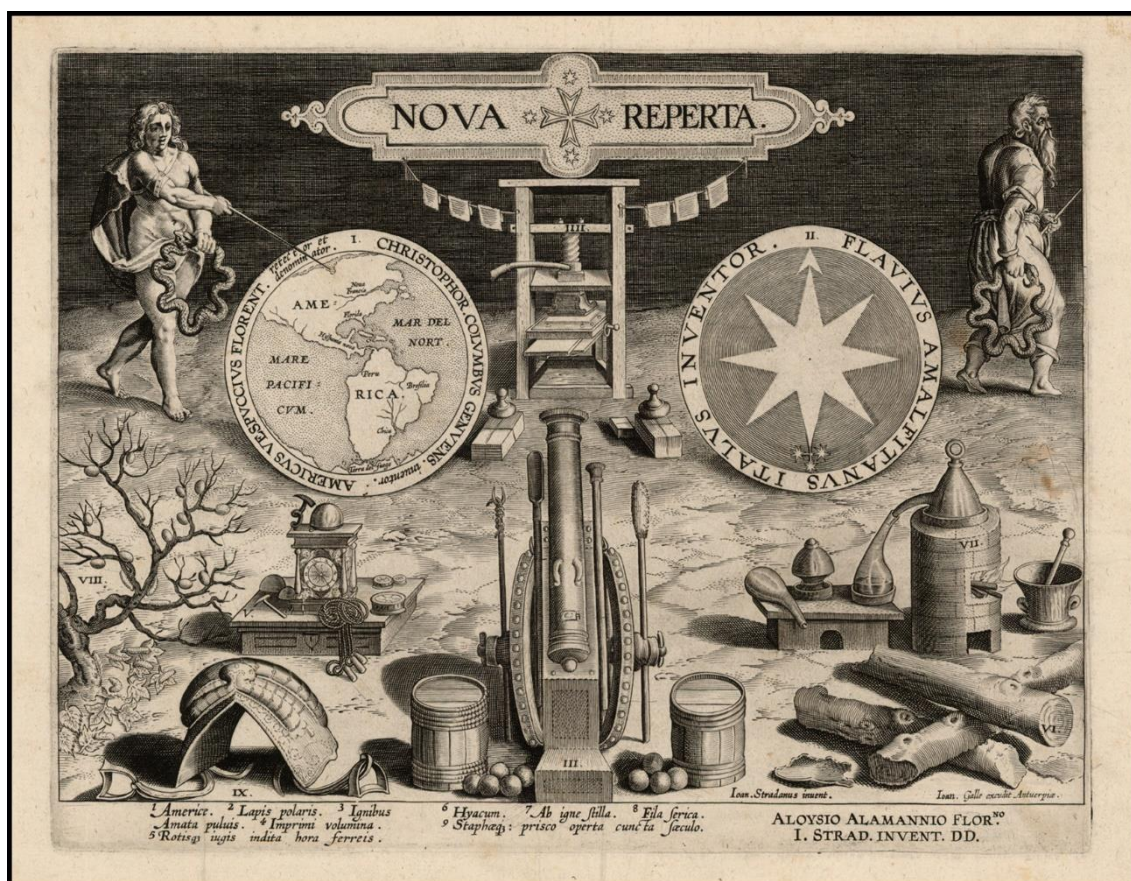


Figura 8 Nova Reperta. Johannes Galle after Johannes Stradanus. The New Inventions of Modern times. British Museum, ink in paper, 1591. (20,8cm x 28,0cm). 1869,0213.223, AN177444001.



## Gravuras

As gravuras, apesar de comumente serem associadas a somente um autor, levam diversas autorias em sua composição. Como diria o historiador Robert Darnton, os “intermediários” encobertos na produção de livros na Era Moderna, são também vistos na produção de gravuras. Johannes Stradanus assina como “inventor” (aquele que cria o desenho), enquanto outro autor assina como “escultor” (aquele que esculpe o desenho na chapa de cobre) e outro como “editor” (aquele que publica e organiza as gravuras). Esses intermediários as vezes são reduzidos em uma ou duas pessoas, mas, geralmente, os processos são divididos pelas oficinas de impressão. Além dos produtores, há também o comitente e o mercado, que participam da construção de uma obra, de sua recepção e sua difusão. (DARNTON, 1990, p. 78).



Figura 9 AMERICA/Ioan Stradanus inven. Theodor Galle Sculp. Phls Galle excud. Tinta en papel. 205 x 267 mm, 1590-1612. Biblioteca Nacional de España.



Figura 10 IMPRENSA/ Ioan Stradanus inven. Theodor Galle Sculp. Phls Galle excud. Tinta en papel. 204 x 267 mm, 1590-1612. Biblioteca Nacional de España.



Figura 11 COLOR OLIVI/ Ioan Stradanus inven. Theodor Galle Sculp. Phls Galle excud. 20,3 cm X 27,0 cm, ink in paper. British Museum. 1590-1612.

### Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária. 2007.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARKEY, Lia. *Stradano's allegorical inventions of the Americas*. Rev. *Renaissance quartel*, Vol. 65, n 2, 2012, pp 385-442.

MIGNOLO, Walter. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham, Duke University Press, 2011.

## Fontes

Figura 12 JOHANNES STRADANUS/ Print made by Johannes Wierix. After Johannes Stradanus. *The British Museum*, ink in paper, 1580, (20,7cm x 27,8cm). 1869,0213.223, AN177444001.

Figura 13 NOVA REPERTA/ Johannes Galle after Johannes Stradanus. The New Inventions of Modern times. British Museum, ink in paper, 1591. (20,8cm x 28,0cm). 1869,0213.223, AN177444001

Figura 14 AMERICA/ Ioan Stradanus inven. Theodor Galle Sculp. Phls Galle excud. Tinta en papel. 205 x 267 mm, 1590-1612. Biblioteca Nacional de España.

Figura 15 IMPRENSA/ Ioan Stradanus inven. Theodor Galle Sculp. Phls Galle excud. Tinta en papel. 204 x 267 mm, 1590-1612. Biblioteca Nacional de España.

Figura 16 COLOR OLIVI/ Ioan Stradanus inven. Theodor Galle Sculp. Phls Galle excud. 20,3 cm X 27,0 cm, ink in paper. British Museum. 1590-1612.



## **A preservação dos manuscritos em tinta ferrogálica nos arquivos estaduais brasileiros**

Bárbara Andrade de Oliveira Alves  
Mestranda em Artes – Preservação do Patrimônio  
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[barbara.conservacao@gmail.com](mailto:barbara.conservacao@gmail.com)

Marina Furtado Gonçalves  
Doutoranda em História – História Social da Cultura  
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[marinaufmg@yahoo.com.br](mailto:marinaufmg@yahoo.com.br)

### **Introdução**

O Brasil é o quinto maior país em extensão territorial do mundo, composto por vinte e seis estados e um Distrito Federal, distribuídos em cinco macrorregiões. O país possui uma complexa rede de serviços arquivísticos em que se destacam os arquivos estaduais, regidos pela Política Nacional de Arquivos, Lei de Acesso à Informação e por leis estaduais. Dentre os objetivos dessas instituições destacam-se a promoção do tratamento, gerenciamento, organização, preservação e guarda dos documentos e informações produzidos e acumulados, de forma a garantir o seu pleno acesso.

A maior parte do acervo dos arquivos estaduais é composta por documentação histórica referente ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia e às manifestações do movimento científico, literário e artístico de cada estado. Dentre as tipologias materiais existentes, ressalta-se os manuscritos em tinta ferrogálica, utilizada desde o final da Idade Média até a primeira metade do século XX.

A tinta ferrogálica é genericamente composta de tanino, sulfato ferroso, goma arábica e água, sendo que em algumas formulações há adições de corantes. As receitas são de simples execução e as tintas de boa qualidade são estáveis à luz. Ao longo dos séculos, inúmeras receitas foram criadas para preparar a tinta ferrogálica, porém sempre há a presença de três ingredientes básicos: a noz de galha, como fonte de tanino; o sulfato ferroso como fonte de ferro; a goma arábica, como ligante (GONÇALVES, 2013). A tinta era normalmente aplicada sobre o papel com o uso de uma pena e, ao longo do tempo, observava-se a deterioração da

tinta e do suporte. Tratando-se da tinta ferrogálica, as principais formas de deterioração da celulose são devido à hidrólise ácida e à oxidação catalisada pelos íons metálicos.

A deterioração visual do papel pela tinta ferrogálica dá-se por quatro estágios na seguinte ordem: 1- Fluorescência de halos nas áreas da tinta quando iluminadas com radiação ultravioleta com comprimento de onda igual a 365nm; 2 - Leve migração da tinta para o verso do papel; 3 - Intensa migração da tinta para o verso do papel; 4 - Rupturas e perdas do suporte nas áreas da tinta (NEEVEL & REISSLAND, 1997).

### **Os tratamentos para documentação com tinta ferrogálica**

Historicamente, os tratamentos de conservação e restauração para combater o problema da acidez e corrosão causados pela tinta ferrogálica passaram por várias etapas, sendo que os primeiros tratamentos, utilizados no final do século XIX e início do século XX, tinham como objetivo apenas restabelecer o suporte físico do objeto já danificado (GONÇALVES, 2013). Como exemplo, A *Library of Congress* instituiu como seu primeiro tratamento, em 1897, o uso de pequenos reparos com papel japonês. No ano de 1899 o Vaticano desenvolveu uma tecnologia de “sanduíche de seda” para os seus manuscritos. Porém, levava-se muito tempo para aplicar a seda e necessitava-se de ótima qualidade técnica profissional. Além disso, notou-se no decorrer do tempo, que os manuscritos se mostravam deteriorados com 17 a 30 anos após a aplicação do sanduíche.

Na década de 1940, com a evolução dos plásticos, o norte americano William J. Barrow desenvolve o seu método de laminação de papel com acetato de celulose. O documento era colocado em um sanduíche de acetato de celulose e papel de seda, levado a uma prensa de rolos e aquecido de 180 a 190°C para concluir a laminação. Esse tratamento é passível de várias críticas, uma vez que os documentos são aquecidos a altas temperaturas, o papel torna-se plano e rígido, além de detalhes da escrita ficarem velados pela laminação.

A partir da década de 1970, Margaret Hey aprimorou suas pesquisas sobre desacidificação e estabilização da tinta ferrogálica e recomendava a limpeza dos manuscritos em imersão em hidróxido de cálcio ou bicarbonato de magnésio precedido de um banho de água, porém ainda sugeria uma grande quantidade de banhos o que é prejudicial ao papel degradado pela tinta ferrogálica. Em contribuição às pesquisas de Hey, Lucia Tang, já no final da década, indica que os banhos deveriam ser com água deionizada ou destilada tratada com carbonato de cálcio para garantir a longevidade do papel.

Na década de 1990 várias metodologias já se apresentavam, como banho de imersão em hidróxido de cálcio adicionado à água para modificar o pH, solução saturada de

bicarbonato de magnésio diluída em 75% a 85% em água e o uso de carbonato de metilmagnésio em spray ou pincelado quando o tratamento aquoso não era indicado. No decorrer do tempo percebeu-se que o bicarbonato de magnésio provocava uma coloração avermelhada/alaranjada na tinta após o tratamento.

Mesmo que em 1990 tenha sido provado que os tratamentos aquosos para desacidificação de manuscritos em tinta ferrogálica eram mais eficientes do que os tratamentos a seco, foram usados produtos como o “*bookkeeper*” (óxido de magnésio) e técnicas como o “*paper splitting*”, desenvolvida na Alemanha para papéis de fibra de madeira, que consiste em dividir e inserir um novo núcleo estável entre as duas camadas de papel.

Outra técnica desenvolvida na Alemanha e utilizada em países como a Itália, Noruega e Suíça é o “*boiling water*” que consiste em imergir em água fervente manuscritos em tinta ferrogálica, envoltos em um envelope de Hollytex®. Segundo Gulik (1997), durante esse processo 50 a 100% dos íons solúveis de ferro (II) são removidos do papel, assim como os ácidos. Além disso, papéis de trapo apresentam-se mais fortes e flexíveis após o tratamento. A desvantagem é que o aumento da temperatura pode acelerar ou iniciar outras reações químicas e o papel pode encolher dependendo de sua composição e condições de secagem.

Porém, todas as metodologias acima descritas visam prioritariamente tratamento do suporte e não da tinta. Em 1995, Johann Neevel sugeriu pela primeira vez o tratamento de manuscritos corroídos por tinta ferrogálica com fitato de cálcio e bicarbonato de cálcio. Tal metodologia, difundida por Neevel e pelo *Cultural Heritage Agency of the Netherlands*, é utilizada em várias instituições em todo o mundo e, por se tratar de uma técnica nova, inúmeras pesquisas foram e estão sendo feitas para saber de possíveis efeitos colaterais de tratamentos com fitato. Porém, até o presente momento não se sabe de nenhum problema que tal metodologia possa acarretar.

Há também aqueles que optam pelo “não tratamento” que consiste em um rigoroso controle climático e um ambiente livre de ácidos, porém não se sabe exatamente qual o ambiente ideal para retardar a corrosão da tinta. A vantagem do “não tratamento” é não utilizar tratamento insuficiente para a corrosão da tinta ferrogálica ou um tratamento que não foi suficientemente estudado para saber seus efeitos colaterais e problemas ligados ao envelhecimento do suporte.

## Metodologia

Para compreender como os arquivos estaduais brasileiros conduzem a preservação do seu acervo documental em tinta ferrogálica foi elaborado um questionário utilizando a

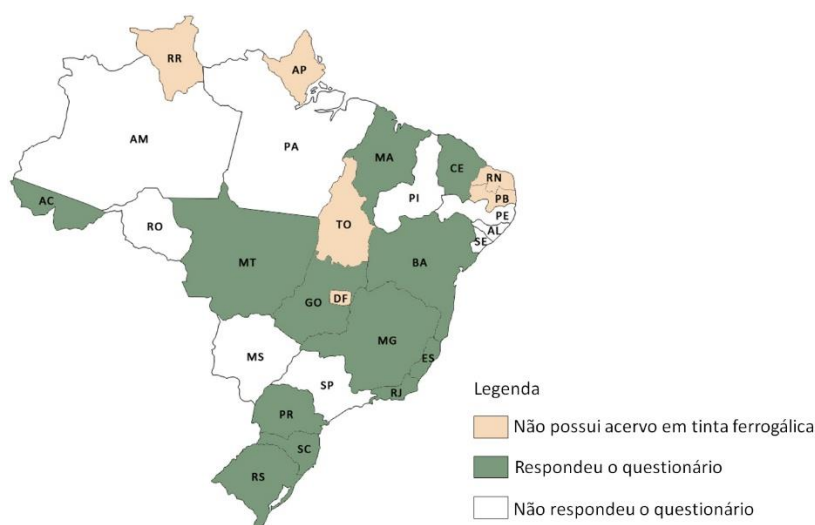
plataforma eletrônica *Google Forms*. Após contato telefônico com as instituições, em que se realizou uma breve entrevista, o *link* do questionário foi enviado por correio eletrônico para os arquivos que disseram possuir acervo em tinta ferrogálica. O questionário ficou disponível durante os meses de maio e junho de 2018 e, após este período, as respostas foram tabeladas e analisadas.

Não foi possível o contato via telefone com os arquivos dos estados de Rondônia (RO) e Amazonas (AM) e, para esses, enviou-se o *link* do questionário para o e-mail relacionado no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

### **Análise dos dados**

Dentre os 27 arquivos estaduais existentes no Brasil, 6 informaram em entrevista não possuir acervo em tinta ferrogálica, sendo eles dos estados de Roraima (RR), Amapá (AP), Tocantins (TO), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e do Distrito Federal (DF). Conforme os dados coletados nas entrevistas, a ausência de documentação em tinta ferrogálica dá-se pela recente criação dos arquivos (o arquivo do Amapá foi criado em 2010 e o de Tocantins em 2012), pela datação e tipo de documentação que o arquivo recolhe (o arquivo de Roraima possui documentos administrativos a partir do ano de 1945, o da Paraíba tem apenas documentos administrativos recentes e o do Distrito Federal possui documentos datados a partir de 1985) ou pelo desconhecimento dos entrevistados (o diretor do arquivo do Rio Grande do Norte acabara de tomar posse e não tinha informações sobre a instituição). O questionário eletrônico foi respondido por 12 arquivos estaduais, sendo eles dos estados do Acre (AC), Mato Grosso (MT), Goiás (GO), Maranhão (MA), Ceará (CE), Bahia (BA), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS) (FIG. 1).

Figura 1: Distribuição das respostas do questionário.



Fonte: As autoras, 2019.

Dentre as estratégias de preservação adotadas pelos arquivos estaduais respondentes estão o controle ambiental, higienização e acondicionamento, digitalização, tratamentos do suporte dos documentos e tratamentos da tinta. O controle ambiental está presente em 58% das instituições, seja por meio de sistema de ar condicionado (71%, presente nos arquivos dos estados do AC, MA, RJ, ES e PR) ou ventilação forçada combinada com o uso de desumidificadores (29%, presente nos arquivos dos estados da BA e MG).

O acondicionamento da documentação faz-se em caixas de arquivo, sendo elas de papelão e/ou plástico polionda. Os arquivos estaduais do MT, BA, MG, ES, RJ, PR e RS utilizam também folders de papel neutro ou alcalino para a guarda dos documentos que então são dispostos dentro das caixas de arquivo.

A digitalização dos documentos é seletiva e por demanda, seja via projetos ou solicitação dos consulentes, realizada apenas pelos arquivos do Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os laboratórios ativos de conservação estão presentes em 7 instituições (GO, MA, MG, ES, RJ, PR e SC) e apenas 6 laboratórios de restauração estão em operação (GO, MA, BA, CE, RJ e SC). Nenhum dos arquivos estaduais integram um bacharel conservador-restaurador em seu quadro de funcionários, porém 6 instituições possuem técnicos da área (MA, CE, BA, PR e SC), 2 dispõem de especialistas em conservação-restauração de papel (RJ e ES) e 1 conta com estagiários em formação (MG).

Antes da realização de tratamentos do suporte e/ou da tinta da documentação, os arquivos estaduais do Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná responderam que realizam testes organolépticos para avaliar os aspectos materiais dos documentos. Para os tratamentos das diversas tipologias de deterioração da documentação em tinta ferrogálica



cada arquivo relatou realizar intervenções diferentes que contemplam desde os pequenos reparos com papel japonês, banhos de imersão em hidróxido de cálcio, desacidificação a seco e até práticas em desuso como a laminação a quente (QUADRO 1). Apenas os arquivos da Bahia e Minas Gerais utilizam técnicas para o tratamento da tinta ferrogálica, porém de forma incompleta. Os arquivos estaduais do Acre e do Ceará não responderam sobre os tipos de tratamento adotados.

QUADRO 1: Tratamentos adotados pelos arquivos estaduais para cada estágio de deterioração da tinta ferrogálica.

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 4
Higienização	GO, SC, MA, PR, RJ, MG, BA	GO, SC, MA, PR, RJ, MG, BA, ES, MT	GO, SC, MA, PR, RJ, MG, BA, ES	GO, SC, MG, BA
Reparos com papel japonês	RS, SC, MG, BA	GO, RS, SC, MA, PR, RJ	RS, SC, MA, PR, MG	RS, SC, MA, MG, ES
Desacidificação	MG, BA	GO, MA, MG, BA	SC, MA, MG	MA
Banhos de bicarbonato e fitato				MG, BA
Velatura		MA	MA	MA, MG, BA
Sanduíche de seda			BA	
Laminação		MA	MA	MA
Nenhum tratamento	MT	MT	MT	MT
Não respondeu	AC, CE, ES	AC, CE	AC, CE	AC, CE

Fonte: As autoras, 2019.

### Considerações finais

A partir da análise das informações obtidas, conclui-se que não há uma metodologia de preservação dos documentos manuscritos em tinta ferrogálica adotada pelos arquivos estaduais brasileiros. Este cenário representa um problema devido ao uso de técnicas e produtos inadequados para os tratamentos, bem como as condições de guarda inapropriadas. As respostas obtidas a partir das entrevistas telefônicas e pelo questionário refletem a falta de profissionais especializados nas instituições, pouco conhecimento da própria coleção,

ausência de investimentos na área de preservação de documentos e a dificuldade de contatar os arquivos.

Torna-se imprescindível reverter esta situação, uma vez que o patrimônio documental brasileiro está sendo danificado com a possibilidade da perda total da informação escrita e material.

### Referências bibliográficas

GONÇALVES, Marina Furtado. *O tratamento da tinta ferrogálica: estudo de um conjunto de documentos manuscritos sobre papel de trapo da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro*. Trabalho de conclusão de curso – UFMG/EBA. 2013.

GULIK, Robien van. *Conservation - Current methods*. 1997. The Iron Gall Ink Website. Disponível em <<http://ink-corrosion.org/cons/treatment-methods/current-methods>>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

NEEVEL, Johann G.; REISSLAND, Birgit. *The ink corrosion project at the Netherlands Institute for Cultural Heritage: a review*. In: Proceedings Workshop on Iron-gall Ink Corrosion, Amsterdam, 1997. p. 37-46.



## **Cultura escrita e administração fazendária: os escritos de Manoel Jacinto Nogueira da Gama**

Daiane de Souza Alves  
Mestre em História  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado)  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[daianealves.ufop@gmail.com](mailto:daianealves.ufop@gmail.com)

A presente pesquisa procura discutir a atuação política e fazendária de Manuel Jacinto Nogueira da Gama à frente das instituições fiscais no Império Português. O conhecido Marquês de Baependi iniciou sua carreira política e administrativa ainda sob o governo de d. João VI. À frente do cargo de escrivão do Erário Régio no Rio de Janeiro, adquiriu experiência na administração fazendária em um momento em que a defesa do projeto de um império Luso-brasileiro parecia bastante sólido e envolvia toda uma geração de políticos e administradores com os quais trabalhou. Nosso objetivo é compreender a importância da atuação desse estadista na administração fiscal joanina, os projetos desenvolvidos por ele e a sua influência na reorganização das instituições portuguesas no Brasil. Para isso, nos detemos na publicação das três cartas endereçadas por ele a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, em 1803. Além da exposição sobre a fazenda real escrita em 1812 e publicada em 1815, quando atuou como escrivão do Real Erário no Rio de Janeiro.

A proeminência do futuro marquês de Baependi nesses órgãos, advinha da amizade que estabeleceu com d. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar, que na esteira das reformas empreendidas por Pombal, vai ser um dos precursores da ideia de criação de um Império luso-brasileiro, que buscava a unidade política do território português nos seus domínios ultramarinos. Nesse sentido, o Brasil torna-se uma das regiões mais proeminentes para esse projeto, devido sua importância econômica para o Império, assumindo posição central na administração após a transferência da Corte em 1808, com o estabelecimento das instituições fazendárias e jurídicas no Brasil, que alterou drasticamente a organização do território americano.

De maneira geral, seus escritos vinculavam as transformações necessárias a serem adotadas na Corte e nas capitanias, para o desenvolvimento econômico do Império. Tratava-se, como mencionado anteriormente, de um projeto em curso, do qual ele assumiu a

incumbência de organizar em forma de ideias e de transformações para as estruturas vigentes, buscando uma reorganização das finanças e uma maior arrecadação real.

Seus escritos marcaram os estudos sobre a fiscalidade portuguesa na América e, principalmente, a atuação de d. Rodrigo de Sousa Coutinho na reorganização dos órgãos fazendários, ainda que na esteira das reformas empreendidas por Marquês de Pombal. Trata-se de valiosas ponderações sobre a situação em que se encontravam as finanças reais durante a transferência da Corte para o Brasil, sobretudo se analisado ao lado da exposição entregue por ele ao Real Erário em 1815, em que discutia as fontes das receitas ordinárias do Estado a partir das rendas do Rio de Janeiro e das sobras das diferentes capitanias. A teoria sobre as sobras, descrita por ele, se tornava singular na organização das rendas das diferentes regiões. Era a primeira vez que as rendas gerais estavam organizadas acrescidas das sobras das capitanias, e que estas foram tratadas como necessárias para a organização das dívidas do Estado. Se tratava, excepcionalmente, de uma nova forma de compreender as rendas como necessárias à manutenção da estrutura de Corte instalada no Rio de Janeiro, redefinindo a origem e o destino dos bens reais que passaram a ser incorporados ao Real Erário nos trópicos.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, Daiane de Souza. A Fazenda no Império: a construção da fazenda pública imperial em Nogueira da Gama e Bernardo Pereira de Vasconcelos (1821-1831). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 177f. 2019.

O Arqueólogo Português. Situação monetária em Minas Gerais. Pp. 209-2019. Disponível em:  
[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_1/volume\\_11/209\\_situacao\\_monetaria.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_11/209_situacao_monetaria.pdf) Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

ROCHA, Justiniano José da. Biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama Marquês de Baependi. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1851.



## Estudo comparativo dos testemunhos da *Notícia Primeira Practica* de João Antonio Cabral Camello dada ao padre matemático Diogo Soares: a transmissão de um texto em quatro séculos (XVIII-XXI)

Jean Gomes de Souza

Bacharel e Licenciado em História

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social (Mestrado)

Universidade de São Paulo

[jhamgomes9@gmail.com](mailto:jhamgomes9@gmail.com)

### Introdução

A *Notícia Primeira Practica Que da ao Reverendo Padre Diogo Soares o Cappitam Ioão Antonio Cabral Camello sobre a Viage que fez as Minas do Cuyaba no anno de 1727* consiste em uma narrativa sobre a viagem fluvial realizada pelo dito capitão de Sorocaba (São Paulo) a Cuiabá (Mato Grosso) em 1727, possivelmente escrita em 1734. Os dois testemunhos manuscritos conhecidos desse texto fazem parte do conjunto das *Notícias Práticas das minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo* constituído por nove relatos recolhidos e reunidos pelo padre matemático Diogo Soares na América portuguesa entre 1730 e 1748, salvaguardados na Biblioteca Pública de Évora (BPE), Portugal, no códice CXVI 1-15.

Dentre as *Notícias Práticas* concernentes a Cuiabá, a *Notícia Primeira Practica* foi a que mais foi que mais recebeu edições impressas ao longo dos séculos subsequentes a sua produção – cinco no total: a primeira oferecida por Francisco Adolfo de Varnhagen no século XIX ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (CAMELLO, 1842), a segunda, terceira e a quarta em obra organizada por Afonso d’E. Taunay no século XX (CAMELLO, 1953, 1976 e 1981, respectivamente) e a quinta, no século XXI, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (IHGMT) (CAMELLO, 2002). Em nenhuma das edições citadas há referência ao fato de existirem dois testemunhos manuscritos do texto em questão no códice eborense, logo, não há indicação alguma sobre qual deles teria servido de base para a realização das edições.

O objetivo desta pesquisa foi assinalar as diferenças formais e substanciais entre os dois testemunhos manuscritos da *Notícia Primeira Practica*; reconhecer qual deles serviu de base para cada uma das edições impressas; identificar as diferenças existentes entre elas, assim

como compreender o modo pelo qual a memória dos saberes nela contidos foi conservada e transmitida ao longo dos séculos subsequentes a sua produção.

## Materiais, métodos e desenvolvimento

Para fins investigativos os testemunhos manuscritos da *Notícia Primeira Practica* foram nomeados como A e B. No que concerne à substância textual, realizou-se transcrição semidiplomática de ambos os testemunhos a partir de cópias digitalizadas de microfilmes, a fim de que o texto registrado em cada um deles pudesse ser submetido à comparação. Para isso, verificamos e registramos os lugares-críticos do texto, ou seja, onde os testemunhos manuscritos divergem entre si (CAMBRAIA, 2005). Após esse levantamento foi possível realizar o cotejo com os testemunhos impressos e conseqüentemente constatar qual dos testemunhos manuscritos foi utilizado como base para as respectivas edições. Os testemunhos impressos também foram comparados entre si.

Figura 1. Detalhe do testemunho A da *Notícia Primeira Practica*. Fólio 1r. do códice CXVI 1-15 da BPE



Figura 2. Detalhe do testemunho B da *Notícia Primeira Practica*. Fólio 61r. do códice CXVI 1-15 da BPE



No que diz respeito à forma do texto, examinamos ambos os testemunhos de acordo com a metodologia da *paleografia crítico-analítica* proposta por Contreras (1994), descrevendo e examinando a escrita a partir de aspectos como o tipo da letra, módulo, peso, *ductus*, ângulo e ligaduras. Tal procedimento possibilitou não só caracterizar o punho dos dois escribas responsáveis pela composição dos testemunhos manuscritos, mas também corroborar a hipótese de atribuição da autoria material do testemunho A enunciada em trabalho anterior (BORREGO e SOUZA, 2019).

## Resultados

O testemunho A da *Notícia Primeira Practica* ocupa os fólhos do códice CXVI 1-15 que vão do 1 recto ao 6 verso. Foi escrito em letra de tipo humanístico, com maiúsculas e minúsculas de módulo pequeno no corpo do texto e de módulo grande nos títulos e subtítulos. Apresenta peso leve, *ductus* cursivo e ângulo inclinado à direita com poucas ligaduras entre as palavras. O escriba possui alguns traços característicos do seu punho, por exemplo, a presença de hastes curvadas para a esquerda na finalização dos grafemas <m> e <z> em contexto final, e a representação do grafema <O> maiúsculo semelhante ao numeral <6>.

Tais características formais da escrita presente no testemunho A ao serem confrontadas com aquelas presentes em duas cartas assinadas pelo padre Diogo Soares em 1734 e 1735 permitem atribuímos a autoria material do testemunho A de todas as notícias práticas cuiabanas ao jesuíta matemático, dada a correspondência dos elementos acima citados.

Figura 3. Destaque das particularidades do punho de Diogo Soares.







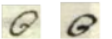




Grafema	Testemunho A
<m>	 [hum]
<z>	 [mesez]
<O>	 [O]





Figura 4. Quadro comparativo entre grafemas presentes no testemunho A e nas cartas de Diogo Soares

Grafema	Testemunho A	Cartas
<A>		
<O>		
<D>		
<P>		

O testemunho B corresponde aos fólhos que vão do 61 recto a 71 recto do mesmo códice. A letra empregada foi de tipo humanístico, com maiúsculas e minúsculas de módulo médio no corpo do texto e módulo grande nos títulos e subtítulos. Possui peso leve, ângulo inclinado à direita e *ductus* cursivo, embora a velocidade utilizada pelo autor material desse testemunho – ainda não identificado – no ato da escrita tenha sido maior do que aquela utilizada por Diogo Soares no testemunho A, sendo tal fato evidenciado pelo alto número de ligaduras entre as palavras. Uma das características principais do punho do escriba do testemunho B são as hastes e caudas prolongadas e sinuosas, sobretudo nos grafemas <d>, <q>, <s> e <y>.

Foram encontradas diferenças numerosas que dizem respeito à grafia, pontuação e acentuação. Por exemplo, palavras como “Practica”, “Soarez” e “Viage”, assim grafadas no testemunho A, constam como “Pratica”, “Soares” e “Viagẽ” no testemunho B. Todavia, para além dessas, há também os acréscimos, supressões e substituições de palavras e até mesmo frases de um testemunho em relação ao outro.

Figura 5. Destaque das particularidades do punho do escriba do testemunho B

Grafema	<d>	<q>	<s>	<y>
				

Todos os testemunhos impressos apresentam textos modernizados de acordo com as normas vigentes no período em que foram editados. As edições de 1953, 1976 e 1981 se diferenciam apenas no que diz respeito à adequação do texto às normas gramaticais vigentes à época de cada uma delas.

A partir da comparação da edição realizada por Varnhagen em 1842 com os dois testemunhos manuscritos da *Noticia Primeira Practica* constatou-se que ela foi composta a partir do testemunho B desse texto, na medida em que ela concorda majoritariamente com as lições presentes neste testemunho (ver figura 6).



Para além disso, há casos nos quais Varnhagen não concorda com nenhum dos dois testemunhos manuscritos e realiza alterações no texto sem que haja embasamento para o feito. A título de exemplo, em um dos casos o editor transformou a frase inicial do segundo parágrafo do texto, originalmente “Do 2º porto, que he (...)” no testemunho A e “Do 2º porto que he (...)” no testemunho B em “Do primeiro porto é (...)” (CAMELLO, 1842, p. 493). Ocorrências como a citada acima permitiram constatar que todas as demais edições impressas não foram compostas a partir do retorno a um dos testemunhos manuscritos, mas sim que os seus editores tomaram como base o texto oferecido por Varnhagen, pois apresentam lições que constam apenas na edição oferecida pelo Visconde de Porto Seguro. Ademais, as edições de 1953, 1976 e 1981 reproduzem ligeiramente modificada a menção presente na edição de 1842 segundo a qual o manuscrito da *Noticia Primeira Practica* fora oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) pelo sócio-correspondente Francisco Adolfo de Varnhagen, corroborando o vínculo entre elas.

É digno de nota que a adoção do testemunho de Varnhagen como texto-base para edições impressas posteriores não impediu que cada um dos seus respectivos editores apresentasse lições que divergem tanto dos testemunhos manuscritos como dos demais impressos, ou seja, propostas de maneira arbitrária pelos editores. Nesse sentido o testemunho do IHGMT (2002) é negativamente exemplar, pois nele é possível se deparar com casos de supressão como o ocorrido na seguinte passagem do testemunho em questão: “nele se passam algumas itaipavas e nele se passam (...)” (CAMELLO, 2002, p. 12), enquanto que no de Varnhagen (assim como nos demais) a frase completa é “n’elles se passam algumas itaipavas; pouco abaixo do salto ha dois moradores com suas roças, e n’elle se passam (...)” (CAMELLO, 1842, p. 490).

Figura 6. Árvore genealógica dos testemunhos da *Noticia Primeira Practica*

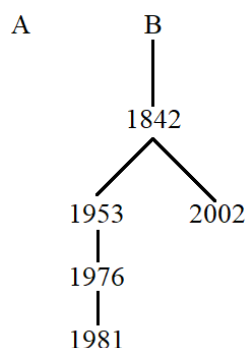


Figura 7. Quadro comparativo dos testemunhos da Notícia Primeira Practica

Testemunho A	Testemunho B	(Camello, 1842)	(Camello, 1953)	(IHGMT, 2002)
Muito Reverendo Senhor (f.1r.)	Muito Reverendo Padre e Senhor (f.61r.)	Muito Rev. Padre e Sr. (p. 487)	Muito Rev. Padre e Sr. (p. 114)	Muito Revmo, Padre e Senhor (p. 9)
Do 2º porto, que <del>he</del> o da Vila de Sorocaba, distante <del>hũ</del> só (f.1r.)	Do 2º Porto <del>que he</del> Sorocaba distante <del>hũ</del> só (f.61r.)	Do primeiro porto é Sorocaba distante um só (p. 487)	Do primeiro <del>pôrto</del> é Sorocaba distante um só (p. 114)	Do primeiro porto, é Sorocaba distante um só (p. 9)
ha nellas <del>muito</del> z e melhores <del>bananaez</del> , que os <del>destaz</del> Minaz (f.5v.)	ha nellas <del>muitas</del> e melhores bananas, <del>que</del> as destas minas (f.68v.)	ha n'ellas <del>muitas</del> e melhores bananas que as <del>d'estas</del> minas (p. 497)	há nelas muitas e melhores bananas que as destas minas (p. 122)	há nelas muitas e melhores bananas que as destas minas (p. 19)
o Nhanduy-assú entra no Pardo pela <del>parte direita</del> e <da parte esquerda indo para sima> <del>dizem</del> (f.2r.)	o Nhanduy-aSü entra no Pardo <del>pella parte direi</del> querda <del>ta</del> : dizem (f.63r.)	o Nhanduy-assú entra no Pardo pela parte esquerda; dizem (p. 490)	o Nhanduy-assú entre no Pardo pela parte <del>esqueda</del> : dizem (p. 116)	o Nhandui-assu entra no pardo pela parte esquerda; diz em (p. 12)

\* As abreviaturas foram desenvolvidas e as letras ausentes do modelo encontram-se em itálico.  
 <> palavras acrescentadas nas entrelinhas ou na margem.  
~~abe~~ palavras riscadas.

## Conclusões

A partir dos aspectos observados, pode-se concluir que os testemunhos manuscritos da *Notícia Primeira Practica* apresentam diferenças entre si não só no que diz respeito à forma do texto, mas também a sua substância. Dentre eles apenas o texto do testemunho B circulou através de edições impressas que oferecem ao leitor versões modernizadas do texto segundo as normas gramaticais vigentes no período em que foram compostas.

A edição realizada por Francisco Adolfo de Varnhagen oferecida ao IHGB e publicada no tomo IV de sua *Revista* em 1842 se consagrou enquanto fonte para todos os demais testemunhos impressos subsequentes. Entretanto, como foi salientado, nesse testemunho Varnhagen propôs modificações no texto sem que elas estivessem fundamentadas nos manuscritos e sem que elas estivessem sinalizadas aos leitores, passando, então, a figurarem como se de fato compusessem o texto original.

Essas alterações integram os testemunhos impressos sob responsabilidade de Afonso d'E. Taunay e do IHGMT. Posto que cada um dos editores constituiu as suas respectivas edições modernizadas a partir de um texto já modernizado no passado, somando-se a isso o fato de terem feito alterações sem o respaldo de qualquer outro testemunho, o grau de intervenção editorial empregue sobre o texto que originalmente consta no testemunho B foi acentuado, implicando um maior distanciamento dos textos dos testemunhos impressos em relação ao texto do testemunho manuscrito.

## Referências bibliográficas

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Os percursos das Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo (séculos XVIII – XX). *Revista Maracanan*, [S.l.], n. 20, p. 266-291, jan. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/34728>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMELLO, João A. Cabral. “Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiasés, na capitania de S Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. In: TAUNAY, Afonso d’E.. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP. 1981.

CAMELLO, João A. Cabral. “Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiasés, na capitania de S Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. In: TAUNAY, Afonso d’E.. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

CAMELLO, João A. Cabral. “Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiasés, na capitania de S Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. In: TAUNAY, Afonso d’E.. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

CAMELLO, João A. Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá Goyazes, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, dadas ao Revm. Padre Diogo Soares pelo Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no anno de 1727. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. IV, 1842, p. 487-500.

CAMELLO, João A. Cabral. *Notícias Práticas das Minas do Cuiabá*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

CONTRERAS, Manuel Núñez. *Manual de Paleografia*. Madrid: Cátedra, 1994.

SOARES, Diogo. Carta a Martinho de Mendonça de Pina e Proença de 12 de fev. de 1735. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos do Brasil, l. 11, f. 43r.

SOARES, Diogo. Carta a Martinho de Mendonça de Pina e Proença, 19 de dez. de 1734. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos do Brasil, l. 11, f. 38r.



**Cultura escrita e o contrato dos diamantes: um estudo sobre o discurso das ilicitudes)**

Júlia de Cássia Silva Cassão  
Graduada em História  
Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[juliacassao@hotmail.com](mailto:juliacassao@hotmail.com)

Descaminho, roubo, contrabando, fraude, em suma, a defraudação dos cofres da Fazenda Real. Eis as palavras que remetem à trajetória do terceiro contratador dos diamantes, Felisberto Caldeira Brant. Entre 1749 e 1753, este sujeito esteve à frete de um dos mais importantes estancos da Coroa portuguesa, porém suas ações, consideradas ilícitas, levaram-no à condenação e à prisão no cárcere em Lisboa. O emprego de escravizados acima do permitido, a extensa cadeia de contrabando que encabeçou do Tejuco, passando pelo Rio de Janeiro e chegando ao Reino, assim como a rede de relações políticas e sociais que capitaneou junto a autoridades e os habitantes da comarca do Serro do Frio, apontam para os marcos da “sutil diferença entre práticas corruptas e práticas que derivam em corrupção”<sup>1</sup>. Assim, a linha que, teoricamente, é demarcada entre os limites da tolerância e os excessos condenados, isto é, para esse caso, a rapacidade do oficialato régio, leva em conta a publicidade, a fama ou a voz pública de tais práticas, a interferência nos negócios da Monarquia e o vilipêndio do fisco régio<sup>2</sup>. Porém, na dinamicidade do espaço colonial, onde se apelou também à negociação e à barganha para a manutenção e a conservação dos equilíbrios, tal percepção foi mais complexa. As diferentes instâncias – usos, costumes e tradição – que compartilhavam com a lei a legitimidade e a sutileza do campo político, a exemplo dos jogos de poder, davam o lastro dos comportamentos. As redes clientelares, nessa perspectiva, coadunavam-se a diferentes interpretações que se podiam ter de um evento e, assim, neste mesmo universo discursivo, ou seja, o da Época Moderna e o que se moldou a partir dele na colônia do Brasil ao sabor das distâncias e da comunicação entrecortada, condutas outrora condenadas podiam ser dissimuladas.

---

<sup>1</sup> ROMEIRO, Adriana. *A corrupção na Época Moderna – conceitos e desafios metodológicos*. Revista Tempo, vol. 21, n. 28, 2015, pp. 1-22.

<sup>2</sup> BERTRAND, Michel. *Grandeza y miseria del oficio: los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

Afinal, qual foi a contingência que interferiu no desfecho da trajetória de Brant, impossibilitando-o de se defender de tais denúncias? Ou melhor, quando foi que perdeu a sua base de apoio, em que se encastelavam agentes da administração e moradores da Demarcação Diamantina? Acreditamos que no malfadado roubo ao cofre dos diamantes. Em 1751, chegou àquela região o novo intendente dos diamantes, Sancho de Andrade Castro e Lanções, substituindo o falecido Plácido de Almeida Moutoso e o interino Francisco Moreira de Matos, parciais do contratador, pois ao não cumprirem com as suas obrigações de vigilância dos serviços nas lavras, concorriam para a transgressão às cláusulas do contrato empreendidas pelo contratador Caldeira<sup>3</sup>. No entanto, Lanções parecia disposto a reformar os procedimentos que se esperavam na metrópole da Intendência e do intendente, o Ministro representante de Sua Majestade no Distrito dos Diamantes. Exigindo o cumprimento estrito das falhas do contrato, isto é, a reposição no mês seguinte dos escravizados mortos, doentes ou fugidos que não puderam minerar nos córregos e ribeirões a fim de evitar prejuízos para a companhia, o intendente dera várias advertências a Brant. Durante toda a segunda metade do ano de 1751 e os primeiros meses de 1752, os indícios abundavam: o contratador ultrapassava os 600 escravizados permitidos e, de acordo com testemunhos posteriores, chegava a trabalhar com 3000 homens. Nos Rios Claro e Pilões em Goiás, onde parte dos serviços aconteciam, as duas autoridades entraram em choque. Em fins de Maio de 1752, Lanções sentenciara Brant, que pediu vistas e dois agravos, mas sem sucesso<sup>4</sup>. O primeiro ordenou a apresentação da lista dos serviços a serem cumpridos no Serro do Frio, mas a demora do segundo em publicá-las, exaltou os ânimos e, coincidentemente ou não, acreditamos que não, logo em 08 de Junho de 1752 veio à luz o escândalo do roubo ao cofre da Intendência.

Brant acusou publicamente Lanções da falta de “vinte e três oitavas e meia e dois vinténs” de diamantes, pois das experiências que havia feito, não restou dúvida: exímio traficante de diamantes, de quem os comprava por interpostas pessoas, que cobria e dissimulava por oculta amizade, o intendente havia “enormissimamente [o] fraudado”<sup>5</sup>. Por meio de duas chaves falsas, bolira e arrombara as tranquetas e o segredo do cofre, mostrando-se “pálido e desassossegado” sempre que, semanalmente, ia-se pesar e lotar os diamantes na Casa da Intendência, também local de sua residência. Feitas experiências, com a ajuda do

---

<sup>3</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *O labirinto da fortuna ou os revezes na trajetória de um contratador dos diamantes*. História. Fronteiras. V. II Anais do XX Simpósio Nacional da Anpuh. São Paulo: Humanitas. FFLCH-USP, pp. 309-31, 1999.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. Caixa 60, documento 29.

<sup>5</sup> AHU. MAMG. Cx. 63, doc. 01.

escrivão Sebastião de Sampaio e Sande, por meio de um alfinete, de um barbante e da posição do saco das pedras no cofre, dera-se conta do infalível roubo que se lhe havia feito. No dia 07, à tarde confirmada a falta, voltaria no outro dia, porém colocaria sentinelas à porta para salvaguardar a produção e, por conseguinte, o patrimônio régio. À noite, um grande estrondo viera da Intendência, dando-se a entender que Lanções cuidava em fugir, o que não se confirmou. No dia 08, porém, encaminhando-se para ela, ouvira, assim como todo o povo na rua, gritos por ajuda. Suplicava o escrivão a El Rei que o acudisse pois o Intendente o ameaça com uma faca, obrigando-o a passar uma “certidão falsa”, em suas palavras, de que não acompanhara todos os depósitos semanais que se faziam no cofre. A contenda estava armada! O contratador, seu sócio Alberto Luiz Pereira, seu procurador, José Pinheiro, e demais “amigos”, entre eles negros, mulatos e homens brancos, vieram em seu auxílio, todos armados de espadas desembainhadas, espadachins e baionetas. O Intendente, espantando, perguntava o que estava acontecendo e chamava ao povo para ver o que se fazia a um Ministro do Rei. Tamanhos insultos, violências e injúrias atrozes contra o seu crédito desencadeadas por uma conjuração feita em sua ruína, bradava Lanções, seria devido ao ódio mortal que nascera da inflexibilidade de sua pessoa às imposturas do contratador e às suas “perversas intenções”. “E o que me resta ver se algum dele se finge ao trono, e se aclama soberano”, são as palavras com que Sancho Lanções resume a sua situação, envolto na Intendência por parciais de Brant. Do fiscal João da Costa Coelho, passando pelo tesoureiro Tomás de Aquino César de Azevedo, ao já citado escrivão Sebastião Sande, todos eles, corrompidos em seus princípios, estavam na rede de influência do contratador. Recebendo dádivas, tal como cavalos e até uma arroba de ouro, ajudas de custo, proteção e, escandalosamente, alugando escravizados para os serviços da mineração dos diamantes, o que era expressamente proibido pelas condições do contrato, o intendente conclui que não se respeitava ali a “Lei da Razão”, apenas se dava motivo a incivildades, dos funcionários da Intendência aos interessados na companhia do contrato. Da mesma forma, o tenente Manoel Saraiva Cabral e o capitão comandante dos Dragões, Simão da Cunha Pereira, estavam coliadados com o contratador. Averbado de suspeito, a Lanções não se respeitava e, o mais grave, publicamente. Aos gritos, dizia Pereira, cercada de pelo menos trinta negros armados, difamações de toda a espécie. Contra a sua honra Dada a ele, ao contratador e ao procurador voz de prisão, diziam que não a aceitavam. Destituindo Sande de posto, o Ministro nomeou Joaquim José Marreiros com o novo escrivão. Lavrados, assim, os termos e os autos da assuada na porta da Intendência, bem como de injúrias, Pereira e Pinheiro, apressando o passo, dirigiram-se para o adro da Igreja do Senhor do Santo Antônio. De palavras aceleradas

e vozes levantadas, chapéus na cabeça, mãos ao peito e em vistas de um motim de espadas nuas, Lanções lembrava que estava desarmado. E o mais importante, lembrava àqueles sujeitos do lugar sagrando em que estavam. Homizaram-se, então, porém não se entregaram.

Honra, redes clientelares, aleivosias, opressões, ataques e ignominia, estiveram entre as palavras citadas por Felisberto Caldeira Brant e Sancho de Andrade Castro e Lanções nas cartas trocadas durante todo o segundo semestre do ano de 1751. Acionando seus pares pelos jogos de poder caros às relações políticas e sociais àquela sociedade, nomeadamente Gomes Freire de Andrade e o seu irmão e governador interino, José António Freire de Andrade, pelo partido do contratador, e o ouvidor da comarca do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Bacelar, para ouvir as queixas do intendente, e até o próprio rei D. José I, para os dois lados, foram trazidos à baila para buscarem a solução a uma “situação nunca antes testemunhada”. De acordo com a historiografia que versa sobre o Antigo Regime português, tais redes, portanto, teriam dado o tom e coloriram em vivas cores a sociedade que se engendraria em torno deste imperativo que governou e estruturou, de cima a baixo, aquele corpo social<sup>6</sup>. Por essa seara, assim, tem-se as instruções que Gomes Freire enviou a seu irmão, quando se deslocou para região Sul do Brasil para tratar de assuntos diplomáticos com a Coroa Espanhola sobre Sacramento e Sete Povos das Missões, e que dão conta desta assertiva. De acordo com o governador, que discorreu sobre todas as comarcas e diversas autoridades da capitania das Minas, informando sobre suas qualidades e defeitos, e muito antes do episódio aqui analisado, dizia a José Antônio que tomasse cuidado com o novo intendente dos diamantes, recém-chegado ao Distrito Diamantino, pois ele seria “ministro muito mal conceituado no Ministério”<sup>7</sup>. Conscientemente, parece-nos, os irmãos se colocavam ao lado do contratador dos diamantes, posição que ao longo das investigações se desvaneceu, pois, tal como salientam os historiadores, as redes de apadrinhamento e clientela, ao mesmo tempo que podem ser duradouras, no lapso de tempo ou por alguma situação que desestabilize a sua arquitetura, dissipam-se tal como o vento. E neste caso, que o outrora apoio à versão de Caldeira Brant, pela averiguação dos eventos, mostrou que ele havia fabricado de modo “suposto, fantástico e fingido” contra o intendente, levou a que as suspeitas se voltassem contra ele, não podendo nada fazer os dois irmãos Freire de Andrade, que, assim, colocariam, sua honra em risco junto ao rei por tão armada quanto maravilhosa conjuração.

---

<sup>6</sup> HESPANHA, António Manuel Hespanha e XAVIER, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa. Quarto Volume: O Antigo Regime, 1993 e CARDIM, Pedro. *Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*. Lusitânia Sacra, 2ª série, 11, 1999.

<sup>7</sup> *Arquivo Público Mineiro*. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). *Instruções que o governador Gomes Freire de Andrade...* vol. 4, 1899.

Escrevendo ao governador interino, Felisberto pedia agilidade na condução do processo, pois a justiça não poderia tardar<sup>8</sup>. Clamando ao ouvidor, que, de acordo com ele, era “ministro de tanta honra, retidão e capacidade”, disse que oferecia um rol de testemunhas que poderiam dizer do caso, que deveriam fazê-la na presença do governador. O que, de fato, não aconteceu. Porém, a fala do contratador é basilar no que aqui estamos chamando a atenção: o jogo das versões conflitantes e como elas podem mudar ao sabor da casuística e da necessidade. O apelo ao direito, ou seja, às cláusulas do contrato aqui se faz presente. Para Brant, no bojo do que dizia a condição 18 do contrato, ou seja, “que requerendo a companhia alguma devassa a Vossa Senhoria [o governador das Minas] sobre fraudes que experimentasse, mandaria nomear Ministro que fosse servido”, o que, para ele, de fato, era o que estava ocorrendo. O intendente, continua, seguia com seu projeto, pois suspendera os seus procuradores, mandou tirar oficiais, havia feito incivildades como a de nomear escrivão interino a seu arbítrio, pessoa ruim que, em sua interpretação, não era digno, posto que não havia feito o juramento o qual os oficias da Intendência, afastados, haviam um dia feito. O contratador precisava fazer remessas de diamantes, tirar cascalhos, fechar serviços, oferecer as falhas dos negros e outras “mil coisas” perante a quem servir de Intendente, mas que a esse não o faria, posto que, mais uma vez atesta, estava averbado de suspeito. Abertas, então, as devassas – que correram por todo mês de Junho – pelo ouvidor Bacelar, foram arroladas trintas testemunhas que colocaram em xeque a conduta de Caldeira, assim como a colocou o exame judicial feito no cofre por três mestres serralheiros que juraram nos Santos Evangelhos, os quais abonaram “a verdade” do intendente, pois foi constatado que o cofre jamais havia sido arrombado, que não se haviam feito chaves falsas, já que o seu mecanismo de abertura impossibilita tal ação e, o mais surpreendente, era impossível fazê-lo! Entre as testemunhas, assim, destacam-se um mesmo fundo de questões: ouvira-se dizer, de modo público e notório, que o contratador andara com balança sua própria e que ela parecia viciada; que se houvesse erro, deveria ser de conta dele; que se sabia da segurança do dito cofre e do cofre do ouro que servia a ele de capa, sendo seu arrombamento, caso fosse atestado, dado por “obra do diabo”; que entre Brant e Sande, especialmente havia grande amizade, porém desvirtuada, já que se pautava por troca de presentes e do ódio e má fé contra o intendente Lanções, o qual não quis compor com ele, daí tal bárbara ação...

O que não poderia ser diferente, diz o intendente, em suas cartas escritas no decorrer da apuração dos fatos, pois é o que se esperaria de um régulo, sempre disposto a maquinações e velhacarias do tipo. O atentado ocorrido em 1730 contra o ouvidor da comarca do Rio das

---

<sup>8</sup> AHU. MAMG. Cx. 63, doc. 79.



Mortes, não deixava dúvidas, assim como os assassinatos que “os irmãos Caldeira” cometeram, diz ele, em Paracatu e Goiás, da mesma forma que as notícias de que tomavam terras, faziam justiça e cárcere privado, ou seja, de que sempre Felisberto amotinava os povos, é dava azo àqueles excessos. Em contraposição, dizia o contratador, após as sentenças das devassas, e mudando o seu discurso, que era preciso haver Ministro independente para conduzir as averiguações a bom termo, já que este, Bacelar, aparentava fingido zelo, já que ele e o intendente conservavam grande amizade e um e outro, de acordo com ele, tinham grandes interesses nesses descaminhos. O que fica patente por este caso é a desestabilização de adversários políticos pelo recurso à escrita, amparados pelo caldo cultural que perfez aquela sociedade. De um mesmo universo de discursos, saltam aos nossos olhos conflitos, intrigas, costumes e tradição em desarranjo à legislação, o apadrinhamento e a clientela, mas também ressignificações e apropriações quando da necessidade de se fazer um uso seletivo que resguarde ou, inversamente, acabe por prejudicar a sua imagem frente a essa sociedade, ao fim e ao cabo, das aparências<sup>9</sup>. Findas as investigações, como se disse, Brant foi considerado o maior suspeito, situação que abriu margem a que todas atenções se voltassem contra ele, tanto que menos de seis meses depois a vultosa partida de diamantes fora do cofre foi descoberta no Reino e, no mais tardar, ele e seu sócio foram presos. O intendente, absolvido das acusações de furto ao cofre, não saiu ileso ao ocorrido: desonrado, foi deposto do cargo por “inépcia administrativa” e até onde se sabe, não voltou a postos da administração reinol ou colonial. Assim como pontuou Pilar Ponce, mas para o caso de um contador da Fazenda de Quito no século XVII, acreditamos que a sua atitude foi, de certo modo, “eficaz” na defesa dos interesses da Coroa, porém muito imprudente e, portanto, prejudicial em sua também função de mediador entre os colonos e o governo superior<sup>10</sup>. Assim, nas sendas da cultura escrita que informou os ditames e percalços entre as duas autoridades do Distrito Diamantino, a centralidade da Monarquia foi o fator decisivo. A pena do rei decidiu em favor do conjunto e da manutenção dos equilíbrios, na mesma medida em que, portanto, o contratador e o intendente não puderam manejar suas bases de apoio, pelos abalos do encadeamento dos fatos cuja contingência, para ambos, foi maior e mais decisiva que o favorecimento de um em detrimento de outro.

---

<sup>9</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>10</sup> PONCE LEIVA, Pilar. *Acusaciones de corrupción y practicas sociales infamante. Quince años en la vida de Agustín Mesa y Ayala (1670-1685), contador de la Real Hacienda de Quito*. Revista Complutense de Historia de America, n; 43, pp. 49-74, 2017.

## Referências bibliográficas:

ARANCIVIA, Eduardo Torres. *El problema historiográfico de la corrupción en el antiguo régimen: una tentativa de solución*. Summa Humanitatis. Vol 1, No 0, 2007.

BERTRAND, Michel. *Grandezza y miseria del oficio: los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CARDIM, Pedro. *Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*. Lusitânia Sacra, 2ª série, 11, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida; FURTADO, Júnia Ferreira. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos - 1740-1771*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O labirinto da fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes*. História: Fronteiras. V. II. Anais do XX Simpósio Nacional da Anpuh. São Paulo: Humanitas. FFLCH-USP, 1999. P. 309-319.

\_\_\_\_\_. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996. 234 p.

\_\_\_\_\_. *Terra de Estrelas*. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik L. *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru, SP: Edusc, 2009.

HESPANHA, António Manuel Hespanha e XAVIER, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa. Quarto Volume: O Antigo Regime, 1993.

PONCE LEIVA, Pilar. *Acusaciones de corrupción y practicas sociales infamante. Quince años en la vida de Agustín Mesa y Ayala (1670-1685), contador de la Real Hacienda de Quito*. Revista Complutense de Historia de America, n; 43, pp. 49-74, 2017.

ROMEIRO, Adriana. *A corrupção na Época Moderna – conceitos e desafios metodológicos*. Revista Tempo. Vol. 21 n. 28, pág. 1-22, 2015.

\_\_\_\_\_. *A corrupção na sociedade colonial – uma aproximação*. In DIAS, Renato da Silva (org.). *Repensando o político — poder, trabalho e identidades*. Montes Claros, Editora Unimontes, pp. 35-56, 2012.

\_\_\_\_\_. *Corrupção e poder no Brasil: Uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

SILVA, Camila Pelinsari. *O caminho das pedras: o contrato de diamantes de Felisberto Caldeira Brant (1749-1752) e a crise de 1753*. Tese de Doutorado, UFOP, 2018.



## **Memórias da escravidão na cidade de Santos: um estudo filológico de manuscrito oitocentista**

Mariane Soares Torres  
Mestranda em Filologia do Português  
Discente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua portuguesa  
Universidade de São Paulo  
[mariane.torres@usp.br](mailto:mariane.torres@usp.br)

### **Introdução**

Desde a criação da escrita, textos são copiados e/ou reproduzidos por diversos motivos, principalmente para a sua transmissão e/ou conservação. Conforme Cambraia (2005), no processo de cópia, os textos sofrem modificações, intencionais ou não. A Filologia seria, nesse contexto, a ciência que lida com as particularidades do texto, estudando sua concepção, o seu processo de transmissão, a sua escrita e maneiras de reconstituição à sua forma genuína. Trata-se de uma ciência interdisciplinar, com interface voltada para outras ciências cujo objeto de estudo também se relaciona ao texto, como a Codicologia, a Paleografia, a Diplomática e a História. Para este evento, a apresentação se delimita ao estudo paleográfico de um documento oitocentista, localizado no Arquivo Público de São Paulo, produzido no contexto da Delegacia de Polícia de Santos. Procura-se caracterizar a grafia dos punhos constantes com vistas a contribuir para os estudos sobre a história da língua portuguesa e da própria escrita oitocentista, de modo que, por meio desse tipo de análise, amplie-se o conhecimento a respeito das práticas de escrita do período e do contexto de produção documental.

### **O Corpus**

O documento estudado é inédito e se trata do número C5535A do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), descrito no acervo como “Ofício enviado pelo Delegado de Polícia Suplente de Santos à Presidência da Província de São Paulo, remetendo o processo sobre o contrabando de escravos africanos pelo Iate Maria e informando a impossibilidade até aquele momento de comprovar o delito”, portanto, um documento de natureza processual investigativa. São 107 fólios manuscritos e ao menos quatro punhos diferentes se envolveram em sua produção. O processo é do ano de 1843, com ofício de abertura datado

exatamente de 19 de dezembro de 1843, do delegado José Joaquim Florindo e Silva para o governador da então província de São Paulo, Manoel Felisardo de Sousa e Mello. O primeiro fólio, em que consta o ofício que remete uma cópia do processo, está muito bem conservado. Há algumas corrosões nas bordas do fólio, porém bastante legível. Do segundo fólio em diante apresenta-se a cópia do processo, com cor de papel diferente, sem corrosão e com letra corrida, menos legível que o ofício. Isso revela materiais de escrita (como tinta e suporte) diferentes entre o ofício e a cópia do processo, e/ou também meios de conservação distintos.

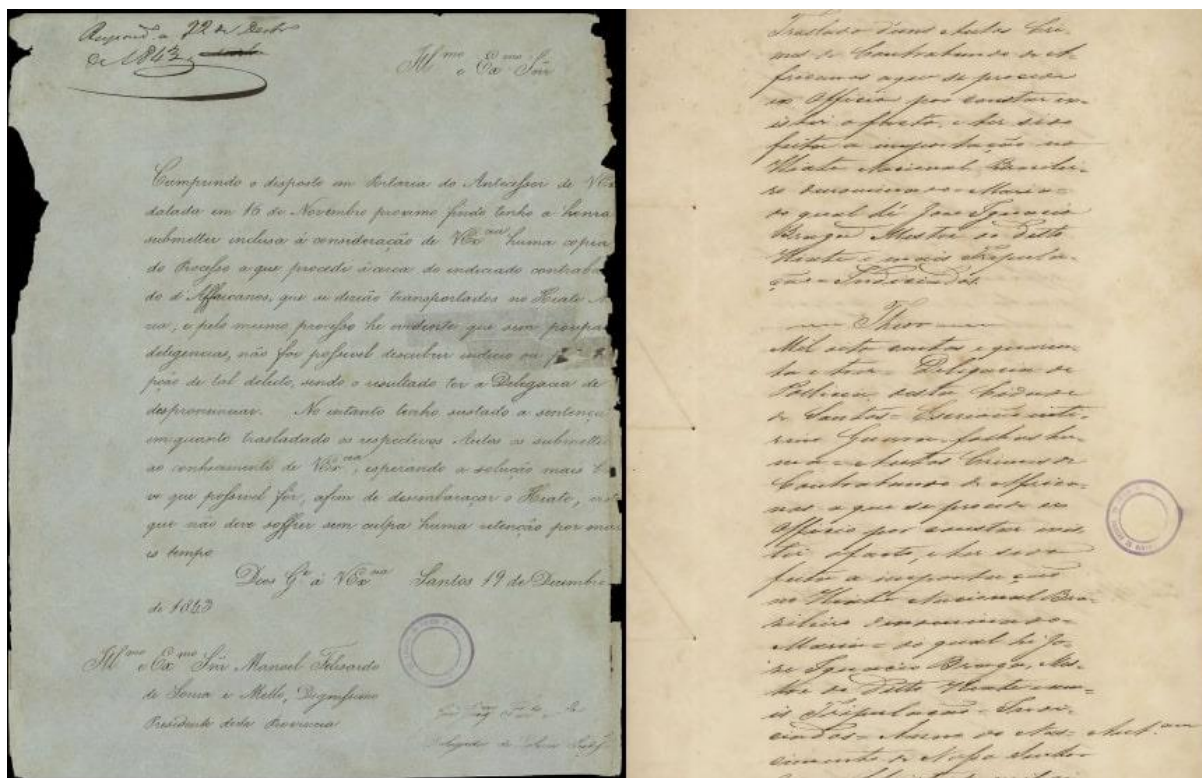


Figura 1 - Primeiro fólio do manuscrito (ofício para o governador da província) e segundo fólio do manuscrito (em que se inicia a cópia do processo).

## Contexto histórico

O movimento abolicionista demorou por volta de um século para tomar consistência no Brasil (XVIII-XIX). Ele foi ganhando força em Santos entre as décadas de 1870 e 1880; a partir daí já revelava força total. A cidade possuía três quilombos: Pai Filipe, Jabaquara e Santos Garrafão. Barbosa (2000, p. 30) afirma que, durante a época, “grande parte da população livre envolvia-se cada vez mais no movimento abolicionista: refugiava escravos, patrocinava fugas e acobertava ‘delitos’”, além disso “foram fundadas ainda diversas associações, tais como a Boemia Abolicionista, que reunia a mocidade de Santos, e a Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, que congregava senhoras da sociedade local e

patrocinava festas a fim de angariar fundos para compra de alforrias” (BARBOSA, 2000, p. 30). No entanto, o que pouco se discute é o fato de que, apesar de Santos ter sido uma cidade importante para a questão abolicionista, havia nela não apenas vozes favoráveis à libertação dos escravos, mas também as vozes do silêncio, que corroboravam a escravidão e ao entendimento de escravo como objeto ou carga, fato observado no documento analisado. Essa indiferença em relação ao escravo pode ter feito parte dos inúmeros casos que reforçaram a perspectiva abolicionista no período.

### **Dados paleográficos**

O exame paleográfico apresentado ainda é preliminar, no entanto já contribui com questões fundamentais para uma análise da escrita do documento. O manuscrito possui por volta de 30 a 40 linhas por fôlio, em papel sem pauta. Alguns fôlios apresentam carimbo de identificação da instituição que preserva o manuscrito, a APESP. Não é utilizada paragrafação e as letras de todos os punhos estão uniformes no que diz respeito à inclinação à direita da escrita. O primeiro fôlio, o do ofício, foi possivelmente feito com maior cuidado e habilidade, pois é bastante legível, característica ocasionada provavelmente por se tratar de um documento diplomático. A cópia do processo, no entanto, revela que os punhos que a fizeram provavelmente tinham pouco tempo para fazer a cópia, não tinham muita habilidade e/ou já estavam fatigados do trabalho de escrita. As margens do manuscrito são respeitadas em sua maioria, porém, é possível ver algumas anotações feitas nas margens pelos próprios copistas, para encontrar determinado trecho mais facilmente. Essas anotações são, geralmente, termos jurídicos como “Autuaçam”, “Petição”, “Certidam”, “Juntada” etc., e são comuns em documentos dessa natureza. Algumas grafias de palavras se alteram no decorrer do manuscrito. Por exemplo, a palavra “africanos” é escrita com duplo “f”, (“Affricanos”) e também com um único “f” (“Africanos”), às vezes escritas até pelo mesmo punho. O mesmo acontece com o nome da cidade em que ocorreu o fato, que pode ser lida como “Santos” e “Sanctos”. Outros detalhes de grafia são importantes, como a forma “hé” para o verbo “ser” no presente, a palavra “Theor” que aparece com “h” não importando o punho que escreve. A escrita utilizada, em termos de classificação, aproxima-se ao que se denomina *humanística*, com letras cursivas. Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 68) “a maioria da documentação brasileira está registrada em letra humanística”, sendo esta recorrente desde o século XVI até hoje” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 67).

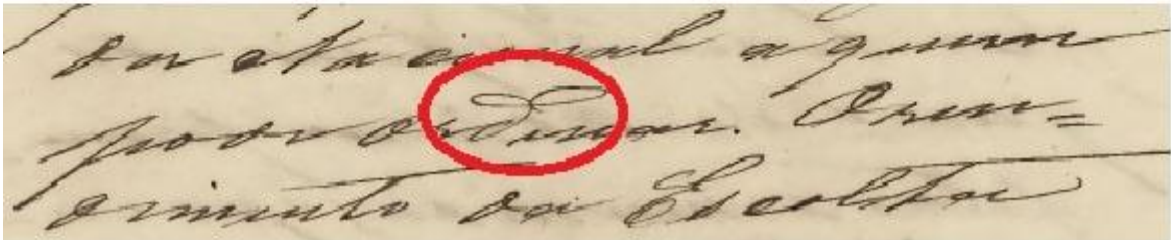
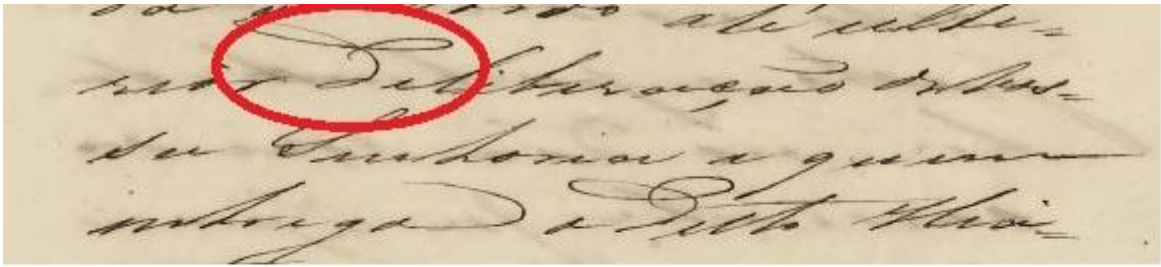


Figura 2 - Nota-se que no exemplo superior, a letra está um pouco mais legível e apesar de não haver pauta, a linha está mais reta. No seguinte, além de a letra estar menos legível, as linhas não estão tão lineares como no exemplo superior. Observando o documento completo, essas diferenças poderiam sugerir uma diferença de punho. Porém, observando a letra “d” em ambos os trechos, conclui-se que se tratava do mesmo escrivão.

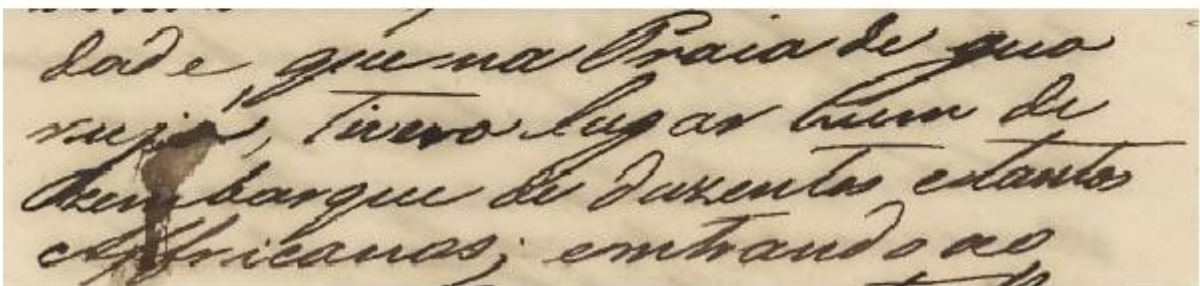
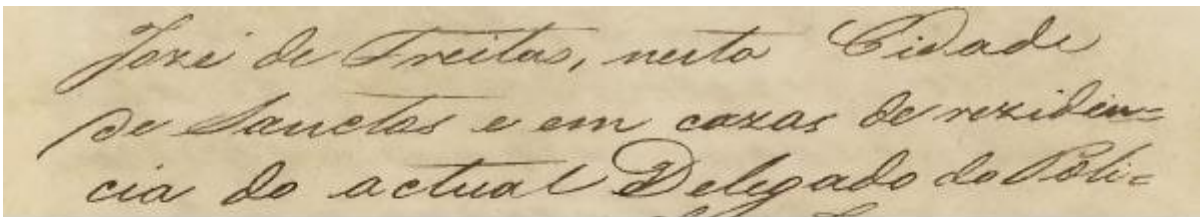


Figura 3 - Diferença de peso da escrita em dois trechos feitos pelo mesmo escrivão.

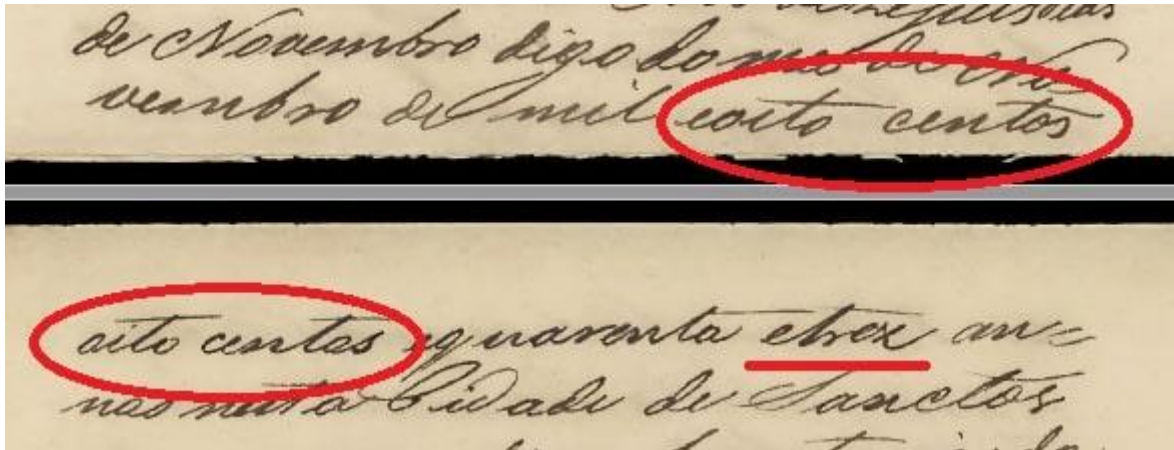


Figura 4 - A repetição marcada demonstra um reclame. Além disso, observe que o sublinhado contém duas palavras sem marcação de fronteira entre elas (“etrez”, que seria “e tres”).

## Conclusão

Trata-se de uma pesquisa em andamento. Por meio da pesquisa até então realizada, importantes resultados já foram alcançados por meio do estudo da história do documento, do seu contexto de produção e da escrita utilizada na sua produção. Trata-se de informações indispensáveis para uma leitura fiel do documento e contextualizada, para a produção de edição fidedigna, e, principalmente, para estudos interdisciplinares. Isso mostra na prática que a Filologia é uma ciência importante pois, dentre outras coisas, possui interfaces com outros campos de conhecimento, sendo capaz de enriquecê-los.

## Referências bibliográficas

- CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARBOSA, M. V. **Santos na formação do Brasil: 500 anos de história**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura/Fundação arquivo e memória de Santos, 2000.
- BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. Santa Maria: UFSM, 2008.
- SPINA, S. **Introdução à Edótica**. São Paulo: Cultrix, 1977.



## **Estudo de técnicas e materiais empregados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica**

Marina Furtado Gonçalves  
Doutoranda em História – História Social da Cultura  
Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[marinaufmg@yahoo.com.br](mailto:marinaufmg@yahoo.com.br)

### **Introdução**

Dentre a documentação histórica em papel produzida até o século XIX merecem destaque os livros de compromisso das irmandades, manuscritos iluminados investidos de esmerado trabalho de caligrafia e pintura. Sobre os fólios de papel de trapo os artífices aplicavam tintas de escrita, normalmente monocromáticas, e outras tintas coloridas feitas a partir de pigmentos e corantes com algum tipo de aglutinante. Exemplos desses manuscritos são os livros de compromisso das irmandades, documentos formais em que se registravam os deveres e os direitos dos irmãos. No Brasil, muitos foram os livros de compromisso produzidos no período colonial e imperial. Em Minas Gerais a produção desses objetos é notada principalmente no século XVIII e início do XIX e, após a sua confecção, tiveram destinos diversos devido aos trâmites legais de validação do seu conteúdo. Graças ao valor histórico, artístico e material desses documentos, fez-se necessário a guarda destes livros que atualmente podem ser encontrados em instituições religiosas, arquivos, bibliotecas, museus e em coleções particulares, em países como o Brasil e em Portugal.

Para compreender as técnicas e os materiais aplicados nesses livros, bem como as tipologias de deterioração desses bens, realizou-se um estudo comparativo entre dois livros de compromisso com histórico de uso e acondicionamento distintos, datados de 1725 e confeccionados pelo calígrafo/pintor de Vila Rica, conforme atribuição de Almada (2012). O primeiro livro é intitulado “Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas de Sabará”, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, Brasil e o segundo é o “Livro de Compromisso da Irmandade de São Gonçalo, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica”, sob a guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa, Portugal (GONÇALVES, 2015).

### **Procedimentos metodológicos**



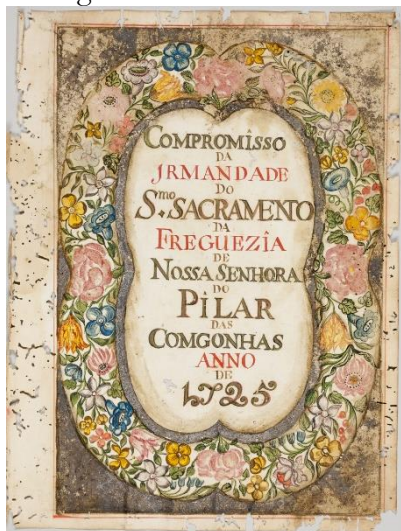
Os livros de compromisso passaram por análise técnica, iniciada pela documentação científica por imagem, seguida por exames organolépticos. A partir do conhecimento preliminar do objeto, aliado à pesquisa histórica, investigou-se sobre as técnicas e materiais empregados, além de estabelecer um diagnóstico de estado de conservação. Procederam-se os exames laboratoriais utilizando técnicas de espectroscopia e microscopia. Os resultados das análises foram tratados e estudados para identificação e comparação dos dois manuscritos.

### **Aspectos técnicos e formais**

Os manuscritos estruturam-se a partir das notas do tabelião, do estatuto em si (composto pelo frontispício com a pintura do orago de devoção, a folha de rosto com o nome da irmandade, o requerimento de instalação da irmandade, o estatuto dividido em capítulos, o requerimento solicitando a aprovação do compromisso pelas autoridades competentes) e os despachos. Nota-se através do estudo de agenciamento de cadernos e exame de fluorescência de luz ultravioleta que o frontispício do livro do ANTT foi suprimido.

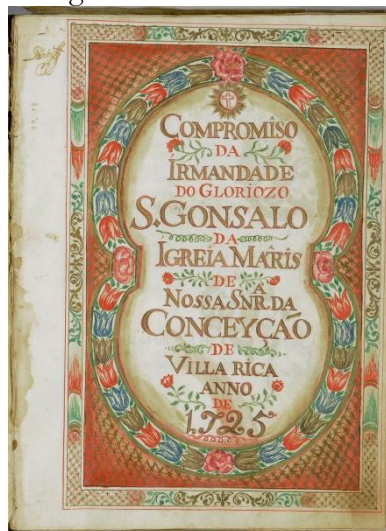
A distribuição dos textos e elementos decorativos nos livros de compromisso estudados são muito semelhantes, o que pode ser percebido a partir da observação de seu conteúdo visual que se inicia a partir da análise do objeto, com o auxílio de lupas, microscópio ótico, instrumentos de medição e diversos tipos de iluminação. As folhas de rosto apresentam uma moldura oval que ocupa a maior parte da página, trazendo o título da obra em seu interior. As características das letras e da distribuição do texto são similares: o calígrafo/pintor delimitou as margens laterais, superior e inferior e, dentro deste espaço, traçou-se uma linha vertical e outra horizontal, em grafita, que divide a folha em quatro, simetricamente. A partir desta delimitação foi distribuída a ornamentação e o texto da página (FIG. 1 e FIG. 2).

Figura 1: Livro do APM.



Fonte: GONÇALVES, 2015.

Figura 2: Livro do ANTT



Fonte: GONÇALVES, 2015.

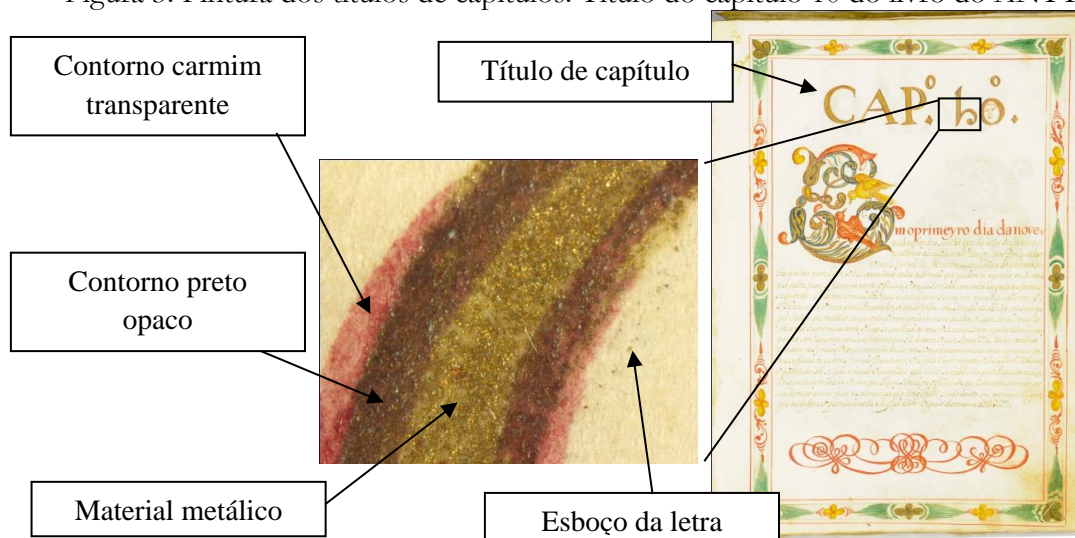
As páginas seguintes que apresentam os capítulos dos compromissos são estruturadas também a partir da delimitação das margens laterais, superior e inferior. São margens duplas, na cor vermelha, em que se inserem bordaduras pintadas em motivos geométricos e uso do marmorizado, em cores diversas, delimitadas por margens finas na coloração marrom claro. Observam-se pequenos orifícios feitos com o auxílio de ferramenta pontiaguda nos cantos do papel, nos locais em que as margens se cruzam, fazendo com que as margens tenham as mesmas dimensões e coincidam de um lado e outro da folha.

Após a delimitação das margens, coube ao calígrafo/pintor realizar a diagramação dos elementos, reservando o espaço para os títulos dos capítulos, as capitulares e o texto. Para o texto, o profissional traça finas pautas em grafita, que são preenchidas, na primeira linha, com letras romanas pintadas em um tom vermelho vibrante e, em seguida, com letras grifas atualmente apresentando um tom marrom claro.

Para os títulos dos capítulos o calígrafo/pintor também se utiliza de pautas e contornos em grafita para guiar a pintura das letras. Assim como nas letras que receberam materiais metálicos encontradas nas páginas de rosto, o profissional aplica primeiramente o material metálico sob forma fluida com o uso de um pincel, seguido por um contorno preto opaco em linhas finas e finalizado por um contorno carmim transparente acompanhando os esboços. Não se observa a unidade que uma folha metálica apresenta ou locais em que uma folha se sobrepõe a outra, como é o caso da aplicação de folhas de ouro e prata no frontispício do livro do APM. O aspecto da aplicação é pulverulento e foram encontradas cerdas de pincéis fixadas à “tinta” de aplicação metálica. Percebe-se o uso de um brunidor

sobre todas as letras com aplicações de materiais metálicos no livro do ANTT através das marcas físicas como a textura mais lisa e brilhante nessas áreas, que se diferem do restante (FIG. 3). Já no livro do APM as possíveis marcas do brunimento não são tão perceptíveis, provavelmente pelo seu estado de conservação.

Figura 3: Pintura dos títulos de capítulos. Título do capítulo 10 do livro do ANTT.



Fonte: GONÇALVES, 2015.

O calígrafo/pintor de Vila Rica possuía uma apurada cultura visual da escrita, fazendo o uso de modelos de capitulares de Manuel de Andrade de Figueiredo que podem ser observadas nos dois livros de compromisso estudados. As capitulares foram elaboradas em desenhos caligráficos, pinturas policromáticas e aplicação de material metálico, partindo de contornos em grafita sobre o papel. Para a cópia dos modelos é possível que o calígrafo/pintor de Vila Rica tenha utilizado da transparência do suporte para transferir o modelo, colocando o padrão sob a folha do manuscrito e traçado as linhas em grafita, sendo que a visibilidade do desenho possa ter sido acentuada por uso de uma luz reversa.

A partir das linhas de definição do desenho as capitulares receberam a aplicação de material metálico com o uso de pincel e nota-se o uso de um brunidor no livro do ANTT, assim como nos títulos dos capítulos. É perceptível uma textura lisa diferente do restante do papel sobre a capitular e, no livro do APM é possível observar um volume correspondente à área da capitular iluminada, no verso da folha, podendo ser resultado da pressão do brunimento ou do tipo de alagutinante utilizado junto com o material metálico macerado. Já o brunimento no livro do APM não é visualmente perceptível, provavelmente devido ao estado de deterioração avançado do manuscrito.

Em seguida, foram aplicadas a pincel diversas cores em tons diferentes de azul, verde, vermelho, amarelo, preto e marrom, além da mesma tinta transparente carmim utilizada nos

contornos das letras dos títulos dos capítulos. Observa-se qualidade técnica do trabalho de pintura do profissional, atentando-se a detalhes como os pássaros e o sombreado das flores e folhas.

Além da decoração das bordaduras das margens, dos títulos de capítulos e das capitulares iluminadas, o calígrafo/pintor completou parcialmente os espaços em branco que finalizam cada capítulo com vinhetas inspiradas, em sua maioria, nos modelos caligráficos de Pedro Díaz Morante (ALMADA, 2012). O calígrafo/pintor de Vila Rica utilizou os modelos de peixe, querubim, pássaros e borboletas.

Observa-se o uso de três tipos de materiais metálicos: um prateado (também observado na folha de rosto) e dois dourados, sendo um de um dourado intenso e outro com apenas resquícios do material metálico. Aparentemente no livro do ANTT o frontispício foi suprimido do corpo da obra e não há o uso de materiais metálicos prateado ou em dourado intenso no restante do manuscrito.

### **A paleta do calígrafo/pintor de Vila Rica**

Para a determinação da paleta do calígrafo/pintor optou-se por ensaios não invasivos ou microinvasivos, dependendo da viabilidade e acesso aos equipamentos, como espectroscopias, dispersões e cortes estratigráficos. Os livros são ricamente ornamentados e observa-se o uso de dez cores distintas no livro do APM e dez no livro do ANTT. O aglutinante utilizado pelo calígrafo/pintor de Vila Rica é a goma arábica (evidente após exame de Espectroscopia no Infravermelho por Transformada de Fourier do pigmento vermelho) que, misturada aos pigmentos e corantes, formam uma mistura que caracteriza a técnica da têmpera.

Os resultados apontaram para os seguintes pigmentos e corantes: realgar (alaranjado), ouro pigmento e goma guta (amarelo), azul verdeterra (azul), carbonato de cálcio (branco), laca de ácido carmínico e laca de pau brasil (carmim), negro de carvão (cinza e preto), resinato de cobre (verde), vermelhão (vermelho), além de uma mistura de vermelhão, ouro pigmento e uma tinta à base de ferro (marrom) (FIG.4). A tinta utilizada para a escrita do corpo do texto é à base de ferro, porém não foi possível caracterizá-la como ferrogálica utilizando os parâmetros de análise escolhidos. Sobre o papel de trapo dos manuscritos iluminados há também aplicação de materiais metálicos como o ouro e a prata sob a forma de folhas (encontrados apenas no livro do APM) e o latão em pó misturado a um aglutinante, aplicado com o uso de pincel, sendo esta a primeira pesquisa que documenta este tipo de material metálico aplicado em manuscritos iluminados do século XVIII.

Figura 4: A paleta do calígrafo/pintor de Vila Rica.



Fonte: GONÇALVES, 2015.

As áreas que receberam o latão (uma liga de 95% de cobre e 5% de zinco, conforme quantificação através de Espectroscopia de Fluorescência de Raios X por dispersão de energia) são as que mais se destacam no que tange o estado de conservação dos dois manuscritos iluminados. O cobre pode catalisar a oxidação das cadeias de celulose despolimerizando-a e, por consequência, diminuindo a resistência mecânica do papel, tornando-o frágil e quebradiço, o que pode levar a perdas do suporte. Em alguns locais, sobretudo no livro do APM, visivelmente mais deteriorado que o livro do ANTT, a camada brilhante do latão não existe mais, deixando uma cobertura verde, resultado do processo de corrosão do cobre (FIG. 5).

Figura 5: Detalhe da deterioração do latão.



Fonte: GONÇALVES, 2015.

## Considerações finais

Mesmo sendo livros de mesma origem e com materiais semelhantes, os manuscritos iluminados estudados apresentam estado de conservação muito distinto, devido à ação dos

agentes de deterioração e agravado pelas condições de acondicionamento. Atualmente os manuscritos iluminados estão acondicionados em ambiente favorável para a sua conservação, em salas climatizadas, com controle de temperatura e umidade, além de contarem com sistema de segurança. O livro do ANTT, que possui encadernação de pastas rígidas, recebeu uma luva de polietileno transparente e está acondicionado dentro de uma pasta de polionda disposta sobre estante metálica. O acesso ao livro é controlado, sendo necessários agendamentos para a consulta que é monitorada. Já o livro do APM, desencadernado e com entrefolhamento de papel neutro, apenas recentemente foi acondicionado em uma caixa também de papel neutro de alta gramatura. O acesso ao manuscrito não é tão rígido e diversos pesquisadores já consultaram o livro, sendo perceptíveis os danos causados pelo manuseio inadequado de alguns consulentes.

O controle das condições de acondicionamento de manuscritos iluminados com aplicação de latão mostra-se determinante para a conservação desse material. O livro do APM, sujeito à alta umidade, ataque de insetos xilófagos e supressão da encadernação original apresenta estado de deterioração avançado, principalmente nas áreas que receberam o latão. Além do controle ambiental não se sabe se há medidas a serem tomadas para interromper a deterioração deste material. Pesquisas mais profundas acerca da caracterização da aplicação do latão sobre papel, tipologias de deterioração e possíveis tratamentos devem ser desenvolvidas considerando a preservação desses manuscritos iluminados e possibilidades de estudos interdisciplinares.

A pesquisa de materiais, técnicas e estado de conservação de manuscritos iluminados da Era Moderna ganha mais adeptos ao longo do tempo. A disponibilização de tecnologias de análise de bens culturais, bem como a crescente formação acadêmica de novos profissionais, fazem com que os estudos na área de preservação do papel sejam desenvolvidos, somando o conhecimento acerca desses bens e aumentando as possibilidades de pesquisa.

### **Referências bibliográficas**

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 306 p.

GONÇALVES, Marina Furtado. *Separados no nascimento: estudo de técnicas, materiais e estado de conservação de dois manuscritos iluminados do século XVIII*. Dissertação de mestrado – UFMG/EBA. 2015.



## Diagnósticos históricos do governo colonial: Estudo da obra de José João Teixeira Coelho Minas Gerais – Século XVIII

Natália Cristina Santos Ribeiro  
Mestra em História  
Universidade Federal de São João del – Rei  
[nat-rib@hotmail.com](mailto:nat-rib@hotmail.com)

### Introdução

O objetivo da pesquisa é analisar a representação da função do governador na capitania de Minas Gerais na obra *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* (1782) do português José João Teixeira Coelho. Elaborada parcialmente no período em que Teixeira Coelho ocupou o cargo de Intendente do Ouro da Casa de Fundição de Vila Rica entre os anos de 1768 e 1780. Os principais documentos analisados pelo autor com o intuito de dissipar a “obscuridade” do governo foram: diversas cartas régias; ordens e termos que se direcionavam aos governadores e às câmaras; alvarás; avisos; regimentos e provisões do Erário Régio dos anos de 1704 até 1778 (BOSCHI *in* COELHO 2007, p. 376-393). A obra apresenta um verdadeiro banco de dados sobre a administração mineira colonial. As análises dos documentos de governo proporcionaram-lhe conhecer os problemas recorrentes e esmiuçar as repostas que receberam de cada governador. Teixeira Coelho, além de narrar a história dos governadores, apresenta diversas reflexões sobre a reorganização do governo da capitania de Minas Gerais.

### Metodologia

A História Cultural interessa-se pelas práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação. A fonte foi, sobretudo, interpretada com o auxílio do conceito de representação. É fundamental compreender que o discurso viabilizou a luta simbólica no Antigo Regime. O discurso não era usado apenas para legitimar e justificar um ponto de vista, ele instaurava as próprias relações de poder na sociedade.

### Discussão

Em seus diagnósticos, Teixeira Coelho aponta para o fato que os governadores não conheciam e não cumpriam com rigor as leis, tomavam decisões arbitrárias, pretendiam

legislar e beneficiavam seus apadrinhados. O que aumentava a confusão jurisdicional característica da monarquia corporativa, comprometendo a regularidade e a eficiência administrativa na capitania. Sendo assim, Teixeira Coelho defende a necessidade de uma delimitação mais precisa das esferas de ação governamental e das hierarquias estatais. Como possibilidade de resolução para o problema, o autor propõe a implementação de um regimento completo e específico que pudesse solucionar os entraves da administração. A execução do regimento seria essencial para regular a rotina e as práticas governativas. Com o regimento, seria possível delimitar com maior precisão a esfera de poder dos governadores, subordinando suas decisões às leis e evitando as arbitrariedades.

### **Conclusão:**

O intendente projetou para a capitania uma administração mais clara e condizente com sua história. Se o novo regimento fosse fruto de uma análise histórica detalhada, definiria com clareza a jurisdição de cada instância de poder, favorecendo o progresso e a eficiência administrativa. Para proporcionar a inovação legislativa da capitania Minas Gerais e superar a sua “decadência”, era preciso recolher os fragmentos das experiências dos governadores passados, reorganizá-los e submetê-los à crítica, compreendendo os limites e as possibilidades da ação governamental no contexto mineiro. Essa análise histórica, na concepção do autor, possibilitaria referências para normatizar a administração de Minas Gerais, assim como o aperfeiçoamento do quadro institucional da capitania.

### **Referências Bibliográficas:**

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio Boschi; preparação de texto e notas Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel ; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.





## **Técnica de restauração como processo histórico: Laminação com acetato de celulose**

Patricia Vaz de Mello Lavall  
Bacharel em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis  
Programa de Pós-Graduação em Artes (Mestrado)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[pvmellolavall@gmail.com](mailto:pvmellolavall@gmail.com)

Márcia Almada  
Doutora em História Social da Cultura  
Professora do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[marciaalmada@ufmg.br](mailto:marciaalmada@ufmg.br)

### **Introdução**

Este trabalho propõe discutir como um processo de restauração pode interferir na leitura e na materialidade dos objetos, tendo como estudo de caso a técnica da laminação de papéis com acetato de celulose. A Library and Archival Conservation, EUA, define que “a laminação é um termo geral para qualquer tipo de estratificação e colagem de folhas finas de qualquer material”<sup>1</sup>. A técnica de laminação com acetato de celulose foi desenvolvida por William Barrow (1904-1967) e promovida efetivamente a partir da década de 30 até o final da década de 70, sendo considerada na época, um processo eficaz de preservação, proteção e fortalecimento de documentos gráficos, reduzindo o tempo de tratamento e prolongando a vida dos objetos. Com o passar dos anos a técnica foi adaptada, aprimorada e difundida por várias instituições e conservadores, resultando em alterações tanto na prática como nos métodos.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o uso de tecnologias que são difundidas como inovação na preservação de acervos, sendo estas aplicadas sem pesquisas efetivas e sem conhecimento a médio prazo do resultado final. Propõe-se ainda estimular e provocar discussão acerca do tema, considerando que uma intervenção de restauração deve garantir

---

<sup>1</sup> Chapter 5, Sources in Library and Archival Conservation, <http://cool.conservation-us.org/byauth/roggia/barrow/chap05.html>. Tradução nossa: “Lamination is a general term for any kind of layering and adhering thin sheets of any material together”

ações que promovam a utilização de técnicas e materiais que não dificultem tratamentos ou exames futuros.

## **Metodologia**

Durante pesquisa de iniciação científica, realizada em 2016, sob orientação da Professora Márcia Almada, foram identificados no acervo do Arquivo Histórico da Arquidiocese de Mariana/MG, 21 (vinte e um) manuscritos iluminados. No decorrer das investigações, através de exames organolépticos, foram apurados que muitas páginas dos manuscritos apresentavam a técnica de laminação sendo que muitos dos fólios mostravam-se em bom estado de conservação, sem qualquer evidência de degradação.

A partir das análises feitas nos manuscritos, alguns questionamentos foram apontados: a aplicação da laminação interferiu na fruição do objeto? Provocou danos, apagou vestígios? Ocorreram mudanças no aspecto do objeto? Dentro da perspectiva da conservação atual, a prática da laminação é vista como forma de preservação? O documento pode ser estudado em sua plenitude material, uma vez que a aplicação da técnica impede a observação dos materiais e dos vestígios?

## **Resultados**

O processo que inicialmente foi considerado a salvação e proteção dos acervos documentais e bibliográficos, com o passar dos anos, pesquisadores e conservadores observaram que o acetato de celulose utilizado apresentava instabilidade física e química, provocando vícios inerente à aplicação, tais como: encolhimento e ondulação, perda de legibilidade, degradação do acetato com formação de ácido acético, entre outros problemas. A aplicação da técnica gerou outros efeitos secundários e muitas vezes irreversível, pois os documentos perderam suas características originais, não sendo possível analisá-los em sua unidade material, uma vez que a aplicação da técnica impede a observação de vestígios, de materiais, texturas e das evidências deixadas na forma de correções, tintas, manchas, entre outras indícios que atestam sua trajetória no tempo.

O exame visual dos diferentes documentos mostraram que alterações ocorreram na aparência do papel e nas características codicológicas do objeto, entre elas: mudança de formato com a apar dos cantos; perda de informações na borda superior; sistema de costura de fólios únicos e não de cadernos; esmaecimento das tintas; amarelecimento do papel; deformação de plano dos fólios.

Figura 1 - Detalhe Livro de Compromisso de Irmandade de São Miguel e Almas - 1737 - Arquivo da Arquidiocese de Mariana/MG

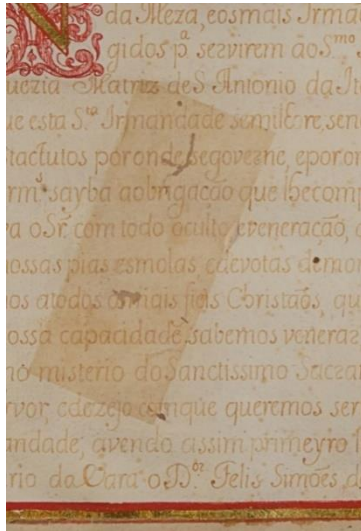


Figura 2 - Detalhe Livro de Compromisso de Irmandade de São Miguel e Almas - 1737 - Arquivo da Arquidiocese de Mariana/MG

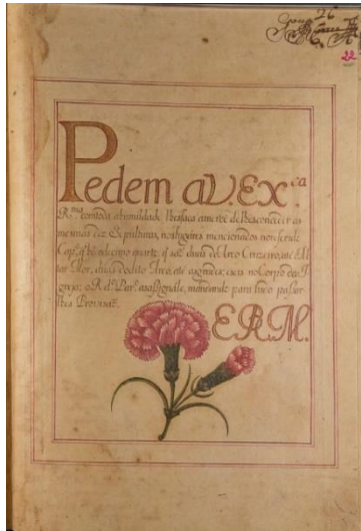


Figura 3 - Detalhe da costura - Livro de Compromisso de Irmandade de São Miguel e Almas - 1737 - Arquivo da Arquidiocese de Mariana/MG



Figura 4 - Compromisso de Irmandade das Almas santas - 1725 - Arquivo da Arquidiocese de Mariana/MG



Figura 5 - Compromisso de Irmandade de São Miguel e Almas - 1737 - Arquivo da Arquidiocese de Mariana/MG

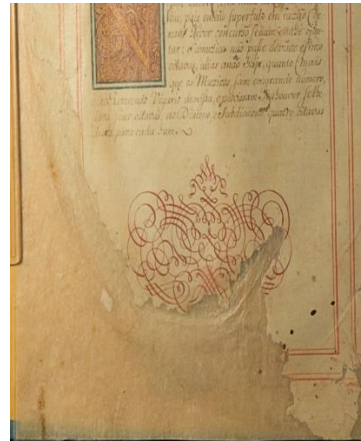


Figura 6 - Compromisso da Confraria a Senhora das Mercês dos Confrades domiciliários - 1807 - Arquivo Histórico da Arquidiocese de Mariana/MG



Fotos: Márcia Almada/Patricia Lavall

Nas figuras seguintes, observa-se dois documentos restaurados em época distintas, o Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi restaurado em 2015, sendo realizada a partir de critérios contemporâneos da restauração, com mínima intervenção e respeitando valores estéticos e históricos e contemplando as técnicas e materiais semelhantes aos originais. O Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, que provavelmente foi restaurado na década de 80, apresenta todas os fólhos laminados e a encadernação tem indícios daquela época, capa de veludo e guarda em papel fantasia.

Figura 7 - Documento sem laminação - Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1755 – Arquivo Histórico da Paróquia do Pilar, Ouro Preto/MG.



Figura 8 - Documento com laminação - Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, 1810 – Arquivo Histórico da Arquidiocese de Mariana/MG.



### Considerações finais

Compreende-se que todos os tipos de evidências materiais e sinais sociais podem fornecer testemunhos da produção, da escrita e da produção do objeto, além do potencial documental dos registros do manuscrito enquanto obra de relevância histórica. A discussão interdisciplinar confirma a importância dos estudos desses valores e significados, demonstrando a relevância que cada elemento técnico e material possui, contribuindo de forma significativa para o trabalho de conservação e restauro. Após análises dos manuscritos concluiu-se que a técnica provocou vícios inerentes à sua aplicação, como ondulação e encolhimento do acetado de celulose. Os documentos perderam suas características originais,

não sendo possível analisá-los em sua unidade material, uma vez que o emprego da técnica impede a observação de vestígios, de materiais, texturas e de várias evidências. Desta maneira, faz-se necessário que novas pesquisas sejam desenvolvidas a respeito da técnica visando o entendimento do procedimento e dos materiais usados para buscar soluções para a preservação futura desses manuscritos.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Thais Helena de, HANNESCH, Ozana, POZI, Renata Amorim. *Laminadora Barrow – Uma tecnologia para 500 anos que não se cumpriu*. Disponível em <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/LBCR\\_Caderno%20de%20Resumos.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/LBCR_Caderno%20de%20Resumos.pdf)> Acessado em 02 de julho 2018.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. orientação: Silvana Mota Barbosa; Tese (doutorado) – Instituto de Ciência Humanas; Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. 182 f.

CORREIA, Inês. Between Material conservation and identity preservation – the (sacred) life of medieval liturgical books. In: ICOM-CC TRIENNIAL MEETING, XVIth, 2011, Lisbon Preprints. Lisboa: Critério Produção Gráfica. p. 1-9.

MCGATH, MOLLY; JORDAN-MOWERY, SONJA; POLLEI, MARK; HESLIP, STEVEN; BAT, JOHN. Cellulose Acetate Lamination: A Literature Review and Survey of Paper-Based Collections in the United States. *De Gruyter. Restaur.* 2015; 36(4): 333-365 p.

\_\_\_\_\_ Cellulose Acetate Lamination: Method and Madness - Disponível em -

[http://conservation.library.jhu.edu/.../20140722-Poster\\_Cellulose-Acetate](http://conservation.library.jhu.edu/.../20140722-Poster_Cellulose-Acetate) - Acesso em 06 de fevereiro de 2017.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MOTTA, EDSON; SALGADO, MARIA LUIZA GUIMARÃES. ***O Papel: problemas de conservação e restauração***. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971.

